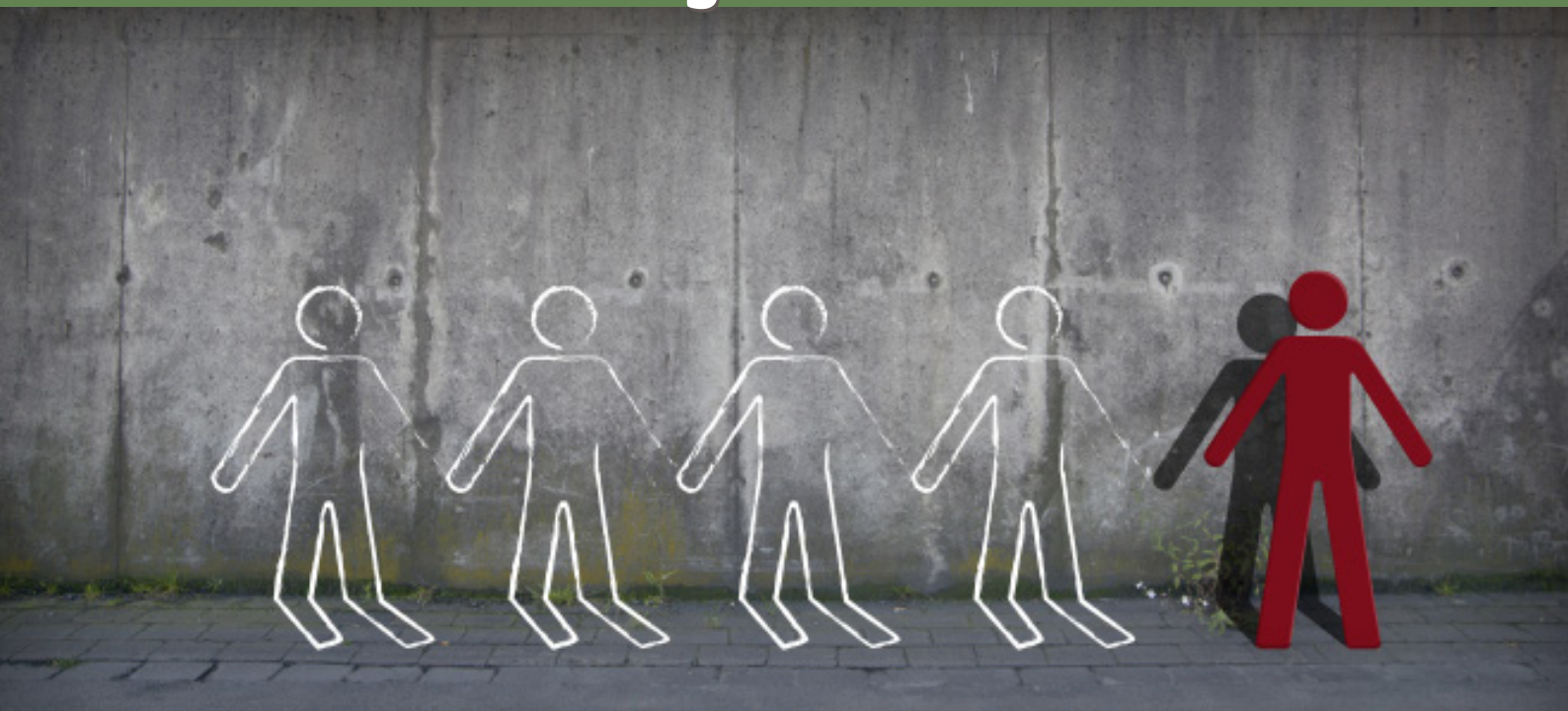




Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Estudos sobre **VITIMIZAÇÃO**



MJSP
Brasília - DF
2017



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Estudos sobre Vitimização

Brasília - DF
Ministério da Justiça e Segurança Pública
2017

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Osmar José Serraglio

Secretário Executivo

José Levi Mello do Amaral Júnior

Secretário Nacional de Segurança Pública

Alexandre Araújo Mota

**Departamento de Pesquisa, Análise da informação e
Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Rinaldo de Souza

Diretora Nacional do Projeto BRA/04/029

Ângela Cristina Rodrigues



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Estudos sobre Vitimização

Brasília - DF
Ministério da Justiça e Segurança Pública
2017

2017 © Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar,
Sala 500, Brasília, DF, CEP: 70.064-900.

Disponível em <http://portal.mj.gov.br>

ISBN: 978-85-5506-061-8

Estudos sobre vitimização

Edição e Distribuição

Ministério da Justiça e Segurança Pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenação Geral

Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Anderson Jorge Lopes Brandão

Equipe de apoio

Davi Mamblona Marques Romão, Julia Loures Nunes, Vinicius Augusto Lambert Soares

Consultoria

Javier Santiago Ortiz Correa, Klarissa Almeida Silva, Túlio Kahn,

Luís Felipe Zilli do Nascimento

Diagramação e Projeto Gráfico

Alisson Coelho Domingos

341.53327

E82S Estudos sobre vitimização / Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública ; coordenação geral, Anderson Jorge Lopes Brandão, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2017.
295 p. : il. color.

ISBN : 978-85-5506-061-8

1. Vitimização – pesquisa. 2. Crime contra o patrimônio – estatística. 3. Crime contra a pessoa – estatística. 4. Segurança pública – Brasil. I. Brandão, Anderson Jorge Lopes, coord. II. Baptista, Gustavo Camilo, coord. III. Engel, Cíntia Liara, coord. IV. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública.

CDD

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1- O CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO NA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO	16
<i>Javier Santiago Ortiz Correa</i>	
1.1- INTRODUÇÃO	17
1.2 A ECONOMIA E OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	20
1.3 ALGUNS RESULTADOS INTERESSANTES DE PESQUISAS ANTERIORES	22
1.4 METODOLOGIA: UMA LEITURA ECONÔMICA DA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO	25
1.5 UM OLHAR SOBRE A VITIMIZAÇÃO GERAL	31
1.6 VITIMIZAÇÃO POR ROUBOS E FURTOS DE CARRO	42
1.7 VITIMIZAÇÃO POR FURTO E ROUBO DE MOTO	45
1.8 VITIMIZAÇÃO POR ROUBO E FURTO DE OUTROS OBJETOS	50
1.9 VITIMIZAÇÃO POR SEQUESTRO E SEQUESTRO RELÂMPAGO	56
1.10 VITIMIZAÇÃO POR FRAUDE	60
1.11 OUTRAS ANÁLISES E ESTATÍSTICAS	66
1.12 CONCLUSÕES	76
1.13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
2- CRIMES CONTRA A PESSOA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO	81
<i>Klarissa Almeida Silva</i>	
2.1 INTRODUÇÃO	82
2.2 TIPIFICAÇÕES E TIPOLOGIAS: UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO	83
2.3 COMPREENDENDO OS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO	91
2.3.1 METODOLOGIA	91
2.3.2 INTERPRETAÇÕES	96
2.4 COMENTÁRIOS FINAIS E RECOMENDAÇÕES	134
2.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

3- A PERCEPÇÃO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	143
<i>Túlio Kahn</i>	
3.1 VOCÊ TEM MEDO DE QUE?	144
3.2 AS DIVERSAS DIMENSÕES DA INSEGURANÇA	153
3.3 CRUZAMENTOS COM AS DEMAIS VARIÁVEIS DO QUESTIONÁRIO:	160
3.4 NOTA METODOLÓGICA	164
3.5 ATRIBUTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS	168
3.6 CONTEXTO MACROAMBIENTAL	181
3.7 CONTEXTO MICROAMBIENTAL	189
3.8 ESTILO DE VIDA	199
3.9 VITIMIZAÇÃO	204
3.10 PREVENÇÃO SITUACIONAL	208
3.11 VISIBILIDADE E CONTATO COM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA	212
3.12 ANÁLISE MULTIVARIADA: MODELOS LOGIT	220
3.13 CONCLUSÕES	226
3.14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

4- PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	233
<i>Luís Felipe Zilli do Nascimento</i>	
4.1 INTRODUÇÃO	234
4.2 PESQUISAS SOBRE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONFIANÇA NAS POLÍCIAS	236
4.3 DADOS E METODOLOGIA	240
4.4 PERCEPÇÕES SOBRE SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	243
4.4.1 CONHECIMENTO E USO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	244
4.4.2 CONTATO DA POPULAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SUA ATUAÇÃO	247
4.4.3 AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO, CONFIANÇA E VITIMIZAÇÃO POR PARTE DAS POLÍCIAS E COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	250
4.4.4 AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO E CONFIANÇA NAS POLÍCIAS, POR PERFIS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS, POR VITIMIZAÇÃO CRIMINAL E CONTATO COM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	265
4.4.5 AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL	276
4.5 IMPLICAÇÕES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	280
4.5.1 INCREMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	281
4.5.2 MELHORIA DA QUALIDADE DA ATUAÇÃO E DAS RELAÇÕES JUNTO A SEGMENTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS	282
4.5.3 REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR PARTE DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	283
4.5.4 FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E MECANISMOS DE CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO POLICIAL	284
4.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	286

APRESENTAÇÃO

Em um Estado Democrático de Direito, nenhuma área de política pública pode avançar em termos de investimentos públicos, sem que seja capaz de demonstrar comprometimento com a apresentação de estatísticas oficiais, as quais cumprem inúmeras finalidades. A produção estatística em segurança pública possibilita desenvolver um ideal de administração pública orientada por evidências, em que a defesa social é estrategicamente formulada com base em informações confiáveis acerca do padrão de criminalidade observado, das componentes de maior pressão no sistema de segurança pública, das potencialidades institucionais e operacionais da polícia e da sensação de segurança almejada por todos.

Por esse prisma, a publicação desse compêndio com estudos baseados na Pesquisa Nacional de Vitimização é uma imensa contribuição ao planejamento de estratégias efetivas para a segurança pública. Realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, por intermédio do instituto de pesquisa Datafolha e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), constitui uma evidência importante de que a política de segurança pública é cada vez mais um tema prioritário da sociedade brasileira. Trata-se da única e primeira pesquisa de abrangência nacional já produzida no país, servindo de marco para que o avanço institucional desse tipo de conhecimento seja paulatinamente incorporado pelo Estado na avaliação dos programas e políticas em segurança pública.

Pesquisas de vitimização são um importante aporte aos diagnósticos de segurança pública. Os eventos definidos como crime e a própria informação associada foram historicamente pautados pelas necessidades das organizações policiais. Os *surveys* de vitimização ampliam a possibilidade de investigação do fenômeno criminal e da inserção das forças policiais nesse evento social. Bancos de dados administrativos da polícia contêm apenas aqueles eventos reportados e

¹UNODC. *Manual on victimization surveys*. 2010.

registrados pela polícia, geralmente sob a forma de boletins de ocorrência. Assim, pode-se dizer que estas informações existentes na polícia constituem apenas um subconjunto do fenômeno delituoso numa sociedade. Por isso, *surveys* de vitimização terminam sendo então uma maneira de superar as limitações a seguir elencadas¹: (i) Bancos de dados administrativos das organizações da segurança pública somente registram delitos que chegaram ao conhecimento da polícia; (ii) Delitos de menor importância podem não ser reportados à polícia, como pequenos roubos, furtos e invasões a domicílios; ou (iii) Crimes relacionados à ameaça ou agressão física podem ser omitidos por vítimas receosas de represálias.

Nesse sentido, ampliar as possibilidades de compreensão do fenômeno criminal favorecerá melhoria do planejamento policial, outrossim pode contribuir para aumento da *accountability* das políticas de segurança pública. *Surveys* de vitimização tem-se tornado uma metodologia na criminologia e na justiça criminal, em especial pelos seguintes motivos²: (i) Incluem delitos que são reportados à polícia, assim como aqueles não reportados; (ii) Possuem extensa informação acerca do perfil das vítimas e do contexto social do crime; (iii) Congregam informações sobre vítimas e não-vítimas; e (iv) Possibilitam classificar o delito de maneiras mais sofisticadas do que aquelas baseadas apenas no código penal (e.g., crimes entre familiares, entre estranhos e etc.). Ademais, *surveys* de vitimização têm avançado bastante no seu escopo conceitual (e.g., a sensação de segurança e avaliação dos serviços policiais), possibilitando à criminologia e ao sistema de justiça criminal uma maior compreensão do fenômeno delituoso numa sociedade.

Destarte, os estudos constantes desta publicação estendem nossa compreensão do fenômeno criminal a partir de diversas abordagens. Os quatro pesquisadores deste compêndio foram selecionados mediante edital do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de analisarem a Pesquisa Nacional de Vitimização de maneira pioneira. São, portanto, alguns dos primeiros acadêmicos, afora técnicos envolvidos na relatoria final da pesquisa, a terem o

²Cantor, David; Lynch, James P. Self-Report Surveys as Measures of Crime and Criminal Victimization. In *Measurement and analysis of crime and justice*. 2000.

privilégio de compreender as estatísticas e externarem conclusões sobre as diversas dimensões cobertas pela Pesquisa Nacional de Vitimização. A seguir uma breve síntese de seus trabalhos.

O estudo de Javier Correa debruça-se sobre crimes contra o patrimônio, demonstrando padrões de vitimização relativos a roubos e furtos de objeto, de carro e de moto, fraude e sequestro relâmpago. O campo de estudos de crimes contra o patrimônio é enormemente beneficiado pela abordagem econômica sobre o crime, adotada por Correa. Conforme bem ressalta o autor, abordar o crime pela perspectiva econômica é considerar o criminoso um sujeito racional que faz um cálculo mental acerca de ganhos e perdas econômicos. Na seara dos crimes patrimoniais, essa abordagem econômica mostra-se bastante efetiva, representando um segmento importante dos estudos do crime e da violência. Indo além dessa perspectiva, o trabalho de Javier Correa analisa a Pesquisa Nacional de Vitimização focalizando a vítima daqueles crimes. Trata-se, portanto, de um trabalho de fôlego, sendo gratificante perceber a habilidade com que o estudo detalha cada estatística criminal, discute as características da vítima, o reporte à polícia e as eventuais hipóteses causais para cada achado de seu estudo. A título de exemplo, Correa mostra que a vitimização de roubo e furtos de objetos implica reporte à polícia por parte de 22% das vítimas de furto e 41% das vítimas de roubo. E que, dentre as vítimas de roubo de objeto, 83% sofreram agressão física, sendo o mais alto encontrado pelo pesquisador nos crimes contra patrimônio. Noutra frente, ao analisar a vitimização por fraude relacionada a operações financeiras e comerciais, Correa mostra que entre 80% a 90% das fraudes não são relatadas à polícia. Ao realizar testes de proporção, Correa encontra que homens são mais vitimados do que as mulheres, com exceção dos crimes de roubo de moto e de sequestro. No relato à polícia, o mesmo teste não encontrou viés de gênero no que se refere a reporte de crimes à polícia. Por fim, Correa, com diversas ressalvas sobre as possibilidades e limitações das técnicas econométricas quantifica a probabilidade de vitimização para crimes de patrimônio (exceto fraude), mostrando que certas características sociais (gênero, estado civil raça/cor, escolaridade e

etc.) afetam a chance de alguém se tornar vítima desses crimes. A abordagem pós-positivista adotada por Correa permite aos gestores de segurança pública incorporarem os achados ao planejamento operacional, considerando a realidade criminal um dado objetivo que pode ser combatido e superado pela atuação policial.

Considerando o segundo estudo desse compêndio percebe-se como as justificativas para emprego de métodos quantitativos podem ser inovadoras, trazendo um novo olhar para os achados da Pesquisa Nacional de vitimização. No segundo estudo deste compêndio, Klarissa Silva assume uma perspectiva teórica surpreendente, na medida em que propõe desconsiderar as estatísticas como dados absolutos da realidade. Assumindo uma perspectiva construtivista da realidade, a Pesquisa Nacional de Vitimização revelaria então relatos (pessoais) de vitimização, exprimindo um banco de dados de natureza qualitativa, na medida em que exprime percepções, sentimentos e experiências pessoais. Como estratégia analítica, Silva parte do poder que as tipologias, nessa escola construtivista, têm para construir um quadro de referência a partir do qual o mundo pode ser interpretado e, pela interação social, reproduzido ou modificado.

Ao mesmo tempo, ao assumir a estratégia analítica de tipologias, Silva consegue inovar a abordagem teórica em direção à elaboração de um estudo multiparadigmático. Um conjunto de técnicas quantitativas, típicas de estudo do paradigma pós-positivista, termina sendo levada à seara de dados essencialmente categóricos, possibilitando a autora identificar perfis dos indivíduos que mais relatam experiências de vitimização, segundo a tipologia considerada. Nesse sentido, a partir de 27 tipificações de crime contra a pessoa relatados na Pesquisa Nacional de Vitimização, Silva empreende um conjunto de análises que mostram como a experiência de vitimização pode ser mais gravosa para certos segmentos populacionais.

Por exemplo, a subpopulação brasileira que relatou experiências de vitimização, em ao menos um dos tipos de crimes contra a pessoa na Pesquisa Nacional de Vitimização, é jovem, com baixa escolaridade, do sexo feminino, de cor/raça autodeclarada preta (parda ou morena) e com renda mensal abaixo de três salá-

rios-mínimos. A autora consegue importante demonstração do uso de pesquisa de vitimização para a focalização de programas de segurança pública, ao conseguir exprimir o risco relativo de certas ocorrências acontecerem nos estados. Ou seja, há estados em que o risco relativo de idosos serem ofendidos verbalmente, em relação aos jovens, é maior em algumas Unidades da Federação do que em outras. Igualmente, há um risco relativo para negros sofrerem discriminação em alguns estados do que em outros. Silva mostra ainda que a maioria dos eventos de vitimização ocorreram em locais fechados, distante do patrulhamento policial. Conjugado ao fato de que a maioria não chega a registro policial, coloca-se um desafio às políticas de segurança pública. De um lado, a necessidade de formular medidas de segurança inovadoras, de outro, afirma Silva, a importância de pesquisas de vitimização para a completa compreensão das formas de violência da sociedade brasileira e de novas fronteiras para atuação das forças policiais.

O terceiro artigo deste livro debruça-se sobre um dos aspectos intrigantes da política de segurança pública. A despeito de um bom funcionamento das instituições de segurança pública, com redução das estatísticas de criminalidade, a população pode ainda se achar insegura. Estudar a sensação de insegurança implica, conforme ressalta o estudo de Túlio Kahn, adentrar no terreno da psicologia social, para entender porque as pessoas não se sentem seguras, tem medo ou pressentem riscos nem sempre racionais. Kahn dissecou a Pesquisa Nacional de Vitimização com uso de 63 indicadores de (sensação) segurança, relacionados a aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais. Elegendo diversas variáveis explicativas para essa sensação de segurança, decorrentes de um conjunto de teorias criminológicas, o autor não apenas revela-se competente analiticamente, como também expõe sua grande erudição na *rationale* do fenômeno criminal.

Dentre os trabalhos constantes do livro, Kahn destaca-se como um hábil metodologista da perspectiva quantitativa. A robustez e variedade de técnicas estatísticas empregadas não deixa de ofuscar a clareza com que explica suas intenções de investigações, brindando o leitor interessado em métodos quantitativos com um texto elegante na apresentação das minúcias estatísticas, dotado

de excelente indicação de referências bibliográficas. Por exemplo, seu estudo encontra evidências de que as mulheres são, proporcionalmente, menos vitimadas por furtos e roubos de veículos ou objetos, ou fraudes. São, porém, ligeiramente mais vítima de sequestros relâmpagos, agressões e, principalmente, ofensas sexuais. Mas o maior temor feminino não se relaciona, necessariamente a maior incidência de crimes patrimoniais, mas eventualmente à chance de ser vítima de crimes mais graves, relacionadas à violência contra a pessoa. Kahn esmiúça outras tantas variáveis explicativas para tentar compreender o que de fato faz as pessoas se sentirem inseguras. Seu trabalho culmina com a aplicação de regressões logísticas a alguns dos indicadores de insegurança, mostrando em alguns casos que as associações bivariadas inicialmente encontradas são de fato significativas. O autor termina sendo habilidoso em escrutinar a Pesquisa Nacional de Vitimização, mostrando, por evidências robustas, que as políticas de segurança pública devem ter sempre o objetivo de reduzir criminalidade, mas que estes patamares devem ser congruentes com a sensação de segurança da população.

O quarto estudo deste compêndio aborda uma parte da Pesquisa Nacional de Vitimização que transcende o conjunto tradicional de assuntos investigados nos *surveys* de vitimização. O estudo de Luís Nascimento debruça-se sobre as percepções e avaliações da população sobre os serviços de segurança pública, sendo altamente gratificante perceber como o autor concebe um texto elegante, bem fundamentado e consistente para convencer o leitor da importância de que as estatísticas sejam trazidas ao campo prático da melhoria das atividades corriqueiras da segurança pública. O estudo apresenta informações delicadas acerca da visão da população em relação às polícias militares e civis, sendo assim fiel a um ideal de segurança cidadã, segundo o qual o aperfeiçoamento da polícia passa necessariamente pela satisfação das pessoas com os serviços públicos prestados.

Em seu estudo Nascimento extrai da Pesquisa Nacional de Vitimização a percepção sobre serviços e instituições de segurança pública. Assim, por exemplo, Nascimento mostra que a Central de Emergência 190 é o serviço policial mais utilizado pela população (30%), seguido do Disque-Denúncia (7,1%). A Central de

Atendimento à Mulher (Ligue 180), em terceiro lugar na utilização (2,1%), tem a melhor avaliação dos serviços, com 64,2% de avaliações positivas (ótimo e bom), contra 52,1% da Central de Emergência 190 e 50,7% do Disque-Denúncia. A polícia é uma das instituições mais demandadas pela sociedade, conforme mostra Nascimento, pois 31% da população brasileira relata ter interagido diretamente com as polícias, em serviços precisamente registrados pela pesquisa. E cerca de 80% da população brasileira considera que no último contato os policiais foram “educados, corteses, prestativos, interessados e respeitaram direitos”. Contudo, para 26% o atendimento prestado pela polícia não foi rápido o bastante. A satisfação das vítimas de crime com o trabalho policial indica ainda que 60% ficaram satisfeitas no caso de roubo de veículos, mas apenas 38% das vítimas de furto de motos ficam satisfeitas. Enfim, o que o estudo também mostra é que a Pesquisa Nacional de Vitimização disponibiliza uma rica avaliação operacional das instituições de segurança pública.

Nascimento também faz diversos cruzamentos com variáveis sociodemográficas para entender a percepção de certos coortes, inclusive fazendo conexão com a confiança na polícia e histórico de vitimização causada pela polícia. Seu estudo mostra que existe uma forte conexão entre confiar na polícia, ser branco, idoso e possuir renda acima de 20 salários-mínimos. O contrário, infelizmente, também se revela, indicando haver um viés de atuação policial, em desfavor de não-brancos, jovens e pobres. A confiança na polícia militar e civil por parte da população se encontra, respectivamente, em 31% e 28%, mas se mostra muito pior quando houve vitimização pela polícia. Como ressalta Nascimento, percentuais elevados de vitimização por parte da polícia tem estreita relação com baixa confiança nas instituições de segurança pública. Episódios reprováveis da polícia contribuem sensivelmente para reduzir a legitimidade das políticas de segurança pública, em geral, e das corporações policiais, em específico. Disso decorrendo, a relevância de que os formuladores e gestores estratégicos da segurança pública consigam endereçar medidas de corregedoria em suas instituições, ao mesmo tempo em que devem dar publicidade das atividades de controle da atividade policial.

Nascimento ainda conclui sua pesquisa propondo um índice de avaliação da qualidade da atuação das polícias no Brasil, o que possibilita as Unidades da Federação compreender como um conjunto de posturas institucionais pode ser aperfeiçoado para melhorar a qualidade da prestação de serviços de segurança pública ao cidadão. Dentre os trabalhos deste compêndio, o estudo de Nascimento destaca-se pela competente demonstração de conexão entre achados de pesquisa e propostas de melhoria das políticas públicas de segurança, numa notória exibição do amplo conhecimento da aplicação prática de seu trabalho.

Os estudos deste compêndio, portanto, formam um interessante panorama do desafio das políticas de segurança pública. Demonstram como o universo de atuação da polícia é diversificado, abarcando diversas naturezas de delitos, com distintos determinantes socioeconômicos, por diferentes dinâmicas. Evidenciam a complexidade do fenômeno delituoso ao mesmo tempo em que a sua redução, objetivo elementar da política de segurança pública, nem sempre é percebido pela população. Ademais, levantam flagelos da atuação das polícias, por vezes com serviços públicos ineficientes, ou eivadas por condutas profissionais desviantes. Mas também apontam oportunidades para melhoria da qualidade da prestação do Estado na defesa social.

Mais do que isso, os estudos deste compêndio são, em uníssono, um convite à continuidade de estudos sobre vitimização e satisfação com as instituições de segurança pública. Embora de caráter exploratório, o escopo dos estudos aqui apresentados é uma pequena amostra das inúmeras possibilidades de expansão de nosso conhecimento sobre o fenômeno social que fundamenta a existência da polícia. Continuar fazendo os profissionais da segurança pública compreenderem a complexa *raison d'être* das instituições de segurança pública é a principal justificativa para a edição deste compêndio.

Boa leitura!

Anderson Jorge Lopes Brandão
Coordenador de Pesquisa da Senasp

O CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO NA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

Javier Santiago Ortiz Correa

1 INTRODUÇÃO

Se há uma manifestação dos incentivos perversos que, às vezes, os mercados e as economias podem criar, esta é o crime contra o patrimônio. É uma manifestação, um resultado do processo de interação das variáveis econômicas e sociais. Incentivos perversos se relacionam com a idéia de que algumas variáveis econômicas, em nível individual ou agregado, podem empurrar algumas pessoas para atividades ilegais, em vez de engajá-las em atividades produtivas ou em participação mais eficiente no mercado de trabalho.

Todos os tipos de crime, em particular o contra o patrimônio, representam uma ameaça para os cidadãos e para as instituições. Os cidadãos não só vivenciam a retirada de seu patrimônio e pertences, o que representa uma perda líquida, mas também experimentam como a vitimização reduz suas possibilidades de exercer plenamente seus direitos bem como a confiança na comunidade e no Estado. Para as instituições, os crimes contra o patrimônio representam uma ameaça para a efetividade do Estado de Direito e a promoção de um desenvolvimento econômico socialmente harmônico, que gere inovação, cooperação e integração social.

Os dados coletados na Pesquisa Nacional de Vitimização - PNV, realizada pelo Instituto Datafolha entre 2010 e 2012, oferecem informações sobre crimes contra o patrimônio em meio a dois fatos relevantes, a saber: economicamente, o Brasil viveu um período de crescimento econômico continuado que ajudou a consolidar o seu papel de liderança entre os países em desenvolvimento e emergentes. Socialmente, os programas de transferência condicionada de renda e outras estratégias de redução da pobreza criaram uma mobilidade social ascendente que permitiu a muitas famílias alcançarem a classe social média com um perfil de consumo ampliado, o que aumenta a probabilidade de vitimização.

O objetivo deste capítulo é analisar as principais características da vitimização dos crimes contra o patrimônio utilizando os dados da PNV. Serão apresentadas as principais características da vitimização relacionadas ao roubo e furto de carro, roubo e furto de moto, roubo e furto de objeto, fraude, sequestro e sequestro

relâmpago. As categorias de análise são: sexo; idade; nível de educação; a participação no mercado de trabalho; local de residência; orientação sexual e raça. Alguns dos comportamentos das vítimas vão ser explorados para identificar como reagiram ao crime, por exemplo, se denunciaram o fato às autoridades e como o crime representou uma mudança em a sua rotina.

O capítulo está organizado da seguinte forma: a próxima seção apresenta os conceitos básicos do quadro de análise econômica dos crimes contra o patrimônio. Em seguida, serão apresentadas algumas conclusões de estudos anteriores sobre crimes contra o patrimônio no Brasil, como uma forma de contextualizar essa análise na literatura nacional. Posteriormente, serão apresentadas a metodologia, as categorias de análise, as vantagens e desvantagens de serem usados dados de vitimização. Assim, espera-se abrir um espaço de discussão para cada tipo de crime contra a propriedade, com base em uma leitura minuciosa das estatísticas descritivas que constituem o perfil das vítimas. Tendo em conta que as estatísticas descritivas não são suficientes para formular recomendações de políticas públicas, a próxima fase de análise baseia seus resultados em testes estatísticos e regressões sobre vitimização. Finalmente, algumas conclusões gerais e recomendações de políticas fecharão este capítulo.

Duas advertências são necessárias antes de prosseguir. Em primeiro lugar, as estatísticas sumárias a serem utilizadas são de dois tipos: a vitimização geral e a vitimização específica. Vitimização geral refere-se à forma como o crime é distribuído entre os diferentes grupos definidos pelos indicadores socioeconômicos. A vitimização específica pretende explorar a composição das vítimas ou as participações dos grupos definidos pelos indicadores socioeconômicos, considerando um crime em particular. As estatísticas gerais de vitimização são computadas para explorar como o crime distribuiu na sociedade e o quão desigual o seu custo é para os diferentes grupos da sociedade. O perfil das vítimas é identificado mediante a vitimização específica. Enquanto as estatísticas gerais de vitimização permitem conhecer a dinâmica da criminalidade em toda a sociedade, as estatísticas de vitimização específicas são úteis para saber quais providências poderão

ser tomadas pelo Governo e pelos cidadãos para combater o crime.

A segunda advertência está relacionada com o alcance das conclusões das análises econométrica e estatística. Para obter recomendações reais de políticas públicas, a análise econométrica teria de resolver os problemas de endogeneidade e simultaneidade que desfiguram todas as relações entre as estatísticas criminais e econômicas. Certamente, este não é o objetivo deste capítulo. Isso exigiria uma bateria de métodos e procedimentos que estão muito além do objeto dessa discussão. Em vez disso, as conclusões podem ser lidas como tópicos para futuras mudanças nas políticas públicas de segurança. As conclusões a serem apresentadas devem motivar os gestores de políticas públicas, as forças de segurança e os cidadãos de forma a integrar seus interesses e projetar políticas que promovam a inclusão social e o Estado de Direito.

Numa visão geral dos principais resultados, as estatísticas apóiam a idéia de que a vitimização tem um preço mais elevado para a classe média. Isso representa um desafio para as políticas de redução da pobreza e para a estabilidade das conquistas econômicas e sociais de um país que está se desenvolvendo rapidamente. Não basta obter melhorias no poder aquisitivo da população e sim de práticas efetivas de segurança pública. Como os mercados são mais complexos e as pessoas estão realizando operações econômicas diversas, o crescente risco de sofrer fraude torna-se mais evidente. O governo e os cidadãos terão de encontrar formas viáveis de proteção da participação nos mercados. Garantir a qualidade dos produtos e à confiabilidade dos meios de pagamento parecem ser desafios primordiais e imediatos. Finalmente, à medida que mais pessoas parecem sofrer crimes contra o patrimônio, seja em suas casas ou nos arredores dos bairros, qualquer estratégia deve visar à promoção de comunidades mais seguras. A segurança não deveria ser um bem privado. Mesmo que o mercado tenha um papel a desempenhar no fornecimento de ferramentas de segurança, caberá ao governo que a dissuasão e o Estado de Direito criem um conjunto certo de incentivos que tornem não rentável e onerosa a atividade criminosa para quem comete o crime.

O delito não deveria existir em uma sociedade. No entanto, existe e mostra níveis elevados de elasticidade e de histerese, assim como uma capacidade de evoluir rapidamente. Talvez, não há tal coisa como um nível socialmente ótimo de crime. A sociedade não pode desistir do combate e da eliminação dos crimes contra o patrimônio, como forma de promover o uso racional de todos os recursos na economia e, em particular, dos recursos humanos.

2 A ECONOMIA E OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: UMA BREVE ANÁLISE DO MARCO CONCEITUAL

De acordo com a Economia, as pessoas se tornam delinquentes, respondendo a incentivos econômicos e sociais. As pessoas decidem racionalmente em alocar o seu tempo entre o lazer, o crime ou trabalho (BECKER 1960; EHRlich, 1973). O crime é cometido se o retorno esperado, considerando a probabilidade de ser preso, for maior do que os custos de planejamento, o custo do eventual castigo, o salário perdido por não trabalhar e a expressão monetária do limite moral (Fajnzylber et al, 1998). Neste âmbito, os criminosos não são pessoas perversas, estão apenas fazendo uma comparação racional de ganhos e perdas econômicas.

Nestas linhas, um aumento na probabilidade de detenção ou um aumento dos salários poderia provocar uma redução da criminalidade. A probabilidade de ser apreendido é conhecida como dissuasão, que resulta nos esforços para impedir que as pessoas cometam um crime. A dissuasão pode ser vista como um problema de agente principal (Cressman et al, 1998), em que o Estado e os cidadãos aplicam incentivos sobre os criminosos para transformar os roubos e os furtos em atividades não rentáveis. A dissuasão, medida com indicadores de atividade policial, pode ser usada como uma forma de atrair os cidadãos e os investimentos em lugares mais seguros. No entanto, também pode levar ao deslocamento dos criminosos para áreas com indicadores mais baixos de atividades de policiamento (Marceau, 1997). As atividades de policiamento para combater o crime só são eficazes se as pessoas denunciam os incidentes criminais para as

forças policiais (GOLDBERG E NOLD, 1980) e se vitimização é homogeneamente distribuída entre toda a população (LOFTIN E MCDOWALL, 1982).

O desemprego está relacionado com crime contra o patrimônio por meio de dois componentes: o oportunista e o motivacional (CANTOR E LAND, 1985; OKKYUNG HEE E-JONG, 2005). Em relação à oportunidade, o desemprego reduz confronto violento e diminui o consumo e a circulação de bens e mercadorias, porque os desempregados tendem a ser socialmente marginalizados. No motivacional, o desemprego aumenta positivamente o crime porque os ganhos ilegais incrementam substancialmente o bem-estar dos desempregados. A dimensão oportunista tem um efeito instantâneo sobre o crime, enquanto a dimensão motivacional tem um impacto tardio.

As sociedades com maiores estoques de capital social, em termos de solidariedade, menores custos de transação e formas mais eficientes de resolver os seus conflitos, poderiam apresentar taxas de criminalidade mais baixas e impedir as pessoas de se tornarem delinquentes (LEDERMAN et al., 2002); além de impor um alto estigma social sobre os delinquentes (WOLPIN, 1980). No entanto, um capital social perverso pode existir se a sociedade inverteu a estrutura de recompensas, em termos de benefícios econômicos para os níveis mais elevados de escolaridade (RUBIO, 1997).

Relações bem definidas entre os indicadores socioeconômicos e os dados sobre a criminalidade são esperadas. Na realidade, o que se vê é que as relações não estão claramente definidas e, às vezes, não são tão lineares como a teoria prevê. Os níveis de renda, educação e pobreza são bons exemplos desse problema (FAJNZYLBER et al, 1998; FAFCHAMPS, 2002). Os níveis mais altos de renda podem fomentar o crime, sinalizando maiores ganhos dos roubos de bens e propriedades. A educação pode aumentar a criminalidade porque os criminosos mais escolarizados se tornam mais produtivos. Quanto à pobreza, o baixo nível de renda reduz a rentabilidade das atividades econômicas, elevando os ganhos ilegais. No entanto, as áreas de alta criminalidade atraem mais criminosos porque a eficácia da dissuasão é reduzida.

A dissuasão, quando medida usando variáveis de atividade policial, também sofre com a falta de relações bem definidas. Dois são os principais casos. Em primeiro lugar, o crime pode aumentar as medidas de segurança local, quando os cidadãos e o Estado decidem gastar mais em estratégias de proteção para combater um recrudescimento do crime (LOFTIN E MCDOWALL, 1982). Em segundo lugar, mais atividades da polícia podem levar a um aumento da criminalidade se há mais policiais que codificam e registram os incidentes (DILULIO, 1996).

Relações claramente identificadas com o crime contra o patrimônio podem ser encontradas para a desigualdade e a taxa de inflação. Alta desigualdade cria uma série de conflitos distributivos que minam as redes sociais e fazem do crime uma expressão da alienação dos pobres (KELLY, 2000). O aumento da inflação gera um conflito distributivo, com perdas maiores para aqueles na base da distribuição salarial (DEVINE et al, 1988), tornando o crime em uma escolha rentável.

3 ALGUNS RESULTADOS INTERESSANTES DE PESQUISAS ANTERIORES

Em uma revisão sistemática da vitimização no Brasil (MURRAY et al, 2013), os autores relatam que em 2009 a taxa de roubo (por 100.000 habitantes) foi de 538. Eles apontaram que esses números podem subestimar as taxas reais porque apenas 48% das vítimas de furto e 38% das vítimas de roubo relataram o incidente à polícia. Ao analisar a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) para 1998 e 2009, que incluíram um componente de vitimização, eles descobriram que a vitimização por roubo aumentou 37%, ao longo desses anos. Especificamente para 2009, os autores sugeriram que os jovens e ricos foram mais propensos a serem vítimas de roubo e de assaltos que ocorreram principalmente nas ruas ou em suas residências. Ao comparar os dados da vitimização do Latinbarômetro, as taxas de vitimização brasileiras são muito parecidas com as dos outros países sul-americanos. No entanto, quando utiliza-se a Pesquisa Internacional da Vitimização do Crime, a vitimização brasileira foi maior (em relação à Europa e à

América do Norte) para o roubo de carro, roubo de moto e assalto.

Um estudo sobre a vitimização repetida (CARVALHO E LAVOR, 2008) concluiu que não há diferenças significativas por sexo. Ter mais membros da família reduz a vitimização, no que os autores chamaram de “efeito de proteção” (ou tutela dos bens). Não é de se surpreender que a renda tenha uma relação positiva com a vitimização repetida, porque as pessoas mais ricas tornam-se um alvo mais lucrativo para os criminosos. Os pesquisadores também indicaram que a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, teve o maior efeito positivo entre todas as variáveis.

Em outros estudos, verificou-se que o número de presos diminuiu o crescimento das taxas de crime contra o patrimônio na Região Metropolitana de Salvador (LOBO E FERNANDEZ-CARRERA, 2003). Em 36 bairros de Aracaju, a desigualdade, a infraestrutura, a densidade populacional e a participação dos jovens no total da população definiram as tendências do crime sendo estudado neste capítulo (LEMOS et al, 2005).

Os efeitos dos crimes contra o patrimônio são diversos. Estudando a sensação de segurança (VETTER et al, 2013), os pesquisadores descobriram que uma maior sensação de segurança leva à elevação do valor médio das moradias em US \$1.513 ou em um total de US \$ 13,6 bilhões em nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal no Brasil. No entanto, e ratificando outros resultados, foi constatado que as famílias mais ricas se sentem mais seguras em casa, mesmo que a vitimização e os crimes contra o patrimônio aumentam com a renda. Os dados demonstram que as famílias mais ricas podem pagar medidas de proteção mais adequadas em suas residências e reduzir a exposição ao crime.

É importante ressaltar que, apesar de ser uma das principais fontes de vitimização em toda a sociedade, os crimes contra o patrimônio representam uma pequena parte do custo social do crime (CHALFIN, 2014). Eles implicam um custo externo, o que inclui o valor dos bens roubados, as perdas de produtividade, as lesões sofridas pelas vítimas e o valor do tempo perdido ao lidar com o incidente criminal. O valor dos bens roubados não é um custo social, porque eles são, na

verdade, forçosamente transferidos (se não tiverem sido destruídos). Os custos externos incluem um componente de custo social que só corresponde à dor e ao sofrimento para a vítima, bem como tudo o que é investido (pelo setor privado e o setor público) no combate ao crime. O sofrimento da vítima representa uma perda líquida de bem-estar para toda a sociedade. Os recursos destinados para combater o crime são um custo social, pois poderiam ser mais produtivos se investidos em outra atividade. Talvez, a pior maneira como o crime contra o patrimônio impõe um custo na sociedade é por meio da forma como ele conduz a comportamentos improdutivos e à destruição do tecido social.

As estimativas para o Brasil indicaram que o custo social do crime é de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (CORBACHO et al, 2012). Para os Estados Unidos, o custo social do crime é estimado entre 2% e 6% do Produto Interno Bruto, mas a criminalidade violenta representa quase 80% desses custos (CHAFLIN, 2014). Aplicando este resultado para o Brasil, o crime contra o patrimônio custa 1% do PIB para a sociedade brasileira. Este custo relativamente pequeno tem de ser colocado em perspectiva. Por exemplo, 72% dos presos do sexo masculino e 69% das detentas estão presas por terem cometido crime contra o patrimônio (DEPEN, 2011).

O crime contra o patrimônio pode ter outras consequências econômicas em nível familiar (DE MELLO E ZILBERMAN, 2008). Esses crimes podem forçar as famílias a se mudarem dentro das cidades (para bairros mais seguros) e representar um imposto sobre o consumo de duas maneiras: reduzindo as despesas e aumentando a variação de renda. Eles também podem levar a quedas na economia devido ao menor retorno sobre os investimentos e gastos mais elevados com medidas de proteção.

Mesmo não tendo um efeito pecuniário, um estudo identificou que a vitimização tende a baixar os níveis de confiança (CORBACHO et al, 2012). Para ele, a vitimização reduz a probabilidade de confiar na polícia local em 10%, que é uma redução significativa, uma vez que apenas cerca de 50% das pessoas tendem a confiar na polícia. É importante ressaltar que a vitimização não parece ter

um impacto sobre a confiança no sistema judicial, nem em amigos e parentes. Quais são as possíveis consequências da redução da confiança na polícia local? Os governos locais e as forças policiais podem ter de trabalhar mais na redução das consequências do crime e na reconstrução de seus vínculos com os cidadãos.

Talvez a melhor maneira de combater crimes contra o patrimônio seja por meio de uma combinação de medidas públicas e privadas. Como exemplo de investimentos privados em matéria de segurança, os circuitos fechados de televisão resultaram em reduções significativas de roubo, furto e sequestro (LOREIRO, 2012). Quanto ao Governo, os programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, podem reduzir os índices de criminalidade, combatendo a desigualdade (CHIODA et al, 2012).

4 METODOLOGIA: UMA LEITURA ECONÔMICA DA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO

Toda leitura econômica de crime contra o patrimônio, mais do que um propósito descritivo, pretende encontrar evidências sólidas para propor recomendações de políticas públicas. Esse objetivo abrangente tem de ser contextualizado para esta publicação. É verdade que este capítulo fará uma leitura descritiva das estatísticas como uma maneira de apresentar o perfil das vítimas e para compreender a distribuição de vitimização dos crimes contra o patrimônio em toda a sociedade. Tal perfil não é uma conquista pequena, considerando a rica diversidade social e geográfica do Brasil. Saber quem são as vítimas é o primeiro passo para abrir espaços de discussão com intuito de refletir sobre as políticas atuais e projetar as políticas relevantes de acordo com as tendências de desenvolvimento.

Mais do que uma recomendação concreta, com base em um exercício acadêmico que aborde e resolva todos os problemas com os dados, a análise estatística e econométrica têm um propósito mais limitado: sugerir os possíveis temas para futuras pesquisas e, principalmente, os temas para que os gestores de políticas públicas concentrem sua atenção e construam sinergias que aumentem a efetivi-

dade das estratégias de segurança pública. As políticas mais bem sucedidas são o resultado de um processo de baixo para cima, ou seja, os gestores de políticas públicas têm o papel principal de construir um consenso com base em conclusões acadêmicas e nas preferências e expectativas dos grupos sociais. O papel da análise acadêmica está, então, reorientada para enriquecer o debate entre as partes interessadas.

Assim, cinco são as perguntas que norteiam esta análise: 1) Quem são as vítimas do crime contra o patrimônio?; 2) Quais são os crimes contra o patrimônio mais comuns?; 3) As vítimas reportam os incidentes às autoridades?; 4) Quais são os Estados com maiores taxas de vitimização do crime contra o patrimônio?; 5) O que as autoridades podem fazer para combater o crime contra o patrimônio em todo o país? A primeira questão explora as principais características socioeconômicas das vítimas. A segunda, identifica quais são os crimes contra o patrimônio mais comuns ou que ocorrem com maior frequência. Essa variável é importante para as autoridades desenvolverem melhores estratégias de dissuasão, e para os cidadãos tomarem as devidas medidas de proteção. A pergunta número 3 é fundamental para estimar a dimensão real do crime e de seus possíveis custos para os cidadãos e para a economia. Além disso, reportar a ocorrência do crime indica a confiança na relação entre os cidadãos e as autoridades. Na quarta pergunta, as diversidades regionais podem ser explicadas pelos diferentes níveis de renda ou de desenvolvimento. A última tratará de possíveis recomendações para melhorar as políticas públicas. Além disso, irá propor reflexões para possíveis estratégias públicas que possam ser implantadas no futuro.

Os dados da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) serão usados para realizar esta análise. Pesquisas de vitimização são ferramentas muito poderosas para saber a real dimensão do crime na sociedade. Este tipo de pesquisa tem várias vantagens. Em primeiro lugar, os dados tendem a ser melhores do que os números oficiais (como as estatísticas recolhidas pelas forças policiais). Os números oficiais são baseados nas pessoas que vão denunciar a vitimização à polícia. O problema é que nem todas as vítimas vão para as delegacias ou quais-

quer outras instituições para fazer a denúncia. Se denunciar pode envolver uma perda de tempo, como ficar em filas, ser conduzido para diferentes instâncias institucionais, preencher questionários e formulários, ou ser interrogado sem o devido cuidado, acarretando na exposição a situações constrangedoras e ocasionando, como consequência, a escolha por não denunciar. Além disso, as pessoas podem preferir apenas denunciar os crimes mais graves, como quando foram ameaçados ou feridos durante o assalto, ou quando o valor roubado foi significativo. Se assim for, os pequenos delitos vão ficar quase invisíveis para as autoridades.

Outra vantagem das pesquisas de vitimização é que abrangem o indivíduo e sua família. A vitimização em nível familiar lança luz sobre como o crime impõe mudanças comportamentais em todos os membros da família, mesmo para aqueles que não foram diretamente vitimados. As informações em nível doméstico são um bom indicador do custo social do crime contra o patrimônio. Não é que a vitimização em nível individual não seja importante, mas um indivíduo tem de ser entendido no tecido das relações sociais.

As pesquisas de vitimização reúnem informações sobre cada uma das vítimas, em relação aos indicadores socioeconômicos, que, de outra forma, não podem ser coletados em uma delegacia de polícia ou que têm de ser estimadas utilizando dados agregados para as cidades ou regiões. Esta informação em nível micro é muito útil para uma análise estatística que pode abranger todos os matizes diferentes que poderiam ser ignoradas quando se usam dados agregados.

Este tipo de pesquisa também tem suas fraquezas. Importante citar o erro de recordação (*recall error*). Ao reportar a vitimização, pessoas entrevistadas só podem se lembrar dos crimes economicamente significativos que sofreram. Quanto maior o período de tempo entre o momento da vitimização e a época da pesquisa, menor a probabilidade de a pessoa lembrar e informar a ocorrência. Se as pessoas só se lembram dos crimes que representaram uma perda econômica considerável, há um erro nãoaleatório de medição que pode tornar insignificante qualquer relação.

Existe um viés reproduzido na relação entre a pessoa pesquisada e o pesquisador, também conhecido como viés do pesquisador. Se a pessoa pesquisada não

confia no pesquisador, ele ou ela não vai revelar verdadeiramente a sua história de vitimização. A confiança é importante porque a vitimização é uma questão altamente moral e as pessoas não estão dispostas a relatar os acontecimentos, pois elas podem se sentir estigmatizadas.

A fraqueza final está relacionada com o tempo da pesquisa, se a pesquisa é coletada durante um período de baixa ou alta vitimização. Se há alguma sazonalidade, ela afetará as tendências da criminalidade. É totalmente seguro assumir que tal sazonalidade existe. Se assim for, então a informação da vitimização não é aleatória e fica desequilibrada. Por exemplo, pode ser que a vitimização tende a atingir o pico no fim do ano. Portanto, as pessoas entrevistadas no final do ano experimentaram mais eventos criminais que as pessoas entrevistadas no início do ano. As diferenças significativas na vitimização seriam o resultado do momento da pesquisa, mais do que de características observáveis entre as pessoas pesquisadas.

Reconhecendo as vantagens e desvantagens das pesquisas de vitimização, as informações socioeconômicas podem ser usadas para analisar crimes contra o patrimônio da seguinte forma:

Sexo: esta é uma medida da composição da população, mas, especialmente, das diferenças de consumo. No mercado criminal, esta é também uma medida de vulnerabilidade, uma vez que aponta para diferenças significativas na resistência aos crimes ou, ao contrário, onde estão os principais mercados de produtos e o maior potencial de ganhos criminosos.

Residência: Está relacionada com a cidade de moradia e o tempo de vivência no lugar. As diferentes medidas desta variável podem ajudar a entender se há algum padrão de deslocamento relacionado à vitimização. Não há uma resposta evidente para essa relação. Viver no mesmo lugar pode permitir que as pessoas saibam mais sobre o comportamento criminoso na sua cidade de residência e, neste caso, poderá reduzir a vitimização. Ao contrário, pode-se inferir que as pessoas se mudam com frequência como uma estratégia de evitar a vitimização.

Estado civil: esta variável está relacionada a uma mudança de preferências

relacionadas com a propriedade e o bem social. Por exemplo, pessoas solteiras podem estar mais expostas ao crime, uma vez que passam mais tempo na rua ou fora da sua casa. As pessoas casadas podem passar mais tempo em casa, especialmente, no cuidado dos seus filhos. O erro de recordação também pode estar relacionado ao estado civil, uma vez que o casamento ou a união estável podem levar a uma avaliação diferente dos bens e dos ativos financeiros.

Raça: a evidência em todo o mundo apoia a ideia de que o crime tende a se agrupar em determinados grupos raciais. Este agrupamento é explicado pela discriminação econômica e social que algumas raças sofrem. Podem ser forçadas a viver em áreas mais perigosas e, portanto, a serem mais vitimizadas. É também um indicador de renda e de mobilidade social. Para grupos raciais mais pobres e com menor probabilidade de ascensão social, o crime é mais prejudicial, sendo outra forma de discriminação, uma vez que os impede de desfrutar plenamente dos seus direitos como cidadãos.

Nível de escolaridade: está relacionado com a renda, o comportamento cívico e as preferências sociais. Espera-se que as pessoas com maior índice de escolarização ganhem salários mais altos. Como consequência, encontram-se mais expostas a sofrerem crimes contra o patrimônio, uma vez que podem comprar bens de maior valor econômico. Nesta situação, um nível de escolaridade mais alto pode aumentar a taxa de criminalidade. Além disso, pessoas com maior escolaridade podem preferir denunciar sua vitimização às autoridades. Quanto mais elas denunciam, maior será a pressão sobre as autoridades e maior a efetividade na luta contra o crime.

Orientação Sexual: é um novo tipo de categoria de análise e reconhece que a sociedade evoluiu. Não deveria haver diferenças significativas de vitimização entre as categorias orientação sexual, a menos que eles causem: diferentes padrões de consumo, de utilização do espaço público ou do uso do tempo de lazer. Talvez, esta análise pode estabelecer se o crime contra o patrimônio é fonte de discriminação contra as pessoas com diferentes orientações sexuais.

Participação econômica: a situação de emprego é um indicador de vitimização, na medida em que está relacionada com o uso do tempo. As pessoas empregadas têm menos tempo para cuidar de sua propriedade e estão mais expostas ao crime no desenvolvimento das atividades relacionadas ao seu trabalho (especialmente, nas viagens diárias). Os desempregados podem ter mais tempo para cuidar de seus pertences e, portanto, podem estar menos expostos ao crime. Isto é a teoria. No entanto, a teoria pode também dizer que as pessoas desempregadas podem ser mais prejudicadas pelo crime contra o patrimônio se evita que eles procurem um emprego.

Nível de renda: um dos dilemas na economia é tentar estimar a relação entre renda e crime. É importante notar para esta pesquisa que os dados não permitem controlar a renda específica, mas apenas uma faixa de renda pra cada pessoa. Se o crime não muda continuamente ao longo da distribuição de renda, os grupos de renda vão esconder esta verdadeira variação. A renda pode estar relacionada ao crime contra o patrimônio indiretamente. Por exemplo, por meio de uma falha institucional no mercado imobiliário. Com esta falha, as pessoas mais pobres podem ser forçadas a viver em locais onde medidas de proteção não podem ser empreendidas. O uso desta categoria vai levar a estabelecer se o crime funciona como um imposto injusto, com um peso maior nos agrupamentos mais pobres.

Classificação socioeconômica: Esta é outra medida da riqueza, ou melhor, de bem-estar relativo. Renda pode ter o problema da variação ao longo do tempo ou sazonalidade. A classificação socioeconômica pode ser uma medida mais abrangente da posição social e, ainda, uma medida mais estável de atitudes econômicas. As classes sociais podem ser mais um indicativo de vitimização no sentido de que elas descrevem algumas cestas de consumo mínimo, bem como as preferências sociais.

O último ponto metodológico está relacionado com as já mencionadas estatísticas a serem apresentadas: vitimização geral e vitimização específica. Um exemplo pode ser mais ilustrativo: Suponha-se que, em uma amostra de 100 indivíduos, sendo 52 mulheres e 48 homens, 6 mulheres e 8 homens foram vítimas

de roubo de carro. Desta forma, os números de vitimização mostram que 11,53% das mulheres e 16,67% dos homens sofreram com esse crime. Os números podem ser entendidos como vitimização geral. Em um total de 14 vítimas de roubo de carro, 42,85% são do sexo feminino e 57,15% são do sexo masculino. Estes últimos percentuais são os dados de vitimização específica para roubo de carro, pois mostram a distribuição por sexo apenas entre as vítimas de roubo de carro.

Os dados de vitimização geral e específica têm de serem lidos de forma diferente. Os números de vitimização específicos são os que mostram a concentração do crime e, portanto, qual ação do governo será necessária para a implantação das políticas públicas de segurança. Estatísticas gerais de vitimização indicam a extensão em que um grupo social pode ser alvo de criminosos. O foco da política será em como lidar com as diferenças sociais na concepção e discussão das políticas públicas de segurança.

5 UM OLHAR SOBRE A VITIMIZAÇÃO GERAL

Na amostra, 46% das pessoas relataram ter um carro, caminhão ou veículo utilitário esportivo, enquanto apenas 19,5% relataram ter uma moto. A maior parcela da propriedade de um carro ou caminhão é o resultado de vários processos sociais e de processos econômicos. À medida que os mercados evoluem e a economia cresce, mais pessoas podem ter acesso a um carro ou a moto, tendo acesso, inclusive, ao mercado de crédito. Além disso, há uma clara tendência de migração da propriedade de moto para propriedade de carro constituído por mudanças nos níveis de idade, renda e educação. Esta estrutura social e econômica que define a propriedade está simultaneamente determinando como os roubos e os furtos de carro e moto se expandem na sociedade.

A Tabela 5.1 indica que a propriedade de carros aumenta com as diferentes faixas etárias, e só diminui para as pessoas de 60 anos ou mais de idade. Em comparação, a propriedade de moto declina continuamente entre as faixas etárias. Como andar de moto pode representar um risco mais elevado e pode exigir mais habilida-

des, as pessoas preferem ter um carro à medida que envelhecem. Se propriedade de carro está aumentando à medida que as pessoas envelhecem, é porque elas têm mais experiência e, possivelmente, um salário maior no mercado de trabalho.

Tabela 5.1 Propriedade de carro ou de moto por grupo de faixas etárias

Faixa Etária	Possui ou Possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete	Possui ou possuiu alguma moto motocicleta ou lambreta
De 16 a 24 anos	40,83	24,01
De 25 a 34 anos	45,72	24,03
De 35 a 44 anos	49,04	20,36
De 45 a 59 anos	51,80	16,72
Mais de 60 anos	41,04	8,31

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Este padrão é claramente provado nas próximas três tabelas que abordam a questão da renda mais diretamente. Se a educação é um indicador de renda, assumindo que as pessoas mais educadas ganham mais dinheiro (na média), é facilmente visto que, quanto maior o nível de escolaridade, maior a proporção de pessoas que possuem um carro. A propriedade de uma motocicleta só aumenta até o grupo de pessoas que concluíram o ensino médio e desce para as pessoas com educação universitária. Para algumas pessoas com menor nível de escolaridade, uma motocicleta é um meio de transporte e instrumento de trabalho. Para as pessoas com maior nível de escolaridade, uma motocicleta pode ser um meio de transporte ou de um veículo de lazer.

Tabela 5.2 Propriedade de carro ou de moto de acordo por grupos de nível de escolaridade

Curso mais elevado que já concluiu	Possui ou Possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete	Possui ou possuiu alguma moto motocicleta ou lambreta
Sem instrução	14,86	10,33
Ensino fundamental incompleto	32,20	16,02
Ensino fundamental completo	43,83	18,68
Ensino médio incompleto	39,00	21,63
Ensino médio completo	51,12	23,72
Superior incompleto	65,79	22,45
Superior completo	78,11	18,39
Pós-graduação	85,17	15,54

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A tabela da renda familiar mostra uma relação positiva entre renda familiar e propriedade de carro. Observe que a relação entre renda familiar e posse de moto é mais bem descrita como um U invertido. Para as pessoas mais ricas ter um carro é uma decisão racional em vez de ter de usar o transporte público pouco confiável edesconfortável. Ter um carro é também uma afirmação social de pertencimento à classe média.

Tabela 5.3 Propriedade de carro ou de moto por grupos de nível de renda familiar

Renda total Mensal	Possui ou Possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete	Possui ou possuiu alguma moto motocicleta ou lambreta
Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	13,20	10,88
Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.020,00)	29,79	18,17
Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	50,75	23,53
Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	68,40	25,93
Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	84,28	22,61
Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	92,44	19,03
Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	92,09	14,68
Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)	97,44	15,53

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Vai ser sustentado ao longo deste capítulo que a classificação socioeconômica é um indicador mais preciso do status social, pois abrange padrões de renda e de vida. Este quadro confirma os resultados da tabela anterior: pessoas mais ricas possuem carros e a propriedade de motocicletas se concentra na classe média baixa. No entanto, é importante ressaltar que as pessoas mais pobres são muito marginalizadas na propriedade de veículos de transporte. Elas podem utilizar mais transporte público e, conseqüentemente, estarão mais expostas a outros tipos de crimes, assaltos, especialmente, violentos e roubos e furtos de outros objetos.

Tabela 5.5 Propriedade de carro ou de moto por grupos de classificação socioeconômica

Classificação Socioeconômica	Possui ou Possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete	Possui ou possuiu alguma moto motocicleta ou lambreta
A1	99,42	15,11
A2	99,54	21,80
B1	96,81	22,39
B2	87,19	23,74
C1	46,02	21,30
C2	9,19	17,48
D	2,34	11,10
E	1,05	5,45

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A tabela a seguir contém as informações da vitimização do entrevistado ou de alguém na sua família. Quanto aos roubos e furtos de carro ou de moto, os percentuais são computados apenas para quem tem um carro ou uma moto em casa. No geral, os números indicam que os furtos são mais comuns do que os roubos. A diferença entre o furto e o roubo é que o roubo implica que o assaltante use ou ameace utilizar força violenta contra a vítima diretamente. Os furtos podem ser mais comuns, porque a vítima não exerce a sua tutela sobre os seus pertences. Neste sentido, os furtos são mais fáceis para os criminosos, uma vez que o risco de confronto é minimizado. Ao usar a força violenta ou ameaçar usá-la, o ladrão pode precisar carregar uma arma (como uma arma de fogo ou uma faca). O risco que o criminoso assume é de que ele pode acabar sendo processado por matar ou ferir a vítima, além de roubar um bem econômico. No âmbito de um criminoso racional, os furtos parecem garantir que os benefícios esperados sejam maiores do que os custos esperados.

Correspondente aos valores de propriedade, à medida que mais pessoas possuem carros, mais estarão expostas a sofrerem roubo ou furto de carro. Adicionando os percentuais de roubo e furto de carro, o resultado duplica os percentuais combinados de roubo e furto de moto. Isto é claramente uma expressão de distribuição da propriedade de veículos no país. Apenas pode ser uma hipótese neste momento e com a informação atual, mas pode ser que os roubos e furtos de carros representem maiores lucros para os criminosos. Os maiores valores correspondem ao roubo e ao furto de objetos. Quase 30% da amostra já sofreu algum tipo de roubo ou furto no passado. Os dados também confirmam que o furto é mais comum do que o roubo, talvez pelas razões já mencionadas. A pesquisa detalha o tipo de objeto que foi roubado no passado.

Não apresentada nesse capítulo, a informação sobre os valores econômicos dos bens roubados varia entre baixos e elevados. Na maioria dos casos, os bens roubados são bens que são utilizados nas rotinas diárias das vítimas e de suas famílias.

O sequestro é um evento de vitimização criminal raro, pelo menos conforme relatado pela PNV. Os números baixos não escondem a gravidade e as consequências psicológicas e sociais duradouras para as vítimas deste crime. O sequestro relâmpago parece ser um tipo de crime que chama à atenção das autoridades e cria medo e ansiedade entre os cidadãos. A evidência anedótica, em todo o país, sugere que este tipo de sequestro está crescendo. Curiosamente, o sequestro relâmpago tem um valor considerável na pesquisa de vitimização.

Tabela 5.6 Vitimização por tipo de crime contra o patrimônio

Variável	Resposta positiva
Vítima de Furto de Carro	8,75
Vítima de Roubo de carro	4,19
Vítima de Furto de Moto	4,09
Vítima de Roubo de Moto	2,79
Vítima de Furto de Objeto	20,76
Vítima de Roubo de Objeto	10,75
Vítima de Sequestro	0,33
Vítima de Sequestro Relâmpago	0,44

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Os entrevistados também foram questionados sobre o tipo de fraude que sofreram. Fraude é o resultado da falta de controles no mercado que garantam a qualidade e a confiabilidade das condições pelas quais os pagamentos e os produtos são trocados. Mais importante ainda, a recente expansão dos dispositivos da tecnologia e da internet fez da segurança de acesso às informações pessoais uma demanda crítica da sociedade.

Como o pagamento eletrônico de operações comerciais está cada vez mais comum, não é estranho que a fraude em cartão de crédito seja uma das principais fontes de vitimização. A fraude em “produto não entregue” também foi muito importante na pesquisa, sendo o resultado das novas maneiras de fazer as transações econômicas, nas quais os consumidores e os ofertantes não precisam da proximidade física.

A vitimização por dinheiro falso é a fraude mais importante para esta amostra. Este é um resultado surpreendente, mas postula que ainda existem pessoas

que não estão usando os novos meios de pagamento. Também pode significar uma questão mais complexa. A falsificação de dinheiro é geralmente feita por redes criminosas sofisticadas. Os baixos percentuais de vitimização poderiam realmente dizer que as políticas brasileiras contra essas redes estão sendo efetivas, com resultados esperados.

Tabela 5.7 Vitimização por Fraude por tipos específicos

Variável	Resposta positiva
Vítima de fraude em cartão de crédito	1,83
Vítima de fraude num cheque	0,53
Vítima de dinheiro falsificado	3,73
Vítima de produto não entregue	1,52
Vítima de fraude num investimento	0,84
Vítima de celular clonado	0,61
Vítima de linha de telefone residencial clonado	0,77
Vítima de fraude em documentos de identificação	0,55
Vítima de outros tipos de fraude	0,78
Vítima de fraude na internet	0,67

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Uma análise mais detalhada nas próximas seções será parcialmente baseada nas perguntas que as pessoas vitimadas nos últimos 12 meses responderam. Para as pessoas ou famílias que já foram vítimas, a pesquisa perguntou se o evento aconteceu nos últimos 12 meses. Mesmo que a maioria da vitimização não tenha ocorrido nos 12 meses anteriores à pesquisa, alguns tipos de crime apresentaram resultados peculiares.

Roubo e furtos de motos em relação ao ano anterior à pesquisa foram maiores do que os roubos e furtos de carros. Isto contradiz o que foi comentado das tabelas anteriores. Foi um ano especial com altas taxas de roubos e furtos de motos? Talvez, mas este não é o caminho certo para procurar respostas. Mais do que uma no atípico, as respostas têm de ser encontradas no comportamento das vítimas e nas possíveis particularidades de possuir uma motocicleta. O alto percentual para o furto de motocicleta pode ser uma indicação de duas situações possíveis. Em primeiro lugar, as pessoas que possuem motos estão mais expostas a essa

vitimização porque as motos não são tão seguras como um carro (um carro tem portas, janelas, alarmes, etc). Em segundo lugar, pode ser que as pessoas que sofreram furtos de motocicleta tendem a substituir o objeto roubado e aumentam a sua probabilidade de vitimização futura tendo uma moto nova.

Uma parte significativa dos entrevistados relatou ter tido um objeto roubado ou furtado no último ano. Como os valores dos possíveis produtos variam ao longo de um largo intervalo, muitos desses objetos roubados constituem o que pode ser chamado de furtos e roubos pequenos. Mais do que o valor real, os números são importantes, pois representam que muitos entrevistados se sentem realmente vitimados. Este é um resultado muito importante e envia uma forte mensagem para as autoridades. Quanto maior forem os relatos de vitimização, mesmo para pequenos incidentes, mais os cidadãos vão exigir das autoridades o controle do crime, e mais poderão investir em medidas de proteção.

Tabela 5.8 Vitimização nos últimos 12 meses entre pessoas vitimadas

Variável	Resposta positiva	
	Sim	Não
Vítima de Furto de Carro	25,05	74,95
Vítima de Roubo de carro	22,91	77,09
Vítima de Furto de Moto	48,79	51,21
Vítima de Roubo de Moto	39,14	60,86
Vítima de Furto de Objeto	47,03	52,97
Vítima de Roubo de Objeto	33,95	66,05
Vítima de Sequestro	11,83	88,17
Vítima de Sequestro Relâmpago	21,37	78,63

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A última análise da vitimização geral explora a distribuição geográfica do crime entre os estados brasileiros. A ideia aqui não é apresentar um ranking de vitimização dos crimes contra o patrimônio. A classificação é uma estratégia incompleta de apresentar e analisar informações. Um ranking de vitimização vai exigir informações sobre o desenvolvimento econômico e social, a eficácia da polícia, as despesas com segurança e uma informação de vitimização por vários períodos. A informação de vitimização disponível é apenas para um período de

tempo, que pode ser anormalmente elevado ou muito baixo. Além disso, a sociedade brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. Ainda é cedo para dizer como estão as relações entre a sociedade e o crime.

Os Estados mais desenvolvidos economicamente parecem ter taxas mais elevadas de roubo e furtos de carros e motos. Os Estados que se beneficiaram com o auge das exportações de *commodities* parecem ter ficado em torno dos mesmos níveis de roubo e furto dos estados mais desenvolvidos. Alguns estados, inclusive, estão se aproximando do nível de criminalidade do Rio de Janeiro, podendo ser uma indicação da generalização da propriedade de motocicleta que parece ser, proporcionalmente, maior em alguns estados do Norte e Nordeste.

No caso de roubo e furto de outros objetos, as diferenças mais marcantes entre os estados estão relacionadas com os roubos. Parece que alguns estados do Norte e Nordeste tiveram as taxas mais elevadas desse tipo de crime. Como estes são os estados onde a maior parte do investimento do governo foi dirigida nos últimos anos e onde a renda tem aumentado significativamente, a criminalidade tem aumentado conseqüentemente. Este resultado refere-se à complicada relação entre a criminalidade e os níveis de renda na sociedade. O aumento da renda dos cidadãos pode ocasionar maiores taxas de criminalidade, porque são mais elevados os potenciais ganhos ilícitos do crime. Posteriormente, quando os aumentos de renda são acompanhados pelo desenvolvimento social, a sociedade melhora no combate à criminalidade e na promoção de comportamentos mais produtivos em todos os habitantes.

Tabela 5.9 Distribuição dos principais crimes contra o patrimônio entre os estados do Brasil

UF	Furto de Carro	Roubo de carro	Furto de Moto	Roubo de Moto	Furto de Objeto	Roubo de Objeto	Sesquestro	Sesquestro Relâmpago
AC	2,75	1,17	0,81	3,22	27,35	7,45	0,18	0
AL	3,61	3,9	1,71	1,67	18,89	10,46	0,1	0,18
AM	3,53	1,65	5,77	1,16	23,38	11,52	0,14	0,37
AP	8,03	4,63	6,53	0,75	42,99	19,46	0,15	0,23
BA	7,25	3,9	2,31	4,4	21,01	13,44	0,27	0,41
CE	7,73	4,3	2,73	3,32	24,16	16,34	0,21	0,12
DF	9,29	2,1	0,67	3,76	16,65	9,07	0,32	0,35
ES	5,1	3,2	3,04	2,05	23,03	10,41	0,24	0,24
GO	8,06	1,61	3,45	1,21	21,59	7,33	0,39	0,4
MA	4,46	0,68	1,08	1,01	19,95	12,37	0,1	0,3
MG	9,23	2,27	3,68	1,66	22,17	8,1	0,07	0,26
MS	2,63	1,2	3,77	1,82	22,61	4,07	0,08	0,6
MT	3,95	1,85	3,08	1,44	22,28	6,49	0,38	0,12
PA	4,53	3,77	6,17	3,37	30,12	19,83	0,27	0,51
PB	4,05	1,16	0,57	0,47	19,17	16,21	0	0,05
PE	7,63	6,74	2,03	2,01	20,76	17,35	0,51	0,21
PI	3,97	0,87	1,52	0,91	19,71	4,72	0	0
PR	6,33	2,21	3,17	1,16	19,13	6,86	0,25	0,55
RJ	11,27	7,37	8,05	5,41	19,8	14,85	0,61	0,53
RN	7,28	3,44	1,75	6,02	29,28	19,78	0,36	0,93
RO	5,78	0,24	1,54	3,09	17,45	4,87	0,27	0,15
RR	6,06	2,96	4,32	0	22,86	7,87	0	0
RS	8,96	4,51	2,93	2,27	19,24	7,92	0,53	0,43
SC	5,28	1,04	3,96	0,4	19,09	3,35	0,23	0,3
SE	10,72	1,29	4,96	0,52	14,45	10,63	0,9	0,18
SP	10,75	5,66	5,91	4,21	19,15	9,31	0,38	0,66
TO	2,68	0	4,14	0,27	27,66	5,37	0,16	0,12

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

6 VITIMIZAÇÃO POR ROUBOS E FURTOS DE CARRO

Entre as vítimas de furto de carro, 56.85% delas são do sexo masculino. O percentual é semelhante entre as vítimas de roubo de carro, já que os homens representam 57,5% das vítimas. Cerca de 51% das vítimas de ambos os crimes relataram ter sempre residido na mesma cidade. Esses dois crimes estão direcionados às pessoas que declararam ser casadas ou em união estável (em torno de 63%). A composição das vítimas por cor e orientação sexual reflete a composição da amostra. Cerca de 64% das vítimas eram de raça branca e em torno de 98% se identificaram como heterossexuais. 87% das vítimas de furto de carro e 92% das vítimas de roubo de carro apenas perderam um veículo ao longo dos últimos 12 meses.

A distribuição desses dois tipos de vitimização para as faixas etárias mostra um padrão irregular. A expectativa era de um aumento linear até o grupo de 45-59 anos de idade e um declínio para a faixa etária mais velha. Na verdade, a faixa etária de 45-59 anos é a mais vitimizada. No entanto, existe uma redução relativa para a faixa etária de 34-44 anos (como pode ser visto na seguinte tabela). Este padrão irregular está relacionado a uma dinâmica da população? Como a sociedade fica mais velha, há menos pessoas nas faixas etárias intermediárias. Outra explicação possível é que esta é a idade na qual as pessoas estão ocupadas com a educação dos filhos e trabalhando mais, em consequência, reduzindo a exposição à vitimização.

Tabela 6.1 Vitimização por furto e roubo de carro por grupos de faixa etária

Faixa Etária	Vítima de Furto de Carro	Vítima de Roubo de Carro
De 16 a 24 anos	14,58	13,58
De 25 a 34 anos	22,09	21,11
De 35 a 44 anos	19,47	19,87
De 45 a 59 anos	27,13	27,87
Mais de 60 anos	16,73	17,57

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

O nível de escolaridade das vítimas sugere que a maioria possui o ensino médio como seu nível de escolaridade mais elevado. Assumindo o fato bem conhecido de que estas pessoas têm salários mais baixos do que as pessoas que completaram o ensino superior, a perda de um carro representa uma perda significativa para essas famílias. O Brasil tem feito esforços significativos na expansão do acesso à educação universitária e facilitar as condições para as pessoas mais pobres avançarem para a faculdade. Isso pode alterar a distribuição de vitimização de acordo com níveis de escolaridade em um futuro próximo. No entanto, isso pode não alterar o peso desigual do crime na atualidade.

Tabela 6.2 Vitimização por furto e roubo de carro por grupos de nível de escolaridade

Curso mais elevado que já concluiu	Vítima de Furto de Carro	Vítima de Roubo de Carro
Sem instrução	0,74	0,53
Ensino fundamental incompleto	14,79	12,08
Ensino fundamental completo	9,02	10,36
Ensino médio incompleto	8,22	5,73
Ensino médio completo	28,36	30,24
Superior incompleto	12,69	15,95
Superior completo	18,48	20,11
Pós-graduação	7,68	4,99

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A hipótese de salários é comprovada na tabela seguinte. Pessoas que ganharam 3-5 salários mínimos foram as que mais sofreram com esses dois tipos de crimes contra o patrimônio. A distribuição se representa em forma de U invertido entre categorias de renda familiar, o que claramente reforça e fortalece a conclusão deste capítulo: os crimes contra a propriedade parecem ter uma maior carga desproporcional para as classes médias. Uma questão interessante para complementar as futuras pesquisas nacionais sobre o tema pode ser se as pessoas compram um seguro para o seu carro e o seu valor anual. Se eles podem pagar um seguro, talvez a perda será relativamente menor, mas o valor das medidas de proteção pode ter um maior peso proporcional na sua receita líquida.

Tabela 6.3 Vitimização por furto e roubo de carro por grupos renda familiar

Renda total Mensal	Vítima de Furto de Carro	Vítima de Roubo de Carro
Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	3,47	3,73
Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$1.020,00)	13,45	13,02
Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	20,09	18,73
Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	27,15	26,47
Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	20,64	20,43
Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	7,55	7,91
Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	3,60	4,72
Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)	4,05	4,93

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A classe média baixa e classe baixa superior representam cerca de 60% do total de vítimas de roubos e furtos de carros. A composição econômica da população brasileira não pode ser negada. A vitimização reflete a composição da população. Este fato é indicativo do tipo de exigências dos cidadãos com relação às políticas de segurança e a eficácia das autoridades. Da mesma forma demandam as autoridades interagir na concepção de melhores procedimentos para fazer a justiça mais próxima dos cidadãos e fazer da cooperação uma ferramenta de fortalecimento da sociedade e das instituições.

Tabela 6.4 Vitimização por furto e roubo de carro por grupos de classificação socioeconômica

Classificação Socioeconômica	Vítima de Furto de Carro	Vítima de Roubo de Carro
A1	1,11	1,74
A2	1,95	9,71
B1	23,79	26,18
B2	39,24	42,74
C1	20,04	16,78
C2	2,78	2,24
D	1,09	0,59

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Ao observar onde o carro foi roubado ou furtado, os dois tipos de crimes também compartilham um traço comum: em mais de 50% dos casos, as pessoas foram vítimas na rua ou em casa. 64% dos proprietários e vítimas de roubo estavam presentes durante o incidente e 24% deles sofreram algum tipo de agressão física. De acordo com as vítimas, em 80% dos incidentes os ladrões carregavam uma arma durante o assalto (arma de fogo quase na totalidade). Apesar destes grandes números, apenas 8% das vítimas sofreram alguma lesão. Finalmente, 70% das vítimas de roubo reconheceram que o incidente prejudicou sua rotina. Este é talvez o maior custo social. Em termos da literatura de referência, é sobre a perda de tempo e produtividade da vítima, bem como a diminuição do seu bem-estar, que a sociedade e o governo têm de intervir por meio da criação de redes e mecanismos de apoio às vítimas.

Apenas 69% das vítimas de furto de carro e 89% das vítimas de roubo de carro denunciaram o incidente à polícia. Isso significa que os dados oficiais estão subestimando por cerca de 30% e 10%, respectivamente, a extensão real desses dois crimes contra o patrimônio. Não denunciar implica um problema para a análise dos dados oficiais, e ainda mais para a concepção de melhores políticas públicas. Daqueles que não denunciaram à polícia, mais de 96% das vítimas, para ambos os crimes, não fizeram nenhum relato a outras autoridades. Talvez, melhorar os canais de comunicação, os procedimentos para o registro e o uso de tecnologia para reduzir a perda de tempo das vítimas poderão alterar esses números no futuro.

7 VITIMIZAÇÃO POR FURTO E ROUBO DE MOTO

Como foi com os crimes anteriores, o furto e o roubo de motocicleta foram direcionados, principalmente, à população masculina (58% e 55% respectivamente). Existe uma convenção social generalizada em que os homens usam a motocicleta para o transporte e para o trabalho. Na mesma linha da seção anterior, as vítimas foram compostas por pessoas que residiram na mesma cidade (57%

para o furto e 53% para o roubo). Este é um resultado que vai exigir uma análise mais aprofundada para investigar se a segurança é uma razão que as pessoas consideram ao tomar suas decisões de localização entre cidades. É possível que a segurança leve a decisão de realocação dentro das cidades, saindo de bairros perigosos, mas a decisão de mudar de cidade envolve uma série de custos (em termos de encontrar um novo emprego e das redes parentais), que exigirá uma análise mais aprofundada.

A composição da amostra da pesquisa explica porque cerca de 97% dos heterossexuais indicaram que sofreram furto ou roubo de motocicleta. Contra a composição da amostra, um dos principais resultados da seção está relacionado com a distribuição entre raças ou cores destes dois crimes. As pessoas que se identificaram como de cor parda foram 42% das vítimas. Ao adicionarem-se as pessoas identificadas como de cor branca, os dois grupos representam 80% do total de vítimas. Apenas para estes dois crimes, as pessoas de cor parda estão em torno ou acima dos níveis das pessoas brancas. Se a cor está relacionada à renda, como é o caso em muitos países ao redor do mundo, então pode ser que alguns grupos sociais (definidos pela cor) só têm recursos para comprar motocicletas e, com isso, tornam-se as principais vítimas. Finalmente, as pessoas casadas representam 55% das vítimas do furto, enquanto representam, ainda, 64% das vítimas de roubo de moto.

As pessoas de 16 a 34 anos de idade constituem o principal grupo de pessoas que sofreram com as ações de criminosos no que diz respeito às suas motocicletas (Tabela 6.1). A distribuição etária explica parcialmente porque a distribuição de vitimização no nível máximo de escolaridade concluído também encontra as percentagens máximas para as pessoas que só concluíram até o ensino médio (Tabela 6.2).

Tabela 7.1 Vitimização por furto e roubo de moto por grupos de faixa etária

Faixa Etária	Vítima de Furto de Moto	Vítima de Roubo de Moto
De 16 a 24 anos	25,42	14,22
De 25 a 34 anos	29,18	34,2
De 35 a 44 anos	79,52	22,64
De 45 a 59 anos	20,11	24,3
Mais de 60 anos	5,78	4,64

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Foi dito na seção anterior que alguém que completou apenas até o ensino médio pode ganhar, em média, um salário menor do que aquele que possui educação universitária. Foi também mencionado que a perda de um carro, devido à atividade criminosa pode representar uma perda econômica maior para aqueles com baixos níveis salariais. As mesmas idéias podem ser inscritas nos casos de furto e roubos de moto.

Quando a moto é um meio de transporte utilizado para fins de trabalho, a perda de produtividade e dos salários recebidos representam um custo social preocupante. Deve ser considerado que a moto pode ser utilizada pelo usuário como uma ferramenta, assim, o seu roubo causará uma desvantagem no mercado de trabalho. Ou ainda, quando o transporte público é deficiente e pouco confiável, as famílias de baixa renda compram uma moto como uma forma de ter acesso a empregos mais estáveis e com salários mais elevados.

Tabela 7.2 Vitimização por furto e roubo de moto por grupos de nível de escolaridade

Curso mais elevado que já concluiu	Vítima de Furto de Moto	Vítima de Roubo de Moto
Sem instrução	1,69	3,27
Ensino fundamental incompleto	19,95	15,99
Ensino fundamental completo	8,72	11,86
Ensino médio incompleto	11,87	12,24
Ensino médio completo	37,78	42,14
Superior incompleto	8,24	5,66
Superior completo	9,23	7,59
Pós-graduação	2,52	1,25

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A clara e forte relação entre o nível de escolaridade e a renda familiar é uma linha constante ao longo das páginas deste capítulo. Pode parecer repetitivo, mas é importante enfatizar este resultado. A suposição de que as pessoas que apenas completaram até o ensino médio recebem, em média, salários menores, enquanto eles também recebem o maior prejuízo proporcionalmente econômico deste crime, também fica confirmada na Tabela 6.3.

Tabela 7.3 Vitimização por furto e roubo de moto por grupos de renda familiar

Renda total Mensal	Vítima de Furto de Moto	Vítima de Roubo de Moto
Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	7,50	7,83
Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$1.020,00)	23,92	30,48
Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	27,06	27,86
Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	28,23	18,57
Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	8,69	11,70
Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	3,18	2,52
Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	1,43	1,03

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Estes grupos exigem maiores medidas de segurança pública, porque não podem gastar mais em mecanismos de proteção e porque podem estar mais expostos ao crime devido aos seus padrões de mobilização, por exemplo, se eles moram longe do trabalho. A questão implica em como as demandas de segurança podem ser articuladas no âmbito dos recursos (financeiro, humano e legal) à disposição das autoridades para combater a criminalidade e aumentar o bem-estar coletivo.

Enquanto os muito pobres e os muito ricos têm uma participação baixa na vitimização desses crimes, a classe média representa 80% das vítimas. A classe média pode estar sofrendo de dois fatores diferentes. O primeiro é de um efeito puramente numérico: como representa a maior parte da sociedade, consequentemente é a classe mais vitimizada. O segundo aspecto indica um desafio para a integração do planejamento urbano e da segurança pública. Alguns segmentos da classe média,

especialmente as classes médias mais baixas, vivem em lugares onde as medidas de proteção não são eficazes, devido a infraestrutura urbana deficiente. Essas classes sociais poderiam ser beneficiadas com os serviços públicos mais eficientes, incluindo infraestrutura urbana planejada, da mesma forma que poderiam ser mais produtivas e cooperativas com as autoridades policiais, garantindo economia de escala das medidas de proteção. Os dados da pesquisa revelam que cerca de 50% das vítimas sofreram o crime em seus bairros ou nas ruas.

Tabela 7.4 Vitimização por furto e roubo de moto por grupos de classificação socioeconômica

Classificação Socioeconômica	Vítima de Furto de Moto	Vítima de Roubo de Moto
A2	3,04	3,34
B1	11,80	11,80
B2	30,14	24,91
C1	33,61	36,89
C2	15,27	16,78
D	5,41	5,97
E	0,73	0,32

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

93% das vítimas de furto e 88% das vítimas de roubo nos 12 meses anteriores a pesquisa sofreram a perda de uma única moto, por cada vítima pesquisada. Especificamente as pessoas que sofreram roubo, 64% das vítimas estavam presentes durante o incidente e, apesar de 23% terem sofrido uma agressão física, apenas 4% foram realmente feridas. 92% daquelas que sofreram o assalto indicaram que o assaltante carregava uma arma, majoritariamente uma arma de fogo. A agressão física representa um custo para a sociedade se a vítima sofreu lesões que a impediram de retornar aos níveis normais de funcionamento econômico e social. As despesas médicas, como na atenção hospitalar e medicamentosa, têm de serem entendidas como uma redistribuição dos recursos entre os setores da economia. Seu custo social real só está relacionado com o custo de oportunidade de utilizar esses recursos em outras atividades produtivas.

A polícia recebeu denúncias de 70% das vítimas de furto e 80% das vítimas de roubo. Neste sentido, 30% dos casos de furto e 20% dos casos de roubo

passaram despercebidos para as autoridades. Os percentuais de denúncia por outras autoridades, se não para a polícia, são inferiores a 10%. Denunciar torna-se uma atividade custosa e problemática para as vítimas. Por exemplo, as vítimas perdem seu tempo preenchendo formulários e esperando para ser atendidos nas delegacias de polícia. Além disso, os seus esforços de denunciar podem ser em vão se a probabilidade de recuperar os bens e de levar os criminosos para a justiça é muito baixa.

65% das vítimas disseram que o incidente mudou suas rotinas diárias. Pode ser entendido como um valor baixo, mas isso pode significar que as pessoas simplesmente se habituaram à vitimização ou que encontraram formas melhores de lidar com as consequências pessoais de perder suas motos. Talvez, as autoridades e os mercados possam fazer mais para apoiar as vítimas a solucionarem as consequências negativas dos furtos e roubos. Os seguros são parte das soluções provenientes das iniciativas privadas. Mecanismos de segurança social, como alarmes, cooperação e articulação das famílias com as delegacias de polícia podem ser soluções mais completas e socialmente eficientes.

8 VITIMIZAÇÃO POR ROUBO E FURTO DE OUTROS OBJETOS

Ao observar a distribuição geográfica da vitimização devido ao furto ou roubo de outros objetos, foi facilmente visto que os percentuais são maiores do que para os outros tipos de crime contra o patrimônio. Deixando de lado a vitimização por roubo ou furto de carro ou moto, os criminosos têm cada vez mais possibilidades de roubarem outros bens e pertences. O consumo de produtos está cada vez maior na vida cotidiana dos cidadãos, como resultado da evolução tecnológica e das mudanças nos mercados. A evolução tecnológica introduziu novos dispositivos que permitiram a mecanização de algumas tarefas que antes eram feitas à mão. Quando os mercados se desenvolvem, novas necessidades são criadas no funcionamento econômico diário da sociedade, que, na maioria das vezes, foram satisfeitas por meio do uso de novos produtos ou serviços.

Em relação ao sexo, não há diferenças significativas na vitimização devido a furtos, a amostra por sexo divide-se quase ao meio. A vitimização por roubo parece ser maior, uma vez mais, para o sexo masculino (56% do total de vítimas). Pessoas identificadas como de cor branca foram as mais vitimizadas para os dois tipos de crimes, representando cerca de 45% das vítimas. As pessoas com orientação heterossexual constituem cerca de 96% das vítimas. Como foi a constante nos capítulos anteriores, as pessoas casadas ou em união estável estavam entre as principais vítimas (no máximo, 54% no caso de furto de objeto). Para este capítulo, também é verdade que as pessoas que sempre viveram na mesma cidade têm a parcela principal na composição das vítimas. Para analisar este último resultado em profundidade seria necessário um estudo das decisões de migração e de realocação interna.

Talvez, e com boas razões, o leitor deve estar se perguntando por que nada foi mencionado sobre a participação no mercado de trabalho, proposta como uma categoria de análise na seção de metodologia. Existem três tipos de desempregos. A taxa de desemprego estrutural é definida pelas diferenças de competências e qualificações que os empregadores exigem de seus futuros empregados. Neste sentido, as pessoas estão desempregadas porque não têm as habilidades que os mercados demandam. O segundo tipo de desemprego é o cíclico que depende do nível geral de atividade econômica. Mais pessoas vão ficar desempregadas, independentemente de suas habilidades e experiências, se a economia estiver passando por uma fase de recessão. O último tipo de desemprego é o temporário, que acontece por causa das sazonalidades da economia (por exemplo, nos tempos de não-colheita para as economias agrícolas) ou porque as pessoas querem mudar de emprego.

O desemprego ou situação de emprego não foram mencionados até o momento porque a PNV não permite saber o tipo de desemprego que as pessoas estão enfrentando. Se o desemprego reduz a mobilização de pessoas e elas tendem a ser marginalizadas, como, por exemplo, ficando mais em casa, é possível explicar o porquê dos desempregados representarem apenas 6% das vítimas

de todos os crimes, enquanto as pessoas na População Economicamente Ativa representa cerca de 65% das vítimas. Já se o desemprego reduzir drasticamente a renda disponível, explicaria por que as pessoas desempregadas são uma pequena fração das pessoas vitimadas. Assim, não representam ganhos ilícitos significativos para os criminosos.

A tabela dos grupos de idade mostra que os mais jovens estão mais vulneráveis aos roubos ou furtos. Ao verificar os itens roubados ou furtados, parece que as vítimas portavam objetos não de valor econômico significativo, mas objetos de uso frequente. O efeito da exposição devido à mobilidade pode ser visto nas porcentagens de grupos de mais idade que são relativamente menos vitimizados. Um efeito de tutela sobre os bens só existe se as pessoas não podem cuidar constantemente de seus bens. A PNV oferece as respostas. O furto de objetos ocorreu em casa no caso de 54% das vítimas. Este resultado apoia a ideia de que a tutela dos bens pode reduzir aumentar o furto. Pelo contrário, o roubo de objetos aconteceu principalmente em locais públicos externos (como ruas, praças, parques, entre outros) no caso de 71% das vítimas, o que significa que a exposição devido à mobilidade é a principal causa deste crime.

Tabela 8.1 Vitimização por furto e roubo de objeto por grupos de faixa etária

Faixa Etária	Vítima de Furto de Objeto	Vítima de Roubo de Objeto
De 16 a 24 anos	20,98	23,84
De 25 a 34 anos	24,07	25,34
De 35 a 44 anos	20,02	19,42
De 45 a 59 anos	22,14	20,62
Mais de 60 anos	12,79	10,78

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Pessoas com menor nível de escolaridade, apenas até o ensino médio, representam a maioria das vítimas (cerca de 80% para ambos os crimes). De acordo com as séries estatísticas do IBGE (2013), em 2011 cerca de 89 milhões de brasileiros tenham concluído menos de 11 anos de escolaridade. Então, esses 89 milhões são o principal alvo de roubo e furto de objeto. Várias hipóteses têm sido propostas ao longo destas páginas. Particularmente, esses tipos de crimes requererão uma

revisão séria das condições de moradia e de mobilidade das pessoas com menor escolaridade. Pode ser que níveis de escolaridade mais baixos estejam relacionados com a menor tutela dos bens, porque as pessoas têm de trabalhar mais e, portanto, passam mais tempo longe de casa. Se a criminalidade está relacionada com menores rendimentos educacionais, algo que tem sido contestado na literatura, as interações sociais podem explicar essa vitimização. Pessoas com menor escolaridade podem se agrupar em determinadas áreas. Assim como tendem a estarem mais propensos a cometer crimes, este agrupamento se traduz em roubos e furtos mais elevados.

Tabela 8.2 Vitimização por furto e roubo de objeto por grupos de nível de escolaridade

Curso mais elevado que já concluiu	Vítima de Furto de Objeto	Vítima de Roubo de Objeto
Sem instrução	3,52	2,62
Ensino fundamental incompleto	24,58	21,03
Ensino fundamental completo	9,41	8,7
Ensino médio incompleto	12,94	12,96
Ensino médio completo	17,36	30,7
Superior incompleto	8,9	9,9
Superior completo	9,57	10,51
Pós-graduação	3,71	3,59

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A tabela da renda familiar mostra outra dimensão desta dinâmica de vitimização. Com maior renda, as famílias podem viver em lugares mais seguros e gastar dinheiro nas medidas de proteção que reduzem esses dois tipos de crimes. É notável que as pessoas com mais de cinco salários mínimos representam aproximadamente 15% do total de vítimas. Além disso, os mais pobres entre os pobres têm uma maior vitimização por esses crimes do que de qualquer um dos tipos anteriores já analisados. Os pequenos furtos e roubos podem não ser economicamente importantes para a vítima se o valor do objeto perdido for baixo. O verdadeiro problema de furto é se o furto se repete porque se assim for, a vitimização leva a mudanças de comportamento de consumo que podem reduzir o bem-estar do indivíduo e da sua família. Outro cenário possível é que as pessoas mais pobres são mais vitimizadas porque, em regra, suas decisões de consumo representam mudança marginal no seu bem-estar. Nesta situação, os

criminosos percebem mais facilmente quando os mais pobres estão comprando novos produtos e, portanto, identificam novamente o alvo e os benefícios potenciais do roubo ou furto.

Tabela 8.3 Vitimização por furto e roubo de objeto por grupos de renda familiar

Renda total Mensal	Vítima de Furto de Objeto	Vítima de Roubo de Objeto
Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	16,18	14,78
Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.020,00)	28,25	28,45
Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	21,07	20,34
Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	19,27	20,11
Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	9,43	10,21
Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	2,69	2,89
Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	1,43	1,37
Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)	1,69	1,84

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Pode ser argumentado que a renda não é uma boa medida do nível socioeconômico. No entanto, a próxima tabela mostra a composição desigual das vítimas. A sintonia nestes resultados entre receitas e classificação socioeconômica é mais do que uma simples correlação. É algo que chama a atenção para como esse tipo de vitimização tem de ser resolvida por medidas econômicas, mas também por meio de medidas sociais. Por exemplo, uma forma de reduzir esta vitimização pode ser promover melhores práticas de consumo e hábitos mais seguros em casa e nas ruas de classes sociais mais baixas. Cooperação entre os cidadãos pode ser a chave para mudar esses números, na ausência de recursos financeiros para combater pequenos crimes. O leitor pode se perguntar se a classificação socioeconômica está realmente exigindo mais investimentos em medidas de proteção. A lógica seria que, se as pessoas mais ricas são menos vitimizadas, a vitimização dos mais pobres estará reduzida se o governo investir recursos para as medidas

de proteção, tanto no combate ao crime, quanto no deslocamento local do crime.

Tabela 8.4 Vitimização por furto e roubo de objeto por grupos de classificação socioeconômica

Classificação Socioeconômica	Vítima de Furto de Objeto	Vítima de Roubo de Objeto
A1	0,46	0,28
A2	3,91	3,78
B1	10,61	11,63
B2	23,40	22,74
C1	27,27	27,55
C2	21,95	22,76
D	11,48	10,52
E	0,92	0,74

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Embora a vitimização seja generalizada pelos roubos e furtos de outros objetos, parece que os cidadãos não se preocupam em denunciá-los à polícia. Apenas 22% das vítimas de furto e 41% das vítimas de roubo foram a uma delegacia para relatar o incidente. Os percentuais baixos sugerem que esses tipos de crimes possuem grande dimensão, pois são muito rentáveis para os criminosos. Se as pessoas não denunciam, a polícia não pode coordenar suas ações e os criminosos agem sem controle. A pouca importância dada por algumas pessoas ao relato do crime pode indicar que se acostumaram a conviver com este tipo de criminalidade, o que explica porque apenas 48% das vítimas consideraram que suas rotinas diárias foram afetadas negativamente, depois de sofrerem este crime.

Quanto às vítimas de roubo de objeto, 83% estavam presentes durante o assalto. Enquanto 76% das vítimas relataram que o assaltante carregava uma arma e que, em 83% dos casos sofreram uma agressão física, apenas 7% realmente foram feridos. O percentual para a agressão física é o mais alto entre todos os tipos de crimes contra o patrimônio analisados neste capítulo. No entanto, o testemunho do percentual de criminosos que portavam uma arma de fogo no momento do assalto é relativamente pequeno (cerca de 80%), se comparado a outros crimes. Esta é uma questão de produtividade para os criminosos. Como o ganho é relativamente pequeno, os criminosos podem precisar usar apenas de

algum tipo de violência não letal. Nesse sentido, eles não necessitam gastar mais recursos para adquirir uma arma de fogo, porque isso aumentará os seus custos de planejamento, o que não faz sentido diante de baixo potencial de lucro.

9 VITIMIZAÇÃO POR SEQUESTRO E SEQUESTRO RELÂMPAGO

Uma das mais recentes inovações no mercado criminoso é o uso do sequestro relâmpago, a fim de extrair ganhos financeiros imediatos das vítimas. Para os criminosos, o sequestro convencional não é compensatório, envolve a tutela da pessoa, escondendo-a em um local não revelado, além disso a negociação do resgate envolve elevados riscos. As negociações podem ser morosas e as autoridades podem reagir para tentar resgatar a vítima. O processo de negociação pode conduzir a resultados indesejáveis para todas as partes, incluindo em alguns casos, a morte da vítima. Em vez de tomar todos estes riscos, os criminosos estão usando um tipo de sequestro em que, por meio da captura de alguém por um tempo curto, eles podem extrair ganhos imediatos, utilizando o dinheiro disponível ou transações bancárias (usando cheques ou cartões de crédito).

Esse tipo de crime deveria se direcionar só as pessoas mais ricas, porque elas representam lucros imediatos para os criminosos. No entanto, as pessoas mais ricas têm medidas de proteção em casa e frequentam lugares onde a vulnerabilidade é reduzida. Em casa, podem possuir segurança particular ou sistemas de circuito fechados de televisão, além de melhores condições de iluminação e de estacionamento. Quando se ausentam de suas casas, procuram visitar lugares que são mais seguros, como shoppings ou áreas comerciais protegidas. Para as pessoas mais pobres, é claro, estas medidas de segurança são a exceção, e não a regra.

Ao estudar os resultados para este crime, os números indicam que os homens são novamente os mais vitimados (sendo 51% do total de vítimas), ainda que a diferença em relação à vitimização feminina seja muito baixa. Além disso, as pessoas identificadas como de cor branca compõem 55% das vítimas. Aqueles com orientação heterossexual têm uma participação de 99% entre as vítimas.

Apenas para os casos de sequestro, as pessoas que não tenham sempre residido na mesma cidade apresentaram uma participação maior nas vítimas: 57% do total de vítimas. Caso as pessoas tenham se mudado para a cidade porque estão ganhando mais dinheiro, essa condição poderia transformá-las em alvo preferencial para todos os tipos de crime, não só sequestro. Uma possível explicação é que se mudaram para a cidade e vivem em áreas onde o crime é mais provável, podendo ganhar salários de nível baixo e médio. Podem ainda ser alvos mais fáceis, porque elas não conhecem alguns comportamentos de segurança na cidade. Outra forma de U invertido (não muito evidente) se encontra na distribuição da vitimização por faixas etárias, o que pode indicar que a exposição devido à idade não seja relevante, pois 50% das vítimas têm entre 25 anos e 44 anos de idade. Portanto, este crime tende a ser mais focado nas pessoas que circulam mais nas ruas e, como será mostrado mais tarde, que estejam mais expostas durante o percurso para casa.

Tabela 9.1 Vitimização por sequestro por grupos de faixa etária

Faixa Etária	Vítima de Sequestro
De 16 a 24 anos	18,1
De 25 a 34 anos	24,76
De 35 a 44 anos	25,98
De 45 a 59 anos	16,46
Mais de 60 anos	14,7

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

As principais vítimas são aquelas que não completaram o ensino fundamental, representando 30% das vítimas. Talvez, os criminosos mudam as suas estratégias quando se trata de pessoas relativamente mais pobres e este crime pode ser um exemplo de adaptação criminal. Como as pessoas mais pobres não podem possuir bens de alto valor econômico, os criminosos preferem o ganho fácil de tentar usar o dinheiro que os mais pobres têm em suas contas bancárias. Outra hipótese também pode ser que os mais pobres são o principal mercado para a venda de bens roubados. Se os criminosos distribuir os bens roubados entre as pessoas mais pobres, eles podem enfrentar um risco de a identificação do bem e de si mesmos

por parte das vítimas. Em outras palavras, poderia haver uma possível relação entre a localização da atividade criminosa e as decisões de localização dos pobres.

Tabela 9.2 Vitimização por sequestro por grupos de nível de escolaridade

Curso mais elevado que já concluiu	Vítima de Sequestro
Sem instrução	1,2
Ensino fundamental incompleto	30,2
Ensino fundamental completo	10,64
Ensino médio incompleto	12,6
Ensino médio completo	19,29
Superior incompleto	9,46
Superior completo	11,79
Pós-graduação	4,84

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Na tabela anterior, se o percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto for adicionado ao percentual de pessoas que apenas concluíram até o ensino fundamental, o resultado será em torno de 42%. Na tabela seguinte, se o percentual de pessoas que ganham entre 1 e 2 salários mínimos for adicionado ao percentual de pessoas que ganham entre 2 e 3 salários mínimos, o resultado será cerca de 42% também. Há uma clara correspondência em termos de educação e de renda para este tipo de vitimização, o que comprova a hipótese de como os criminosos realizam esse crime de forma a extrair o maior ganho das populações mais pobres.

Tabela 9.3 Vitimização por sequestro por grupos de renda familiar

Renda total Mensal	Vítima de Sequestro
Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	13,78
Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$1.020,00)	20,81
Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	21,73
Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	220,6
Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	11,94
Mais de 10 até 15 salários mínimos(R\$ 7.650,00)	2,80
Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	2,19
Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)	4,70

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A mesma conexão é encontrada na tabela a seguir. Os percentuais combinados das categorias socioeconômicas C1 e C2 são aproximadamente equivalentes a 42% de novo. Nessa tabela foi apresentada uma distribuição com forma de U invertido muito pronunciada, que traz de volta a ideia de que existe um fardo desproporcional do crime contra a propriedade para as classes médias. Resta resolver por que essas pessoas que, em teoria, podem não ter muito dinheiro disponível, ou nas suas contas bancárias, são as principais vítimas de sequestro. Pode ser porque seja mais fácil para os criminosos agir nos lugares que elas frequentam ou nos bairros em que moram.

Tabela 9.4 Vitimização por sequestro por grupos de classificação socioeconômica

Classificação Socioeconômica	Vítima de Sequestro
A1	1,08
A2	4,80
B1	13,20
B2	27,99
C1	22,19
C2	20,39
D	9,93
E	0,41

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Aproximadamente 39% das vítimas foram sequestradas em casa. O mais provável, e isso não foi relatado pela pesquisa, é que tenham sido vítimas enquanto estavam entrando ou saindo de suas residências. Cerca de 42% das vítimas relataram que o sequestro aconteceu em local público. Esses números indicam que as forças policiais e prefeituras terão de pensar em melhorias na segurança pública por meio de infraestrutura de serviços públicos adicionais nas comunidades.

No incidente, 10% das vítimas sofreram agressão física, mas apenas 6% foram feridas pelos sequestradores. 80% das vítimas disseram que o sequestrador carregava uma arma, em sua maioria, arma de fogo. Quanto às consequências para as vítimas, 36% dos sequestrados admitiram que fizeram algum tipo de acompanhamento ou terapia psicológica, enquanto 85% reconheceram que o sequestro teve um impacto negativo na sua rotina diária.

10 VITIMIZAÇÃO POR FRAUDE

Na Pesquisa Nacional de Vitimização, os entrevistados foram questionados se sofreram algum ou mais de um dos dez tipos de fraude propostos e classificados em grupos. O primeiro tipo inclui as fraudes relacionadas a operações financeiras e comerciais: fraude com cartão de crédito, fraude em cheque, dinheiro falsificado, fraude em investimento e produto não entregue. O segundo tipo representa as fraudes em sistemas eletrônicos ou tecnológicos: celular clonado, linha de telefone residencial clonada e fraude na Internet. Outro grupo está apenas relacionado com a fraude em documentos de identificação. O último tipo de fraude foi composto por outros tipos de fraude (àqueles diferentes das já mencionados).

As fraudes são geralmente o resultado de uma regulamentação estrita dos mercados ou, quando existe regulamentação, da falta de execução e aplicação. As fraudes em transações de mercado existem porque uma das partes, geralmente a parte vendedora, não honrou os compromissos ou obrigações decorrentes de uma operação financeira ou comercial. Este modelo de fraude tem de ser atualizado,

pois as transações comerciais não são mais como costumavam ser e novas formas de meios de troca, como os meios eletrônicos, estão transformando as relações entre ofertantes e compradores. Além disso, a economia baseia-se na prestação de serviços que podem ser objetos de fraude, se as condições de confiabilidade não são respeitadas em toda a cadeia de serviços.

As mulheres só sofrem mais fraudes do que os homens quando se trata de clonagem de celular (53.26%) e clonagem de linha telefônica residencial (60.81%). Os heterossexuais representam entre 96% e 98% das vítimas de fraude. Em todos os tipos de fraude, as vítimas são principalmente casadas ou em união estável (com percentuais entre 55% e 73%). Os heterossexuais representam entre 96% e 98%, um resultado devido à composição da amostra. Pessoas que se identificaram como de cor branca tem uma quota de 45% a 56% da vitimização em todos os tipos de fraude.

A faixa etária de 25 a 34 anos tem a maior quota de vitimização de fraude em 8 dos 10 tipos de fraude na PNV. Este grupo situa-se em segundo lugar em dois tipos de fraude: fraude em clonagem de telefone residencial para o grupo de 49 a 59 anos de idade; e fraude por dinheiro falsificado em que o grupo concentra pessoas entre 16 e 24 anos de idade. As diferenças não são grandes entre os três grupos em relação aos dois tipos de crimes mencionados, mas ao menos indicam uma tendência nos dados. A fraude na internet merece especial comentário. Verifica-se na tabela a concentração dessa fraude principalmente nos dois grupos etários mais jovens. O resultado pode ser explicado em virtude desses grupos terem vivenciado toda a revolução da internet e a expansão tecnológica no acesso a serviços e aos mercados.

Tabela 10.1 Vitimização por fraude por grupos de faixa etária

Variável	Faixa Etária				
	De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	Mais de 60 anos
Fraude em cartão de crédito	10,72	30,45	21,19	25,61	12,04
Fraude num cheque	11,23	31,92	20,44	28,11	8,31
Dinheiro falsificado	29,3	27,78	20,08	18,18	4,66
Produto não entregue	24,35	32,19	21,02	17,89	4,54
Fraude num investimento	15,44	31,99	21,01	23,67	7,89
Celular clonado	23,74	27,75	25,98	19,04	3,48
Telefone residencial clonado	18,48	25,59	19,91	26,29	9,73
Fraude em documentos de identificação	16	28,4	28,01	19,56	8,02
Outros tipos de fraude	9,38	26,7	23,58	26,28	14,06
Fraude na internet	28,41	33,2	19,06	15,89	3,44

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

As pessoas com escolaridade inferior ou no limite do ensino médio são as principais vítimas de fraude. Pode ser que o menor nível de escolaridade relaciona-se com baixos níveis de educação econômica e financeira. Neste sentido, possuir menor nível educacional pode ser traduzido em dificuldades para ler acordos e contratos, problemas na formação de expectativas sobre preços e mercados, pouca ou nenhuma compreensão acerca das operações mais complexas ao tomar decisões de compra ou investimento. O governo pode ser obrigado a assegurar ações de conscientização das transações de mercado e negociações nos mercados, bem como dos direitos do consumidor e das campanhas de proteção adaptadas às exigências e necessidades daqueles que não têm educação suficiente para participar facilmente nos mercados.

Tabela 10.2 Vitimização por fraude por grupos de nível de escolaridade

Variável	Curso mais elevado que já concluiu							
	Sem instrução	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação
Fraude em cartão de crédito	1,21	14,86	9,54	5,69	30,94	12,49	17,61	7,67
Fraude num cheque	0,26	21,51	8,39	9,81	26,9	11,94	14,09	7,1
Dinheiro falsificado	1,59	22,07	10,24	15,19	31,32	10,17	7,02	2,39
Produto não entregue	1,03	13,92	8,11	10,78	27,65	13,91	16,16	8,46
Fraude num investimento	1,55	16,86	7,53	9,44	35,11	11,91	12,92	4,67
Celular clonado	0,74	16,74	9,43	14,85	31,4	11,82	11,55	3,47
Telefone residencial clonado	0,74	23,03	11,53	10,85	33,91	7,61	9,8	2,53
Fraude em documentos de identificação	2,96	21,4	7,88	15,47	26,52	10,16	11,43	4,18
Outros tipos de fraude	3,23	23,34	5,25	7,44	31,5	12,12	10,89	6,23
Fraude na internet	9,18	5,18	7,06	23,98	16,42	18,16	11,02	0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A vitimização de acordo com o nível dos salários traz de volta o mesmo padrão já mencionado nos capítulos anteriores: as classes sociais baixas e médias são as maiores vítimas. Os entrevistados com renda entre um e cinco salários mínimos são a principal parcela do total de vítimas. Se este resultado pode ser parcialmente explicado pelo comentário anterior sobre a educação, essas pessoas ganham menos porque atingiram menor escolaridade e podem não ter o conhecimento necessário para a compreensão das operações em que estão envolvidas. Pode-se argumentar que são desprovidos dos recursos necessários, em termos de tempo e dinheiro, para pedir conselhos e orientação de organizações que oferecem ajuda e para os consumidores.

Tabela 10.3 Vitimização por fraude por grupos de renda familiar

Variável	Renda Total Mensal							
	Até 1 salário mínimo (R\$ 510,00)	Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$1.020,00)	Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00)	Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.100,00)	Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 7.650,00)	Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 10.200,00)	Mais de 20 salários mínimos (R\$ 10.200,01)
Fraude em cartão de crédito	8,32	19,44	21,39	24,34	14,53	5,25	2,13	4,61
Fraude num cheque	6,66	14,88	24,36	26,58	16,21	4,47	1,65	5,19
Dinheiro falsificado	13,23	29,15	20,81	21,44	10,15	3,47	0,99	0,76
Produto não entregue	3,20	25,37	18,22	22,35	14,34	4,68	2,76	3,08
Fraude num investimento	8,08	24,60	19,18	30,01	12,33	3,15	0,99	1,66
Celular clonado	16,57	25,47	20,5	20,71	11,01	2,58	1,55	1,61
Telefone residencial clonado	11,08	30,4	25,2	21,12	9,22	1,4	0,31	1,26
Fraude em documentos de identificação	15,97	28,59	19,86	16,45	11,24	5,75	1,2	0,95
Outros tipos de fraude	15,2	24	19,24	20,85	13,42	4,41	0,76	2,14
Fraude na internet	4,78	17,08	23,6	26,08	15,06	5,77	2,57	5,06

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

Conforme demonstrado anteriormente, a tabela reforça os resultados já apresentados de que as classes socioeconômicas B2 e C1 são as principais vítimas de fraude. As duas classes juntas podem representar aproximadamente 50% das vítimas para a maioria dos tipos de fraudes. Esta evidência pode ser também uma indicação de algo mais: a economia precisa investir na formalização dos negócios e em maior profissionalização dos trabalhadores. As atividades econômicas deveriam ser melhor supervisionadas e regulamentadas pelas Agências Reguladoras, na busca de formalizar as empresas e impulsioná-las a prestarem serviços com mais qualidade. Maior profissionalização implica em pessoas qualificadas que trabalham nas empresas atuando em conformidade com os padrões éticos

elevados e seguindo a procedimentos comerciais padronizados, em respeito às necessidades do consumidor. Essas melhorias refletirão em ambientes mais seguros para as transações, controles de operação mais desenvolvidos, bem como maior transparência nos mercados.

Tabela 10.4 Vitimização por fraude por grupos de classificação socioeconômica

Variável	Classificação Socioeconômica							
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E
Fraude em cartão de crédito	1,16	7,81	15,88	32,30	23,23	14,00	5,46	0,15
Fraude num cheque	1,18	7,78	15,92	31,64	25,86	12,05	5,57	0
Dinheiro falsificado	0,36	3,29	12,28	24,76	28,69	21,03	9,08	0,50
Produto não entregue	0,52	6,51	16,49	27,83	26,23	16,96	4,82	0,64
Fraude num investimento	0,35	4,82	14,60	25,27	26,98	19,07	7,83	1,09
Celular clonado	0,77	3,13	13,27	22,78	27,13	24,30	0,19	0,44
Telefone residencial clonado	0,08	1,82	10,16	33,61	31,95	18,63	3,50	0,27
Fraude em documentos de identificação	0,07	6,62	9,24	18,13	30,94	22,39	11,75	0,85
Outros tipos de fraude	0,05	5,96	13,14	18,34	27,73	22,80	11,63	0,33
Fraude na internet	0,29	8,42	18,36	29,13	27,81	13,16	2,83	0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais. Todos os valores em percentagem.

A PNV também revela que cerca de 12% das vítimas denunciaram a fraude à polícia. Daqueles que não relataram à polícia, apenas 16% denunciaram a outras autoridades. Os números são muito baixos e indicam que cerca de 80% ou 90% das fraudes não são registradas pelas autoridades. A tarefa para o governo parece ser a de combater a fraude, explorando várias alternativas ao mesmo tempo. Mais alfabetização econômica e financeira para aumentar o conhecimento dos consumidores sobre suas operações e sobre os mercados. Campanhas de defesa do consumidor adaptadas ao perfil e às necessidades das pessoas com níveis de educação mais baixos. E, finalmente, desenvolver mecanismos mais eficientes para os canais de denúncias, tornando-os mais viáveis e ao alcance dos consumidores. A tarefa de aplicar os direitos dos consumidores e formalizar todos os setores da economia tem de abranger todos os esforços para reduzir a fraude.

A fraude na internet representou apenas 15% do último tipo de fraude sofrido pelas vítimas. Este é um resultado baixo e pode indicar que há esperança na luta contra a fraude no país. Talvez, as autoridades podem aprender com as experiências de sucesso de plataformas e dispositivos comerciais utilizados por empresas e consumidores, para promover meios mais seguros de intercâmbios econômicos, com interação eficiente nos mercados e prestação de serviços com a qualidade esperada.

11 OUTRAS ANÁLISES ESTATÍSTICAS E ECONOMÉTRICAS

Esta última seção irá explorar alguns dos resultados das análises anteriores de cada tipo de crime, utilizando técnicas estatísticas e econométricas. O objetivo é verificar se outras técnicas podem ratificar o que foi identificado ou conjecturado, baseando-se em estatísticas sumárias e distribuição da vitimização entre os grupos socioeconômicos, em especial, os grupos relacionados a sexo, idade, nível de escolaridade, renda familiar e classificação socioeconômica.

A intenção é depurar algumas das diferenças e tendências entre os indicadores de vitimização e as variáveis socioeconômicas. Vale ressaltar que a análise a ser apresentada não tem a intenção de solucionar os problemas estatísticos que confundem e desfiguram a análise econômica do crime. Talvez, futuros esforços acadêmicos poderão usar os dados da Pesquisa Nacional de Vitimização e outras fontes de dados para sanar estas questões e oferecer maiores estimativas das possíveis relações causais, úteis para a formulação de políticas públicas e para o melhor conhecimento da dinâmica de vitimização.

As tabelas nesta seção são de dois tipos. O primeiro tipo de tabelas contém os testes de proporção sobre a vitimização de grupos socioeconômicos escolhidos. Os testes de proporção serão aplicados a alguns tipos de crimes contra a propriedade (com exceção de fraude) para descobrir se: as mulheres são mais vitimizadas do que os homens; a faixa etária entre os 25 e os 34 anos sofre mais com o crime do que os outros grupos etários; o crime tem como alvo as pesso-

as que concluíram até o ensino médio quando comparados a outros níveis de escolaridade; se as pessoas em domicílios com renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos foram mais vitimizadas do que as outras famílias; e finalmente, se a vitimização representa uma carga mais pesada para o grupo socioeconômico B2. Outro teste de proporção vai encontrar se as mulheres denunciam mais à polícia do que os homens. Na etapa final, será confirmado se os intervalos de confiança das proporções de cada um dos grupos sendo comparados (femininos para homens, ou pessoas com ensino médio completo e pessoas com outros níveis de educação, por exemplo) se sobrepõem. Se os intervalos de confiança das proporções não se sobrepõem, ou se a sua sobreposição for mínima, então a diferença entre a proporção será significativa. Se os intervalos de confiança se sobrepõem apenas em uma pequena parte, então, tem de ser decidido o nível de significância da diferença. Neste texto, a diferença será considerada significativa se fosse em torno de 5% de significância ou níveis menores.

A última tabela contém uma regressão sobre a probabilidade de vitimização para cada tipo de crime (excluindo a fraude). A regressão aborda a vitimização em uma análise multivariada. O objetivo da regressão é calcular como a probabilidade de ser vítima muda de acordo com a riqueza, educação, sexo, raça e outras variáveis. Esta regressão usa efeitos fixos específicos em nível de estado desde que o policiamento e a segurança pública sejam uma responsabilidade dos estados no Brasil. Além disso, podem existir algumas dinâmicas de criminalidade que são específicas para cada Estado e que não mudam ao longo do tempo. É importante dizer que os resultados têm de serem lidos como um aumento na probabilidade de ser vítima de cada tipo de crime e não a escolha da pessoa de ser uma vítima. As regressões mostram vitimização e não a “escolha” de ser vítima.

Os homens são mais vitimizados do que as mulheres, com exceção dos crimes de roubo de moto e dos sequestros. Estes resultados postulam que os criminosos não se importam com o sexo da pessoa que conduz a moto que pretendem roubar ou o sexo da pessoa que será sequestrada. A ausência de diferenças entre os sexos para estes dois casos evidencia a natureza aleatória do sequestro e do roubo

de moto. Uma vez que vislumbre a oportunidade de cometer o crime, abre-se a janela para o criminoso atuar, não fazendo distinção por sexo.

Tabela 11.1 Testes sobre a proporção de vitimização por grupos de sexo

Sexo	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,061021	-7,7339	Sim	0,0245661	-4,0164	Sim
Masculino	0,08278			0,0318093		
Sexo	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,0287958	-2,8301	Sim	0,0173685	-1,455	Não
Masculino	0,0366108			0,0204456		
Sexo	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,0024526	0,2248	Não	0,003166	-0,9467	Não
Masculino	0,002373			0,0035595		
Sexo	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,1921516	-10,8384	Sim	0,0722169	-18,5239	Sim
Masculino	0,2237318			0,1101388		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

A tabela a seguir mostra os resultados sobre as diferenças de vitimização entre as faixas etárias. Os testes foram aplicados nos grupos de referência de pessoas com faixa etária dos 25 aos 34 anos ou entre os 35 aos 44 anos de idade. Os resultados foram mais relevantes para as pessoas mais jovens, entre 25 aos 34 anos. Esse grupo foi mais vitimizado do que os das demais faixas etárias apenas para os casos de roubo de moto e furto de outros objetos. O roubo de moto pode estar relacionado com a tabela anterior sobre as diferenças por gênero, assumindo que mais homens do que mulheres possuem motocicletas. O furto de outro objeto pode estar relacionado com os hábitos diários dos jovens que os expõem aos furtos em locais públicos ou quando deixam os seus pertences em casa.

Tabela 11.2 Testes sobre a proporção de vitimização por grupos de faixas etárias

Faixas Etárias	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outras faixas etárias	0,0727027	2,0051	Sim	0,0278992	-0,1794	Não
Dos 25 aos 34 anos	0,0657263			0,0283062		

Sexo	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outras faixas etárias	0,032555	-0,1312	Não	0,0034057	0,673	Não
Dos 25 aos 34 anos	0,0330023			0,0030645		

Sexo	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outras faixas etárias	0,0023455	-0,8132	Não	0,0034057	0,673	Não
Dos 25 aos 34 anos	0,0026967			0,0030645		

Sexo	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outras faixas etária	0,2032186	-3,6309	Sim	0,0884128	-0,1596	Não
Dos 25 aos 34 anos	0,2167406			0,088304		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

Quando comparados com as pessoas com outros níveis de escolaridade, as pessoas que concluíram até o ensino médio somente foram mais vitimizadas em relação ao furto ou roubo de outros objetos. No caso de roubo de carro, elas são realmente muito menos vitimizadas do que as pessoas com outros níveis de ensino. A tabela não nega a existência de uma distribuição em forma de U invertido de vitimização entre os diferentes níveis de ensino. A possível forma da distribuição pode não ser realmente significativa depois que outras variáveis forem devidamente controladas. Neste caso, as estatísticas demonstram uma distribuição que não pode resistir aos testes sobre as diferenças entre as proporções. As diferenças significativas para o grupo de referência (pessoas com nível de escolaridade até o ensino médio) podem sugerir que muitos deles não possuem carros, pois não possuem renda suficiente para comprá-los e por isso não são roubados. Adicionalmente, sugerem que não possuem renda suficiente

para dedicar às medidas de proteção dos seus bens, sendo as vítimas ideais do roubo e do furto de objeto.

Tabela 11.3 Testes sobre a proporção de vitimização por grupos de nível de escolaridade

Educação	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de escolaridade	0,0736235	2,5747	Sim	0,0286586	1,1513	Não
Ensino Médio completo	0,0657103			0,0263844		
Educação	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de escolaridade	0,0328249	0,186	Não	0,0180132	-1,1926	Não
Ensino Médio completo	0,0322761			0,020709		
Educação	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de escolaridade	0,0025665	1,4401	Não	0,0035075	1,4307	Não
Ensino Médio completo	0,0019883			0,0028333		
Educação	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de escolaridade	0,2050852	-0,7298	Sim	0,0841304	-7,3327	Sim
Ensino Médio completo	0,2074965			0,1011532		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

Quanto à classificação socioeconômica, o grupo B2 é o mais vitimado, quando comparado com os outros grupos formados pela classificação socioeconômica brasileira, exceto nos casos de roubo e furto de carro, assim como de roubo de moto. Divergente na tabela anterior, a forma do U invertido da distribuição vitimização resistiu aos testes. Para medir a real extensão da vitimização das classes médias, mais informações seriam necessárias, em particular, sobre as condições em que os incidentes aconteceram e o tipo de recursos de apoio que as vítimas poderiam precisar. Se os programas de transferência condicional de renda têm sido eficazes na redução da pobreza, talvez serão necessários melhores serviços de segurança para manter os ganhos.

Tabela 11.4 Testes sobre a proporção de vitimização por grupos de classificação socioeconômica

Classificação socioeconômica	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros grupos	0,0710969	0,3308	Não	0,0277098	-0,0483	Não
Grupo B2	0,701447			0,0277989		
Classificação socioeconômica	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros grupos	0,0328249	0,186	Não	0,0180132	-1,1926	Não
Grupo B2	0,0322761			0,020709		
Classificação socioeconômica	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros grupos	0,2013548	-6,034	Sim	0,0868791	-3,2616	Sim
Grupo B2	0,2235106			0,0952952		
Classificação socioeconômica	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros grupos	0,2013548	-6,034	Sim	0,0868791	-3,2616	Sim
Grupo B2	0,2235106			0,0952952		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012).

Cálculos do autor com pesos populacionais. O teste final de vitimização usando indicadores socioeconômicos lida com as diferenças entre os níveis de renda familiar. O grupo de comparação escolhido foi formado por pessoas que vivem em famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos. O grupo escolhido sofreu mais com o furto e o roubo de objeto, o furto de moto, além do sequestro relâmpago, do que com os outros grupos de outras rendas familiares. Novamente, há uma conexão ao combinar os resultados das tabelas em educação, renda e classificação socioeconômica. Com base nesses resultados, pode-se dizer que o combate ao crime é também uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

Tabela 11.5 Testes sobre a proporção de vitimização por grupos de renda familiar

Nível de renda agregado familiar	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de renda de 3 a 5 S.M.	0,0707982	-0,6013	Não	0,0288292	1,6793	Não
	0,0727746			0,0252913		
Nível de renda agregado familiar	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de renda de 3 a 5 S.M.	0,0305477	-2,9693	Sim	0,0198005	1,6909	Não
	0,0406504			0,0153936		
Nível de renda agregado familiar	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de renda de 3 a 5 S.M.	0,0022938	-1,6859	Não	0,0030734	-3,014	Sim
	0,0031189			0,0048049		
Nível de renda agregado familiar	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Proporção	Estatística Z	Diferentes	Proporção	Estatística Z	Diferentes
Outros níveis de renda de 3 a 5 S.M.	0,2017302	-6,5317	Sim	0,0864305	-4,8187	Sim
	0,2280391			0,1000674		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

O teste de proporção também foi aplicado no caso de denunciar o incidente à polícia. Assim, serão apresentadas as diferenças significativas entre os sexos. Percebe-se com os resultados que não houve diferenças significativas, sendo um aspecto, inicialmente, positivo para as autoridades, pois indica que não existe um viés de gênero no comportamento de denunciar o fato às autoridades. Como se trata de crime contra o patrimônio, as mulheres e os homens experimentaram uma perda econômica que não implicou algum tipo de estigma que poderia estar presente no caso de outros crimes (como os crimes violentos).

Tabela 11.6 Testes sobre a proporção de denunciante à polícia por grupos de sexo

Sexo	Vítima de Furto de Carro			Vítima de Roubo de Carro		
	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,6515679	-1,5025	Não	0,9180328	-0,1546	Não
Masculino	0,7102473			0,9253731		

Sexo	Vítima de Furto de Moto			Vítima de Roubo de Moto		
	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,7083333	0,9653	Não	0,8461538	0,2506	Não
Masculino	0,6511628			0,8235294		

Sexo	Vítima de Sequestro			Vítima de Sequestro Relâmpago		
	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,6572947	0,1105	Não	0,125913	1,2711	Não
Masculino	0,6451613			0,1151294		

Sexo	Vítima de Furto de Objeto			Vítima de Roubo de Objeto		
	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes	Denunciou à Polícia	Estatística Z	Diferentes
Feminino	0,2416	0,9269	Não	0,4205534	0,0575	Não
Masculino	0,2326188			0,4193841		

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

A tabela final deste capítulo contém os resultados estimados da probabilidade de vitimização para todos os crimes (exceto para a fraude). Esta é uma regressão logística, e uma explicação técnica está além dos propósitos deste capítulo. Assim, pode-se dizer que uma regressão deste tipo é usada para estimar as mudanças na probabilidade de ocorrência de uma situação determinada (ou uma variável qualitativa). Nessa análise, estima-se a mudança marginal na probabilidade de se tornar vítima de um crime contra o patrimônio. As regressões são ferramentas expressivas, pois avaliam diversas variáveis ao mesmo tempo. Podem ser vistas na tabela a seguir que diversas variáveis são incluídas na regressão como uma forma de controlar todos os fatores que poderão

influenciar a probabilidade de vitimização, tais como sexo, escolaridade, cor, preferência sexual, situação de emprego, nível de escolaridade e uma medida de renda.

A tabela a seguir mostra as mudanças na probabilidade para cada variável e, salienta-se, apenas as alterações significativas serão comentadas. Ser homem aumenta a probabilidade de vitimização por roubo e furto de carro, roubo de moto e por roubo e furto de objeto. As pessoas que residem no mesmo endereço ou na mesma cidade são menos propensas a sofrer de roubo de carro, roubo e furto de objeto e sequestro. As pessoas solteiras têm uma menor probabilidade de serem vítimas de roubo e furto de carro, e de furto de objeto, mas seu estado civil os torna alvos mais prováveis no caso de roubo de objeto. A cor só importa para o furto de carro. Pessoas identificadas como de cor preta e parda tem menor probabilidade de ter seu carro furtado se comparados com as pessoas de cor branca. Quanto maior o nível de escolaridade, mais provável seria a pessoa se tornar vítima de furto e roubo de carro, furto de moto, roubo e furto de objeto, bem como de sequestro. Os desempregados têm resultados mistos: eles são menos propensos a serem vítimas de furto de objeto, e a sua probabilidade de sofrer vitimização devido ao roubo de objeto é maior. Um indicador de riqueza foi criado usando a análise de componentes principais, com dados sobre os pertences (geladeira, televisão, rádio, micro-ondas) e serviços (como limpeza diária). Pessoas que pontuaram mais sobre este indicador de riqueza têm maior chance de serem vítimas de roubo e furto de carro e outro objeto.

Tabela 11.7 Regressões tipo Logit sobre a probabilidade de vitimização

Variáveis independentes	Furto de Carro	Roubo de Carro	Furto de Moto	Roubo de Moto	Furto de Objeto	Roubo de Objeto	Sequestro	Sequestro Relâmpago
Masculino	0,0211 (0,00266)***	0,0058 (0,00155)***	0,0066 (0,00254)***	0,0028 (0,00185)	0,0287 (0,00294)***	0,0321 (0,00193)***	-0,0002 (0,0003)	0,0002
Sempre morou nesta cidade	-0,0060 (0,00263)**	-0,0020 (0,00154)	-0,0015 (0,00255)	-0,0004 (0,00185)	-0,0211 (0,00293)***	-0,0119 (0,00185)***	-0,0008 (0,00031)***	-0,0008 (0,00466)
Solteiro	-0,0119 (0,00263)***	-0,0053 (0,00169)***	0,0019 (0,00297)	-0,0020 (0,00206)	-0,0075 (0,00332)**	0,0183 (0,00221)***	0,0004 (0,00038)	0,0001 (0,0008)
Parda	-0,0086 (0,00304)***	-0,0036 (0,00176)**	0,0059 (0,00293)**	0,0030 (0,00213)	0,0042 (0,00333)	0,0004 (0,00207)	-0,0006 (0,00034)*	-0,0008 (0,0043)
Preta	-0,0173 (0,00472)***	-0,0039 (0,00287)	0,0022 (0,00516)	-0,0019 (0,0033)	0,0081 (0,00523)	-0,0035 (0,00312)	-0,006 (0,00046)	-0,002 (0,00106)
Indígena	-0,0073 (0,01564)	0,0001 (0,00953)	-0,0077 (0,01243)	0,0090 (0,01262)	0,0711 (0,01775)***	0,0282 (0,01111)***	-0,0008 (0,00128)	0,0002 (0,00112)
Curso mais elevado que já concluiu	0,0036 (0,0003)***	0,0014 (0,00018)***	0,0006 (0,00031)**	0,0002 (0,00022)	0,0051 (0,00033)***	0,0038 (0,00021)**	0,0001 (0,00003)*	0,0002 (0,00112)
Heterossexual	-0,0144 (0,01042)	0,0069 (0,00464)	-0,0143 (0,01154)	-0,0009 (0,007)	-0,0363 (0,00853)***	-0,0224 (0,00579)***	0,0015 (0,00048)***	-0,0014 (0,00827)
Desempregado	-0,0062 (0,00722)	0,0004 (0,00445)	-0,0022 (0,00617)	-0,0014 (0,00455)	-0,0144 (0,00695)**	0,0141 (0,00469)***	-0,0006 (0,00064)	-0,0007 (0,00395)
Indicador de riqueza (fatorial)	0,0113 (0,00155)***	0,0063 (0,00086)***	0,0020 (0,00165)	0,0013 (0,00122)	0,0258 (0,00201)***	0,0114 (0,00122)***	0,003 (0,002)	0,0004 (0,0022)
Number of obs	33485	33158	16528	16392	78352	78355	75020	76708
LR chi2	526,44	370,22	117,63	106,59	1371,56	2409,6	60,33	125,54
Prob > chi2	0	0	0	0	0	0	0,0025	0
Log likelihood	-8340,8133	-4076,6618	-2319,7345	-1491,721	-39155,928	-22242,89	-1289,5275	1681,1091
Pseudo R2	0,0306	0,0434	0,0247	0,0345	0,0172	0,0514	0,0229	0,036

Nota: Estatístico Z em parêntesis. Níveis de significância: *** 1%, ** 5%, * 10%. Os coeficientes relatam as mudanças marginais da probabilidade.

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Datafolha (2010-2012). Cálculos do autor com pesos populacionais.

12 CONCLUSÕES

Os diferentes tipos de crimes contra o patrimônio foram analisados utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Vitimização coletados pelo Instituto Datafolha entre 2010 e 2012. A abordagem deste capítulo preocupou-se em estudar as diferenças dos dados da vitimização por dois métodos diferentes. A vitimização geral mostra como o crime se distribui entre os grupos definidos por grupos socioeconômicos. A vitimização específica explora a forma como os grupos socioeconômicos compuseram o conjunto de vítimas para cada tipo de crime. As estatísticas de resumo de cada uma das seções foram complementadas por uma análise estatística e econométrica dos dados, que está longe de resolver os problemas que constituem um viés e prejudicam os relacionamentos esperados nos dados.

O ponto de partida foi a teoria do criminoso racional. Nesta teoria, os criminosos tomam a decisão de cometer um crime se os ganhos esperados são maiores do que os custos esperados. A literatura econômica sobre o crime abordou como a educação, a renda, o desemprego, a desigualdade e a inflação se comportam, apenas para mencionar como algumas das principais variáveis estão relacionadas com a criminalidade. A literatura consultada postula que as relações esperadas podem não ser tão lineares quanto o esperado e que, na verdade, os níveis mais elevados de prosperidade podem levar a níveis mais elevados de criminalidade.

Pesquisas anteriores no Brasil têm estudado os determinantes do crime contra o patrimônio e as suas possíveis consequências econômicas. Tentativas de investigação no passado fizeram uma contribuição real para a compreensão da evolução e adaptação de criminalidade em um ambiente dinâmico. A pesquisa também utilizou as técnicas adequadas para resolver os problemas que inviabilizam a encontrar relações causais (qual pesquisa, essa?). Relevantemente, os estudos têm explorado a dinâmica da criminalidade em determinadas regiões e cidades. Isso destacou o fato de que as regiões podem apresentar diferentes padrões e tendências e a análise em nível micro fornece informações necessárias para a elaboração de políticas públicas adaptadas às particularidades de cada região e cidade.

O que se aprende a partir de toda a análise é que o crime contra o patrimônio parece vitimar mais as classes médias. Tal constatação foi comprovada quando se combina a informação sobre a educação, a renda familiar e a classificação socioeconômica. O fato de os mais pobres terem sido menos vitimados é uma indicação de que eles não constituem um alvo lucrativo para os criminosos. Contudo, os mais ricos podem pagar medidas de proteção e, assim, reduzir sua vulnerabilidade. O governo, as forças policiais e os cidadãos podem ter de cooperarem ainda mais para descobrir inovadoras formas de intervenção para combater o crime e reduzir o custo para as classes médias.

Combater a criminalidade é uma condição necessária para certificar-se de que os ganhos com a mobilidade social ascendente, grandemente originados a partir dos programas de transferência condicional de renda, sejam estáveis no tempo e consolidem uma classe média dinâmica e participativa. A classe média próspera vai precisar de uma melhor e mais moderna infraestrutura pública urbana, dando lugar a economias de escala em termos de produtividade e segurança, que aumentarão o desenvolvimento econômico e dissuadirão as pessoas de cometer crimes, já que as oportunidades econômicas e os níveis de bem-estar serão maiores. Uma classe média desenvolvida terá recursos para investir em medidas de proteção que tornam o crime menos rentável. Essa classe social poderá exigir maior profissionalização e formalização dos mercados.

O governo e a sociedade terão de encontrar o equilíbrio certo entre as iniciativas públicas e iniciativas privadas para combater a criminalidade. A segurança é um direito de toda a sociedade e, portanto, é um bem público que o governo tem de fornecer a todos, respeitando as leis. Este equilíbrio certo só é possível se o governo, cidadãos, acadêmicos, autoridades policiais, ativistas e todos os envolvidos na concepção das políticas públicas de segurança encontrem um terreno comum para cooperar e construir juntos.

13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, G. Crime and Punishment: An Economic Approach. *Journal of Political Economy*, v. 75, p. 169-217, 1968.

CANTOR, D.; LAND, K.C. Unemployment and Crime Rates in the Post-World War II United States: A Theoretical and Empirical Analysis. *American Sociological Review*, v. 50, p. 317-332, 1985.

CARVALHO, J.R.; LAVOR, S.C. Repeat Property Criminal Victimization and Income Inequality In Brazil. *Economia*, v. 9, n.4, p. 87–110, 2008.

CHALFIN, A. The Economic Costs of Crime. In WESLEY J. (ed.), *The Encyclopedia of Crime and Punishment*, Wiley-Blackwell, 2014,

CHIODA, L; DE MELLO, J.M.P.; SOARES, R. R. Spillovers from Conditional Cash Transfer Programs: Bolsa Família and Crime in Urban Brazil. *IZA Discussion Paper*, n. 6371, 31 p., 2012.

CORBACHO, A.; PHILIPP, J.; RUIZ, M. Crime and erosion of trust: Evidence for Latin America. *IADB Working Paper Series*, n. 344, 38 p, 2012.

CRESSMAN, R.; MORRISON, W.; WEN, J.F. On the Evolutionary Dynamics of Crime. *The Canadian Journal of Economics*, v.31, n.5, p. 1101-1117, 1998.

DE MELLO, J.M.P; ZILBERMAN, E. Does Crime Affect Economic Decisions? An Empirical Investigation of Savings in a High-Crime Environment. *PUC – Departamento de Economia Working Paper*, n. 524, 28 p., 2008.

CRIMES contra o patrimônio são os principais responsáveis por prisões no

Brasil. JUSBRASIL, 14 feb. 2012. Disponível em: <<http://dppa.jusbrasil.com.br/noticias/3020757/crimes-contra-o-patrimonio-sao-os-principais-responsaveis-por-prisoas-no-brasil>>. Acesso em: 20 de jul. 2014

DEVINE, J.; SHELEY, J.; SMITH, D. Macroeconomic and Social Control Policy Influences on Crime Rate Changes, 1948-1985. *American Sociological Review*, v. 53, n. 3, p. 407-420, 1988.

DILULIO, J. Help Wanted: Economist, Crime and Public Policy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 1, p. 3-24, 1996.

EHRLICH, I. Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation. *Journal of Political Economics*, v. 81, p. 521-565, 1973.

FAFCHAMPS, M.; MINTEN, B. Crime and Poverty: Evidence from an Experiment The Centre for the Study of African Economies, Working Paper Series, n. 182, 25 p., 2002.

FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. Determinants of Crime Rates in Latin America and the World. *World Bank Latin American and Caribbean studies Viewpoints*, 55 p. (1998)

GOLDBERG, I. and NOLD, F. Does Reporting Deter Burglars?--An Empirical Analysis of Risk and Return in Crime. *The Review of Economics and Statistics*, v. 62, n.3, p. 424- 431, 1980.

KELLY, M. Inequality and Crime. *The Review of Economics and Statistics*, v. 82, n. 4, p. 530-539, 2000.

LEDERMAN, D.; LOAYZA, N.; MENENDEZ, A.M. Violent Crime: Does Social Capital Matter? *Economic Development and Cultural Change*, v. 50, n.3, p. 509-539, 2002.

LEMOS, A. A. M.; SANTOS FILHO, E. P.; JORGE, M. A. Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju. *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 3, p. 569-594, 2005.

LOBO, L. F.; FERNANDEZ-CARRERA, J. A criminalidade na região metropolitana de Salvador. In: XXXI Encontro Nacional de Economia. ANPEC, 2003, Porto Seguro. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/anpen2003/d26.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LOFTIN, C.; MCDOWALL, D. The Police, Crime, and Economic Theory: An Assessment. *American Sociological Review*, v. 47p. 3, p. 393-401, 1982.

LOUREIRO, A.O.F., Can Conditional Cash Transfers Reduce Poverty and Crime? Evidence from Brazil (January 30, 2012). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2139541>>. Acesso em: 20 jul. 2014, 16:30:30.

MARCEAU, N. Competition in Crime Deterrence. *The Canadian Journal of Economics* 30(4a): 844-854. (1997)..

MURRAY, J.; DE CASTRO CERQUEIRA, D. R.; KAHN, T. Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors *Aggressive Violent Behavior*, v. 18, p. 5, p. 471–483, 2013.

OK-KYUNG, Y.; HEE-JONG, J. A Contextual Analysis of Crime Rates: The Korean case. *Crime, Law & Social Change*, v. 43, p. 31–55, 2005.

RUBIO, M. Perverse Social Capital: Some Evidence from Colombia. *Journal of Economic Issues*, v. 37, n. 3, p. 805-816, 1997.

CRIMES CONTRA A PESSOA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO

Klarissa Almeida Silva

1 INTRODUÇÃO

Os dados referentes à segurança pública, nas Ciências Humanas em geral e na Sociologia em particular, podem ser abordados com base em duas perspectivas. Uma delas impõe ao pesquisador a tarefa de investigar como se dá o processo de construção social e institucional do crime, que abarca desde a reação social mais difusa até a reação social organizada, administrada pelo sistema de justiça criminal (MAGALHÃES, 2004, p.135). Esta abordagem sustenta que os indivíduos, em interação uns com os outros, constroem e negociam o significado do evento e que isto é feito por meio de um processo que vai conferindo a este uma realidade objetiva (BERGER; LUCKMANN, 2002[1985]).

Já a abordagem denominada positivista ou pós-positivista oferece explicações importantes para a compreensão do crime, especialmente se considerado o impacto na vida cotidiana das pessoas e o potencial dessas informações e explicações para a constituição de políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento (CRESWELL, 2003). Esta perspectiva reivindica que o conhecimento sobre o evento deve ser produzido por meio da sua observação e medição como “coisa”, isto é, como fato independente e externo à consciência individual e como realidade objetiva, e que as causas deste “fato” determinam seus efeitos e resultados (DURKHEIM, 2007[1895]). Neste texto, trabalho com essas duas perspectivas em articulação, seguindo a linha de meus estudos mais recentes (SILVA, 2013, 2014; SILVA, VARGAS, 2014).

O material empírico aqui utilizado é o banco de dados da Pesquisa Nacional de Vitimização. Consiste em uma compilação de respostas produzidas por 78.008 indivíduos entrevistados mediante aplicação de instrumento de pesquisa adequado à metodologia de survey, o questionário. Esta metodologia, em princípio, limitaria o cientista social a construir análises somente com base em descrições de tabelas de contingência e testes estatísticos. No entanto, as informações contidas neste banco de dados permitem interpretações menos factuais, desde que as informações sejam tratadas como relatos de experiências de vitimização. Diante

desta escolha teórico-metodológica, apresenta-se um texto no qual se busca identificar tendências sobre a vitimização por eventos classificados como crimes contra a pessoa, com base em experiências relatadas pelos entrevistados, que foram contabilizadas neste banco de dados.

O objetivo deste texto é compreender, de modo mais acurado, como os chamados “crimes contra a pessoa” são percebidos e relatados pelos indivíduos na sociedade brasileira. E, a partir da interpretação desses relatos contabilizados, busca-se estabelecer propostas de políticas públicas que possam minimizar a ocorrência desses eventos. Dado o montante das variáveis que compõem o módulo “crimes contra a pessoa” desta base de dados, não foi possível, nestas páginas, abarcá-lo em sua completude. Espera-se, entretanto, que as análises aqui apresentadas sirvam de preâmbulo para futuros estudos sobre o tema. Espera-se, ainda, ampliar a discussão nos meios acadêmico, político e social.

2 TIPIFICAÇÕES E TIPOLOGIAS: UMA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO¹

Entende-se que Émile Durkheim é precursor de todas as vertentes que se interessam pelo estudo da reação social ao crime e pela definição coletiva do crime (MAGALHÃES, 1996). Coube a ele oferecer o maior *insight* para o desenvolvimento da sociologia do crime na perspectiva construtivista, ao argumentar, n’*A Divisão do Trabalho Social*, não haver nenhum ato que seja intrinsecamente criminoso e ao definir o crime por meio da reação social que ele provoca. Com esse argumento, Durkheim rompe com o pressuposto de toda a criminologia positivista em voga na sua época: a ideia de que os criminosos são diferentes (PAIXÃO, 1983). Mas Durkheim não levou às últimas consequências essa afirmação, dada a sua preocupação com uma visão coletivista da sociedade.

A ênfase dos estudos que se mostram influenciados por essa visão de Durkheim se volta para a compreensão do processo social que resulta na defini-

ção de uma conduta social como criminosa e desviante. Eles se pautam na ideia de realidade como construção dos homens enquanto agem e pensam sobre ela e do suposto metodológico de ver o mundo da perspectiva dos atores sociais. O desenvolvimento desses estudos permitiu a crítica ao entendimento do crime como algo inerente ao ato ou como evento independente da reação da comunidade e propiciou o deslocamento de foco para o processo de institucionalização do ato como um crime e de seu autor como criminoso.

Assim, os estudos de Durkheim são aproveitados pelos sociólogos contemporâneos interessados em estudar a criminalidade de duas maneiras bastante distintas. Em um extremo, a perspectiva que chamo de Criminologia e, no outro, a Sociologia do Crime². Os estudos da Criminologia, tal como os entendo, têm as suas bases e pressupostos na investigação positivista. De acordo com essa abordagem, o fenômeno é tido como dado, como representação da realidade. Caracterizam essa vertente as preocupações sobre a distribuição territorial do fenômeno e sobre o perfil socioeconômico e demográfico de quem comete o crime ou de quem é vítima, buscando acessar possíveis causas e explicações para o problema a fim de pensar políticas públicas para a sua redução. A outra visão, que chamo de Sociologia do Crime, busca observar o fenômeno como construído social e institucionalmente pelos operadores do sistema de justiça criminal, analisando a reação social que ele provoca e também com base nas tipificações que o constitui. Tipificações jurídicas constantes nos códigos penais, mas também nas tipificações profissionais e de senso comum. Essa perspectiva busca compreender como o fenômeno é registrado e tipificado, construído social e institucionalmente, por esses atores até se tornar fato jurídico (VARGAS, 2000).

De acordo com o que venho chamando de Criminologia, os crimes podem ser compreendidos à luz da construção de uma tipologia baseada em critérios estruturais, de um lado, e em critérios individuais ou de relação entre os envolvidos, de outro. Os fatores estruturais dizem respeito ao contexto em que os crimes

¹ Agradeço à amiga e parceira de profissão Joana Vargas pelo compartilhamento de ideias apresentadas nesta seção. Texto semelhante pode ser encontrado em Silva (2013) e em Silva e Vargas (2014, no prelo).

ocorreram (território ou local, horário, instrumento utilizado pelo agressor, dentre outros). Já os fatores individuais abarcam as características socioeconômicas e demográficas dos envolvidos e a relação social entre vítimas e agressores. Tipologia, neste sentido, constitui uma pista metodológica seguida pelo pesquisador, é uma estratégia analítica (BECKER, 2007).

De acordo com a perspectiva da construção social, a realidade é constantemente criada pelos atores, não sendo, por esta razão, um dado pré-existente. Ela é apreendida por todos, cotidianamente em um contínuo de tipificações que vão se tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do aqui e agora e vão, com isso, adquirindo caráter objetivo (BERGER; LUCKMANN, 2002[1985]). Segundo um dos principais autores da Fenomenologia, Alfred Schutz (1979), o mundo da vida cotidiana é um mundo que existia antes de nós. Neste sentido, ele é dado e, com ele, as interpretações feitas por nossos predecessores sobre ele. Mas esta estrutura não é coercitiva e determinista. Indivíduos interpretam a realidade e lhes dão um sentido ordenado. Esta interpretação se dá a partir de um estoque de conhecimento anterior que nos foi transmitido e também que foi constituído a partir de nossa própria experiência. Schutz vai chamá-lo de conhecimento à mão. Ele funciona como um código de referência que nós utilizamos para interpretar as situações, mas que não explicitamos. A ideia de tipificação é mais difundida no campo do Direito, quando falamos em tipificações jurídicas. Elas constituem formas de classificar e categorizar o mundo da vida cotidiana, embora com grau de imposição diferenciado (ROBERT, 2007) e são aquelas codificadas nos códigos, construídas socialmente pelos empreendedores morais (BECKER, 2009[1963]), grupos profissionais, políticos e legisladores. Mas há também as tipificações profissionais, que constituem a maneira pela qual os operadores da polícia e da justiça, por exemplo, classificam e categorizam comportamentos de indivíduos, interpretam a situação e definem o que foi que aconteceu, produzindo um relato razoável e persuasivo sobre a situação (CICOUREL, 1968; BEATO FILHO, 1991,

²A utilização dos termos Criminologia e Sociologia do Crime é uma estratégia para facilitar a demarcação entre as duas perspectivas teóricas com as quais trabalho visando a articulação entre elas, como restará claro ao longo do texto.

1992) e submetendo a ocorrência em questão à tipificação jurídica que lhe cabe.

Tipificações podem ser também entendidas como teorias de senso comum e também aquelas geradas no ambiente profissional que vão constituir o quadro de referência a partir do qual o mundo deve ser interpretado para a solução de problemas práticos à mão (CICOUREL, 1968). Tipificações são, portanto, o modo como interpretamos e nomeamos as coisas da vida cotidiana, o mundo ao nosso redor.

O módulo da Pesquisa Nacional de Vitimização que contempla os chamados “crimes contra a pessoa” não foi mensurado conforme as tipificações jurídicas. Ele está composto por uma tipologia formada por cinco tipos de crimes, que somam vinte e sete categorias difundidas no mundo da vida cotidiana. Por esta razão, foi possível aos indivíduos entrevistados na Pesquisa relatar aos entrevistadores suas experiências sobre vitimização, bem como seus hábitos, percepções e sentimentos relacionados a tais experiências. Tais relatos foram colhidos com base em metodologia de aplicação de questionário, como já dito, e, portanto, constituem respostas estimuladas através de perguntas objetivas. Esses relatos, aqui considerados de caráter qualitativo (PEREIRA, 2004), foram contabilizados em uma base de dados, permitindo análises estatísticas e espaciais.

Olhar para este material empírico do modo como estou propondo produziu interpretações interessantes. A principal delas consiste no fato de fazer referência aos dados como relatos de vitimização produzidos pelos indivíduos entrevistados e não como dados absolutos. Os resultados que são aqui apresentados não permitem falar em números de vítimas, mas sim em número de pessoas que relataram algum tipo de vitimização e algumas experiências atreladas a estes relatos.

Um primeiro resultado pertinente a esta discussão é o estabelecimento da comparação entre a tipologia contida na Pesquisa (Quadro 1) e as tipificações contidas no Código Penal do Brasil.

Quadro 1 – Tipologia do Módulo Crimes Contra a Pessoa da Pesquisa Nacional de Vitimização

Tipos de crimes	Categorias
Ofensa sexual	Ofensa sexual ao longo de toda a vida
Acidentes de trânsito	Atropelamento
Agressões e Ameaças	Ameaça com faca ou arma de fogo
	Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar
	Ameaça de morte
	Ameaça de ter os bens e documentos subtraídos por pessoas próximas
	Amedrontamento ou perseguição
	Batida, empurrão ou chute
	Esfaqueamento ou tiro
	Espancamento ou tentativa de estrangulamento
	Insulto, humilhação ou xingamento (ofensa verbal)
	Lesão provocada por algum objeto atirado
Discriminação	Outra ameaça
	Pela classe social
	Pela cor ou raça
	Pela escolaridade
	Pela preferência política
	Pelo lugar onde mora
	Por deficiência física
	Por doença
	Por orientação ou opção sexual
Vitimização provocada por policiais	Por religião
	Por ser homem/mulher
	Insulto ou agressão verbal cometida por policial militar
	Violência física cometida por policial militar
	Insulto ou agressão verbal cometida por policial civil
	Violência física cometida por policial civil

Essa tipologia faz referência, no mínimo, às seguintes tipificações jurídicas: lesões corporais³; difamação⁴; injúria⁵; ameaça⁶; ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo⁷; estupro⁸, violência arbitrária cometida por funcionário público⁹ e, chegando ao extremo, homicídio doloso tentado¹⁰. Este paralelo, entre a tipologia contida na Pesquisa e as tipificações jurídicas contidas no Código Penal do Brasil, pode render análises profícuas, sobretudo se o interesse for computar as chamadas cifras ocultas, diferença entre o que é relatado pela população e o que é registrado pelas agências oficiais do sistema de justiça criminal (ZILLI, MARINHO e SILVA, 2014; LIMA e BORGES, 2014). Estudos desta natureza constituem, certamente, um dos principais ganhos com o investimento na realização de pesquisas de vitimização em nível nacional. E, do lado teórico, mostra-se útil para refletir sobre a cultura jurídica brasileira, principalmente no que diz respeito às regras de procedimento que visam orientar as receitas práticas dos operadores do sistema de justiça criminal na subsunção do fato à lei penal codificada (LIMA, 2008; VARGAS, 2004; SILVA, 2013).

Retomando Schutz (1979), tipificações seriam de primeira ordem, enquanto tipologias tais como são os conceitos dos sociólogos positivistas em geral, seriam de segunda ordem. Tendo em vista que uma tarefa importante da sociologia é esclarecer o que pensa do mundo social aqueles que nele vivem, a articulação entre essas duas perspectivas, entre o que estou chamando de Criminologia e de Sociologia do Crime, só é possível se considerarmos o material empírico, o banco de dados produzido a partir da realização de um *survey*, como sendo de natureza qualitativa, já que mede percepções, sentimentos e experiências relatadas pelos indivíduos entrevistados. Dizendo de outro modo, a Pesquisa Nacional de Vitimização quantifica eventos qualitativos, normatizando e conferindo caráter

³ Código Penal do Brasil, Capítulo II, art. 129: "Ofender a integridade corporal ou saúde de outrem: Pena – detenção, 3 (três) meses a 1 (um) ano".

⁴ Código Penal do Brasil, Capítulo V, artigo 139: "Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa".

⁵ Código Penal do Brasil, Capítulo V, artigo 140: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa".

⁶ Código Penal do Brasil, Capítulo VI, art. 147: "Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico de causar-lhe mal injusto e grave: Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa".

objetivo à observação do pesquisador (PEREIRA, 2004).

Um primeiro resultado a ser apresentado é que nesta edição da Pesquisa Nacional de Vitimização, foram entrevistados 78.008 indivíduos em todo o território nacional. Dentre estas pessoas, 22.218 produziram um conjunto de 49.302 relatos referentes a, no mínimo, um dos 27 tipos de crimes elencados no módulo sobre crimes contra a pessoa. Isso significa dizer que um mesmo indivíduo pode ter relatado mais de uma experiência de vitimização por um ou mais tipos de crimes contra a pessoa abordados na Pesquisa. As ofensas verbais são as mais recorrentemente relatadas, incluindo as ofensas produzidas por policiais militares.

Esses dois tipos de vitimização somam aproximadamente $\frac{1}{4}$ de todos os relatos, que foram proferidos por 15% dos indivíduos entrevistados. Os relatos de (a) ameaça de apanhar, empurrar ou chutar, (b) atropelamentos, (c) violência física cometida por policiais militares, (d) discriminação por religião e (e) ofensa sexual ao longo de toda a vida compõem cerca de $\frac{1}{3}$ de todos esses relatos, que correspondem a 19% dos indivíduos entrevistados (Tabela 1 e Gráfico 1).

⁷ Código Penal do Brasil, Título V, Capítulo I, art. 208: “Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

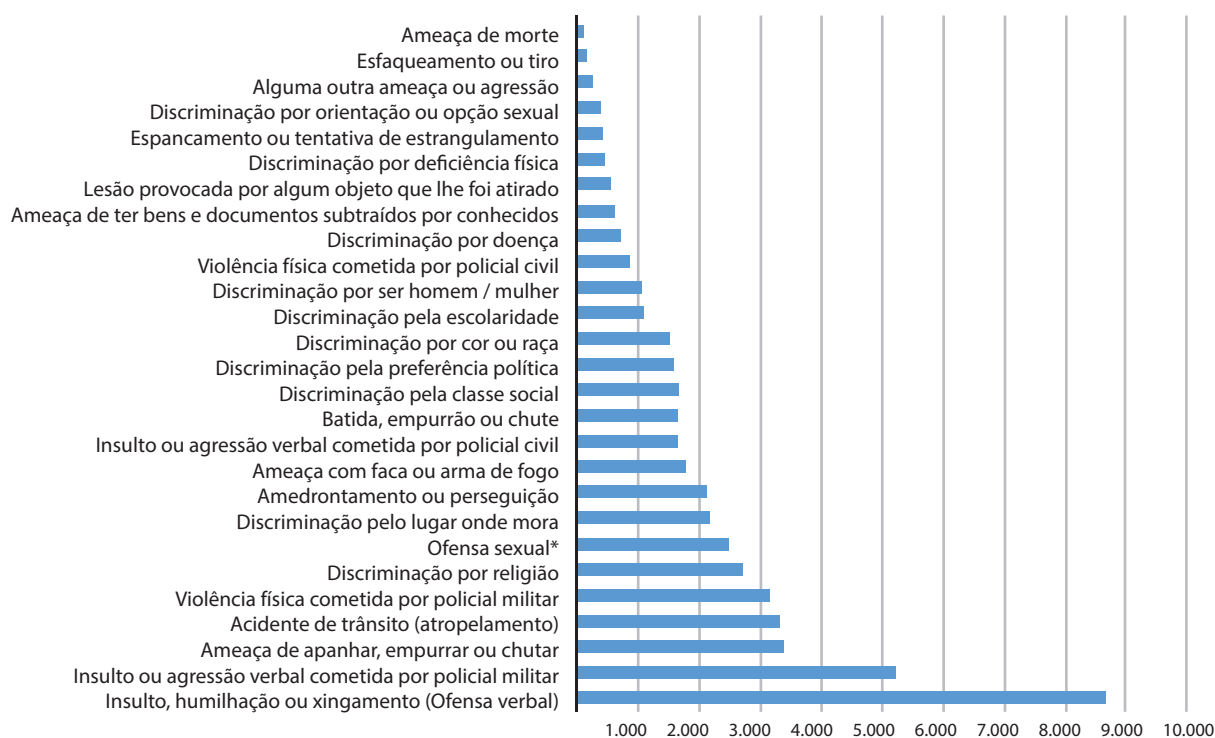
⁸ Código Penal do Brasil, Título VI, Capítulo 1, art. 213: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos”.

⁹ Código Penal do Brasil, Título XI, Capítulo I, art. 322: “Praticar violência, no exercício da função ou pretexto de exercê-la: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da pena correspondente à violência”.

¹⁰ Código Penal do Brasil, Título I, Capítulo I, art. 121: “Matar alguém: Pena – reclusão de 6 (seis) a 20 (vinte) anos”, conjugado com artigo 14, II: “Diz-se do crime: II – tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente”.

Tabela 1 - Tipologia dos relatos de experiências de vitimização por “crimes contra a pessoa”

Tipos de vitimização por crimes contra a pessoa	Número absoluto de relatos	Percentual válido sobre o número de relatos de vitimização de crimes contra a pessoa	Percentual válido sobre toda a amostra (n=78.008 entrevistados)
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	8.646	17,5	11,1
Insulto ou agressão verbal cometida por policial militar	5.210	10,6	6,7
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	3.373	6,8	4,3
Acidente de trânsito (atropelamento)	3.300	6,7	4,2
Violência física cometida por policial militar	3.131	6,4	4,0
Discriminação por religião	2.717	5,5	3,5
Ofensa sexual*	2.453	5,0	3,1
Discriminação pelo lugar onde mora	2.170	4,4	2,8
Amedrontamento ou perseguição	2.119	4,3	2,7
Ameaça com faca ou arma de fogo	1.760	3,6	2,3
Insulto ou agressão verbal cometida por policial civil	1.651	3,3	2,1
Batida, empurrão ou chute	1.648	3,3	2,1
Discriminação pela classe social	1.646	3,3	2,1
Discriminação pela preferência política	1.552	3,1	2,0
Discriminação por cor ou raça	1.496	3,0	1,9
Discriminação pela escolaridade	1.058	2,1	1,4
Discriminação por ser homem / mulher	1.038	2,1	1,3
Violência física cometida por policial civil	820	1,7	1,1
Discriminação por doença	702	1,4	0,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	603	1,2	0,8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	520	1,1	0,7
Discriminação por deficiência física	448	0,9	0,6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	402	0,8	0,5
Discriminação por orientação ou opção sexual	367	0,7	0,5
Alguma outra ameaça ou agressão	235	0,5	0,3
Esfaqueamento ou tiro	148	0,3	0,2
Ameaça de morte	89	0,2	0,1
Total	49.302	100,0	63,2



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

3 COMPREENDENDO OS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO

3.1. METODOLOGIA

Diante do exposto na seção anterior, a proposta teórica é abordar o material empírico como uma compilação quantitativa de dados qualitativos que representam relatos de experiências de vitimização. Fenomenologistas, como Schutz do qual falamos anteriormente, têm como foco descrever o que todos os participantes têm em comum quando vivenciam um fenômeno. A descrição consiste no que esses indivíduos vivenciaram e como vivenciaram. Desta maneira, eles reduzem as experiências individuais como um fenômeno a uma descrição da essência universal. Por isso, a fenomenologia se localiza em um ponto de um *continuum* entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa e o pesquisador toma uma atitude de “colocar-se entre parênteses”, descrevendo textualmente a experiência das pessoas, como elas a experimentaram em termos de condições, situações ou contexto. Tem-se, assim, a chamada fenomenologia empírica que busca transmitir

a essência geral da experiência (CRESWELL, 2014).

Guardadas as ressalvas quanto ao fato de que estamos trabalhando com uma pesquisa quantitativa, um *survey*, mas cujos dados são de natureza qualitativa, é possível pensar a Pesquisa Nacional de Vitimização como um objeto singular, sobre o qual se pode trabalhar a articulação das perspectivas construtivista e pós-positivista quanto à compreensão de aspectos da “violência” e “criminalidade” no Brasil.

Neste sentido, o objetivo principal que norteou a metodologia deste trabalho foi identificar um perfil dos indivíduos que mais relatam experiências de vitimização segundo a tipologia considerada na Pesquisa. Para tanto, em um primeiro momento foram elaboradas tabelas de contingência e gráficos com vistas a associar as 27 categorias que compuseram a tipologia dos “crimes contra a pessoa” com as características demográficas e socioeconômicas desses indivíduos. Esses dados compõem as chamadas variáveis independentes, tais como renda familiar mensal, idade, escolaridade, sexo, raça/cor, orientação sexual e religião, e são dotadas de um caráter qualitativo ou categórico, sejam elas ordinais ou não. Ainda neste momento de descrição dos dados, foram estabelecidas comparações entre grupos populacionais segundo uma das variáveis independentes, por exemplo, comparando-se homens e mulheres, brancos e negros, jovens e velhos, indivíduos com menores rendas e com maiores rendas, e assim por diante.

Esses primeiros resultados descritivos demandaram análises mais acuradas dessas relações. Medidas de associação são expressas através de coeficientes, cujos valores numéricos descrevem se os dados se aproximam mais de uma situação de independência ou de uma associação perfeita. Medem, portanto, o quanto os dados de duas variáveis se mostram associados (BARBETTA, 2011)¹¹.

Neste trabalho, considerou-se que as associações apresentavam caráter unilateral, ou seja, as variáveis, quando associadas, estariam indicando uma única direção. Dizendo de outro modo, interessa-nos saber se indivíduos podem ser mais vitimados por determinada característica física, econômica ou social, e não o contrário. Afinal, é razoável pensar que um indivíduo é vitimado pelo fato de

¹¹Um teste estatístico, muito difundido, é o chamado teste *Qui-Quadrado* ou *Pearson Chi-Square* (χ^2). Entretanto, a interpretação dessa estatística como um coeficiente de associação pode mostrar-se complexa visto que o valor máximo varia conforme a dimensão da tabela de contingência e o número de elementos observados (Barbetta, 2011, p. 242).

ser homem ou pelo fato de ser mulher, mas nunca poderíamos pensar que um indivíduo é homem ou mulher em razão da vitimização relatada à Pesquisa.

Uma das medidas de associação aqui trabalhada é o coeficiente *Gamma* (γ), mais usualmente utilizado para estudos em que as variáveis são qualitativas e ordinais, não necessariamente apresentando uma escala de valor entre as categorias (FIELD, 2009; BARBETTA, 2011). No nosso caso, são as variáveis renda familiar mensal, idade e escolaridade dos entrevistados. As hipóteses abaixo ilustram melhor o que se pretende investigar para este conjunto de dados categóricos ordinais.

H₀: variáveis são independentes e não há associação entre elas;

H_{renda}: há associação entre nível de renda e ser vitimado, sendo que os indivíduos com renda mais baixa relatam mais experiências de vitimização que os indivíduos com renda mais alta;

H_{idade}: há associação entre idade e vitimização, sendo que os indivíduos mais jovens relatam mais experiências de vitimização que os indivíduos mais velhos;

H_{escolaridade}: há associação entre escolaridade e vitimização, sendo que os indivíduos com baixa escolaridade relatam mais experiências de vitimização que os indivíduos com escolaridade mais alta.

Para as demais variáveis demográficas tais como sexo, cor, orientação sexual e religião, optou-se pelo cálculo de testes estatísticos utilizados para variáveis qualitativas cujas categorias não permitem o estabelecimento de uma ordem, mas apenas uma classificação alfa-numérica. Ou seja, são atribuídos valores numéricos às categorias sem que estes valores representem uma ordem ou uma escala entre as mesmas. São apenas rótulos. Duas dessas medidas são o *Coeficiente de contingência modificado* (C^*) e o coeficiente *V de Cramér*, este último uma variação do coeficiente phi (ϕ) utilizado apenas para tabelas de contingência com duas linhas e duas colunas (2×2)¹². Como, geralmente, esses dois coeficientes apresentam valores muito próximos, será considerado aqui o *V de Crámer* ou o *phi* (ϕ), quando for o caso. As hipóteses elencadas para este conjunto de variáveis são bastante semelhantes às anteriores, como exposto abaixo:

H₀: variáveis são independentes e não há associação entre elas;

H_{sexo}: há associação entre sexo e vitimização, sendo que os homens relatam mais experiências de vitimização que as mulheres, exceto para “ofensa sexual”;

H_{cor/raça}: há associação entre raça/cor e vitimização, sendo que os indivíduos pretos e pardos relatam mais experiências de vitimização que os brancos¹³;

H_{orientação}: há associação entre orientação sexual e vitimização, sendo que os indivíduos homossexuais e bissexuais relatam mais experiências de vitimização que os heterossexuais;

H_{religião}: há associação entre religião e vitimização, sendo que os indivíduos evangélicos, os umbandistas e os candomblecistas relatam mais experiências de vitimização que os católicos e os espíritas.¹⁴

¹² Para ver especificações das fórmulas desses coeficientes, ver Field (2009), Barbetta (2011) e Pereira (2004). Para os fins deste capítulo, serão enfatizados os significados destas medidas estatísticas aplicadas às ciências sociais.

¹³ Esta variável foi recodificada para análise, apresentando a seguinte configuração considerando o grupo de pessoas que relataram alguma vitimização, ou seja, dentre as 22.218 pessoas: brancos (41% ou 9.240 indivíduos); pretos, pardos e morenos (54,6% ou 12.130 indivíduos); indígenas (1,4% ou 302 indivíduos) e amarelos (2,1% ou 463 indivíduos).

¹⁴ A variável religião foi recodificada, ficando com a seguinte configuração dentre o conjunto de 22.218 pessoas aqui considerado: católicos (50,5% ou 11.221 indivíduos); evangélicos (30,8% ou 6.849 pessoas); espíritas (4% ou 888 pessoas) e religiões afro-brasileiras (1,4% ou 313 indivíduos).

A condição para que possamos afirmar que as variáveis estão associadas é que essas medidas apresentem um teste estatístico (*valor p*) menor que um nível de significância (α) a 0,05 ou 5%, o que é representado pela equação ($p < \alpha = 0,05$). Os valores dos coeficientes variam de 0 a 1 e expressam a força dessas associações, mais o sentido das mesmas, se diretamente (sinal "+") ou contrariamente (sinal "-") relacionadas. Seguindo a literatura sobre estatística aplicada às ciências sociais, convencionou-se neste estudo que se os valores dos coeficientes forem menores que 0,300 a associação entre as variáveis deve ser considerada fraca; se os valores estiverem próximos de 0,500 (entre 0,301 e 0,700) a associação será considerada moderada e, por fim, se os valores forem superiores a 0,701 a associação deve ser considerada forte.

Diante dos resultados obtidos neste segundo momento de análise e ainda buscando identificar, de modo mais contundente, grupos de indivíduos mais propensos a vivenciarem experiências de vitimização por alguns dos eventos aqui listados, trabalhou-se com uma técnica de análise estatística conhecida como "risco relativo", considerando as Unidades da Federação. Conceitualmente, trata-se de uma técnica matemática que pretende comparar dois grupos de indivíduos com base em uma mesma condição de comparabilidade, ou seja, com base em uma variável independente, ou seja, de características socioeconômicas e demográficas.¹⁵

Para tanto, foi necessário, antes, calcular as taxas para cada grupo de interesse, levando em consideração o número de indivíduos que relataram vitimização para alguns dos tipos de "crimes contra a pessoa" abarcados na Pesquisa segundo três variáveis demográficas: sexo, idade e raça/cor. O risco relativo (*RR*) é uma razão de probabilidades (*P*), calculada conforme a seguinte equação:

$$RR = \frac{P_{\text{grupo exposto de maior risco}}}{P_{\text{grupo exposto de menor risco}}}$$

¹⁵ Agradecimento à pesquisadora Tatiana Guimarães pelo intenso diálogo e trabalho referentes a estas análises.

Assim, pode-se identificar, por exemplo, quão maior é o risco de as mulheres (grupo exposto de maior risco) serem ofendidas sexualmente quando comparadas com os homens (grupo exposto de menor risco). Em todos os casos em que o risco relativo é superior a 1 isto indica quantas vezes as chances do primeiro grupo ser vitimizado é maior em relação ao segundo.

Em alguns estados brasileiros, não foi possível calcular o risco relativo por ausência de denominador, ou seja, o grupo de menor risco não mencionou ter vivenciado experiências de vitimização por um determinado tipo de crime. Para a presente análise, os valores obtidos para os riscos relativos foram plotados em 13 mapas temáticos¹⁶, segundo intervalos que permitem a comparação entre as Unidades da Federação.

Uma vez identificado o perfil dos indivíduos que mais relatam experiências de vitimização, buscou-se ampliar a compreensão sobre essas experiências, através da construção de tabelas de contingência que medissem algumas percepções e sentimentos desses indivíduos em relação às experiências relatadas. Com isso, foi possível observar o quanto as pessoas relatam suas experiências também aos órgãos estatais de registros de ocorrências, como as polícias principalmente. Foi possível observar também se os indivíduos que relataram a vitimização conheciam o agressor, bem como o local onde a experiência ocorreu. Finalizando as interpretações sobre o módulo “crimes contra a pessoa”, são trabalhadas as informações sobre sentimento de medo de ser vitimado por alguns desses tipos de crimes em paralelo ao sentimento de risco de ser vitimado pelo mesmo crime nos 12 meses seguintes à data de realização da entrevista. As interpretações dos resultados obtidos com essa metodologia estão expostas na próxima seção.

¹⁶ A escolha para apresentar esses 13 mapas temáticos não foi aleatória. Em primeiro lugar, foram considerados os resultados obtidos pelas tabelas e medidas de associação entre as variáveis e, posteriormente, considerou-se, ainda, o número absoluto dos relatos. Em alguns casos, o número por estado se mostrou muito reduzido, inviabilizando a análise por mapas temáticos.

3.2. INTERPRETAÇÕES

Já foi dito que as principais experiências de vitimização relatadas pelos entrevistados, de acordo com a tipologia dos “crimes contra a pessoa” contidas na Pesquisa Nacional de Vitimização são (a) as ofensas verbais, (b) as ameaças de apanhar, empurrar ou chutar, (c) os atropelamentos, (d) a violência física cometida por policiais militares, (e) a discriminação por religião e (f) a ofensa sexual ao longo da vida. Somados, esses relatos representam pouco mais da metade de todas as experiências de vitimização relatadas, o que corresponde a pouco mais de 1/3 de todos os indivíduos entrevistados (Tabela 1 e Gráfico 1, já apresentados).

Mas, quem são e onde estão os indivíduos que relataram essas experiências de vitimização?

A população brasileira que relatou experiências de vitimização por, no mínimo, um dos tipos de “crimes contra a pessoa” abarcados pela Pesquisa Nacional de Vitimização é jovem, com renda familiar mensal abaixo de três salários mínimos, com escolaridade baixa, do sexo feminino e de cor/raça autodeclarada preta, parda ou morena.

Os relatos produzidos pelos indivíduos mais jovens (entre 16 e 34 anos) formam um conjunto muito superior aos relatos produzidos pelos mais velhos nas seguintes situações: (1) violência física provocada por policial militar, (2) discriminação pela orientação sexual, (3) lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado, (4) discriminação pelo lugar onde mora e (5) batida, empurrão ou chute. Nesses cinco tipos de experiências, os relatos dos mais jovens superam os dos mais velhos em mais de 1/3. Em três tipos, os mais velhos relatam mais experiências de vitimização que os mais jovens: (1) discriminação por doença, (2) ameaças de morte e (3) discriminação por deficiência física (Tabelas 2, 3 e Gráfico 2).

Tabela 2 - Parâmetro de comparação da idade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Idade dos entrevistados		Total do número de relatos	Parâmetro de Comparação da Variável Idade*
	Mais Jovens (16 a 34 anos)	Mais Velhos (acima de 35 anos)		
	Número absoluto de relatos	Número absoluto de relatos		
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	4.846	3.800	8.646	12,1
Insulto ou agressão provocada por policial militar	3.464	1.746	5.210	33,0
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	2.185	1.187	3.372	29,6
Acidentes de trânsito	2.157	1.144	3.301	30,7
Violência física provocada por policial militar	2.228	904	3.132	42,3
Discriminação por religião	1.576	1.141	2.717	16,0
Ofensa sexual ao longo da vida	1.323	1.130	2.453	7,9
Discriminação pelo lugar onde mora	1.471	698	2.169	35,6
Amedrontamento ou perseguição	1.246	873	2.119	17,6
Ameaça com faca ou arma de fogo	1.107	653	1.760	25,8
Insulto ou agressão provocada por policial civil	947	704	1.651	14,7
Batida, empurrão ou chute	1.106	543	1.649	34,1
Discriminação por sua classe social	998	647	1.645	21,3
Discriminação pela preferência política	858	695	1.553	10,5
Discriminação por cor ou raça	990	506	1.496	32,4
Discriminação por sua escolaridade	613	445	1.058	15,9
Discriminação por ser homem/mulher	607	431	1.038	17,0
Violência física provocada por policial civil	501	319	820	22,2
Discriminação por doença	242	461	703	(31,2)
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	325	279	604	7,6
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	353	167	520	35,8
Discriminação por deficiência física	208	240	448	(7,1)
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	255	240	402	26,9
Discriminação por sua orientação sexual	254	240	366	38,8
Outra ameaça ou agressão	134	101	235	14,0
Esfaqueamento ou tiro	98	50	148	32,4
Ameaça de morte	40	49	89	(10,1)
Total de relatos de vitimização	30.132	19.172	49.304	22,2

*Calculado a partir da fórmula: $[(Nj - Nv) / \text{Total}] * 100$

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Tabela 3 – Idade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Idade dos entrevistados						Total		
	Mais Jovens (16 a 34 anos)			Mais Velhos (acima de 35 anos)					
	Número absoluto de relatos	Percentual válido sobre o número de relatos	Percentual válido sobre a amostra	Número absoluto de relatos	Percentual válido sobre o número de relatos	Percentual válido sobre a amostra	Total do número de relatos	Percentual válido sobre o número de relatos	Percentual válido sobre a amostra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	4.846	16.1	6.2	3.800	19.8	4.9	8.646	17.5	11.1
Insulto ou agressão provocada por policial militar	3.464	11.5	4.4	1.746	9.1	2.2	5.210	10.6	6.7
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	2.185	7.3	2.8	1.187	6.2	1.5	3.372	6.8	4.3
Acidentes de trânsito	2.157	7.2	2.8	1.144	6.0	1.5	3.301	6.7	4.2
Violência física provocada por policial militar	2.228	7.4	2.9	904	4.7	1.2	3.132	6.4	4.0
Discriminação por religião	1.576	5.2	2.0	1.141	6.0	1.5	2.717	5.5	3.5
Ofensa sexual ao longo da vida	1.323	4.4	1.7	1.130	5.9	1.4	2.453	5.0	3.1
Discriminação pelo lugar onde mora	1.471	4.9	1.9	698	3.6	0.9	2.169	4.4	2.8
Amedrontamento ou perseguição	1.246	4.1	1.6	873	4.6	1.1	2.119	4.3	2.7
Ameaça com faca ou arma de fogo	1.107	3.7	1.4	653	3.4	0.8	1.760	3.6	2.3
Insulto ou agressão provocada por policial civil	947	3.1	1.2	704	3.7	0.9	1.651	3.3	2.1
Batida, empurrão ou chute	1.106	3.7	1.4	543	2.3	0.7	1.649	3.3	2.1
Discriminação por sua classe social	998	3.3	1.3	647	3.4	0.8	1.645	3.3	2.1
Discriminação pela preferência política	858	2.8	1.1	695	3.6	0.9	1.553	3.1	2.0
Discriminação por cor ou raça	990	3.3	1.3	506	2.6	0.6	1.496	3.0	1.9
Discriminação por sua escolaridade	613	2.0	0.8	445	2.3	0.6	1.058	2.1	1.4
Discriminação por ser homem/mulher	607	2.0	0.8	431	2.2	0.6	1.038	2.1	1.3
Violência física provocada por policial civil	501	1.7	0.6	319	1.7	0.4	820	1.7	1.1
Discriminação por doença	242	0.8	0.3	461	2.4	0.6	703	1.4	0.9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	325	1.1	0.4	279	1.5	0.4	604	1.2	0.8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	353	1.2	0.5	167	0.9	0.2	520	1.1	0.7
Discriminação por deficiência física	208	0.7	0.3	240	1.3	0.3	448	0.9	0.6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	255	0.8	0.3	147	0.3	0.2	402	0.8	0.5
Discriminação por sua orientação sexual	254	0.8	0.3	112	0.6	0.1	366	0.7	0.5
Outra ameaça ou agressão	134	0.4	0.2	101	0.5	0.1	235	0.5	0.3
Esfaqueamento ou tiro	98	0.3	0.1	50	0.3	0.1	148	0.3	0.2
Ameaça de morte	40	0.1	0.1	49	0.3	0.1	89	0.2	0.1
Total de relatos de vitimização	30.132	100.0	38.6	19.172	100.0	24.6	49.304	100.0	63.2

*Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Gráfico 2 – Idade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Em algumas categorias da tipologia, o percentual de relatos de experiências de vitimização dos que declararam menor renda (que recebem até 3 salários mínimos) corresponde ao dobro dos relatos dos que declararam maior renda. São as seguintes situações: (1) espancamento ou tentativa de estrangulamento, (2) discriminação por deficiência física, (3) lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado, (4) esfaqueamento ou tiro e (5) discriminação pela escolaridade. Em nenhum tipo de crime os que ganham mais de 3 salários mínimos relataram mais experiências de vitimização que aqueles cuja renda familiar mensal é menor que 3 salários mínimos. Esses dados permitem uma interpretação segundo a qual os mais pobres vivem sob condições de vulnerabilidade social, que inclui experiências de vitimização por “crimes contra a pessoa” (Tabelas 4, 5 e Gráfico 3).

Tabela 4 – Parâmetro de comparação da renda dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Renda Familiar dos entrevistados		Total do número de relatos	Parâmetro de Comparação da Variável Renda Familiar*
	Menor renda (até 3 salários mínimos)	Maior renda (mais de 3 salários mínimos)		
	Número absoluto de relatos	Número absoluto de relatos		
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	5.869	2.382	8.878	42.4
Insulto ou agressão provocada por policial militar	3.365	1.548	4.913	37.0
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	2.410	818	3.228	49.3
Acidentes de trânsito	1.876	1.220	3.096	21.2
Violência física provocada por policial militar	2.125	801	2.926	45.2
Discriminação por religião	1.854	734	2.588	43.3
Ofensa sexual ao longo da vida	1.588	767	2.355	34.9
Discriminação pelo lugar onde mora	1.590	506	2.096	51.7
Amedrontamento ou perseguição	1.435	611	2.046	40.3
Ameaça com faca ou arma de fogo	1.230	460	1.690	45.6
Insulto ou agressão provocada por policial civil	1.207	373	1.580	52.8
Batida, empurrão ou chute	1.189	387	1.576	50.9
Discriminação por sua classe social	1.073	484	1.557	37.8
Discriminação pela preferência política	890	601	1.491	19.4
Discriminação por cor ou raça	1.016	397	1.413	43.8
Discriminação por sua escolaridade	778	237	1.015	53.3
Discriminação por ser homem/mulher	615	364	979	25.6
Violência física provocada por policial civil	576	206	782	47.3
Discriminação por doença	503	171	674	49.3
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	399	176	575	38.8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	387	106	493	57.0
Discriminação por deficiência física	334	91	425	57.2
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	321	45	386	66.3
Discriminação por sua orientação sexual	222	126	348	27.6
Outra ameaça ou agressão	154	69	223	38.1
Esfaqueamento ou tiro	106	31	137	54.7
Ameaça de morte	54	35	89	21.3
Total de relatos de vitimização	33.193	13.766	46.959	41.4

*Calculado a partir da fórmula: $[(Np-Nr)/Total]*100$

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

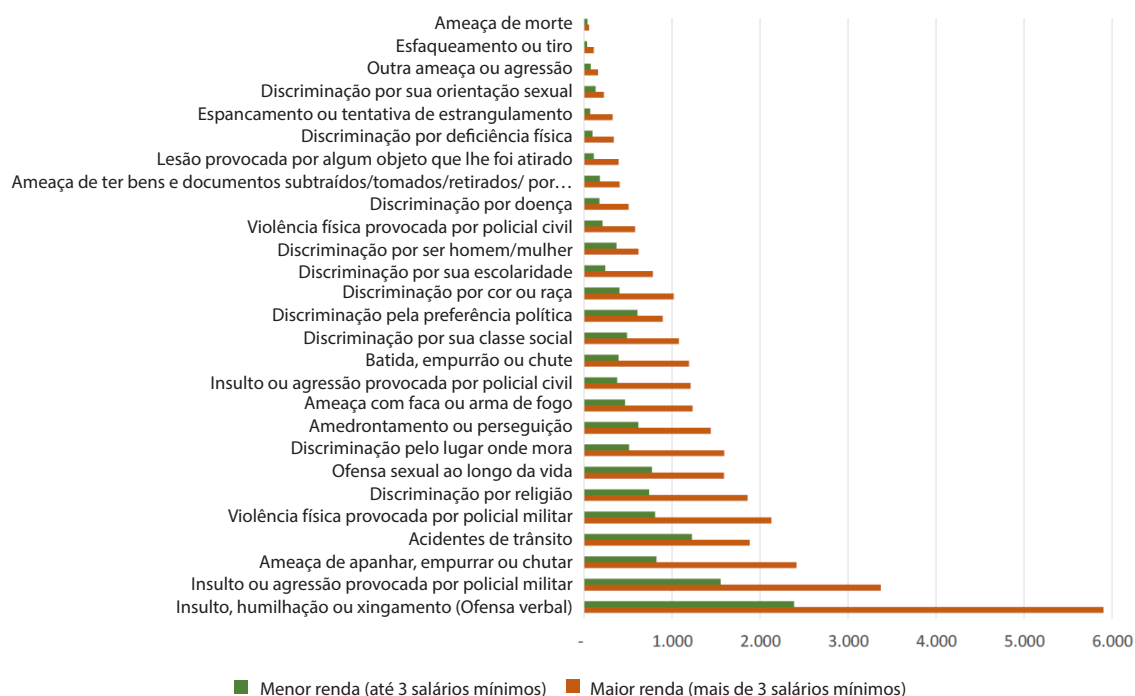
Tabela 5 – Renda familiar mensal dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Renda Familiar dos entrevistados						Total		
	Menor renda (até 3 salários mínimos)			Maior renda (mais de 3 salários mínimos)					
	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	per-centual válido sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	5.869	17,8	7,6	2.382	17,3	3,1	8.878	17,6	10,6
Insulto ou agressão provocada por policial militar	3.365	10,1	4,3	1.548	11,2	2,0	4.913	10,5	6,3
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	2.410	7,3	3,1	818	5,9	1,0	3.228	6,9	4,1
Acidentes de trânsito	1.876	5,7	2,4	1.220	8,9	1,6	3.096	6,6	4,0
Violência física provocada por policial militar	2.125	6,4	2,7	801	5,8	1,0	2.926	6,2	3,8
Discriminação por religião	1.854	5,6	2,4	734	5,3	0,9	2.588	5,5	3,3
Ofensa sexual ao longo da vida	1.588	4,8	2,0	767	5,6	1,0	2.355	5,0	3,0
Discriminação pelo lugar onde mora	1.590	4,8	2,0	506	3,7	0,6	2.096	4,5	2,7
Amedrontamento ou perseguição	1.435	4,3	1,8	611	4,4	0,8	2.046	4,4	2,6
Ameaça com faca ou arma de fogo	1.230	3,7	1,6	460	3,3	0,6	1.690	3,6	2,2
Insulto ou agressão provocada por policial civil	1.207	3,6	1,5	373	2,7	0,5	1.580	3,4	2,0
Batida, empurrão ou chute	1.189	3,6	1,5	387	2,8	0,5	1.576	3,4	2,0
Discriminação por sua classe social	1.073	3,2	1,4	484	3,5	0,6	1.557	3,3	2,0
Discriminação pela preferência política	890	2,7	1,1	601	4,4	0,8	1.491	3,2	1,9
Discriminação por cor ou raça	1.016	3,1	1,3	397	2,9	0,5	1.413	3,0	1,8
Discriminação por sua escolaridade	778	2,3	1,0	237	1,7	0,3	1.015	2,2	1,3
Discriminação por ser homem/mulher	615	1,9	0,8	364	2,6	0,5	979	2,1	1,3
Violência física provocada por policial civil	576	1,7	0,7	206	1,5	0,3	782	1,7	1,0
Discriminação por doença	503	1,5	0,6	171	1,2	0,2	674	1,4	0,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	399	1,2	0,5	176	1,3	0,2	575	1,2	0,7
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	387	1,2	0,5	106	0,8	0,1	493	1,0	0,6
Discriminação por deficiência física	334	1,0	0,4	91	0,7	0,1	425	0,9	0,5
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	321	1,0	0,4	45	0,5	0,1	386	0,8	0,5
Discriminação por sua orientação sexual	222	0,7	0,3	126	0,9	0,2	348	0,7	0,4
Outra ameaça ou agressão	154	0,5	0,2	69	0,5	0,1	223	0,5	0,3
Esfaqueamento ou tiro	106	0,3	0,1	31	0,2	0,0	137	0,3	0,2
Ameaça de morte	54	0,2	0,1	35	0,3	0,0	89	0,2	0,1
Total de relatos de vitimização	33.193	100,0	42,6	13.766	100,0	17,6	46.959	100,0	60,2

*Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Gráfico 3 – Renda familiar mensal dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Os menos escolarizados, aqueles que não possuem instrução e que estudaram até o Ensino Médio incompleto¹⁷, relatam mais experiências de vitimização que os mais escolarizados, principalmente no que diz respeito a experiências de discriminação pela escolaridade e experiências de violência física provocada por policiais civis. De outro lado, os que apresentam alta escolaridade relataram, dentre outros tipos, mais discriminação por preferência política do que os indivíduos com baixa escolaridade (Tabelas 6, 7 e Gráfico 4).

Tabela 6 – Parâmetro de comparação da escolaridade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Escolaridade dos entrevistados		Total do número de relatos	Parâmetro de Comparação da Variável Renda Familiar*
	Baixa escolaridade	Alta escolaridade		
	Número absoluto de relatos	Número absoluto de relatos		
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	4,566	4,077	8,643	5,7
Insulto ou agressão provocada por policial militar	2,714	2,496	5,210	4,2
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,987	1,383	3,370	17,9
Acidentes de trânsito	1,420	1,879	3,299	(13,9)
Violência física provocada por policial militar	1,901	1,231	3,132	21,4
Discriminação por religião	1,308	1,408	2,716	(3,7)
Ofensa sexual ao longo da vida	1,157	1,297	2,454	(5,7)
Discriminação pelo lugar onde mora	1,155	1,013	2,168	6,5
Amedrontamento ou perseguição	1,063	1,053	2,116	0,5
Ameaça com faca ou arma de fogo	958	800	1,758	9,0
Insulto ou agressão provocada por policial civil	942	709	1,651	14,1
Batida, empurrão ou chute	994	655	1,649	20,6
Discriminação por sua classe social	809	835	1,644	(1,6)
Discriminação pela preferência política	591	960	1,551	(23,8)
Discriminação por cor ou raça	768	728	1,496	2,7
Discriminação por sua escolaridade	768	290	1,058	45,2
Discriminação por ser homem/mulher	353	685	1,038	(32,0)
Violência física provocada por policial civil	562	257	819	37,2
Discriminação por doença	421	281	702	19,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	291	312	603	(3,5)
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	325	196	521	24,8
Discriminação por deficiência física	279	168	447	24,8
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	133	143	401	28,7
Discriminação por sua orientação sexual	258	234	367	(27,5)
Outra ameaça ou agressão	125	110	235	6,4
Esfaqueamento ou tiro	101	46	147	37,4
Ameaça de morte	54	35	89	21,3
Total de relatos de vitimização	26,003	23,281	49,284	5,5

*Calculado a partir da fórmula: $[(Nb-Na)/Total]*100$

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

¹⁷ A opção por considerar “baixa escolaridade” até o Ensino Médio incompleto adveio da necessidade de tornar mais paritário os dois grupos, de modo a estabelecer uma comparação que produzisse resultados mais confiáveis.

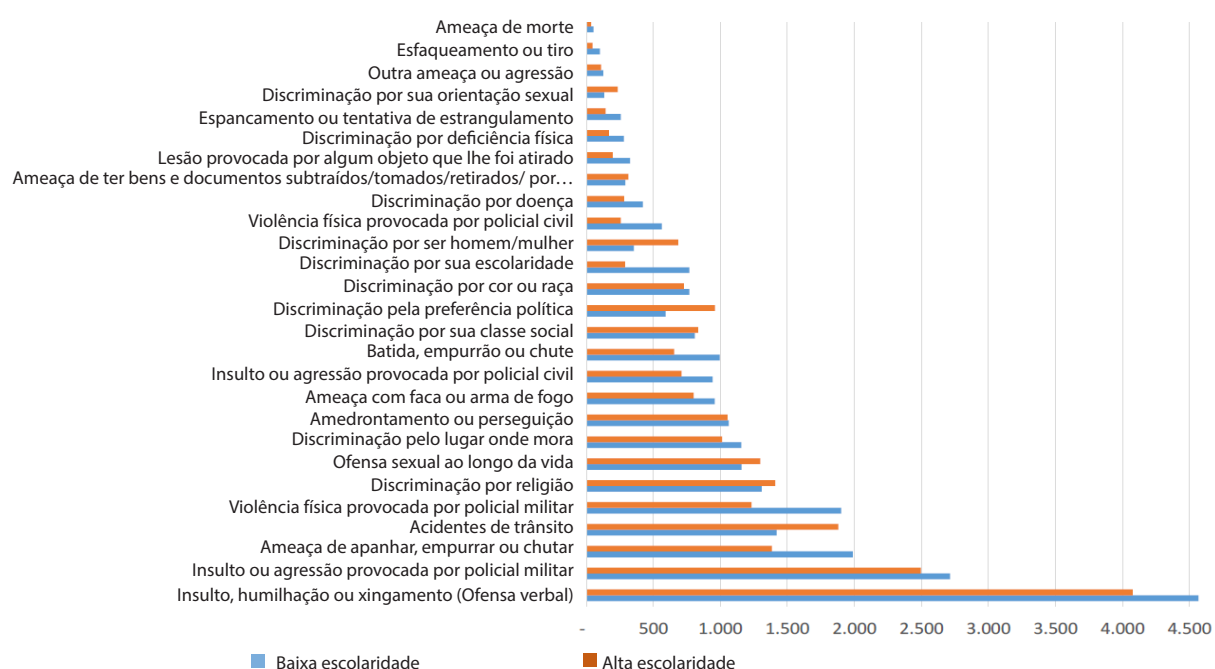
Tabela 7 – Escolaridade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Escolaridade dos entrevistados						Total		
	Baixa escolaridade			Alta escolaridade					
	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	per-centual válido sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	4,566	17,6	5,9	4,077	17,5	5,2	8,643	17,5	11,1
Insulto ou agressão provocada por policial militar	2,714	10,4	3,5	2,496	10,7	3,2	5,210	10,6	6,7
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,987	7,6	2,5	1,383	5,9	1,8	3,370	6,8	4,3
Acidentes de trânsito	1,420	5,5	1,8	1,879	8,1	2,4	3,299	6,7	4,2
Violência física provocada por policial militar	1,901	7,3	2,4	1,231	5,3	1,6	3,132	6,4	4,0
Discriminação por religião	1,308	5,0	1,7	1,408	6,0	1,8	2,716	5,5	3,5
Ofensa sexual ao longo da vida	1,157	4,4	1,5	1,297	5,6	1,7	2,454	5,0	3,1
Discriminação pelo lugar onde mora	1,155	4,4	1,5	1,013	4,4	1,3	2,168	4,4	2,8
Amedrontamento ou perseguição	1,063	4,1	1,4	1,053	4,5	1,0	2,116	4,3	2,7
Ameaça com faca ou arma de fogo	958	3,7	1,2	800	3,4	1,3	1,758	3,6	2,3
Insulto ou agressão provocada por policial civil	942	3,6	1,2	709	3,0	0,9	1,651	3,3	2,1
Batida, empurrão ou chute	994	3,8	1,3	655	2,8	0,8	1,649	3,3	2,1
Discriminação por sua classe social	809	3,1	1,0	835	3,6	1,1	1,644	3,3	2,1
Discriminação pela preferência política	591	2,3	0,8	960	4,1	1,2	1,551	3,1	2,0
Discriminação por cor ou raça	768	3,0	1,0	728	3,1	0,9	1,496	3,0	1,9
Discriminação por sua escolaridade	768	3,0	1,0	290	1,2	0,4	1,058	2,1	1,4
Discriminação por ser homem/mulher	353	1,4	0,5	685	2,9	0,9	1,038	2,1	1,3
Violência física provocada por policial civil	562	2,2	0,7	257	1,1	0,3	819	1,7	1,0
Discriminação por doença	421	1,6	0,5	281	1,2	0,4	702	1,4	0,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	291	1,1	0,4	312	1,3	0,4	603	1,2	0,8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	325	1,2	0,4	196	0,8	0,3	521	1,1	0,7
Discriminação por deficiência física	279	1,1	0,4	168	0,7	0,2	447	0,9	0,6
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	258	1,0	0,3	143	0,6	0,2	401	0,8	0,5
Discriminação por sua orientação sexual	133	0,5	0,2	234	1,0	0,3	367	0,7	0,5
Outra ameaça ou agressão	125	0,5	0,2	110	0,5	0,1	235	0,5	0,3
Esfaqueamento ou tiro	101	0,4	0,1	46	0,2	0,1	147	0,3	0,2
Ameaça de morte	54	0,2	0,1	35	0,2	0,0	89	0,2	0,1
Total de relatos de vitimização	26,003	100,0	33,3	23,281	100,0	29,8	49,284	100,0	63,2

*Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

As mulheres relatam mais experiências de vitimização que os homens, especialmente quando se refere à discriminação por ser homem/mulher e às ofensas sexuais ao longo da vida. Nessas duas categorias, os relatos das mulheres superam os relatos dos homens em mais de 2/3. De outro lado, os homens relatam mais experiências de violência física provocada por policiais militares e também por policiais civis. Nesses dois casos, os relatos deles superam os relatos das mulheres nos mesmos 2/3 aproximados (Tabelas 8, 9 e Gráfico 5).

Tabela 8 – Parâmetro de comparação do sexo dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Sexo dos entrevistados		Total do número de relatos	Parâmetro de Comparação da Variável Sexo*
	Homens	Mulheres		
	Número absoluto de relatos	Número absoluto de relatos		
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	3,756	4,890	8,646	(13,1)
Insulto ou agressão provocada por policial militar	4,150	1,060	5,210	59,3
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,617	1,755	3,372	(4,1)
Acidentes de trânsito	2,342	959	3,300	41,9
Violência física provocada por policial militar	2,758	373	3,131	76,2
Discriminação por religião	1,157	1,560	2,717	(14,8)
Ofensa sexual ao longo da vida	430	2,023	2,453	(64,9)
Discriminação pelo lugar onde mora	951	1,219	2,170	(12,4)
Amedrontamento ou perseguição	858	1,261	2,119	(19,0)
Ameaça com faca ou arma de fogo	1,078	681	1,759	22,6
Insulto ou agressão provocada por policial civil	1,271	380	1,651	54,0
Batida, empurrão ou chute	763	885	1,648	(7,4)
Discriminação por sua classe social	786	860	1,646	(4,5)
Discriminação pela preferência política	816	737	1,553	5,1
Discriminação por cor ou raça	710	786	1,496	(5,1)
Discriminação por sua escolaridade	434	624	1,058	(18,0)
Discriminação por ser homem/mulher	126	912	1,038	(75,7)
Violência física provocada por policial civil	700	120	820	70,7
Discriminação por doença	253	449	702	(27,9)
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	231	372	603	(23,4)
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	254	266	520	(2,3)
Discriminação por deficiência física	233	215	448	4,0
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	145	257	402	(27,9)
Discriminação por sua orientação sexual	196	170	366	7,1
Outra ameaça ou agressão	71	164	235	(39,6)
Esfaqueamento ou tiro	107	41	148	44,6
Ameaça de morte	28	62	90	(37,8)
Total de relatos de vitimização	26,221	23,081	49,302	6,4

*Calculado a partir da fórmula: $[(Nh-Nm)/Total]*100$

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

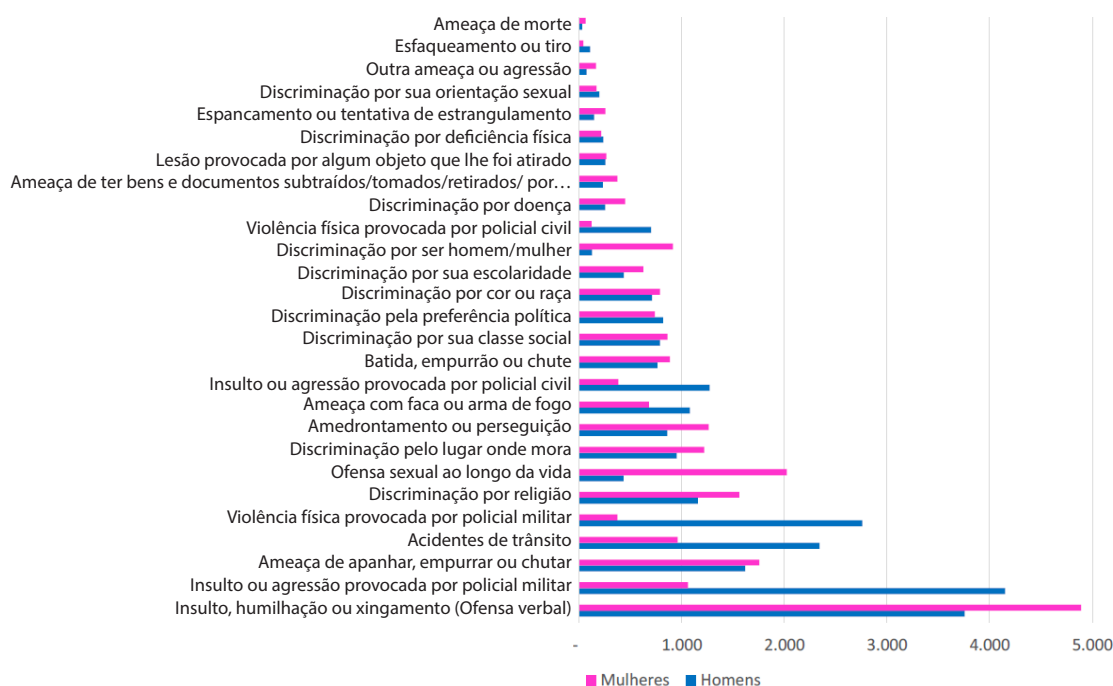
Tabela 9 – Sexo dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Sexo dos entrevistados						Total		
	Homens			Mulheres					
	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amos-tra*	Número abso-luto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amos-tra*	Número abso-luto de relatos	per-centual válido sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amos-tra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	3,756	14,3	4,8	4,890	21,2	6,3	8,646	17,5	11,1
Insulto ou agressão provocada por policial militar	4,150	15,8	5,3	1,060	4,6	1,4	5,210	10,6	6,7
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,617	6,2	2,1	1,755	7,6	2,2	3,372	6,8	4,3
Acidentes de trânsito	2,342	8,9	3,0	959	4,2	1,2	3,300	6,7	4,2
Violência física provocada por policial militar	2,758	10,5	3,5	373	1,6	0,5	3,131	6,4	4,0
Discriminação por religião	1,157	4,4	1,5	1,560	6,8	2,0	2,717	5,5	3,5
Ofensa sexual ao longo da vida	430	1,6	0,6	2,023	8,8	2,6	2,453	5,0	3,1
Discriminação pelo lugar onde mora	951	3,6	1,2	1,219	5,3	1,6	2,170	4,4	2,8
Amedrontamento ou perseguição	858	3,3	1,1	1,261	5,5	1,6	2,119	4,3	2,7
Ameaça com faca ou arma de fogo	1,078	4,1	1,4	681	3,0	0,9	1,759	3,6	2,3
Insulto ou agressão provocada por policial civil	1,271	4,8	1,6	380	1,6	0,5	1,651	3,3	2,1
Batida, empurrão ou chute	763	2,9	1,0	885	3,8	1,1	1,648	3,3	2,1
Discriminação por sua classe social	786	3,0	1,0	860	3,7	1,1	1,646	3,3	2,1
Discriminação pela preferência política	816	3,1	1,0	737	3,2	0,9	1,553	3,1	2,0
Discriminação por cor ou raça	710	2,7	0,9	786	3,4	1,0	1,496	3,0	1,9
Discriminação por sua escolaridade	434	1,7	0,6	624	2,7	0,8	1,058	2,1	1,4
Discriminação por ser homem/mulher	126	0,5	0,2	912	4,0	1,2	1,038	2,1	1,3
Violência física provocada por policial civil	700	2,7	0,9	120	0,5	0,2	820	1,7	1,1
Discriminação por doença	253	1,0	0,3	449	1,9	0,6	702	1,4	0,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	231	0,9	0,3	372	1,6	0,5	603	1,2	0,8
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	254	1,0	0,3	266	1,2	0,3	520	1,1	0,7
Discriminação por deficiência física	233	0,9	0,3	215	0,9	0,3	448	0,9	0,6
Espancamento ou tentativa de estrangula-mento	145	0,6	0,2	257	1,1	0,3	402	0,8	0,5
Discriminação por sua orientação sexual	196	0,7	0,3	170	0,7	0,2	366	0,7	0,5
Outra ameaça ou agressão	71	0,3	0,1	164	0,7	0,2	235	0,5	0,3
Esfaqueamento ou tiro	107	0,4	0,1	41	0,2	0,1	148	0,3	0,2
Ameaça de morte	28	0,1	0,0	62	0,3	0,1	90	0,2	0,1
Total de relatos de vitimização	26,221	100,0	33,6	23,081	100,0	29,6	49,302	100,0	63,2

*Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Gráfico 5 – Sexo dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

De modo semelhante aos indivíduos que apresentam renda familiar mensal abaixo de três salários mínimos, os entrevistados que se autodeclararam pretos, pardos ou morenos relatam mais experiências de vitimização que os brancos em todas as 27 categorias da tipologia “crimes contra a pessoa”. A diferença entre o número de relatos de discriminação por raça/cor produzidos por esses indivíduos e o número de relatos produzidos pelos brancos é de 75%. Os relatos de violência física provocada por policiais militares verbalizados pelos pretos, pardos e morenos superam os relatos dos brancos em 20% aproximadamente. Estes indivíduos também relatam mais experiências de (a) discriminação pelo lugar onde moram, de (b) discriminação por classe social e de (c) discriminação pela escolaridade do que os brancos, estando a diferença entre os números de relatos na ordem de 25% (Tabelas 10, 11 e Gráfico 6).

Esses dados permitem pensar em uma possível acumulação de fatores provocados pelo fato de o indivíduo ser preto, pardo ou moreno que acaba por somar a mais experiências de vitimização. Uma interpretação possível baseada mais na literatura¹⁸, já que a produção de dados propriamente dita ainda é limitada nesse

sentido, é que, por serem negros, esses indivíduos possuem baixa escolaridade, apresentam uma posição no mercado de trabalho pouco valorizada economicamente, residem nas áreas periféricas das metrópoles brasileiras e são mais frequentemente abordados pelos policiais militares.

¹⁸Há muitos trabalhos que discutem essas relações. Para verbetes sobre o tema publicados recentemente, ver Andrade e Andrade (2014), Feltran (2014) e Ratton (2014). Para trabalhos mais clássicos na área, ver os estudos sobre sujeição criminal de Michel Misse, acumulação social da violência de Luiz Antônio Machado da Silva, bem como os de Alba Zaluar.

Tabela 10 – Parâmetro de comparação da cor dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	Cor dos entrevistados		Total do número de relatos	Parâmetro de Comparação da Variável Cor*
	Brancos	Pretos, Pardos e Morenos		
	Número absoluto de relatos	Número absoluto de relatos		
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	3,524	4,760	8,284	(14,9)
Insulto ou agressão provocada por policial militar	2,059	2,947	5,006	(17,7)
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,346	1,872	3,218	(16,3)
Acidentes de trânsito	1,697	1,690	3,187	(6,1)
Violência física provocada por policial militar	1,170	1,828	2,998	(21,9)
Discriminação por religião	1,066	1,534	2,600	(18,0)
Ofensa sexual ao longo da vida	1,051	1,292	2,343	(10,3)
Discriminação pelo lugar onde mora	722	1,356	2,078	(30,5)
Amedrontamento ou perseguição	895	1,123	2,018	(11,3)
Ameaça com faca ou arma de fogo	698	982	1,680	(16,9)
Insulto ou agressão provocada por policial civil	670	923	1,593	(15,9)
Batida, empurrão ou chute	677	893	1,570	(13,8)
Discriminação por sua classe social	620	951	1,571	(21,1)
Discriminação pela preferência política	621	867	1,488	(16,5)
Discriminação por cor ou raça	177	1,247	1,424	(75,1)
Discriminação por sua escolaridade	382	618	1,000	(23,6)
Discriminação por ser homem/mulher	468	519	987	(5,2)
Violência física provocada por policial civil	323	473	796	(18,8)
Discriminação por doença	307	366	673	(8,8)
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	288	288	576	-
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	209	292	501	(16,6)
Discriminação por deficiência física	188	238	426	(11,7)
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	160	224	384	(16,7)
Discriminação por sua orientação sexual	154	196	350	(12,0)
Outra ameaça ou agressão	112	117	229	(2,2)
Esfaqueamento ou tiro	58	85	143	(18,9)
Ameaça de morte	36	46	82	(12,2)
Total de relatos de vitimização	19,478	27,727	47,205	(17,5)

*Calculado a partir da fórmula: $[(Nb-Np)/Total]*100$

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

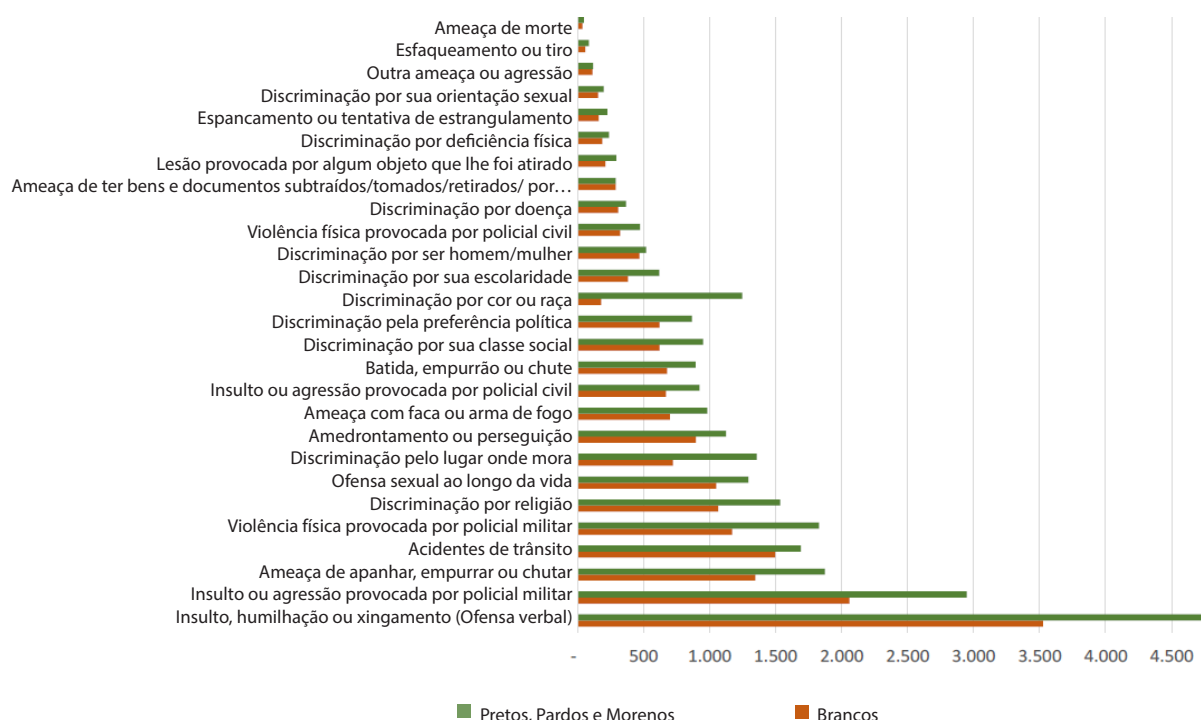
Tabela 11 – Raça/Cor dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra a pessoa	cor dos entrevistados								
	Brancos			Pretos, Pardos e Morenos			Total		
	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	Per-centual sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra*	Número absoluto de relatos	per-centual válido sobre o número de relatos	Per-centual válido sobre a amostra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	3,524	18,1	4,5	4,760	17,2	6,1	8,284	0,2	10,6
Insulto ou agressão provocada por policial militar	2,059	10,6	2,6	2,947	10,6	3,8	5,006	0,1	6,4
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,346	6,9	1,7	1,872	6,8	2,4	3,218	0,1	4,1
Acidentes de trânsito	1,497	7,7	1,9	1,690	6,1	2,2	3,187	0,1	4,1
Violência física provocada por policial militar	1,170	6,0	1,5	1,828	6,6	2,3	2,998	0,1	3,8
Discriminação por religião	1,066	5,5	1,4	1,534	5,5	2,0	2,600	0,1	3,3
Ofensa sexual ao longo da vida	1,051	5,4	1,3	1,292	4,7	1,7	2,343	0,0	3,0
Discriminação pelo lugar onde mora	722	3,7	0,9	1,356	4,9	1,7	2,078	0,0	2,7
Amedrontamento ou perseguição	895	4,6	1,1	1,123	4,1	1,4	2,018	0,0	2,6
Ameaça com faca ou arma de fogo	698	3,6	0,9	982	3,5	1,3	1,680	0,0	2,2
Insulto ou agressão provocada por policial civil	670	3,4	0,9	923	3,3	1,2	1,593	0,0	2,0
Batida, empurrão ou chute	677	3,5	0,9	893	3,2	1,1	1,570	0,0	2,0
Discriminação por sua classe social	620	3,2	0,8	951	3,4	1,2	1,571	0,0	2,0
Discriminação pela preferência política	621	3,2	0,8	867	3,1	1,1	1,488	0,0	1,9
Discriminação por cor ou raça	177	0,9	0,2	1,247	4,5	1,6	1,424	0,0	1,8
Discriminação por sua escolaridade	382	2,0	0,5	618	2,2	0,8	1,000	0,0	1,3
Discriminação por ser homem/mulher	468	2,4	0,6	519	1,9	0,7	987	0,0	1,3
Violência física provocada por policial civil	323	1,7	0,4	473	1,7	0,6	796	0,0	1,0
Discriminação por doença	307	1,6	0,4	366	1,3	0,5	673	0,0	0,9
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	288	1,5	0,4	288	1,0	0,4	576	0,0	0,7
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	209	1,1	0,3	292	1,1	0,4	501	0,0	0,6
Discriminação por deficiência física	188	1,0	0,2	238	0,9	0,3	426	0,0	0,5
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	160	0,8	0,2	224	0,8	0,3	384	0,0	0,5
Discriminação por sua orientação sexual	154	0,8	0,2	196	0,7	0,3	350	0,0	0,4
Outra ameaça ou agressão	112	0,6	0,1	117	0,4	0,1	229	0,0	0,3
Esfaqueamento ou tiro	58	0,3	0,1	85	0,3	0,1	143	0,0	0,2
Ameaça de morte	36	0,2	0,0	46	0,2	0,1	82	0,0	0,1
Total de relatos de vitimização	19,478	100,0	25,0	27,727	100,0	35,5	47,205	1,0	60,5

*Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

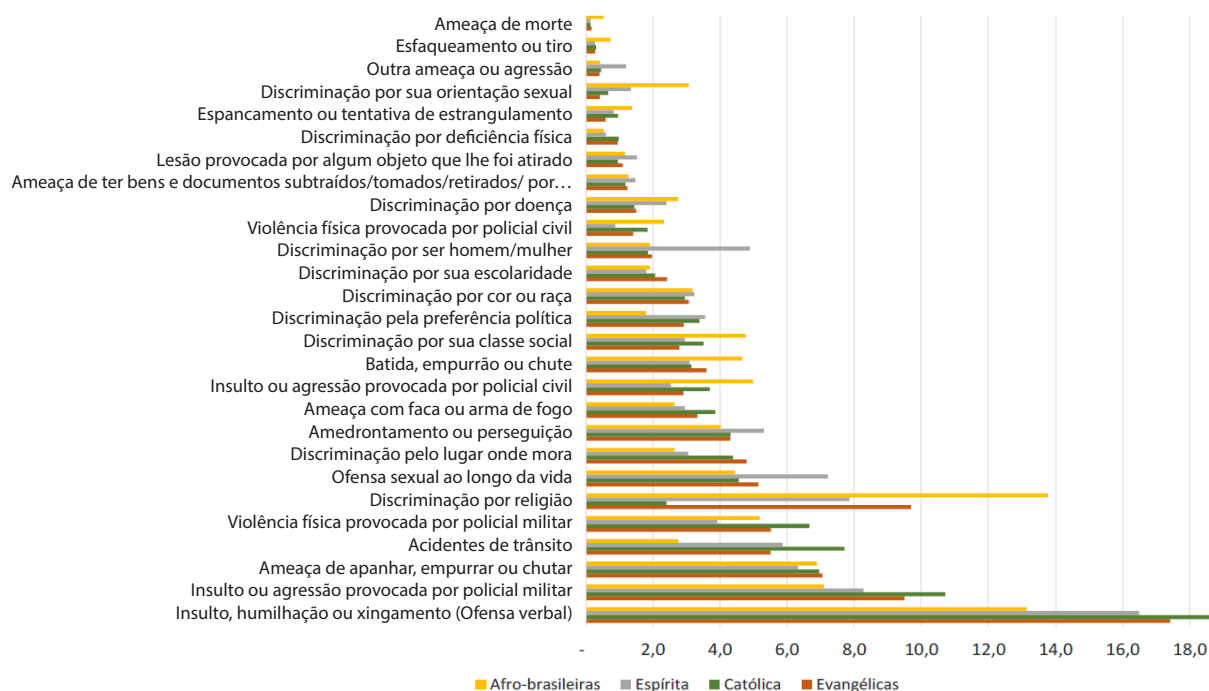
Gráfico 6 – Raça/Cor dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Esse tipo de análise visando à comparação entre dois grupos segundo uma mesma variável referente a características individuais, ou seja, socioeconômicas e demográficas, mostrou-se inadequada à variável religião. Isso porque não foi possível estabelecer apenas dois grupos comparáveis. Neste sentido, os indivíduos foram agrupados em quatro grupos: evangélicos, católicos, espíritas e os pertencentes a religiões afro-brasileiras, como umbanda e candomblé. Observando especificamente os relatos sobre discriminação por religião, os dados mostram que os umbandistas e candomblecistas relataram mais experiências que os demais grupos (13,8%). Destaca-se que cerca de 10% dos evangélicos também relataram o mesmo tipo de vitimização, ao passo que 8% dos espíritas também o relataram, e os católicos quase não mencionaram este tipo de vitimização (2,4%) (Gráfico 7 e Tabela 12).

Gráfico 7 – Religião dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Tabela 12 – Religião dos entrevistados e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra pessoa	Religião dos entrevistados												Total		
	Evangélicas			Católica			Espírita			Afro-brasileiras					
	N	%	% Amos- tra	N	%	% Amos- tra	N	%	% Amos- tra	N	%	% Amos- tra	N	%	% Amos- tra
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	2,767	17,4	3,5	4,408	18,9	5,7	357	16,5	0,5	124	13,1	0,2	7,718	18,2	9,9
Insulto ou agressão provocada por policial militar	1,508	9,5	1,9	2,501	10,7	3,2	179	83	0,2	67	7,1	0,1	4,289	10,1	5,5
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	1,119	7,0	1,4	1,624	7,0	2,1	137	6,3	0,2	65	6,9	0,1	2,969	7,0	3,8
Acidentes de trânsito	875	5,5	1,1	1,801	7,7	2,3	127	5,9	0,2	26	2,8	0,0	2,852	6,7	3,7
Violência física provocada por policial militar	876	5,5	1,1	1,557	6,7	2,0	85	3,9	0,1	49	5,2	0,1	2,586	6,1	3,3
Discriminação por religião	1,539	9,7	2,0	561	2,4	0,7	170	7,9	0,2	130	13,8	0,2	2,423	5,7	3,1
Ofensa sexual ao longo da vida	817	5,1	1,0	1,065	4,6	1,4	156	7,2	0,2	42	4,4	0,1	2,100	5,0	2,7
Discriminação pelo lugar onde mora	761	4,8	1,0	1,025	4,4	1,3	66	3,0	0,1	25	2,6	0,0	1,892	4,5	2,4
Amedrontamento ou perseguição	684	4,3	0,9	1,008	4,3	1,3	115	5,3	0,1	38	4,0	0,0	1,861	4,4	2,4
Ameaça com faca ou arma de fogo	528	3,3	0,7	902	3,9	1,2	64	3,0	0,1	25	2,6	0,0	1,531	3,6	2,0
Insulto ou agressão provocada por policial civil	462	2,9	0,6	862	3,7	1,1	55	2,5	0,1	47	5,0	0,1	1,437	3,4	1,8
Batida, empurrão ou chute	572	3,6	0,7	736	3,2	0,9	67	3,1	0,1	44	4,7	0,1	1,431	3,4	1,8
Discriminação por sua classe social	444	2,8	0,6	819	3,5	1,0	64	3,0	0,1	45	4,8	0,1	1,383	3,3	1,8
Discriminação pela preferência política	463	2,9	0,6	791	3,4	1,0	77	3,6	0,1	17	1,8	0,0	1,360	3,2	1,7
Discriminação por cor ou raça	488	3,1	0,6	689	3,0	0,9	70	3,2	0,1	30	3,2	0,0	1,288	3,0	1,7
Discriminação por sua escolaridade	385	2,4	0,5	482	2,1	0,6	39	1,8	0,0	18	1,9	0,0	931	2,2	1,2
Discriminação por ser homem/mulher	314	2,0	0,4	434	1,9	0,6	106	4,9	0,1	18	1,9	0,0	882	2,1	1,1
Violência física provocada por policial civil	225	1,4	0,3	430	1,8	0,6	19	0,9	0,0	22	2,3	0,0	701	1,7	0,9
Discriminação por doença	239	1,5	0,3	339	1,5	0,4	52	2,4	0,1	26	2,8	0,0	662	1,6	0,8
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	198	1,2	0,3	277	1,2	0,4	32	1,5	0,0	12	1,3	0,0	524	1,2	0,7
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	175	1,1	0,2	222	1,0	0,3	33	1,5	0,0	11	1,2	0,0	445	1,1	0,6
Discriminação por deficiência física	150	0,9	0,2	230	1,0	0,3	13	0,6	0,0	5	0,5	0,0	401	0,9	0,5
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	94	0,6	0,1	225	1,0	0,3	18	0,8	0,0	13	1,4	0,0	353	0,8	0,5
Discriminação por sua orientação sexual	66	0,4	0,1	157	0,7	0,2	29	1,3	0,0	29	3,1	0,0	284	0,7	0,4
Outra ameaça ou agressão	64	0,4	0,1	106	0,5	0,1	26	1,2	0,0	4	0,4	0,0	202	0,5	0,3
Esfaqueamento ou tiro	45	0,3	0,1	71	0,3	0,1	6	0,3	0,0	7	0,7	0,0	130	0,3	0,2
Ameaça de morte	28	0,2	0,0	33	0,1	0,0	3	0,1	0,0	5	0,5	0,0	70	0,2	0,1
Total de relatos de vitimização	15,886	100,0	20,4	23,355	100,0	29,9	2,165	100,0	2,8	944	100,0	1,2	42,350	100,0	54,3

* Amostra de 78.008 indivíduos

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Essas interpretações foram extraídas das tabelas de contingência entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e a tipologia de vitimização por “crimes contra a pessoa”, no intuito de descrever o perfil do grupo que mais relatou tais experiências. Mas, visando medir a força da associação entre os dados individuais e a tipologia, foram calculados os coeficientes de associação, como explicado anteriormente. Não houve nenhuma associação que pudesse ser considerada forte. A maioria das associações são fracas e algumas, moderadas, estas principalmente relacionadas à idade dos entrevistados. Dado o entendimento que se tem, nas Ciências Humanas e Sociais, quanto ao grau de associação entre variáveis como as aqui tratadas, o fato de não haver associações fortes não invalida as análises ora produzidas (PEREIRA, 2004; BARBETTA, 2011). Ao contrário, algumas dessas medidas complementam as interpretações anteriores, advindas das tabelas de contingência produzidas com a tipologia dos crimes e as variáveis socioeconômicas e demográficas.

Assim, o fato de a pessoa ser homossexual ou bissexual contribui em 47% para relatar experiências de discriminação pela orientação sexual. De modo semelhante, o fato de pertencer a religiões afro-brasileiras (como o candomblé e a umbanda) explica em 12,7% os relatos de discriminação por religião. Ter baixa escolaridade contribui em 35% para os relatos de discriminação por ser homem/mulher. Ser pobre contribui em 31% para relatos de espancamento ou tentativa de estrangulamento. Ser jovem associa-se, de maneira moderada, com relatos como ser insultado ou agredido por policial militar, sofrer agressão física por policial militar, sofrer batida, empurrão ou chute, sofrer lesão provocada por objeto que lhe foi atirado e ser discriminado pela orientação sexual. Ser preto, pardo ou moreno contribui para relatar discriminação pelo lugar onde mora, sofrer ofensa verbal e ser discriminado pela sua raça/cor (Tabela 13).

Tabela 13 - Medidas de associação entre variáveis socioeconômicas e demográficas e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipos de crimes contra pessoa	Variáveis e Medidas de Associação													
	Dados categóricos ordinais						Dados categóricos não ordinais							
	Renda		Idade		Escolaridade		Sexo		Cor/Raça		Orientação Sexual		Religião	
	g		g		g		V de cramér / ϕ		V de cramér / ϕ		V de cramér / ϕ		V de cramér / ϕ	
	Valor	p	Valor	p	Valor	p	Valor	p	Valor	p	Valor	p	Valor	p
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	,071	,000	,214	,000	-,006	,000	,031	,000	,032	,000	,040	,000	,045	,000
Insulto ou agressão provocada por policial militar	-,030	,002	,361	,000	-,089	,000	,171	,000	,027	,000	,020	,000	,028	,000
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	,140	,000	,333	,000	,028	,017	,007	,113	,023	,000	,030	,000	,037	,000
Acidentes de trânsito	-,150	,000	,338	,000	-,210	,000	,098	,000	,004	,641	,003	,693	,010	,027
Violência física provocada por policial militar	,033	,009	,411	,000	,044	,000	,166	,000	,027	,000	,017	,000	,020	,000
Discriminação por religião	,045	,001	,226	,000	-,116	,000	,026	,000	,021	,000	,010	,018	,127	,000
Ofensa sexual ao longo da vida	,022	,126	,162	,000	-,122	,000	,109	,000	,015	,000	,065	,000	,043	,000
Discriminação pelo lugar onde mora	,171	,000	,358	,000	-,067	,000	,021	,000	,032	,000	,003	,639	,029	,000
Amedrontamento ou perseguição	,068	,000	,241	,000	-,097	,000	,025	,000	,016	,000	,036	,000	,031	,000
Ameaça com faca ou arma de fogo	,090	,000	,308	,000	-,025	,111	,043	,000	,017	,000	,013	,002	,016	,000
Insulto ou agressão provocada por policial civil	-,009	,600	,212	,000	-,017	,314	,086	,000	,016	,000	,023	,000	,026	,000
Batida, empurrão ou chute	,148	,000	,385	,000	,040	,013	,011	,013	,016	,000	,022	,000	,026	,000
Discriminação por sua classe social	,128	,000	,252	,000	-,103	,000	,017	,000	,020	,000	,006	,241	,035	,000
Discriminação pela preferência política	-,108	,000	,194	,000	-,276	,000	,022	,000	,014	,000	,019	,000	,018	,000
Discriminação por cor ou raça	,066	,000	,324	,000	-,089	,000	,016	,000	,068	,000	,020	,000	,027	,000
Discriminação por sua escolaridade	,165	,000	,225	,000	,206	,000	,022	,000	,020	,000	,006	,220	,025	,000
Discriminação por ser homem/mulher	-,083	,000	,231	,000	-,352	,000	,084	,000	,011	,002	,041	,000	,043	,000
Violência física provocada por policial civil	,077	,002	,258	,000	,139	,000	,078	,000	,015	,000	,002	,872	,017	,000
Discriminação por doença	,133	,000	-,105	,000	,092	,000	,028	,000	,006	,179	,007	,143	,031	,000
Ameaça de ter bens e documentos subtraídos por conhecidos	,063	,025	,141	,000	-,091	,001	,020	,000	,007	,118	,015	,000	,019	,000
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	,173	,000	,395	,000	,042	,129	,010	,021	,007	,085	,016	,000	,021	,000
Discriminação por deficiência física	,151	,000	,066	,029	,062	,047	,018	,000	,008	,067	,006	,208	,013	,011
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	,311	,000	,289	,000	,105	,001	,019	,000	,007	,070	,007	,132	,015	,000
Discriminação por sua orientação sexual	-,023	,515	,410	,000	-,263	,000	,019	,000	,007	,138	,469	,000	,046	,000
Outra ameaça ou agressão	-,029	,447	,115	,003	-,061	,121	,022	,000	,008	,062	,004	,484	,026	,000
Esfaqueamento ou tiro	,106	,039	,273	,000	,195	,000	,024	,000	,005	,531	,005	,367	,015	,000

Legenda
 Não há associação
 Associação fraca (0,000 - 0,300)
 Associação moderada (0,301 - 0,700)
 Associação forte (0,701 - 1,000)

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

O percentual de entrevistados que reportaram suas experiências de vitimização também às polícias varia consideravelmente de acordo com o tipo de crime. Assim, enquanto 1/3 dos que relataram vitimização por atropelamento deram queixa à polícia, 17% dos que relataram agressões ou ameaças o fizeram. Dentre os que relataram experiências de ofensas sexuais, 7,5% reportaram-se à polícia e somente 2,1% dos que relataram algum tipo de discriminação o fizeram (Tabela 14). Soma-se a essa baixa reportagem aos órgãos policiais o fato de boa parte dos indivíduos que relataram vitimização conhecer seus agressores, o que pode explicar a baixa taxa de queixa às polícias (Tabela 15).

Tabela 14 – Percentual de indivíduos que deram queixa à polícia e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipologia	Indivíduos que deram queixa à polícia	
	N	%*
Acidentes (atropelamento)	1,095	33,2
Agressão/Ameaça	1,915	17,2
Ofensa sexual	48	7,5
Discriminação	173	2,1

Tabela 15 – Percentual de indivíduos que conheciam os agressores e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipologia	Entrevistado conhecia o agressor	
	N	%*
Agressão/Ameaça	6,212	55,7
Ofensa sexual	304	47,6
Discriminação	5,293	63,4

*Percentual válido sobre o número de indivíduos que relataram a vitimização

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Essa informação é útil se conjugada com os locais em que as últimas experiências de vitimização ocorreram. À exceção do momento em que os indivíduos estavam andando na rua quando sofreram a última experiência de vitimização, pode-se dizer que a maioria dos eventos de vitimização aqui considerados ocorrem em locais fechados, como na própria casa do entrevistado, ou em seu local de trabalho ou em locais públicos fechados (Tabela 16). Essas características, associadas às apresentadas nas tabelas anteriores, dificultam a elaboração de

propostas de políticas públicas que visem prevenir a ocorrência desses tipos de vitimização. Se conjugadas ao baixo índice de reportagem dessas experiências às polícias, pode-se afirmar sobre a importância e a necessidade da realização contínua de pesquisas de vitimização no Brasil, como maneira de mensurar, com base em interpretações dos indivíduos entrevistados, esses tipos de experiências que, ao que parece, não chegam ao reconhecimento do Estado.

Tabela 16 – Locais onde ocorreu a última experiência de vitimização e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Local em que o indivíduo estava quando sofreu a última agressão/ameaça relatada			Local em que o indivíduo estava quando sofreu a última ofensa sexual relatada			Local em que o indivíduo estava quando sofreu a última discriminação relatada		
	N	%*		N	%*		N	%*
Na minha casa	3.813	34,2	Andando na rua	151	23,7	Locais públicos internos	2.070	24,8
Andando na rua	2.094	18,8	Na minha casa	138	21,7	No local de trabalho	1.709	20,5
No local de trabalho	1.713	15,3	Locais públicos internos	86	13,5	Andando na rua	1.422	17,0
Locais públicos internos	1.191	10,7	No local de trabalho	69	10,7	Na minha casa	1.252	15,0
Locais públicos externos	782	7,0	Casa de algum parente ou amigo	51	8,0	Casa de algum parente ou amigo	682	8,2
Casa de algum parente ou amigo	662	5,9	Locais públicos externos	50	7,9	Locais públicos externos	559	6,7
Meios de transporte	283	2,5	Meios de transporte	39	6,0	Meios de transporte	227	2,7
Outro Local	187	1,7	Não respondeu/ Recusa	22	3,5	Outro Local	111	1,3
Não respondeu/ Recusa	161	1,4	Outro local	17	2,7	Procurando emprego/ entrevista	77	,9
Trânsito	91	,8	Indo/ Chegando da escola/ faculdade	6	1,0	Não respondeu/ Recusa	69	,8
Em um evento/ festa	53	,5	Em um evento/ festa	6	,9	Não sabe/ Não lembra	61	,7
Na frente de casa	46	,4	Na frente de casa	1	,2	Outro município/ cidade/ estado	18	,2
Não sabe/ Não lembra	28	,3	Não sabe/ Não lembra	1	,1	Em um evento/ festa	16	,2
Foi por telefone/ Me discriminou pro telefone	18	,2	Trânsito	1	,1	Centro da cidade/ Outro bairro	16	,2
Outro município/ cidade/ estado	10	,1				Na frente de casa	16	,2
Centro da cidade/ Outro bairro	9	,1				Na internet	10	,1
Indo/ Chegando da escola/ faculdade	6	,1				Trânsito	9	,1
Fazenda/ sítio	6	,1				Indo/ chegando da escola/ faculdade	8	,1
Perto de casa	4	,0				Foi por telefone/ Me discriminou pro telefone	5	,1
Fora/ viajando	4	,0				Perto de casa	4	,0
Procurando emprego/ entrevista	1	,0				Fazenda/ sítio	2	,0
Total	11.162	100,0	Total	638	100,0	Total	8.343	100,0

*Percentual válido sobre o número de indivíduos que relataram a vitimização

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

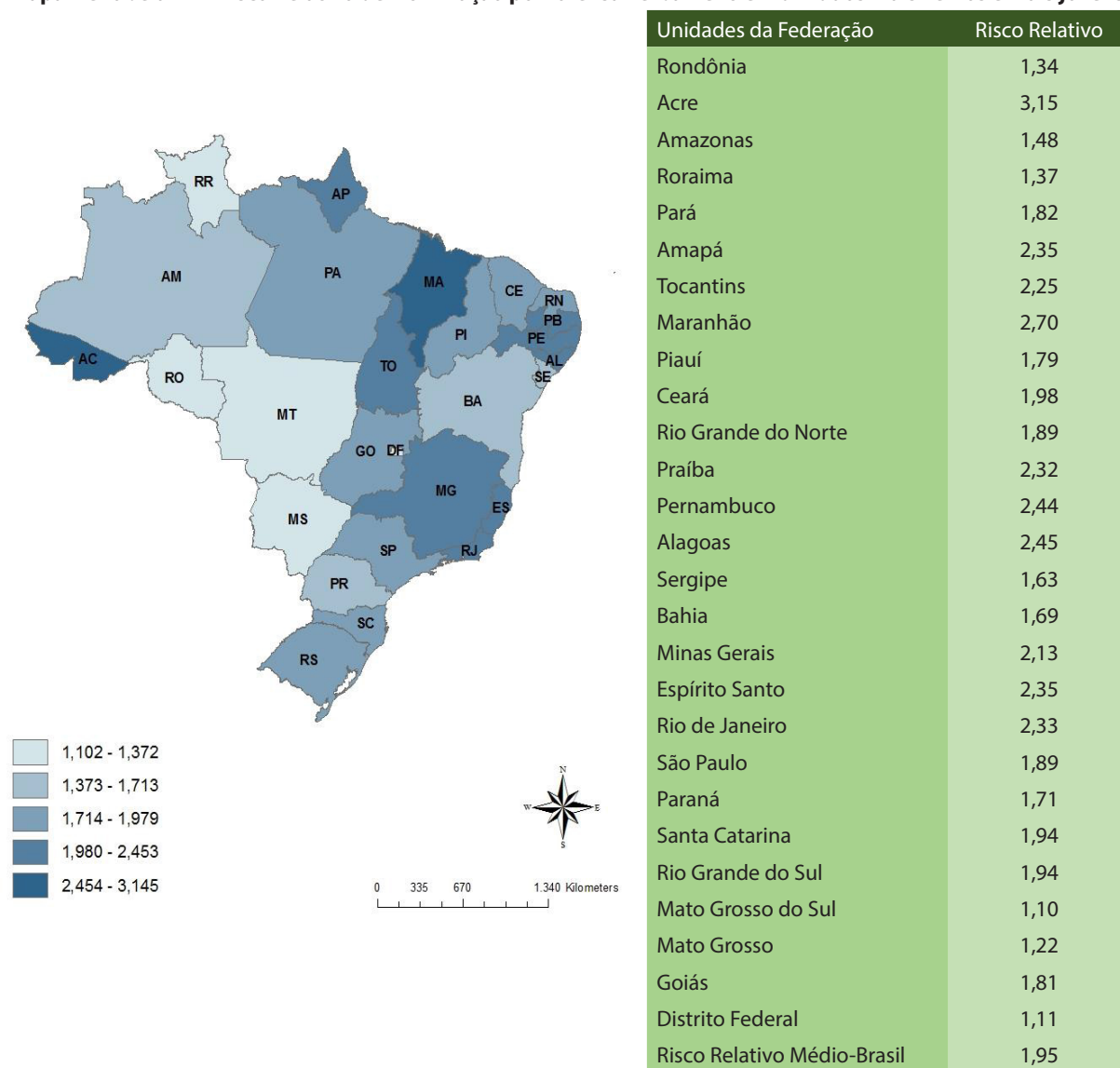
No intuito de preencher esta lacuna quanto à proposição de políticas públicas de prevenção a esses tipos de vitimização por “crimes contra a pessoa”, foi realizado um aprofundamento das análises apresentadas até este momento. Para tanto, foi observada a distribuição dos valores obtidos para os riscos relativos de alguns grupos específicos da população, de acordo com determinados tipos de “crimes contra a pessoa” e Unidades da Federação em que residem os entrevistados. Dentre as variáveis socioeconômicas e demográficas presentes no banco de dados, foram selecionadas sexo, idade e raça/cor.

Uma condição para se calcular os riscos relativos considerando também os estados federados é que sejam calculadas, antes, as “taxas de vitimização” para cada uma dessas variáveis. Isso demanda o acesso ao número de habitantes de cada estado conforme essas variáveis, isto é, número de mulheres e de homens; número de negros e de brancos, número de habitantes por faixa etária. Considerou-se que essas variáveis são as que possuem maior confiabilidade quando se trata de levantamento populacional¹⁹. Os tipos de “crimes contra a pessoa” elencados por conterem quantidade de relatos considerados profícuos para a elaboração dos valores dos riscos relativos foram: ofensa verbal, ameaça com arma de fogo ou arma branca, discriminação por raça/cor, ofensa sexual ao longo da vida e violência policial.

¹⁹ Para este levantamento, recorreu-se aos dados do Censo 2010, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br.

Quanto às experiências de vitimização por “ofensa verbal” relatadas à Pesquisa, e levando em consideração a idade desses entrevistados, pode-se inferir que os indivíduos mais velhos possuem, em média 1,95 mais risco de vivenciarem essa experiência do que os mais jovens. Esse risco é ainda maior nos estados do Acre e do Maranhão e menor nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e também no Distrito Federal (Mapa 1 e Tabela 17).

Mapa 1 e Tabela 17 – Risco Relativo de vitimização por “ofensa verbal” entre indivíduos mais velhos e mais jovens

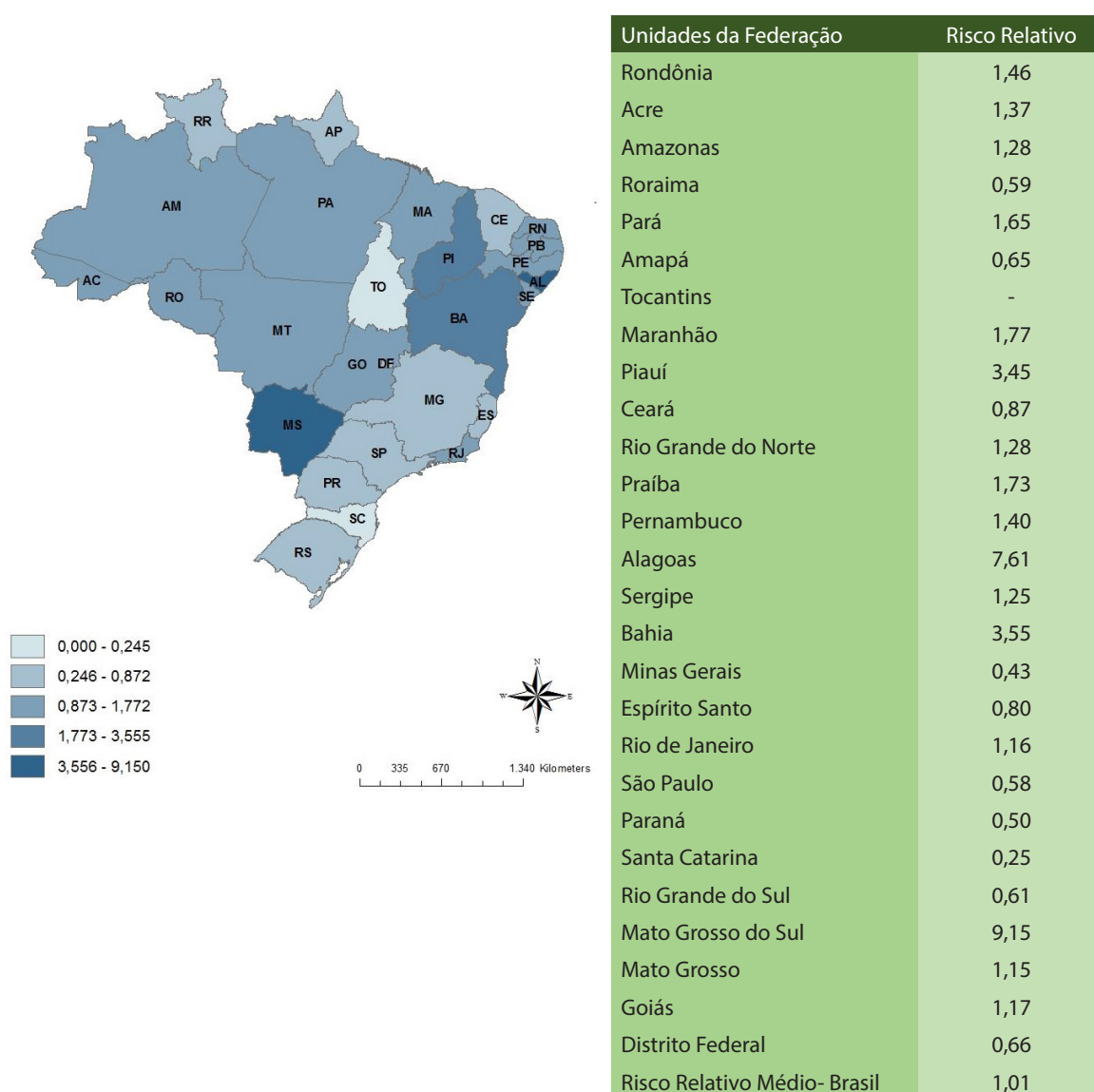


*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

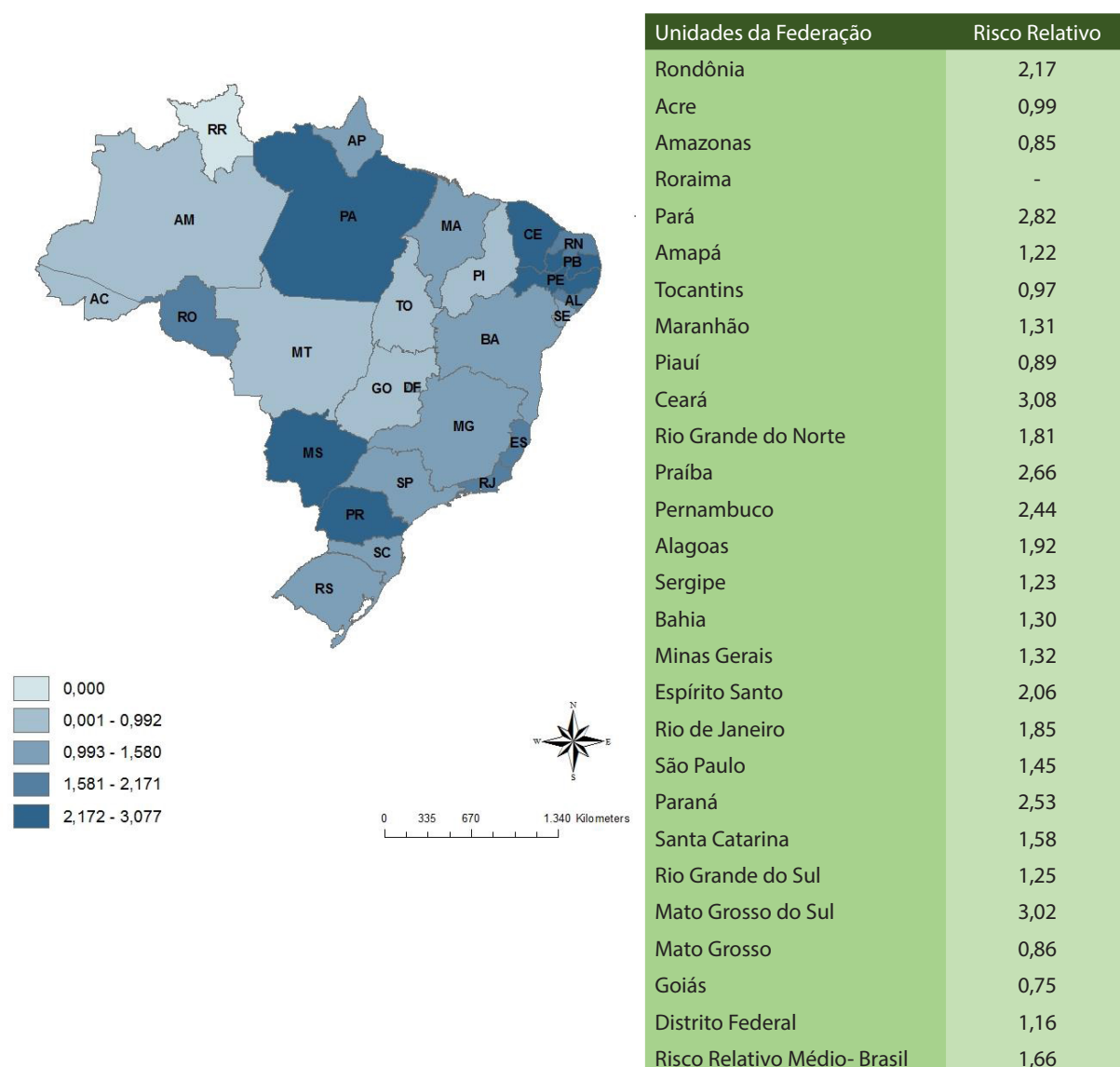
Quanto aos relatos de experiências sobre ter sofrido “ameaça com arma de fogo ou arma branca”, o risco é praticamente o mesmo para os negros e para os brancos, em média, risco relativo igual a 1,01. Ainda assim, esses riscos são maiores nos estados do Mato Grosso do Sul e Alagoas e menores em Santa Catarina (Mapa 2 e Tabela 18). Ainda para este mesmo “tipo de crime”, quanto ao sexo, os homens têm, em média, 1,66 mais probabilidade de viver tal vitimização do que as mulheres. Essa probabilidade de risco é maior no Mato Grosso do Sul, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Paraná, e menor no Amazonas, Acre, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Piauí (Mapa 3 e Tabela 19).

Mapa 2 e Tabela 18 – Risco Relativo de vitimização por “ameaça com arma de fogo ou arma branca” entre indivíduos negros e brancos



*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

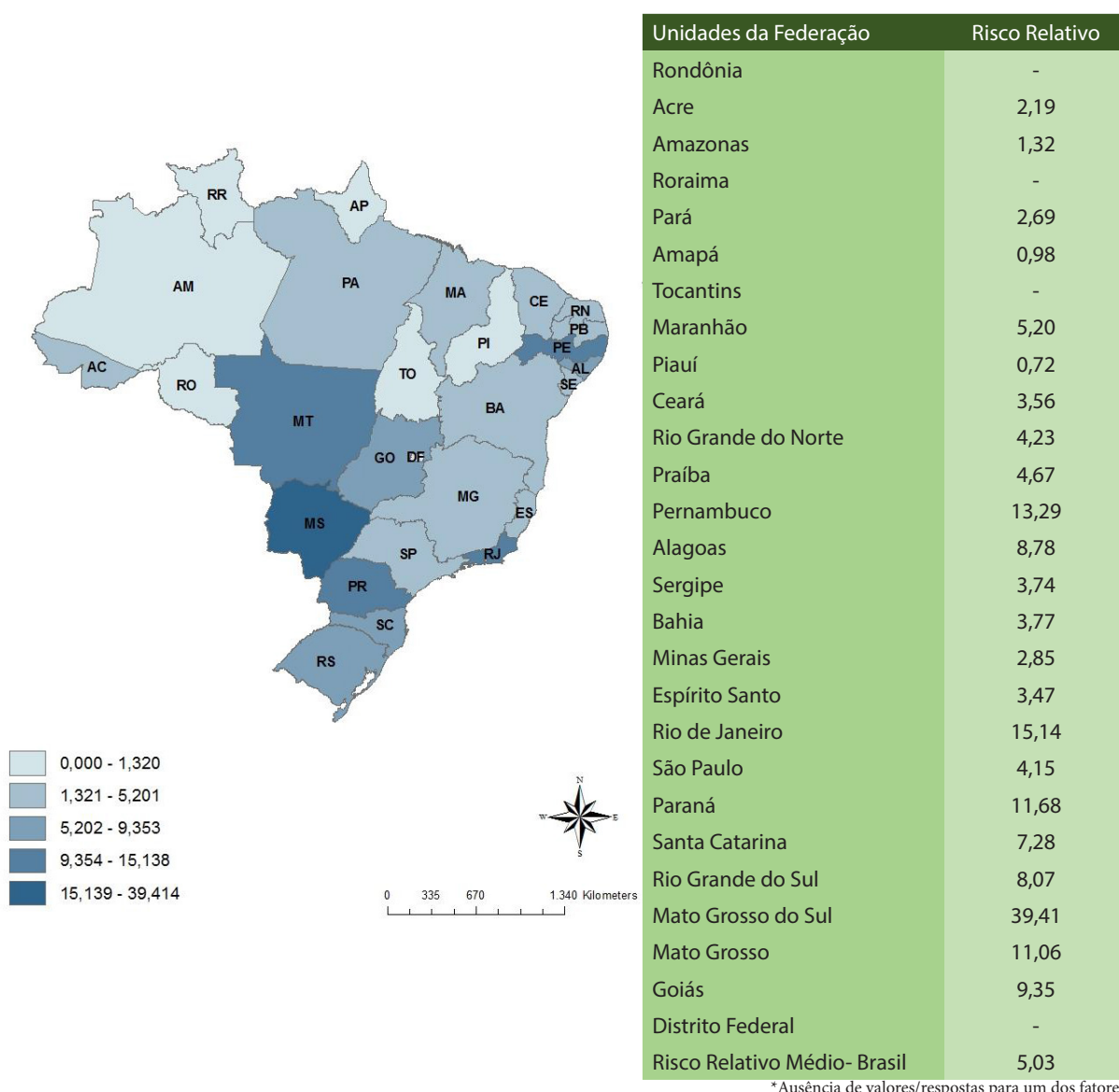
Mapa 3 e Tabela 19 – Risco Relativo de vitimização por “ameaça com arma de fogo ou arma branca” entre homens e mulheres



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Em relação à “discriminação por raça/cor”, a probabilidade da população negra vir a sofrer uma vitimização deste tipo é, em média, 5,03 maior que a população branca. Embora este resultado já fosse esperado, impressiona o valor da medida, o que permite afirmar, principalmente se conjugarmos com as informações levantadas anteriormente, que há racismo no Brasil e que ele não é velado. O risco dos negros sofrerem discriminação é maior no estado do Mato Grosso do Sul e menor no Amazonas, Amapá e Piauí (Mapa 4; Tabela 20).

Mapa 4 e Tabela 20 – Risco Relativo de vitimização por “discriminação por raça/cor” entre indivíduos negros e brancos

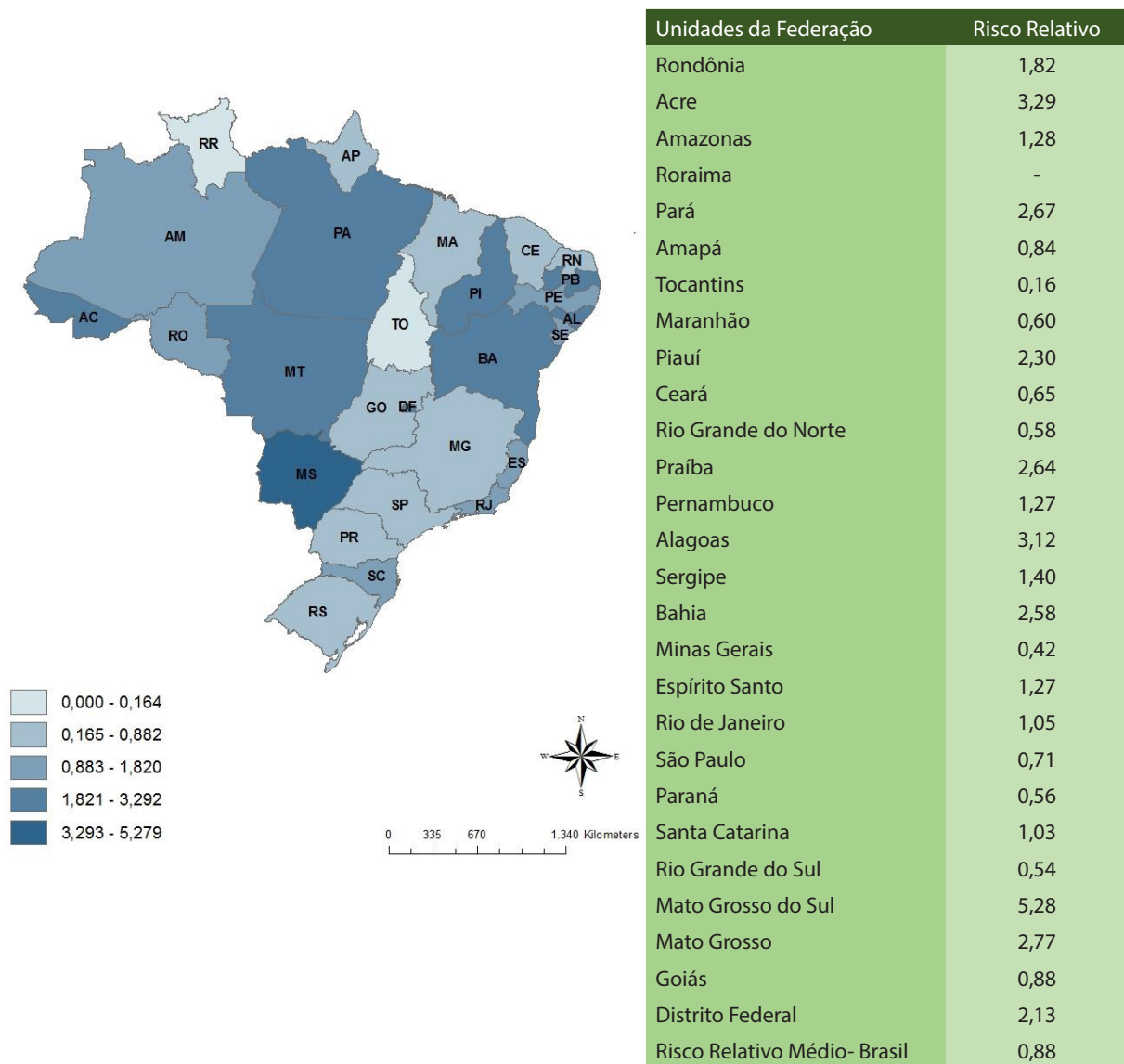


Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Para a população que relatou vitimização por “ofensa sexual” ao longo de toda a vida, os dados mostram que a probabilidade de viver esta experiência é praticamente a mesma para população branca e a população negra. No Mato Grosso do Sul, o risco que um indivíduo negro possui de ser vítima por “ofensa sexual” é maior do que nos demais estados. Já no Tocantins este risco é amenizado (Mapa 5; Tabela 21). Quanto ao sexo, como esperado também, as mulheres apresentam risco de serem ofendidas sexualmente muito superior ao risco dos homens sofrerem o mesmo tipo de ofensa, em uma probabilidade média

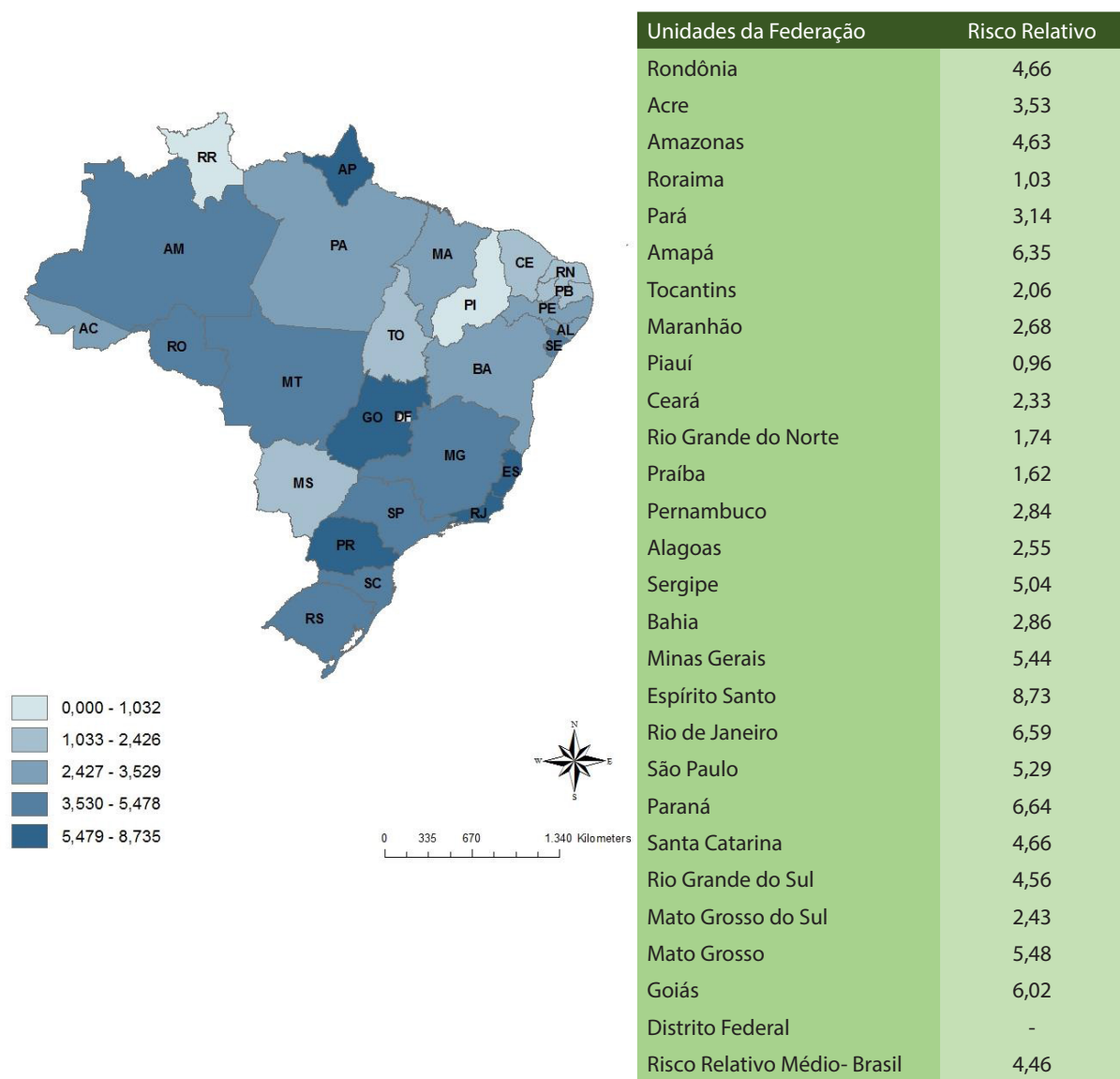
igual a 4,46. Elas sofrem mais risco de viver esse tipo de vitimização no Amapá, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Paraná e em Goiás. E apresentam menos risco de serem ofendidas sexualmente nos estados do Piauí (Mapa 6; Tabela 22).

Mapa 5 e Tabela 21 – Risco Relativo de vitimização por “ofensa sexual” entre indivíduos negros e brancos



*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

Mapa 6 e Tabela 22 – Risco Relativo de vitimização por “ofensa sexual” entre mulheres e homens



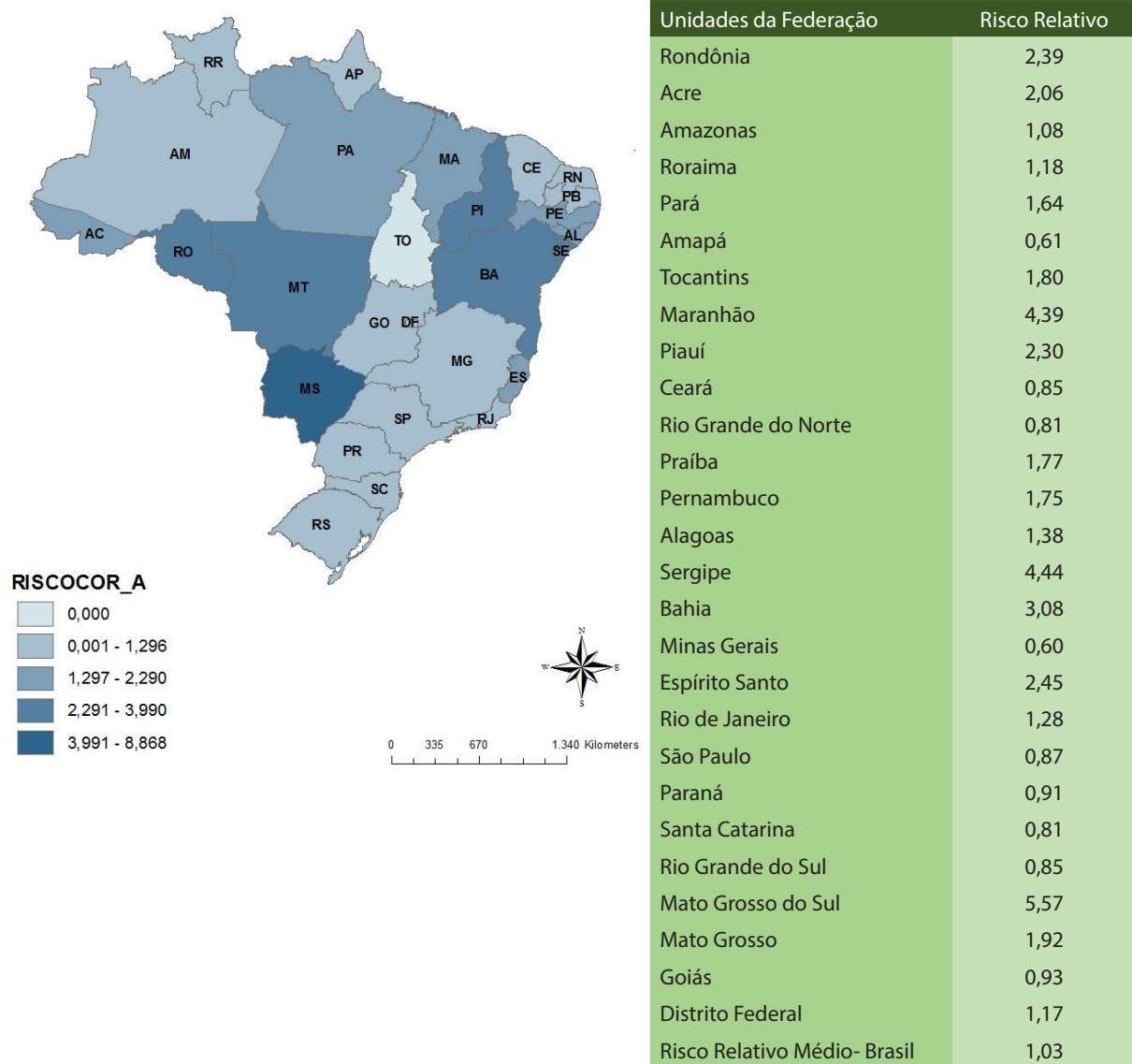
*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

A vitimização provocada por policiais atinge mais negros que brancos e mais homens que mulheres. Assim, os negros possuem, em média, 1,12 mais probabilidade de serem insultados verbalmente por um policial militar que os brancos. Os negros têm maior risco de sofrer agressões verbais deste tipo no estado do Mato Grosso do Sul (Mapa 7; Tabela 23). Os negros também possuem mais risco de serem agredidos fisicamente por um policial militar que um branco, em média, 1,03 mais riscos. Essa tendência é maior nos estados do Mato Grosso do Sul e do Maranhão e menor no Amapá e em Minas Gerais (Mapa 8; Tabela 24).

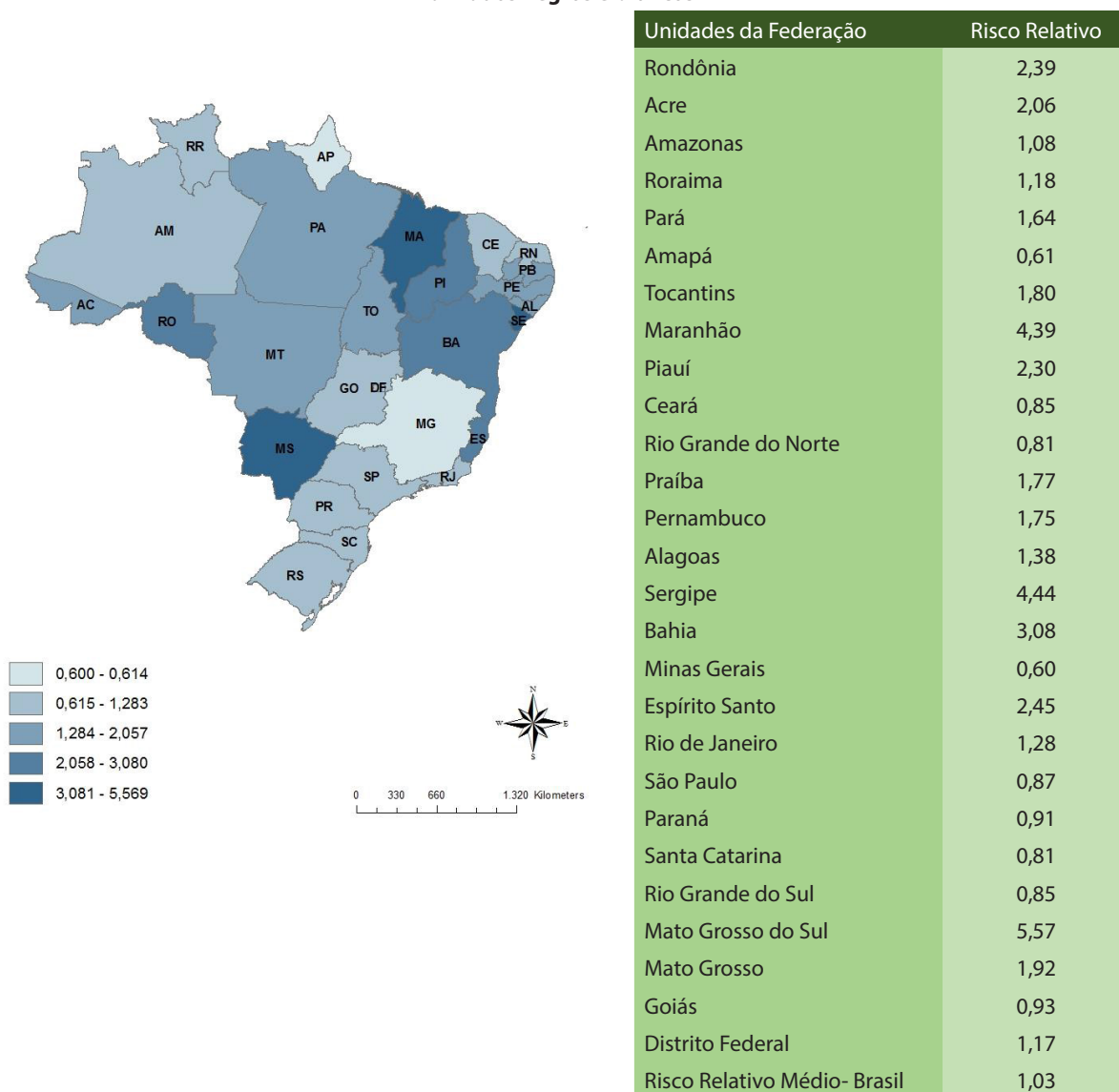
Ressalte-se que nestes dois casos, o risco dos negros serem agredidos física ou verbalmente por um policial militar é muito pouco superior ao risco da população branca.

Mapa 7 e Tabela 23 – Risco Relativo de vitimização por “insulto provocado por policial militar” entre indivíduos negros e brancos



*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

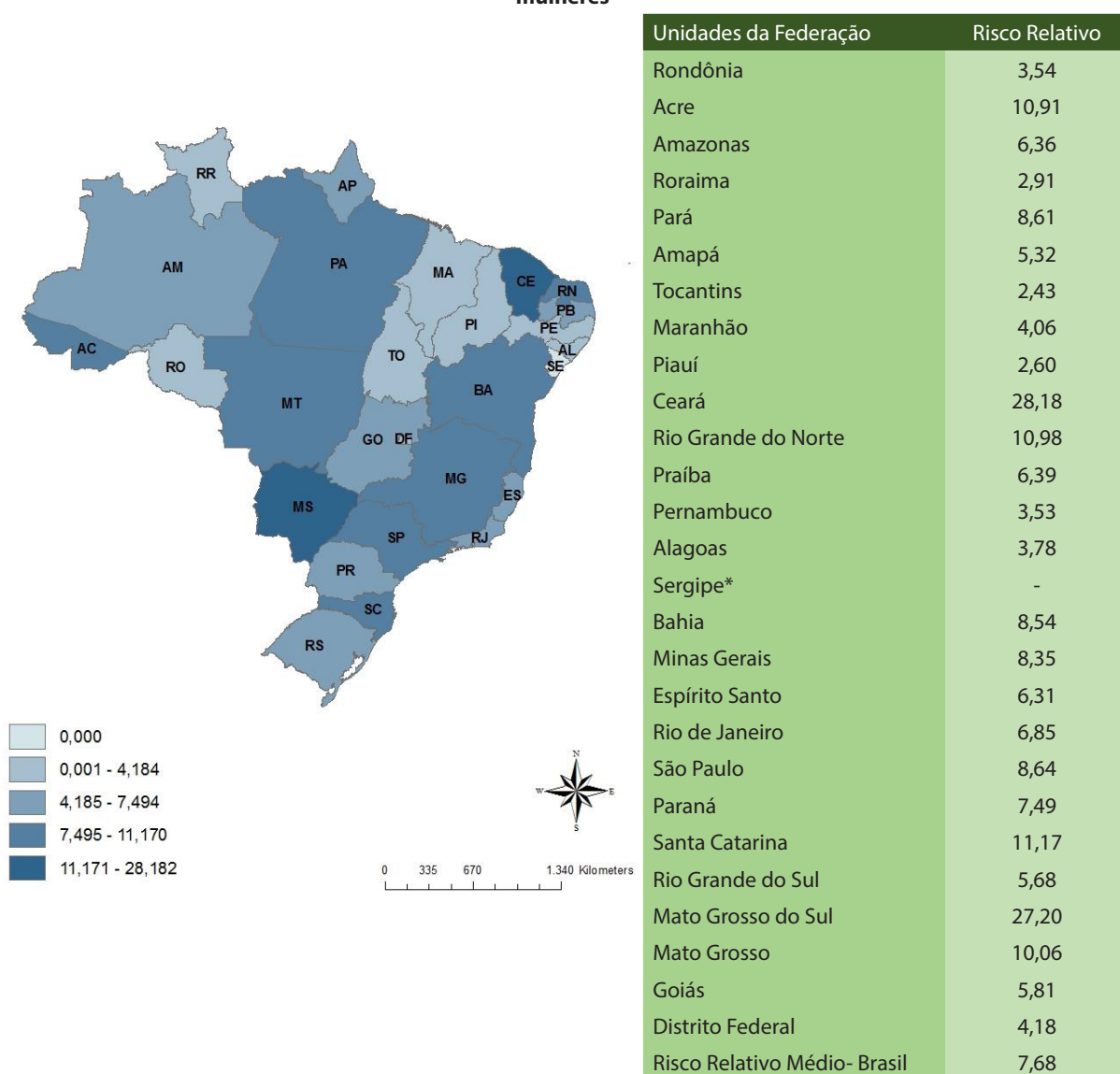
Mapa 8 e Tabela 24 – Risco Relativo de vitimização por “agressão física provocada por policial militar” entre indivíduos negros e brancos



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

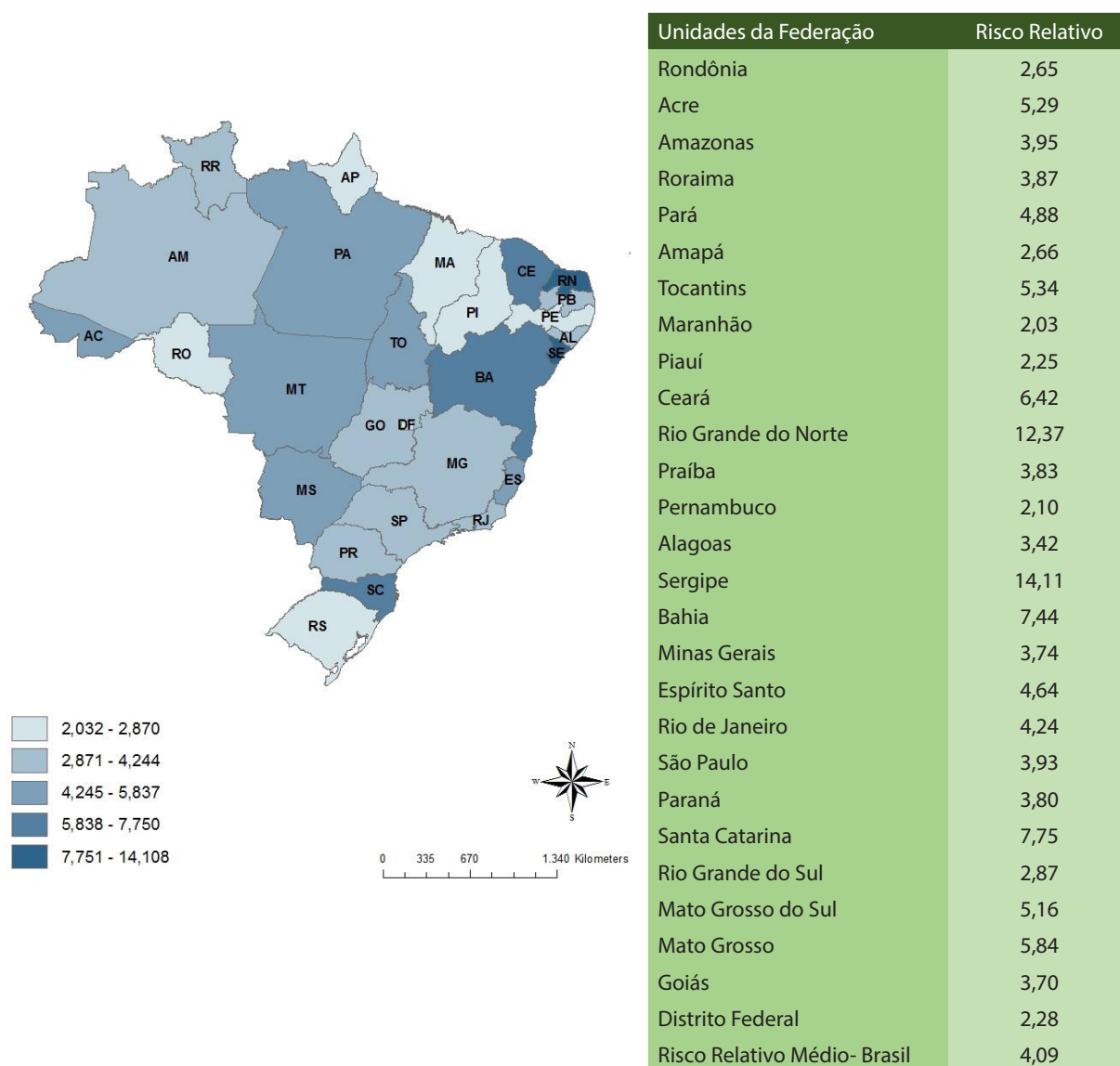
Os homens tendem a correr mais risco de sofrer agressão verbal por parte de um policial militar. Eles possuem, em média, 7,68 vezes mais riscos que as mulheres. Este risco é maior no Mato Grosso do Sul e no Ceará (Mapa 9; Tabela 25). Eles também sofrem mais risco de serem agredidos fisicamente quando comparados às mulheres, em média, 4,09 mais risco. A probabilidade de um homem ser agredido por um policial militar em comparação às mulheres é maior nos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe (Mapa 10; Tabela 26).

Mapa 9 e Tabela 25 – Risco Relativo de vitimização por “insulto provocado por policial militar” entre homens e mulheres



*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

Mapa 10 e Tabela 26 – Risco Relativo de vitimização por “agressão física provocada por policial militar” entre homens e mulheres

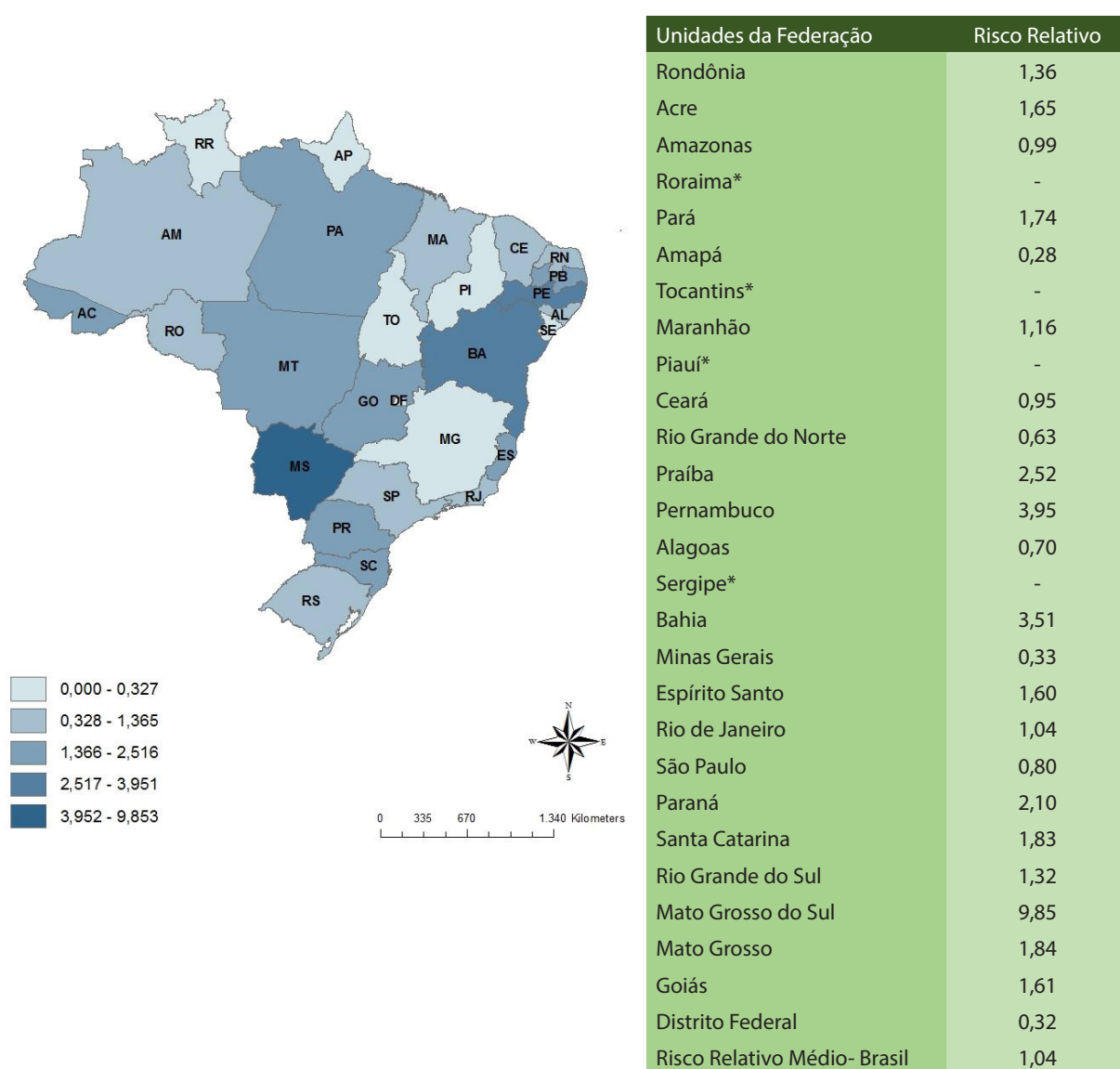


Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Quanto às experiências de vitimização provocadas por policiais civis, os negros tendem a ser mais ofendidos verbalmente que os brancos, em uma probabilidade média igual a 1,04 mais que os brancos. Assim como na vitimização perpetrada por policiais militares, neste caso, o risco de negros e brancos serem vítimas de agressões de policiais civis é bastante similar. O risco maior está no estado do Mato Grosso do Sul e os riscos menores estão nos estados de Minas Gerais, do Amapá e no Distrito Federal (Mapa 11; Tabela 27). Os homens têm maior risco de serem agredidos física e verbalmente pelos policiais civis, quando comparados às mulheres. No primeiro caso, de agressão física provocada por policiais civis, a probabilidade média é igual

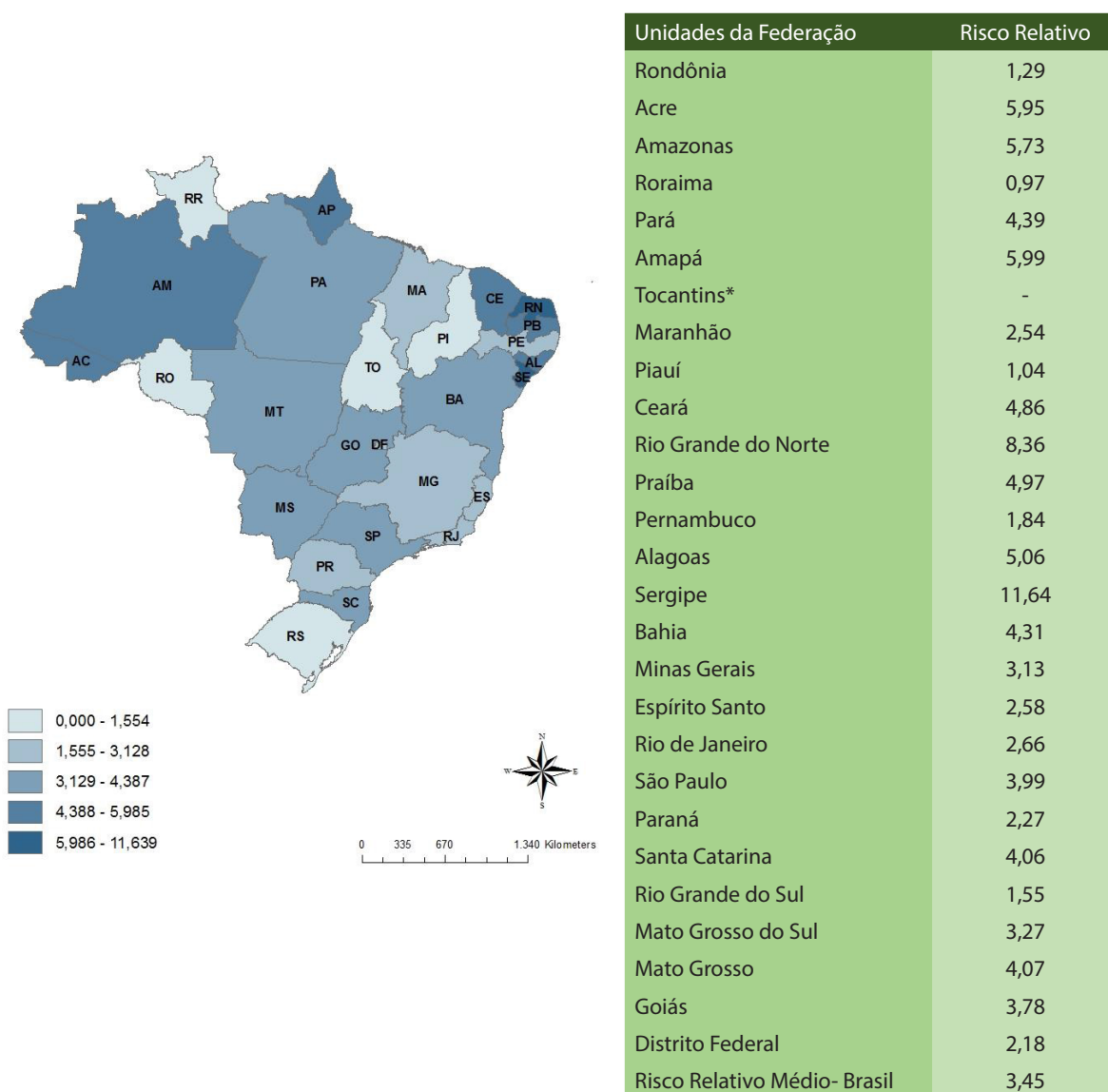
a 3,45 maior. Nos estados de Sergipe e Rio Grande do Norte esse risco é ainda maior (Mapa 12; Tabela 28). No segundo caso, de agressão verbal por policiais civis, o risco deles é 6,25 maior que o risco das mulheres. Nos estados do Pará, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Paraíba e Ceará o risco é ainda maior, ao passo que nos estados do Piauí e Roraima esse risco é menor (Mapa 13; Tabela 29).

Mapa 11 e Tabela 27 – Risco Relativo de vitimização por “insulto provocado por policial civil” entre indivíduos negros e brancos



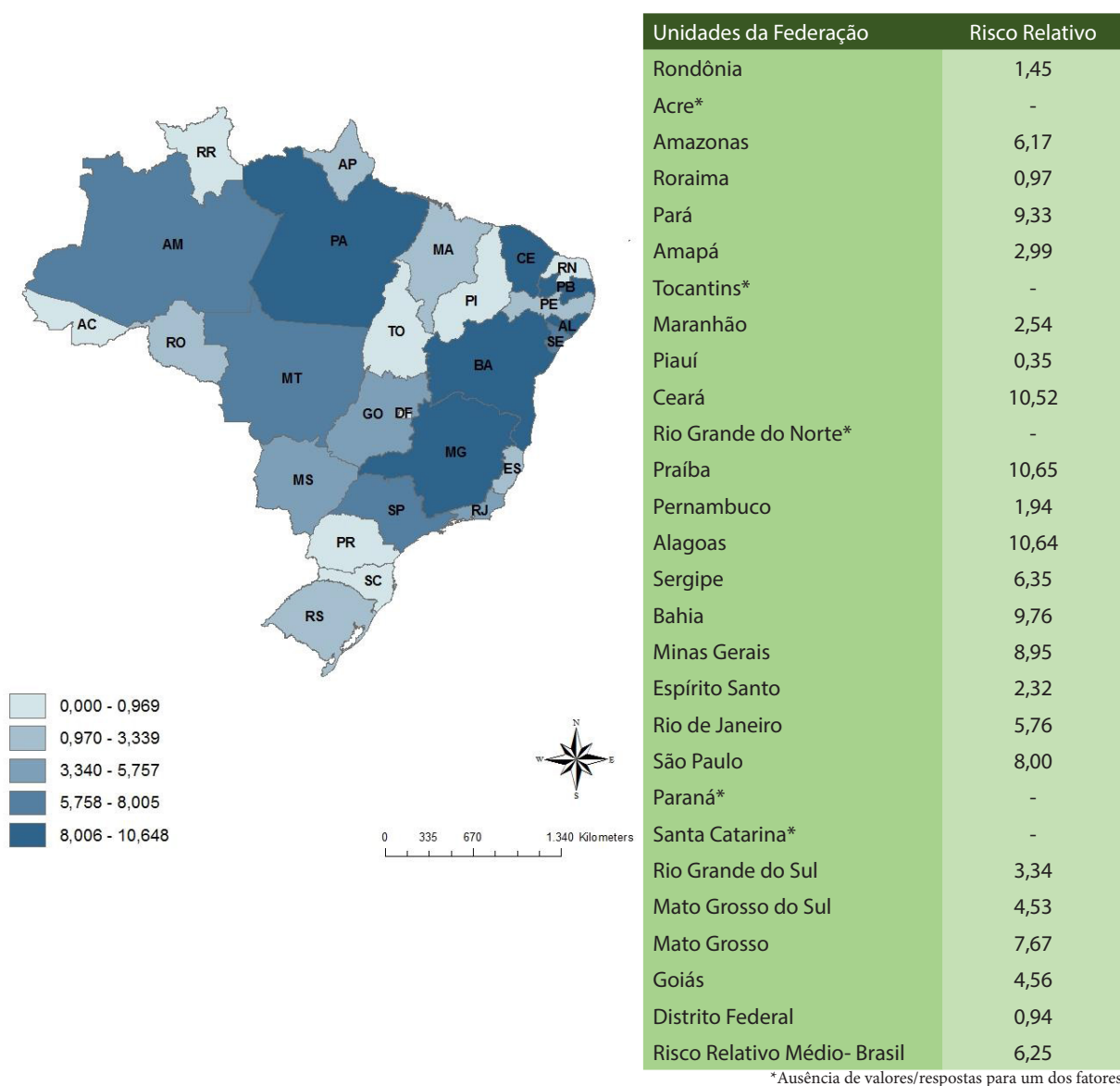
Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

Mapa 12 e Tabela 28 – Risco Relativo de vitimização por “agressão física provocada por policial civil” entre homens e mulheres



*Ausência de valores/respostas para um dos fatores

Mapa 13 e Tabela 29 – Risco Relativo de vitimização por “insulto provocado por policial civil” entre homens e mulheres



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

De modo complementar às análises feitas até o momento, observar os sentimentos de medo e de risco que os próprios entrevistados têm de se tornarem vítimas de três desses delitos mostrou-se muito interessante. Assim, 30% dos entrevistados, independente das características socioeconômicas e demográficas, disseram ter medo de serem vítimas de ofensa sexual sendo que 27% acreditam que podem ser vitimados por esse delito nos 12 meses seguintes à realização da entrevista. Diferentemente, grande parcela dos indivíduos entrevistados tende a ter medo de ser vítimas de agressão física e também de morrer assassinado (respectivamente, 61% e 70%). Mas, esses percentuais caem consideravelmente quando perguntados sobre a iminência de serem vítimas reais desses dois delitos. Assim, pouco mais de 1/3 dos entrevistados acredita que pode morrer assassinado no decorrer dos 12 meses seguintes, bem como se envolver em agressões físicas com outras pessoas (Tabela 30).

Tabela 30 – Sentimento de medo, Sentimento de risco e Tipologia dos relatos de experiências de vitimização dos “crimes contra a pessoa”

Tipologia	Sentimento de medo		Sentimento de risco	
	N	%*	N	%*
Ser vítima de agressão sexual	6,731	30,3	6,384	28,7
Ser vítima de agressão física com outras pessoas	13,643	61,4	7,916	35,6
Morrer assassinado	15,697	70,7	8,115	36,5

*Percentual válido sobre o número de indivíduos que relataram a vitimização

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Brasil, 2010 a 2012.

As interpretações expostas neste capítulo reconhecidamente não abarcam todas as possibilidades analíticas que os dados da Pesquisa permitem. Elas são resultado de escolhas teóricas e metodológicas que visaram identificar grupos da população brasileira mais vulneráveis – ou que apresentam mais risco – a vivenciar alguma experiência de vitimização por “crimes contra a pessoa”. Neste sentido, espera-se que este estudo seja um primeiro parâmetro para futuras investidas no que se refere ao âmbito acadêmico. Em paralelo, no que diz respeito à elaboração de políticas públicas, almeja-se o debate sobre as recomendações expostas a seguir.

4 COMENTÁRIOS FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste texto foi compreender como as experiências de vitimização conceituadas como “crimes contra a pessoa” são percebidas e relatadas pela população brasileira, quando estimulada por meio de perguntas objetivas. O material empírico foi o banco de dados construído a partir desses relatos coletados segundo metodologia de survey. Foram ouvidos 78.008 indivíduos sorteados aleatoriamente conforme amostra representativa da população em geral. Deste conjunto, 22.218 pessoas produziram 49.302 relatos de experiências de vitimização, os quais foram contabilizados e aqui analisados. Para interpretar esses dados, trabalhei com a articulação de duas perspectivas teóricas, a construtivista e a pós-positivista, as quais chamei respectivamente de Sociologia do Crime e de Criminologia.

Para seguir esta linha, foi necessário trabalhar com tipologias e tipificações, adotando a perspectiva fenomenológica de abordagem dos dados. De acordo com a fenomenologia, as pessoas tipificam o mundo ao seu redor no decorrer da vida cotidiana, dotando o mundo de um significado. O entendimento sobre os dados levantados pela Pesquisa Nacional de Vitimização converge para a ideia de que os mesmos possuem caráter qualitativo, pois se baseiam em percepções, sentimentos e experiências de vida relatados pelos entrevistados. Por esta razão, não se falou em número de vítimas, mas em número de relatos de experiências de vitimização. Essas respostas, de cunho qualitativo, foram, então agrupadas de maneira quantitativa, em um banco de dados, permitindo, assim, o uso de técnicas de análises estatísticas simples, tais como tabelas de contingência e medidas de associação para dados categóricos, ordinais e não ordinais.

O módulo que abarca os chamados “crimes contra a pessoa” nesta edição da Pesquisa Nacional de Vitimização é composto por uma tipologia formada por vinte e sete categorias analíticas agrupadas em cinco eixos de classificação: agressões/ameaças, acidentes (atropelamentos), ofensa sexual sofrida ao longo da vida, discriminação e vitimização provocada por policiais. Dentre os principais

tipos de vitimização mais relatados estão as ofensas verbais e a violência física provocadas por policiais militares. Os tipos mais recorrentes são as ofensas verbais em geral, as ameaças de apanhar, empurrar ou chutar, os atropelamentos, as discriminações por religião e as ofensas sexuais. Foi estabelecido um paralelo entre essa tipologia, que pode ser entendida como tipificações de senso comum, e as tipificações jurídicas. Ressalte-se que essa discussão não foi muito aprofundada neste momento, deixando em aberto para futuras investidas.

Essas vinte e sete categorias foram associadas às características individuais dos respondentes, presentes nas variáveis socioeconômicas e demográficas: sexo, raça/cor, religião, orientação sexual, idade, escolaridade e renda familiar mensal. O objetivo principal da análise foi identificar o perfil da coorte populacional brasileira que relatou alguma experiência desse tipo de vitimização e, mais especificamente, localizar no território nacional os grupos que apresentam maior risco de serem vitimados por alguns desses “crimes contra a pessoa” segundo sexo, idade e raça/cor por serem estas as variáveis as que apresentam maior confiabilidade para esse tipo de análise.

Os resultados permitem dizer, de um modo muito abrangente, que este grupo é constituído, em sua maioria, por mulheres, por jovens com idade entre 16 e 34 anos, por pessoas de baixa escolaridade, cuja renda familiar mensal está abaixo dos três salários mínimos e por indivíduos que se autodeclararam como de raça/cor preta, parda ou morena. Algumas associações entre essas características individuais e os tipos de vitimização se mostraram mais significantes que outras.

Como esperado, as mulheres relatam muito mais experiências de ofensas sexuais que os homens; os negros, pardos e morenos relatam muito mais casos de discriminação por raça/cor que os brancos. Estes também relatam mais experiências de discriminação pelo lugar onde moram, pela escolaridade, pela classe social a que pertencem e por vitimização provocada por policiais, denotando uma tendência de acúmulo de experiências de vitimização pelo fato de não serem brancos. Os indivíduos que pertencem a religiões afro-brasileiras como a umbanda e o candomblé relatam mais discriminação por religião que as demais

peessoas que cultuam outras religiões. Os mais jovens relatam mais experiências de vitimização provocada por policiais e os que declararam renda familiar acima de três salários mínimos relatam mais experiências de discriminação por preferência política.

Buscou-se observar também outros aspectos deste módulo. Vimos que o número de pessoas que relataram suas experiências de vitimização às polícias é muito baixo, principalmente nos casos de discriminação e ofensas sexuais. De um modo geral, as experiências foram provocadas por pessoas conhecidas dos entrevistados e elas aconteceram em locais fechados, como nas residências dos entrevistados e nos locais de trabalho.

A análise territorial mostrou que os indivíduos mais velhos apresentam maior risco de serem ofendidos verbalmente que os mais jovens, principalmente nos estados do Acre e do Maranhão. Os homens apresentam mais risco de serem vítimas de “crimes contra a pessoa” que as mulheres, exceto para as “ofensas sexuais”. Neste caso, o risco delas serem ofendidas sexualmente é maior no Amapá, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Goiás. Nos casos de violência policial provocada por policiais militares, os homens têm mais risco de serem ofendidos verbalmente e agredidos fisicamente por esses profissionais no Mato Grosso do Sul e no Ceará. Eles também são mais vitimados pelos policiais civis, principalmente nos estados do Pará e de Minas Gerais quando falamos em ofensas verbais e nos estados de Sergipe e Rio Grande do Norte, quando falamos em agressões físicas. Quando à ameaça por arma de fogo e arma branca, os homens têm mais risco de serem vitimados por esse tipo de crime nos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Paraná.

Os indivíduos negros apresentam mais risco que os brancos de vivenciarem alguma experiência de vitimização por “crimes contra a pessoa”. Essa informação é muito substantiva para a discriminação por raça/cor, onde a probabilidade dos negros serem vitimados é muito maior que a dos brancos. Esse tipo de discriminação, bem como a vitimização por ofensas sexuais para esta parcela da população, é ainda maior no Mato Grosso do Sul. Também neste estado, o

risco de uma pessoa negra vir a ser insultada verbalmente por um policial militar ou por um policial civil é muito superior a mesma probabilidade referente a uma pessoa branca. Nos casos de agressões físicas provocadas por policiais militares, o risco de um indivíduo negro ser vitimado é maior nos estados do Mato Grosso do Sul e no Maranhão. Em paralelo, os indivíduos negros possuem mais risco de sofrerem ameaças por arma de fogo ou arma branca nos estados do Mato Grosso do Sul e de Alagoas.

Observou-se o sentimento de medo desses entrevistados em sofrer ofensa sexual, envolver-se em agressões com outras pessoas e morrer assassinado, em paralelo com a percepção de risco quanto a iminência de ser vitimado por esses tipos de eventos. Exceto para as ofensas sexuais, onde o percentual referente a sentimento de medo é muito semelhante ao percentual de percepção de risco, vimos que boa parte das pessoas sentem medo de se envolver em agressões e de morrerem assassinadas, mas poucas delas acreditam que realmente correm esses riscos.

Diante dessas interpretações, propõe-se como recomendação primeira a sensibilização e capacitação dos agentes de segurança pública, policiais militares e policiais civis. Somados, os relatos de experiências de vitimização provocadas por eles correspondem a aproximadamente 22% dos relatos ou a 14% de todos os indivíduos entrevistados. Como a amostra é representativa da população brasileira, que, em 2010, estava em 190.732.694 habitantes, essa taxa permite dizer que 26.702.577 pessoas podem ter sofrido violência policial (física e verbal) recentemente no Brasil. E, tal como os dados também indicam, essa parcela da população pertence à raça negra (pretos, pardos e morenos), é composta por jovens entre 16 e 34 anos e declaram renda familiar mensal abaixo de três salários mínimos.

Uma vez que as agressões, ofensas sexuais e discriminações ocorrem entre pessoas conhecidas e em locais fechados, principalmente no âmbito doméstico, como pensar políticas públicas de segurança para diminuir esses eventos? Uma resposta factível está nos próprios resultados aqui apresentados. A parcela de reportagem

dessas experiências às polícias e a demais órgãos governamentais é muito pequena, impedindo que o Estado possa planejar políticas públicas efetivas de prevenção. Recomenda-se, diante disso, políticas que visem ao aumento da confiança por parte da população nessas agências governamentais, conjugado ao aumento da qualidade no atendimento a essas pessoas. Do lado sociocultural, campanhas devem ser incentivadas visando ao esclarecimento, por exemplo, de que possíveis “brincadeiras” entre amigos pode ser percebida e sentida como uma violência.

De modo mais factível, as análises de risco relativo entre grupos da população, conjugadas às análises territoriais, indicam que o foco das políticas públicas deve se concentrar nos estados onde os valores dos riscos relativos se destacaram dos demais, como, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, Acre, Maranhão, Pará, Paraná, principalmente quando se considera a probabilidade de vitimização por alguns dos tipos de “crimes contra a pessoa” entre a população negra. Em especial, devem ser enfrentadas as violências provocadas por agentes de segurança pública em relação a esta coorte populacional. Sobretudo, recomenda-se empreender diagnóstico mais acurado sobre as possíveis causas dessa realidade aqui observada, especialmente no estado do Mato Grosso do Sul.

Diante do exposto recomenda-se enfaticamente que Pesquisas de Vitimização devem seguir uma programação efetiva, com periodicidade definida e ampliação da amostra. No que se refere a “crimes contra a pessoa”, parece ser a melhor alternativa, no atual momento, para mensurar as experiências de vitimização existentes em nossa sociedade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, 7ª. edição, 3ª. reimpressão, 315p [primeira edição, 1994].

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Relatos e Reflexividade: A Etnometodologia do Suicídio. Tese de Doutorado - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1991.

_____. "A Realidade Social como um Processo Interpretativo". Revista Crítica de Ciências Sociais, no 33, outubro, pp. 63-82, 1991a.

_____. "Definição de um fato: homicídio ou suicídio?". Análise & Conjuntura. Vol. 07, n. 2 e 3, maio/dez. Belo Horizonte, Brasil, 1992.

BECKER, Howard. Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009, 231p. [Primeira edição, 1963].

_____. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, 21ª. edição, 247p. [Primeira edição brasileira, 1985].

BRASIL.Código Penal.GOMES, Luiz Flávio (org.). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais (RT Mini Códigos), 2013 [Versão revista, ampliada e atualizada até 12 de dezembro de 2012].

CICOUREL, Aaron V. The Social Organization of Juvenile Justice. New York, John Wiley & Sons, Inc, 1968.

CRESWELL, John W. Research Design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches. Sage Publications, 2003.

_____. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo, Martins Fontes Editora, 2008 [Primeira edição, 1893].

FIELD, Andy. Descobrindo a Estatística usando o SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2a. edição, Reimpressão, 2013].

GARFINKEL, Harold. Studies in Ethnomethodology. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

HERITAGE, John C. "Etnometodologia". In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje, pp. 321-392, 1999 [Primeira edição, 1987].

LIMA, Renato Sérgio de; BORGES, Doriam. "Estatísticas Criminais no Brasil". In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 213-226.

LIMA, Roberto Kant de. Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2008, 289p.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. Crime, Sociologia e Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

PAIXÃO, Antônio Luiz. "A Organização Policial numa Área Metropolitana". *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 25, n. 1, pp. 63-85, 1982.

_____. *Sociologia do Crime e do Desvio: uma revisão da literatura*. Novembro. Brasil, 1983 (mimeo).

_____. "A Violência Urbana e a Sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens e...". *Religião e Sociedade*, vol.15, n. 1, pp.68-81, 1990.

_____. "Crime, Controle Social e a Cultura Oficial da Sociologia". *Sociedade e Estado*, vol. 10, n. 2, julho/dezembro, 1995.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. *Análise de Dados Qualitativos: Estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 3ª. edição, 1ª. reimpressão, 2004, 156p. [Primeira edição, 1999].

ROBERT, Phillipe. *Sociologia do Crime*, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007, 171p.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. Brasil, 1979 [Primeira edição, 1970].

SILVA, Klarissa Almeida. *A Construção Social e Institucional do Homicídio: da perícia em local de morte à sentença relatada*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas/Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abril, 2013, 295p.

_____. "A incriminação em casos de homicídio doloso: a denúncia como relato determinante da condenação e o laudo de "local de morte" como relato

de caráter cerimonial". 29ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 03 a 06 de agosto de 2014.

SILVA, Klarissa Almeida e VARGAS, Joana. "Homicídio, Suicídio, Morte acidental... o que foi que realmente aconteceu?". 38º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2014 (no prelo).

VARGAS, Joana Domingues. Familiares ou Desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, nº 40. Brasil, 1999.

_____. Crimes Sexuais e Sistema de Justiça. São Paulo: IBCCrim, 2000, 224p.

_____. Estupro: que justiça? Fluxo do Funcionamento e Análise do Tempo da Justiça Criminal para o Crime de Estupro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Tese de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia, 2004, 307p.

ZILLI, Luís Felipe; MARINHO, Frederico Couto e SILVA, Bráulio. "Pesquisas de Vitimização". In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 227-243.

A PERCEPÇÃO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Túlio Kahn

1 VOCÊ TEM MEDO DE QUE?

As polícias hoje sabem que tão importante quanto reduzir a criminalidade é conseguir fazer com que as pessoas se sintam seguras, pois se o crime está caindo, mas as pessoas se sentem inseguras, estamos diante de um problema de segurança pública.

O ideal não é eliminar cabalmente o medo nas pessoas: mais realista é fazer ao menos com que haja uma congruência entre a criminalidade real e a percepção do fenômeno. Explico melhor: Algum grau de insegurança é saudável, tanto do ponto de vista pessoal como coletivo, pois se me sinto demasiado seguro diante de uma situação real de risco, deixo de tomar as precauções necessárias – trancar o carro, deixar a luz de casa acesa ao sair, observar o entorno ao fazer saques, etc. Como resultado do excesso de sentimento de segurança podemos ter um aumento da criminalidade, pois boa parte da prevenção ao crime passa pelo comportamento preventivo das potenciais vítimas. Como no corpo humano, o medo e a dor, na medida certa, podem ser fatores protetores.

Por outro lado, o excesso de insegurança também é danoso, por conta dele empresas deixam de se instalar em certos locais, turistas são afugentados, pessoas deixam de sair à noite para estudar ou se divertir, o valor dos imóveis se deprecia e as cidades se verticalizam, entre outras consequências indesejadas, sem falar na perda da qualidade de vida no cotidiano das pessoas. Assim, tanto a ausência quanto a presença exagerada do medo acarretam custos elevados para o indivíduo e para a sociedade.

Uma questão frequentemente debatida na literatura e entre os gestores de segurança, portanto, é se a percepção da violência em determinado local e período está num patamar congruente com os níveis reais de criminalidade. Ao analisarmos dados de vitimização, frequentemente encontramos o que se chamou de “paradoxo da insegurança”: os locais ou grupos com mais taxas de criminalidade ou vitimização não são necessariamente os locais e grupos com maior sensação de insegurança e viceversa. A incongruência entre níveis de criminalidade e percepções, assim, é um fenômeno comum, com o qual as políticas de segurança têm que lidar.

Uma interpretação possível para o paradoxo do descolamento entre crime e percepções é que, mesmo em queda, o patamar de criminalidade em certos locais

pode ser considerado ainda elevado. Um aumento rápido de criminalidade onde antes reinava a tranquilidade também pode provocar incongruências entre criminalidade e percepção. Assim, nível absoluto e diferenças relativas afetam as nossas percepções sobre o crime. Uma hipótese plausível, corroborada por pesquisas, é que a sensação de segurança não tem necessariamente relação com a experiência pessoal de vitimização, sendo antes a resultante de como as pessoas se informam sobre a criminalidade, em especial os casos de grande repercussão. (Otamendi, 2014)

Assim, por exemplo, já foi constatado que quanto mais distante o local com relação a onde a pessoa reside, maior a percepção de que a violência está crescendo, ocorrendo o inverso quando se trata do bairro ou arredores do entrevistado. A violência cresce, mas em “algum outro lugar”, não nas redondezas. A familiaridade com o ambiente imediato torna as pessoas mais seguras, mas as notícias cotidianas de dezenas de crimes dão a impressão de que a violência nos outros lugares é sempre maior. Além disso, embora os homens e jovens constem nas estatísticas como a maioria das vítimas em quase todos os crimes, são as mulheres e as pessoas idosas que revelam maior temor da criminalidade.

A sensação de segurança é, portanto, afetada não apenas pela experiência pessoal com o crime, mas por inúmeras outras variáveis como local de moradia, idade, gênero, exposição e grau de confiança nos meios de comunicação, entre outras, como veremos adiante. O papel dos meios de comunicação para reduzir este hiato entre a criminalidade real e a percebida é fundamental – mostrando sim o caso de grande comoção, mas contextualizando-os num cenário mais amplo. Para além dos custos apontados, o pior prejuízo do descolamento entre criminalidade real e percepção pode ser a adoção de políticas de segurança pública equivocadas e o abandono de outras que estão dando certo, mas não são reconhecidas pela sociedade. Um exemplo é a legislação penal do medo, passada às pressas em momentos de grande comoção social que se seguem a crimes violentos, como a chamada lei Glória Peres no Brasil ou Leis Blumberg na Argentina.¹

A preocupação com a questão da insegurança e seus efeitos é generalizada e na América Latina o projeto LAPOP (Latin American Public Opinion Project) passou

a acompanhar o fenômeno na última década. A tabela abaixo traz a porcentagem dos preocupados com roubos no bairro, para um grupo de países.

Tabela 1 - Sentimento de insegurança com relação a ser vítima de roubo no lugar de residência, por país, 2008-2012 (em %).

País	2008	2010	2012
Perú	54,60%	57,90%	50,0%
Venezuela	41,60%	50,00%	43,70%
El Salvador	38,80%	50,10%	42,50%
Haití	44,30%	29,80%	40,10%
Bolivia	47,20%	43,00%	39,80%
República Dominicana	33,00%	43,70%	38,60%
Ecuador	40,30%	37,50%	36,80%
México	34,80%	41,00%	36,80%
Argentina	61,50%	52,30%	34,60%
Colombia	34,50%	34,10%	32,50%
Uruguay	42,70%	34,00%	32,40%
Guatemala	36,80%	37,80%	31,50%
Belice	26,20%	44,50%	30,90%
Costa Rica	27,00%	24,80%	29,70%
Nicaragua	28,90%	37,20%	29,10%
Chile	49,30%	34,60%	28,70%
Brasil	33,20%	31,10%	28,20%
Paraguai	38,10%	37,00%	24,50%
Guyana	26,10%	22,40%	23,20%
Honduras	38,10%	26,40%	23,20%
Panamá	27,10%	26,80%	18,80%
Jamaica	21,40%	22,50%	13,90%

Nota: Porcentagem de entrevistados de cada país que responderam “muy inseguro” y “algo inseguro” a la pregunta “Hablando del lugar o el barrio donde usted vive y pensando en la posibilidad de ser víctima de un asalto o robo, ¿usted se siente muy seguro(a), algo seguro(a), algo inseguro(a) o muy inseguro(a)?”, LAPOP.

¹ Alejandra Otamendi resume bem os impactos do medo sobre as políticas públicas, também observados na Argentina: “las demandas de seguridad pueden estar influyendo en el sistema penal, legitimando y estimulando los abusos de poder policiales, presionando a los jueces a endurecer sus penas y a limitar las garantías individuales de los acusados, e incentivando reformas del Código Penal como en el caso de las denominadas “leyes Blumberg” en Argentina. Además, dichas demandas de seguridad pueden afectar tanto las campañas electorales como el ejercicio de gobierno, dando lugar a discursos y prácticas políticas autoritarias, y a la securitización de las políticas sociales y educativas. En términos generales, otro de los efectos que pueden tener las interpretaciones del delito y las demandas de seguridad es el cuestionamiento a la autoridad estatal por su incapacidad para garantizar la seguridad, razón de ser del Estado. Sin embargo, de manera paradójica y simultánea, se demanda una mayor presencia del Estado en materia de seguridad, ya que se pide mayor presencia policial y mayor intervención judicial en los conflictos sociales. Incluso la demanda ciudadana por seguridad puede erosionar el apoyo a la democracia como forma de gobierno y derivar en la aprobación de medidas autoritarias que atentan contra la libertad y los derechos humanos de las personas (Otamendi, M.A, 2012^a e 2012b).

Em média, mais de um terço da população destes países afirmou sentir-se muito ou algo insegura com a possibilidade de ser roubada no bairro. O Brasil, não obstante seus elevados níveis de criminalidade, está ligeiramente abaixo desta média regional. Ilustrando a questão do paradoxo, note-se que argentinos, uruguaios e chilenos, por exemplo, mostram-se mais preocupados com a questão do que os brasileiros, apesar dos níveis de criminalidade nestes países serem muito menores do que os nossos. Por outro lado, os níveis elevados de preocupação subjetiva com a criminalidade parecem congruentes com a elevação abrupta da criminalidade na Venezuela nos últimos anos. Em suma, sensações e percepções não refletem necessariamente os níveis absolutos de criminalidade local, tal como medida nas estatísticas criminais: níveis de criminalidade elevados, porém antigos e estabilizados, podem provocar uma dessensibilização da população, enquanto elevações recentes e abruptas da criminalidade podem disparar o sentimento de insegurança, mesmo quando os patamares são baixos. (Marcondes Filho, 2001; Otamendi, 2012)

Através desta breve introdução, percebe-se a relevância dos estudos sobre sensação de segurança e medo, que procuram avaliar: seus níveis, sua evolução temporal, os grupos e locais mais afetados, os fatores de risco e de proteção, sua correlação com outros fenômenos criminais e sociais.

É em função desta relevância que as pesquisas de vitimização costumam incluir blocos com questões específicas para avaliar o(s) fenômeno(s). Seguindo esta tradição, a pesquisa de vitimização Senasp 2012 inseriu no questionário diversos indicadores para avaliar a insegurança da população. Os principais são listados abaixo:

Indicadores de Insegurança na pesquisa de vitimização Senasp 2012:

- Sentimento de insegurança (de dia, de noite, em casa, no trabalho, no bairro, na cidade, etc.).
- Comportamento (evita sair, muda de caminho, evita frequentar locais, etc.).
- Temor de ser vítima de crimes no bairro (assalto, furto, roubo, agressão física, sexual, etc.).
- Temor de violência doméstica.
- Avaliação retrospectiva da segurança (no bairro, na cidade).

- Temor de ser vítima de crimes em geral (assalto, furto, roubo, agressão física, sexual, etc.).
- Probabilidade de vitimização (assalto, furto, roubo, agressão física, sexual, etc.).

Como é possível perceber, a insegurança, como outros fenômenos sociais complexos, é multidimensional – cognitiva, afetiva, comportamental², etc. e os indicadores foram formulados para tentar capturar o fenômeno em suas várias dimensões³. Eles medem aspectos diferentes da insegurança: preocupação com o tema em geral na sociedade, medo pessoal, conhecimento sobre o problema, comportamentos adotados ou modificados. Existem, portanto, nuances que devem ser exploradas para compreendermos o problema em sua integralidade. O quadro abaixo, elaborado por Otamendi, ajuda a diferenciar estas diferentes dimensões:

² Simplificadamente, os indicadores cognitivos pedem que os entrevistados avaliem racionalmente uma situação ou seu grau de conhecimento da questão, os afetivos procuram explorar sensações emotivas com relação à questão e os comportamentais averiguar a existência de modificações de comportamentos concretos em função dos demais. Trata-se de um recurso heurístico para entender os diversos aspectos da questão mas na prática as divisões não são tão estanques pois com frequência nosso julgamento e comportamento são afetados pelas emoções sobre o objeto.

³ Tomamos de empréstimo aqui, pela clareza e concisão, os comentários de Otamendi para distinguir as diferenças dimensões da insegurança “Essas reações sociais à insegurança podem ser entendidas a partir da psicologia social, como: emoções, condutas, representações ou atitudes do público à insegurança, entendendo por estas a “tendência psicológica que é expressa através da avaliação de uma entidade particular com um determinado grau de acordo ou de desacordo” (Eagly e Chaiken, 1993, p. 1). Neste caso, o objeto de avaliação, a insegurança, pode receber diferentes modos de resposta (verbais ou não verbais) e diferentes classes de respostas (afetivas, cognitivas ou comportamentais). Entre o tipo de resposta verbal, encontramos que “as afetivas são as expressões de sentimentos a respeito do objeto da atitude; as cognitivas são as expressões das crenças sobre o objeto da atitude, e as comportamentais são as expressões das intenções de comportamento a respeito do mesmo objeto” (Manstead e Hewstone, 1996, p. 47). Apesar dos componentes das atitudes estarem associados, faz-se necessário distingui-los analiticamente, pois nem sempre são produzidos na mesma direção”. (Otamendi, M.A. 2012)

Quadro 1 – Tipos de respostas com relação à insegurança

Modo de resposta	Categoria de resposta face ao objeto de atitude		
	AFETIVA	COGNITIVA	COMPORTAMENTAL
VERBAL	Expressões de sentimentos	Expressões de crenças	Expressões de intenções comportamentais
<i>Conceitos Associados</i>	<i>Temor ao delito</i>	<i>Resposta punitivas; Percepção de risco de vitimização; preocupação securitária.</i>	<i>Estratégia de evitação e proteção; Ações sociais, econômicas e políticas.</i>
<i>Exemplos</i>	<i>Declarações de temor, fobia, raiva, compaixão, face aos delinquentes</i>	<i>Declarações sobre como se deve tratar os delinquentes, como se deve castigá-los, o que se deve fazer com a delinquência, quais são suas causas e efeitos, como evoluiu, etc.</i>	<i>Declarações de disposições face aos delinquentes, por exemplo, uso de armas para a defesa ou vingança, a nível individual, ou linchamentos e protestos, ao nível coletivo; declarar medidas de auto-proteção</i>
NO VERBAL	Respostas fisiológicas	Respostas perceptivas	Respostas de comportamento
<i>Exemplos</i>	<i>Sentir temor, fobia, raiva, compaixão, face aos delinquentes.</i>	<i>Perceber e crer nas causas da delinquência e nas medidas; crer na pena de morte, etc.</i>	<i>Ações concretas como evitar zonas e pessoas, comprar armas para a defesa, assinar petições, ou participar de protestos, linchamentos, etc.</i>

Fonte: Otamendi, 2012 a partir do esquema de Ajzen (1988) citado em Manstead y Hewstone, (1996: 47).

Uma primeira providência metodológica relevante é verificar se estamos realmente diante de um fenômeno multidimensional e em quantas e de que maneira estas dimensões se agrupam.

Para checar a dimensionalidade dos fenômenos estudados fizemos uma análise de componentes principais (PCA)⁴. O intuito do procedimento é verificar

⁴ A Análise de Componentes Principais ou principal component analysis (PCA) é um procedimento matemático que utiliza uma transformação ortogonal para converter um conjunto de observações de variáveis possivelmente correlacionadas a um conjunto de valores de variáveis linearmente descorrelacionadas chamadas componentes principais. É mais comumente usado como uma ferramenta de análise exploratória de dados e para fazer modelos preditivos. Com frequência, sua operação pode ser tomada como sendo reveladora da estrutura interna dos dados, de uma forma que melhor explica a variância nos dados. Se visualizarmos um conjunto de dados multivariados em um espaço de alta dimensão, com 1 eixo por variável, o PCA pode ser usado para fornecer uma visualização em dimensões mais baixas dos mesmos dados, uma verdadeira “sombra” do objeto original quando visto de seu ponto mais informativo. Isto é feito usando-se apenas os primeiros componentes principais, de forma que a dimensionalidade dos dados transformados é reduzida. Na nossa análise, aplicamos uma rotação dos eixos tipo VARIMAX e critério para extração dos componentes foi Eigenvalue > 1, depois de dicotomizar as respostas.

se os indicadores do fenômeno são uni ou multidimensionais e, neste caso, diminuir a complexidade dos dados originais, reduzindo-os a um número menor de componentes significativos. A matriz rotada sugere que os indicadores podem ser agrupados em pelo menos 11 dimensões significativas diferentes. Este procedimento reduz a complexidade dos 63 indicadores de segurança a 11 componentes⁵ que, em conjunto, explicam 67,7% da variabilidade total encontrada nos dados. Uma vez “reveladas” as dimensões ou componentes subjacentes aos dados, entra em ação a interpretação do analista para classificar e nomear cada um deles de modo significativo. A estatística não ajuda neste procedimento, mas sim o bom senso e conhecimento do analista sobre a matéria. Pesquisadores diferentes poderiam classificar e nomear os componentes de maneira diversa.

Nossa interpretação é que estas dimensões ou componentes poderiam ser assim classificados:

Quadro 2 - Encontrando nomes para os diversos componentes

- 1- risco de ser vitimado, crimes diversos - cognitivo
- 2- medo de ser vitimado em geral - afetivo
- 3- medo de ser vitimado na vizinhança - afetivo
- 4- comportamentos protetivos - comportamental
- 5- medo de ter veículo roubado ou furtado - afetivo
- 6- medo de ser vitimado pela polícia - afetivo
- 7- medo de andar nas ruas - afetivo
- 8- medo de andar nas ruas onde trabalha - afetivo
- 9- medo de ficar em casa - afetivo
- 10- comportamentos protetivos em convívio social - comportamental
- 11- componente não definido - identificado estatisticamente na análise de componentes principais, mas aparentemente sem significado substantivo, de modo que será ignorado na análise
- 12- avaliação retrospectiva da segurança - cognitivo

⁵ Dado um conjunto de pontos no espaço euclidiano, o primeiro componente principal corresponde a uma linha que passa através da média multidimensional e minimiza a soma dos quadrados das distâncias dos pontos à linha. O segundo componente principal corresponde ao mesmo conceito, depois de subtrair-se toda a correlação com o primeiro componente principal dos pontos. Os valores singulares (em Σ) são as raízes quadradas dos autovalores da matriz XX^T . Cada autovalor é proporcional à porção de “variância” (mais precisamente da soma dos quadrados das distâncias dos pontos à média multidimensional dos mesmos) que é correlacionada com cada autovetor. A soma de todos os autovalores é igual à soma dos quadrados dos pontos à média multidimensional dos mesmos. O PCA essencialmente rotaciona o conjunto de pontos em torno da média de forma a alinhá-los com os componentes principais. Isto move o máximo possível de variância (usando uma transformação ortogonal) a algumas das primeiras dimensões. Os valores nas dimensões restantes, portanto, tendem a serem pequenos e podem ser descartados com o mínimo de perda de informação. O PCA é comumente utilizado dessa maneira para redução de dimensionalidade. O PCA tem a distinção de ser a melhor transformação ortogonal para manter o subespaço que tem a maior “variância”.

A tabela abaixo traz a matriz dos componentes, na qual é possível observar as cargas fatoriais de cada variável, em cada um dos componentes. Dentro de cada componente, as variáveis estão ranqueadas segundo a magnitude da carga no componente. Em resumo, a tabela mostra que perguntas do questionário estão associadas a cada uma das dimensões identificadas e qual a força desta associação.

Tabela 2 – Matriz dos componentes

Matriz dos Componentes Rotacionada^a

	componente												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Risco de ser sequestrado	,892												
Risco de sofrer sequestro relâmpago	,887												
Risco de morrer assassinado	,885												
Risco de ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	,865												
Risco de ser vítima de agressão sexual	,852												
Risco de se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	,847												
Risco de ser vítima de violência por parte da Polícia Civil	,846												
Risco de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar	,844												
Risco de receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	,821												
Risco de ter sua residência invadida ou arrombada	,810												
Risco de ter objetos pessoais de valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto													
Medo de ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro		,803											
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro		-,787											
Medo de receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro		,787											
Medo de ser sequestrado		,784											
Medo de sofrer sequestro relâmpago		,781											
Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro		-,774											
Medo de ser vítima de agressão sexual		,735											
Medo de morrer assassinado		,719											
Medo de se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas		,659											
Medo de ter objetos pessoais de valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto		,645											
Medo de ter sua residência invadida ou arrombada		,613											
Estar no meio de um tiroteio vizinhança			,815										
Ser vítima de bala perdida vizinhança			,808										
Ser vítima de agressão física vizinhança			,784										
Ser confundido(a) com um bandido(a) pela polícia vizinhança			,728										
Ser vítima de extorsão ou violência da polícia vizinhança			,722										
Ser confundido(a) com bandido(a) por agentes de segurança em shopping, bar, boates, supermercado, etc. vizinhança			,701										
Ser vítima de sequestro relâmpago vizinhança			,653										,557
Ser vítima de sequestro vizinhança			,652										,554
Ser vítima de agressão sexual vizinhança			,630										,427
Ser assaltado vizinhança			,621										

Deixa de ir a alguns locais da cidade				,721										
Evita frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando				,715										
Deixa de ir a certos bancos e caixas eletrônicos				,684										
Evita sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor				,650										
Evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa				,638										
Evita frequentar locais com grande concentração de pessoas				,625										
Muda de caminho entre a casa e o trabalho ou a escola ou lazer				,536										
Evita frequentar locais onde haja consumo de bebidas alcoólicas				,477										
Ter seu carro ou moto roubado num assalto ou frutados medo					,959									
Ter seu carro ou moto roubado num assalto ou frutados vizinhança					,950									
Ter seu carro ou moto roubado num assalto ou frutados risco					,934									
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar		,509					,749							
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo		,523					,746							
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil medo		,520					,717							
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante dia							,781							
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante noite							,775							
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar na CIDADE							,655							
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE noite							,509							
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite								,988						
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA dia								,988						
Como o (a) Sr (a) se sente quando está sozinho (a) em casa									,804					
Como o (a) Sr (a) se sente quando está em casa acompanhado									,798					
Como o (a) Sr (a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE dia									,535					
Evita conviver com vizinhos										,671				
Evita ficar em casa sozinho (a)										,520				
Evita usar algum transporte coletivo que precisaria usar										,512				
Evita conversar ou atender pessoas estranhas				,411						,448				
p163aa											,900			
Como o (a) Sr (a) se sente quando está em casa acompanhado somente											,892			
O (A) Sr (a) diria que, nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou, diminuiu ou ficou igual?												,803		
O (A) Sr (a) diria que, nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua VIZINHANÇA aumentou, diminuiu ou ficou igual?													,801	

Para melhor visualização dos componentes, mostramos na tabela apenas as cargas superiores a 0,4 e não a matriz completa. Note-se que raramente uma variável “carrega” em mais de um fator ou componente, sugerindo que estamos realmente lidando com dimensões bem definidas e diferentes da questão. Por outro lado, vemos também que existem diversos indicadores redundantes para uma mesma dimensão. Isto significa que, ao efetuar o cruzamento com as variáveis preditoras, obteríamos provavelmente resultados igualmente redundantes, quaisquer que fossem as variáveis escolhidas em cada uma das onze dimensões. Assim, para despoluir a análise, escolheremos, ao efetuar os cruzamentos com as

demais variáveis do questionário, apenas uma ou duas variáveis representativas de cada dimensão. Antes de partirmos para os cruzamentos, dedicaremos um tópico para explorar em detalhes todas as 63 variáveis associadas à insegurança, uma vez que se trata da nossa variável dependente, aquela que queremos explicar.

2 AS DIVERSAS DIMENSÕES DA INSEGURANÇA

A pesquisa procurou captar diversos aspectos da insegurança, que como vimos envolvem sentimentos, conhecimentos e comportamentos, entre outras dimensões. A tabela 3 traz as porcentagens de entrevistados que afirmaram ter medo de uma série de crimes, bem como a porcentagem dos que avaliaram que podem se tornar vítimas dos mesmos crimes no próximo ano. Os primeiros indicadores mensuram sentimento enquanto os últimos implicam numa avaliação de risco pessoal, num horizonte temporal limitado.

Como pode ser observado abaixo, em todos os crimes, a porcentagem dos que dizem sentir medo é sempre maior do que a porcentagem dos que avaliam que podem se tornar vítimas deles. No primeiro caso não existe uma limitação temporal e no outro sim (no próximo ano) o que talvez explique em parte as diferenças. Mas é provável que, ao avaliar objetivamente o próprio risco, as pessoas se digam mais seguras do que quando perguntamos genericamente sobre sentimentos, de natureza afetiva. Além de mostrar um fenômeno interessante, a comparação também é útil para ilustrar a importância da redação das questões no questionário, uma vez que as variações são grandes, dependendo de como formulamos a questão.

Tabela 3 – Componentes 1 e 2 – características e frequências simples

Redação da questão	Categoria	%	Dimensões	Aspecto	Componente
Medo de ser sequestrado	Sim	55,2	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de ser sequestrado	Sim	29,1	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de ser vítima de agressão sexual	Sim	50,1	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de ser vítima de agressão sexual	Sim	26,3	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de sofrer sequestro relâmpago	Sim	54,8	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de sofrer sequestro relâmpago	Sim	29,3	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de morrer assassinado	Sim	64,9	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de morrer assassinado	Sim	32,6	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	Sim	54,5	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro	Sim	33,7	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	Sim	54,8	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	Sim	30,3	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
medo de ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	Sim	58,6	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	Sim	32,4	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de ter objetos pessoais de valor tomados à força por outra pessoa em m roubo ou assalto	Sim	70,7	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de ter objetos pessoais de valor tomados à força por outra pessoa em m roubo ou assalto	Sim	42	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1
Medo de ter sua residencia invadida ou arrombada	Sim	71,9	medo de ser vitimado, crimes diversos	afetivo	2
Risco de ter sua residencia invadida ou arrombada	Sim	39,4	risco de ser vitimado, crimes diversos	cognitivo	1

Como esperado, os crimes mais violentos geram mais medo – independente de como a questão é formulada: ter residência invadida, roubos (com violência) e ser assassinado são as situações que geram mais ansiedade. Mas quando observamos a ordem das respostas, vemos que não apenas a gravidade do crime, mas também sua probabilidade de ocorrência entra em jogo: embora mais grave, a morte não é o crime que desperta mais medo e uma mera fraude gera mais ansiedade (58,6%) do que um sequestro (55,2%). A razão, provavelmente, é que a fraude é muito mais provável do que um sequestro. Assim, o grau de ansiedade com relação aos diversos crimes parece refletir um julgamento que faz uma composição entre a gravidade do crime e sua probabilidade de ocorrência.

Os indicadores abaixo pedem para que o entrevistado faça uma avaliação da situação criminal presente com a do passado recente, tanto na cidade como na vizinhança. As respostas corroboram o que já foi notado em diversas outras pesquisas e a hipótese de que no julgamento entram em jogo aspectos probabilísticos. Quanto mais familiarizado com o local, maior a sensação de segurança: regra geral, a rua é mais segura que o bairro, que é mais seguro que outros bairros, que é mais seguro que a cidade, que por sua vez é mais segura do que outras cidades do país. Não temos medo daquilo que controlamos, mas sim do que desconhecemos. As informações que nos chegam pelos meios de comunicação influenciam esta percepção de que a violência é sempre maior nos outros lugares. (Roché, 1998).

Do ponto de vista longitudinal, a maioria dos entrevistados avalia que a criminalidade cresceu na cidade e cerca de um terço que cresceu na vizinhança, com relação aos últimos 12 meses. Pesquisas que estudaram os “surto” de violência já observaram que esta percepção nem sempre é corroborada pelas estatísticas criminais: as estatísticas podem estar diminuindo e a sensação de insegurança aumentando, e vice-versa. Congruente ou não com as estatísticas, a questão releva um sentimento de piora, que deve ser alvo de políticas públicas, independente da evolução dos dados oficiais.

Tabela 4 – Componente 12 – características e frequências simples

Redação	categoria	%	dimensões	aspecto	componente
O (A) Sr (a) diria que, nos últimos meses a criminalidade na sua CIDADE aumentou, diminuiu ou ficou igual?	aumentou	60,3	avaliação retrospectiva	cognitivo	12
O (A) Sr (a) diria que, nos últimos meses a criminalidade na sua VIZINHANÇA aumentou, diminuiu ou ficou igual?	aumentou	27,1	avaliação retrospectiva	cognitivo	12

Como o bloco de indicadores comportamentais sugere, a questão da insegurança não é meramente subjetiva, pois se traduz em comportamentos concretos, atos que afetam a qualidade de vida, a sociabilidade e a economia, entre outros aspectos. Como discutimos anteriormente, é saudável adotar comportamentos preventivos, em alguma medida. A questão é de grau. Numa sociedade violenta ou assim percebida, a precaução saudável transforma-se em neurose coletiva.

Tabela 5 – Componentes 4 e 10 – características e frequências simples

Redação	categoria	%	dimensões	aspecto	componente
Evita sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor ou outros pertences que chamem atenção	sim	78,1	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita frequentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando	sim	73	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa	sim	64,3	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita frequentar locais onde haja consumo de bebidas alcoólicas	sim	59,2	comportamento protetivo	comportamental	4
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita frequentar locais com grande concentração de pessoas	sim	50,6	comportamento protetivo	comportamental	4
Deixa de ir a certos bancos e caixas eletrônicos	sim	46,8	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita usar algum transporte coletivo que precisaria usar	sim	25,2	comportamento protetivo convívio social	comportamental	10
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	comportamento protetivo convívio social	comportamental	10
Evita conversar ou atender pessoas estranhas	sim	51,6	comportamento protetivo convívio social	comportamental	10
Muda de caminho entre a casa e o trabalho ou a escola ou lazer	sim	33,7	comportamento protetivo	comportamental	4
Evita ficar em casa sozinho (a)	sim	20,2	comportamento protetivo	comportamental	10

Como sugere a análise de componentes principais, o bloco de indicadores comportamentais parece subdividir-se em pelo menos duas dimensões: evitar situações de risco (componente 4) e evitar interações sociais (componente 10).

Finalmente, o questionário perguntou aos entrevistados sobre uma série de situações e contextos que geram medo e insegurança. Como vimos, aqui também o medo pode ser subdividido em diversas dimensões, de modo que o mais apropriado é falar de medos, tamanha a pluralidade de situações envolvidas: existe o medo de andar nas ruas e o medo de ficar em casa, o medo dos bandidos e o medo da polícia, o medo em geral e o específico na vizinhança, o medo no trabalho e o medo de perder o veículo.

As respostas seguem de modo geral o sentido esperado: sentimos mais medo durante a noite do que durante o dia, mais medo quando estamos em outros bairros da cidade do que quando estamos em nosso próprio bairro, mais medo quando estamos sozinhos do que quando estamos acompanhados. Note-se, contudo, neste bloco, que os entrevistados afirmam sentir-se mais seguros quando estão sozinhos em casa (57,7%) do que quando acompanhado somente pelo companheiro (52,6%), o que provavelmente sugere que parte dos entrevistados tem medo da violência doméstica, tópico que será explorado mais à frente.

Tabela 6 – Componentes 7, 8, 9 e 11 – características e frequências simples

Redação	categoria	%	dimensões	aspecto	componente
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE- durante o dia	muito seguro	48,3	medo de andar nas ruas	afetivo	9
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde RESIDE- durante a noite	muito seguro	22,5	medo de andar nas ruas	afetivo	7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros- durante o dia	muito seguro	17,7	medo de andar nas ruas	afetivo	7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros- durante a noite	muito seguro	7,6	medo de andar nas ruas	afetivo	7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar na CIDADE	muito seguro	19,4	medo de andar nas ruas	afetivo	7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA- durante o dia	muito seguro	23,3	medo de andar nas ruas onde trabalha	afetivo	8
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA- durante a NOITE	muito seguro	11,9	medo de andar nas ruas onde trabalha	afetivo	8
Como o(a) Sr(a) se sente quando está sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	medo de ficar em casa	afetivo	9
Como o(a) Sr(a) se sente quando está em casa acompanhado(a)	muito seguro	72,6	medo de ficar em casa	afetivo	9
Como o(a) Sr(a) se sente quando está em casa acompanhado(a) somente do companheiro	muito seguro	52,6	medo de ficar em casa	afetivo	11

O medo de ser vitimado, como visto anteriormente, envolve aspectos afetivos e cognitivos. Quando perguntamos sobre medo em geral obtemos manifestações de insegurança mais intensas do que quando perguntamos sobre risco, que força os indivíduos a raciocinarem em termos de probabilidades individuais. Algumas coisas chamam a atenção com relação a este rol de indicadores: o medo de ser vitimado pela polícia (em torno de 50%) ou numa troca de tiros entre policiais e criminosos (51%) é maior do que o de ser vitimado por bandidos, para crimes como sequestro (29%), roubo de carro ou moto (25,4%) ou vítima de agressão física (43,8%).

Tabela 7 – Componentes 1,3,5 e 6 – características e frequências simples

Redação	categoria	%	dimensões	aspecto	componente
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar Medo	sim	51,5	medo de ser vitimado pela polícia	afetivo	6
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil Medo	sim	48,8	medo de ser vitimado pela polícia	afetivo	6
Risco de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar	sim	30,1	medo de ser vitimado pela polícia	cognitivo	1
Risco de ser vítima de violência por parte da Polícia Civil	sim	26,3	medo de ser vitimado pela polícia	cognitivo	1
Ter o carro ou moto roubado num assalto vizinhança	sim	25,4	medo de ser vitimado veículo	afetivo	5
Ter seu carro ou moto roubado num assalto ou furtados Medo	sim	41,2	medo de ser vitimado veículo	afetivo	5
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou Furtados Risco	sim	24,8	medo de ser vitimado veículo	cognitivo	5
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser assaltado(a) vizinhança	sim	43,9	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser confundido(a) com bandido(a) pela polícia vizinhança	sim	34,3	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser confundido(a) com bandido(a) por agentes de segurança em shopping, bar, boates, supermercado, etc. vizinhança	sim	28,8	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser vítima de agressão física vizinhança	sim	43,8	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser vítima de agressão sexual vizinhança	sim	26,2	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser vítima de bala perdida vizinhança	sim	52,3	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser vítima de extorsão ou violência da polícia vizinhança	sim	33,5	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
Ser vítima de sequestro relâmpago vizinhança	sim	29	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3
ser vítima de sequestro vizinhança	sim	29	medo de ser vitimado vizinhança	afetivo	3

3 CRUZAMENTOS COM AS DEMAIS VARIÁVEIS DO QUESTIONÁRIO:

Nos tópicos anteriores detalhamos e aprofundamos o conhecimento sobre os indicadores de medo e insegurança, em suas diversas dimensões e aspectos. Neste tópico, por sua vez, a intenção é explorar como estes indicadores variam em função de outras variáveis, procurando responder simultaneamente se 1) estas variações são estatisticamente significativas; 2) qual o sentido (sinal) e formato da associação e 3) formular uma tentativa de explicação para as associações, formatos e sentidos encontrados.

Regra geral, quando construímos um questionário, as perguntas não são salpicadas a esmo. Antes, para cada uma delas, há uma teoria subjacente que justifica sua inclusão e relevância para o entendimento do problema abordado. Do mesmo modo, selecionamos estas variáveis para efetuar os cruzamentos

Variável	Associação/ hipóteses	Explicações
Sexo	Mulheres sentem-se mais inseguras	Socialização feminina incute auto-percepção de maior fragilidade física (sensação menor de proteção e reação), mulheres mais expostas a crimes violentos, menor possibilidade cultural de reação.
Idade	Formato de parábola: mais novos e mais velhos sentem-se mais seguros	Mais contatos pessoais com estranhos e estilo de vida expõem indivíduos de idade intermediária a mais situações de risco, aumentando a sensação de insegurança.
Região	Habitantes do Nordeste mais inseguros que do Sudeste	Violência recente e crescente nesta região do país, ao contrário do Sudeste. A mudança abrupta interfere mais na sensação de insegurança do que o patamar de criminalidade.

Tempo de moradia na cidade	Moradores mais novos sentem-se mais inseguros	Desconhecimento da área dos locais de risco, das pessoas, residências menos protegidas,
tempo de moradia na vizinhança	Moradores mais novos sentem-se mais inseguros	Desconhecimento da área dos locais de risco, das pessoas, residências menos protegidas,
Escolaridade	Mais escolarizados sentem-se mais inseguros	Escolaridade está associada à renda maior aumenta a probabilidade de vitimização patrimonial.
Orientação sexual	Homossexuais sentem-se mais inseguros	Mais expostos a agressões de natureza discriminatória.
Ocupação	Ocupados sentem-se mais inseguros	Estilo de vida e maior presença nas ruas, uso de transporte público, expõem a vitimização
Localização trabalho	Áreas centrais geram maior insegurança	Deterioração física e social típica das áreas centrais (teoria das janelas quebradas)
Renda	Renda maior aumenta a probabilidade de vitimização patrimonial	Crime patrimonial é crime de oportunidade, portanto mais provável com renda elevada
Estilo de vida	Mais atividades sociais e com maior frequência expõem a vitimização, aumentando a sensação de insegurança	Vitimização implica na presença simultânea de um agressor motivado e uma vítima no espaço (não vigiado) e no tempo. Estilo de vida intenso aumenta a probabilidade de encontros.

Meios de transporte	Uso de transporte público expõem a vitimização, aumentando a sensação de insegurança	Transporte público são hot spots de criminalidade patrimonial, pois apresentam baixa visibilidade e muitos alvos potenciais. Prevenção através do design ambiental (Crime Prevention through Environmental Design ou CPTED)
Vitimização	Quem foi vítima de violência sente-se mais inseguro	Quem foi vítima uma vez tem maior probabilidade de ser vitimada novamente
Agressões	Quem foi vítima de violência sente-se mais inseguro	Quem foi vítima uma vez tem maior probabilidade de ser vitimada novamente
Ofensas sexuais	Quem foi vítima de violência sente-se mais inseguro	Quem foi vítima uma vez tem maior probabilidade de ser vitimada novamente
Desordem	Percepção de desordem física e social do ambiente aumenta a insegurança	Desordem passa a impressão de menor vigilância e fiscalização da área (teoria das janelas quebradas)
Violência	Percepção de violência	Violência passa a impressão de menor vigilância e fiscalização da área (teoria das janelas quebradas, Kelling e Cole, 1988)
Proteção	Bidirecional: quem usa equipamentos de proteção é porque se sente mais inseguro; ou quem usa equipamentos de proteção sente-se mais seguro	Uso de equipamentos de proteção diminui a probabilidade de vitimização, pois são bloqueadores de oportunidades (Responsive securization, Van Dijk, 2008)
Contatos com a polícia	Contatos negativos com a polícia aumentam a insegurança e contatos positivos diminuem	Presença rotineira da polícia transmite segurança mas se experiência for negativa pode aumentar a insegurança

Tipo de instituição policial	Contato com PM gera mais insegurança do que com PC	Natureza do policiamento (ostensivo), armamento, histórico de violência
Visibilidade policial militar	Quanto maior a visibilidade policial na área, menor a insegurança	Presença rotineira da polícia transmite segurança, mas se experiência for negativa pode aumentar a insegurança
Arbitrariedade policial	Vítimas de arbitrariedade policial sentem-se mais inseguras	Presença rotineira da polícia transmite segurança, mas se experiência for negativa pode aumentar a insegurança
Visibilidade policial civil	Quanto maior a visibilidade policial na área, menor a insegurança	Presença rotineira da polícia transmite segurança, mas se experiência for negativa pode aumentar a insegurança
Posse de arma de fogo	Bidirecional: armas são compradas por quem se sente inseguro. Mas porte da arma pode reduzir sensação de insegurança	Armas e sensação de insegurança estão associadas uma vez que proteção pessoal contra crimes é a maior motivação para andar armado. Por outro lado, andar armado pode gerar falsa sensação de segurança, expondo proprietário a maiores riscos
Tipo de moradia	Moradores de casas sentem-se mais inseguros	Menor proteção arquitetônica contra crimes, ficam vazias mais frequentemente, menos vigiadas (CPTED)

Na tabela acima listamos as variáveis que serão cruzadas com os indicadores de segurança e medo e tecemos algumas hipóteses sobre o sentido esperado da associação, além de uma breve tentativa de explicação para a associação, baseadas em diversas teorias criminológicas: biológicas, janelas quebradas, culturalistas, atividades de rotina, situacional, teoria da escolha racional, entre outras.

Nesta etapa da pesquisa testaremos as hipóteses antes alinhavadas, analisando-as em sete diferentes blocos, de acordo com o tipo de variável: variáveis sociodemográficas, de contexto macro e micro ambiental, relacionadas ao estilo de vida do entrevistado, experiência pregressa de vitimização, estratégias de prevenção situacional adotadas e, finalmente, visibilidade e experiência pregressa com as instituições de segurança.

A vantagem desta organização é que ela permite dividir as variáveis em modificáveis ou não modificáveis através de políticas públicas. É importante conhecer a influência da idade ou sexo sobre a sensação de insegurança e medo, mas trata-se de atributos não modificáveis. O máximo que se pode fazer aqui são políticas focadas nas categorias em que a incidência da insegurança é maior. Por outro lado, as variáveis ligadas ao contexto microambiental, estilo de vida, prevenção situacional e experiências com as polícias são mais ou menos passíveis de modificação por meio de políticas públicas e, portanto, de maior interesse para os gestores da segurança pública.

4 NOTA METODOLÓGICA

Antes de iniciarmos a análise dos cruzamentos dos indicadores de medo e insegurança com as demais variáveis relevantes do questionário, é preciso fazer alguns comentários e explicações de natureza metodológica. Ao invés de utilizar os 63 indicadores de medo e insegurança presentes no questionário de vitimização, optamos por selecionar 11 indicadores que representam cada uma das dimensões encontradas através da análise de componentes principais.⁶ Este

procedimento evita redundâncias, pois como discutimos, vários indicadores são colineares, medem basicamente a mesma dimensão. Assim, a seleção de indicadores representativos das dimensões – selecionamos o primeiro em cada componente, ou seja, o de maior carga – evita repetições desnecessárias e coloca a análise numa escala factível. Usar todos os indicadores encheria o relatório com tabelas que pouco acrescentariam a compreensão do fenómeno.

A segunda observação é que, também para efeito de simplificação, apresentaremos sempre as associações bivariadas entre os indicadores de medo e insegurança e as demais variáveis individuais, contextuais, criminais e de percepção. Em outras palavras, não exerceremos controles simultâneos para o conjunto de variáveis. Com esta opção ganhamos em inteligibilidade, mas perdemos em confiabilidade dos resultados, pois não temos como aferir se estamos diante de associações espúrias. Uma associação entre duas variáveis, sem controle, pode desaparecer, mudar de sinal, enfraquecer, fortalecer, etc. quando exercemos controle simultâneo sobre outras variáveis. Assim, quando uma associação forte entre duas variáveis desaparece quando controlada por uma terceira, dizemos que estamos diante de uma relação espúria, pois o efeito se devia, na verdade, à influência da terceira variável. A presença de variáveis-controle ajuda a especificar melhor a relação entre os fenómenos observados⁷.

Metodologicamente, o procedimento ideal seria rodar uma série de regressões logísticas multivariadas, com nossas variáveis dependentes de um lado (os indicadores de medo e insegurança) e os fatores explicativos de outro (as variáveis individuais, contextuais, criminais, etc.). A regressão logística controla o efeito simultâneo de todos os fatores sobre a variável dependente e permite estimar quais são ou não significantes bem como a força relativa de cada fator. Permite ainda averiguar a existência de interações entre as variáveis. Dada a quantidade

⁶ A análise de componentes principais sugeriu a existência de 12 dimensões, mas não conseguimos classificar adequadamente uma delas, de modo que trabalharemos apenas com 11.

⁷ Renda e idade afetam fortemente a probabilidade de vitimização, que afeta, por sua vez, a sensação de insegurança.

Quando possível, utilizaremos um procedimento clássico (hoje rudimentar) chamado controle por seccionamento: uma associação bivariada para cada grupo de idade ou renda. A associação é corroborada se se mantiver significativa em cada (ou alguns) dos grupos de idade e renda ou refutada se a associação enfraquece ou diminui sensivelmente.

de variáveis envolvidas, isto implicaria em rodar centenas de regressões, o que está fora do âmbito deste projeto, que é de natureza exploratória. Na parte final do estudo, analisaremos alguns modelos logit⁸, apenas para ilustrar o procedimento. De todo modo, fica o alerta para os leitores: algumas das associações bivariadas relatadas podem ser espúrias e apenas com procedimentos estatísticos mais sofisticados, envolvendo um número menor de variáveis, poderemos estabelecer corretamente a existência, o sentido e a força da associação sugerida.

Para tornar as conclusões da pesquisa mais robustas, apresentaremos também os resultados das associações usando a amostra total e, alternativamente, usando um subconjunto da amostra. Para este subconjunto excluimos da amostra as mulheres, as pessoas mais velhas e os indivíduos de renda mais elevada. Trata-se de um procedimento de controle rudimentar, chamado de controle por seccionamento, que é possível lançar mão quando a amostra é grande o bastante, como no nosso caso. Excluindo os grupos citados, a amostra cai de 80 mil para cerca de 15 mil entrevistados. Em compensação, se as associações se mantêm mesmo nestas condições, temos uma “confirmação” de que não estamos diante de uma associação espúria por não termos controlado fatores como gênero, idade ou renda. Nas tabelas, os resultados são indicados por “X2 controle”. Nos gráficos, optamos por apresentar as porcentagens obtidas nesta amostra “controlada”, embora as tabelas apresentem ambas.

Na apresentação do resultado nas tabelas apresentaremos, frequentemente, as seguintes informações:

⁸ Desde o final dos anos 60, com a introdução dos computadores e novas técnicas de análise desenvolvidas por Goodman (Goodman, 1978), é possível realizar análises multivariadas para variáveis nominais ou ordinais. As técnicas multivariadas, como se sabe, permitem examinar o efeito de diversas variáveis simultaneamente, verificando, por exemplo, se a inclusão de variáveis adicionais melhoram nossa predição sobre a variável independente ou se a relação se modifica com o controle de outras variáveis (Reynolds, 1984). Detectar interações, medir associações parciais e especificar relações são assim o cerne das técnicas multivariadas. O modelo logit é uma forma especial do modelo loglinear geral, geralmente, utilizado quando se sabe de antemão qual é a variável dependente e esta é dicotomizada. Este tipo de análise nos fornece um teste global de significância de um dado preditor controlado por todos os outros preditores no modelo, bem como um teste de significância de uma série de preditores, controlado por outros efeitos. (Demaris, 1992). O nome deriva de log odds – logaritmo natural das chances – e a lógica é similar aos modelos de regressão lineares. Nos modelos logit, odds ratios (ou razão das chances) representam os efeitos parciais dos preditores, de forma análoga aos slopes numa regressão. Assim, ao invés de proporções – em que a frequência das células é dividida pela categoria total – as chances (odds) são a forma básica de variação a ser explicada (Knoke, 1980).

Coluna 1 - a porcentagem geral obtida na pesquisa para aquela questão, com a amostra total;

Coluna 2 - a porcentagem dentro das categorias específicas que estamos analisando;

Coluna 3 – a porcentagem geral obtida na pesquisa para aquela questão, controlando por sexo, idade e renda;

Coluna 4 - a porcentagem dentro das categorias específicas que estamos analisando, controlando por sexo, idade e renda;

Coluna 5- Approx T para associação bivariada. A distribuição t é uma distribuição de probabilidade teórica. É simétrica, campaniforme (em formato de sino), e semelhante à curva normal padrão, porém com caudas mais largas, ou seja, uma simulação da t de Student pode gerar valores mais extremos que uma simulação da normal. O único parâmetro v que a define e caracteriza a sua forma é o número de graus de liberdade. Quanto maior for esse parâmetro, mais próxima da normal ela será. Apenas para dar uma noção de interpretação, valores superiores a 6.31 são significativos num nível de significância de $p = .05\%$ (supondo 1 grau de liberdade e unicaldal). Em resumo, mostra se a diferença observada é estatisticamente significativa.

Coluna 6- resíduo para a associação bivariada: traz a diferença entre o valor observado e o valor esperado para aquela célula específica, na hipótese de independência estatística. Como é standardizado, valores maiores ou menores do que 1,96 são significativos num nível de significância de $p = .05\%$. Resíduos positivos indicam “mais casos do que o esperado” e negativos o inverso.

Coluna 7- coeficiente Gamma para a associação bivariada, medida de associação linear entre duas variáveis. Optamos por apresentar também Gamma, pois o tradicional coeficiente de Qui-quadrado, como se sabe, é sensível ao tamanho da amostra. Como a amostra é muito grande, quase todas as associações aparecem como estatisticamente significantes quando analisamos Qui-Quadrado. Gamma é uma variação do Q de Yule (razão dos produtos cruzados) para tabelas maiores que 2X2 e tem a vantagem de ser insensível ao tamanho da amostra. Ele nos dirá

se na tabela como um todo existem associações lineares significativas ou não entre os indicadores de medo e insegurança e os demais indicadores. Enquanto Qui-quadrado não tem limites superiores, Gamma varia entre -1 e +1 e portanto permite uma melhor interpretação e comparação da força das associações.

Coluna 8- coeficiente de Qui-Quadrado (X^2) para a associação bivariada. Coeficiente de associação entre duas variáveis, variando de zero para independência estatística, ao infinito. Ele é basicamente a somatória dos resíduos absolutos das diferenças entre as porcentagens observadas e esperadas, em cada célula da tabela.

Coluna 9 – coeficiente de X^2 , quando a associação é controlada (subconjunto de homens, mais jovens, de menor renda). Como discutimos, se a associação permanece significativa para este subgrupo, corroboramos que não estamos diante de uma associação espúria ocasionada por gênero, idade ou renda.

5 ATRIBUTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS ENTREVISTADOS

Sexo

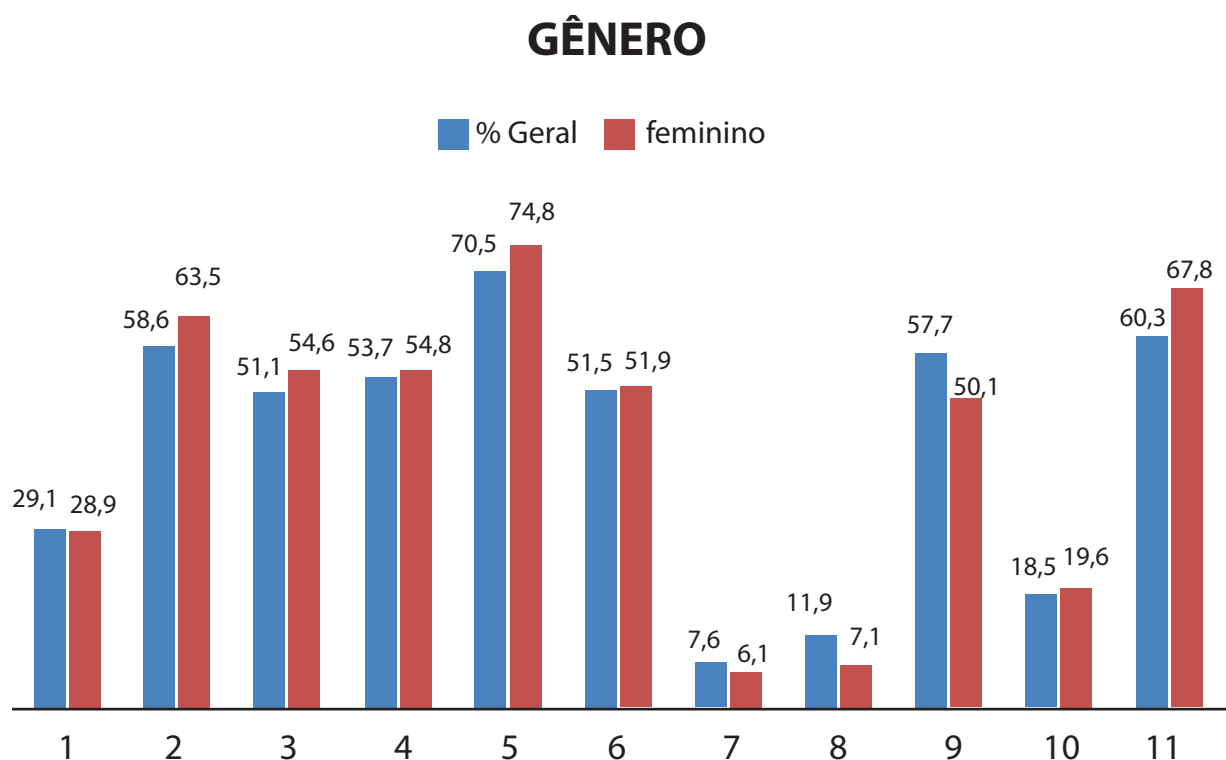
Hipótese: Mulheres sentem-se mais inseguras. Socialização feminina incute autopercepção de maior fragilidade física (sensação menor de proteção e reação), mulheres são mais expostas a crimes violentos, menor possibilidade cultural de reação. Mulheres têm menos vergonha de expressar medo.

Tabela 9 – Indicadores de insegurança X sexo

Redação	categoria	% geral	Feminino	Approx T	Resíduo	Gamma	X2
De ser sequestrado	sim	29,1	28,9	1,183	-1,2	0,1	1,401
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	63,5	-29,212	29,1	-0,209	846,9
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	54,6	-20,969	20,9	-0,15	437,3
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	54,8	-5,535	5,5	-0,4	30,6
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	74,8	-19,865	19,8	-0,202	390
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	51,9	-2,185	2,2	-0,16	4,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,1	18,317	-15,8	0,102	1629,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	7,1	84,224	-44,1	0,412	7061,2
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	50,1	51,806	-45,2	0,315	2905,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	19,6	-8,049	8	-0,074	64,4
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumentou	60,3	67,8	-31,724	35,5	-0,212	1472,6

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 1 – Indicadores de segurança X sexo



- 1- Sim: De ser sequestrado
 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A tabela cruzando os indicadores de insegurança por sexo corrobora que as mulheres têm maior temor do crime (ou expressam mais livremente esse temor), em quase todas as situações analisadas, com exceção de medo de sequestro, evitar locais da cidade, violência policial e evitar vizinhos. Os resíduos são bastante elevados, assim como os coeficientes obtidos, sugerindo uma associação forte entre as variáveis. Como sexo é uma das variáveis utilizadas no controle, não é possível nesta tabela apresentar os resultados controlados por sexo, idade e renda. O resultado sugere que, ao se pensar em políticas públicas para a redução do medo e insegurança, neste sentido, é preciso incluir a questão do gênero, uma vez que as mulheres sofrem mais com a insegurança, com todos os efeitos prejudiciais que o fenômeno

acarreta: efeitos fisiológicos, perda econômica, perda de qualidade de vida, etc.

É interessante observar que a pesquisa de vitimização Senasp 2012 mostra que as mulheres são proporcionalmente menos vítimas de furtos de veículos, roubo de veículos, furto de objetos, roubo de objetos, fraudes. São, contudo, ligeiramente mais vitimadas nos sequestros relâmpagos, agressões e, principalmente, nas ofensas sexuais. O maior temor feminino não se relaciona, portanto, necessariamente, a maior incidência de crimes patrimoniais rotineiros, mas eventualmente a possibilidade de ser vitimada por crimes mais graves no que se refere à violência contra a pessoa.

Idade

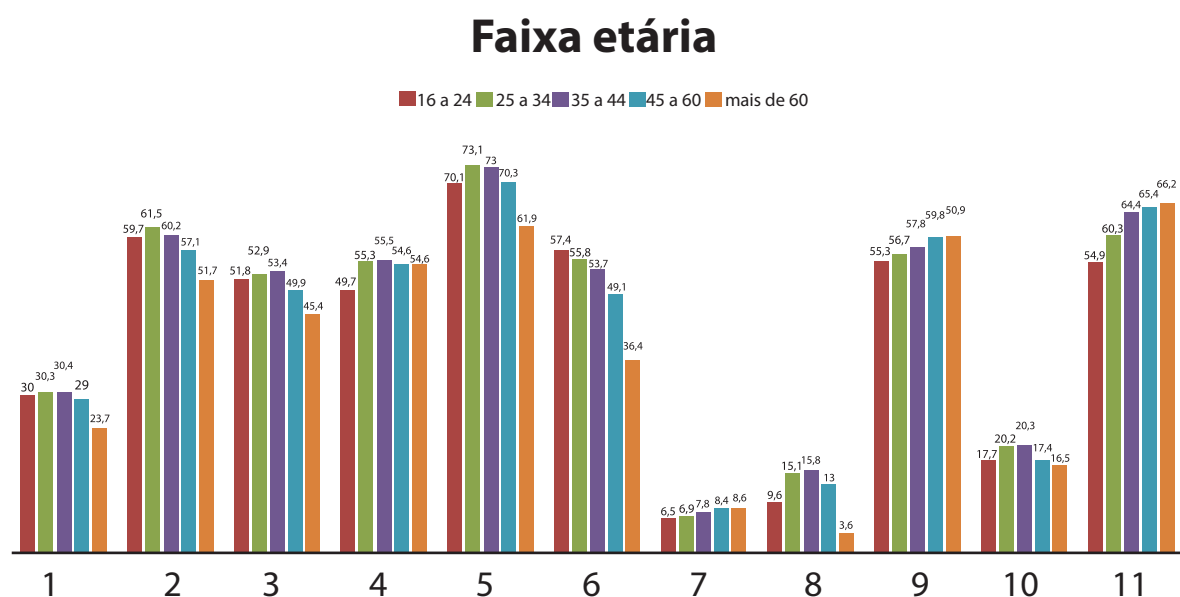
Hipótese: Formato de parábola: mais novos e mais velhos sentem-se mais seguros. Mais contatos pessoais com estranhos e estilo de vida expõem indivíduos de idade intermediária a mais situações de risco, aumentando a sensação de insegurança. Mais velhos passam mais tempo em casa e portanto menos expostos.

Tabela 10 – Indicadores de insegurança X idade

Redação	categoria	% geral	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 60	mais de 60	% Geral com controle	35 a 44	Approx T	Resíduo 35 a	Gama	X2	X2 controle
De ser sequestrado	sim	29,1	30	30,4	30,4	29	23,7	29,5	30,3	9,354	3,6	0,055	168,5	20,8
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	59,7	61,5	60,2	57,4	51,7	55,3	55,8	13,564	4,4	0,07	311,8	9,7
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	51,8	52,9	53,4	49,9	45,4	55,4	52,7	10,195	6,3	0,052	209,8	8,1
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	49,7	55,3	55,5	54,6	54,6	53,3	56,3	-7,728	4,4	-0,04	154,8	83,2
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,1	73,4	73	70,3	61,9	66	67,7	8,754	5,8	0,065	271,1	14
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	57,4	55,8	53,7	49,1	36,4	58,5	55,9	33,694	5,9	0,169	1436,7	17,8
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,6	6,9	7,8	8,4	8,6	9	9,7	6,373	0,9	0,026	1953,7	37,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	9,6	15,1	15,8	13	3,6	17,9	20,5	32,15	16	0,127	11699,8	1524,2
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	55,3	56,7	57,8	59,8	59,9	63,9	63,7	-10,592	0,2	-0,047	338	18,3
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	17,7	20,1	20,3	17,4	16,5	20,6	22,3	4,09	6,2	0,026	114	30,8
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumentou	60,3	54,9	60,3	64,4	65,4	66,2	53,2	56	-22,901	7	-1,11	583	68,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 2 – Indicadores de segurança X idade



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A tabela sugere que idade é também um fator relevante para a compreensão do medo e da insegurança. Observa-se que as porcentagens de inseguros são menores nas faixas dos mais jovens e dos mais velhos, sugerindo uma relação não linear entre idade e medo. Este formato de parábola é corroborado pela ausência de associações lineares, expressado por valores de Gamma baixos e não significantes.⁹ As faixas etárias dos 25 aos 34 e 35 aos 44 anos são quase sempre as mais afetadas pelo medo. Os resíduos em geral são baixos (tomando por base a faixa de 35 a 44 anos), mas os X² quase sempre significativos, o que significa

⁹ Nem sempre é fácil discernir se a associação entre duas variáveis é linear ou curvilínea. As análises sugerem que elas podem ser lineares para um grupo de indicadores e curvilínea para outro. Além disso, o formato pode mudar, dependendo da categoria que analisamos: por exemplo, estamos reportando aqui as porcentagens baseadas na resposta “muito inseguro”, mas se escolhêssemos uma outra categoria, como “muito seguro”, o formato da associação poderia ser diferente. Seria necessário fazer um teste de ajustamento de curvas para testar que modelo se ajusta melhor a cada caso, mas assim mesmo o formato pode mudar, dependendo da categoria de referência utilizada.

que há resíduos (a diferença entre o valor observado e o valor esperado para aquela célula específica, na hipótese de independência estatística) mais elevados se tomarmos por base outras faixas etárias. Algumas das associações bivariadas (3 das 8) se mantêm quando analisamos o subgrupo homens, jovens e de menor renda (X2 controle), corroborando que existem diferenças significativas dos indicadores de insegurança por faixa etária. Note-se, todavia, que 3 delas enfraquecem consideravelmente (medo de fraude, medo de tiroteio e medo sozinho em casa) sugerindo que nesses casos estávamos diante de associações espúrias, que pareciam significativas pela ausência de controle pelas demais variáveis. Por outro lado, duas associações antes pouco relevantes adquirem significância estatística quando as associações são controladas: medo de sequestro, de ir a locais da cidade e evitar vizinhos.

Escolaridade

Hipótese: Mais escolarizados sentem-se mais inseguros. Escolaridade está associada à renda e renda maior aumenta a probabilidade de vitimização patrimonial.

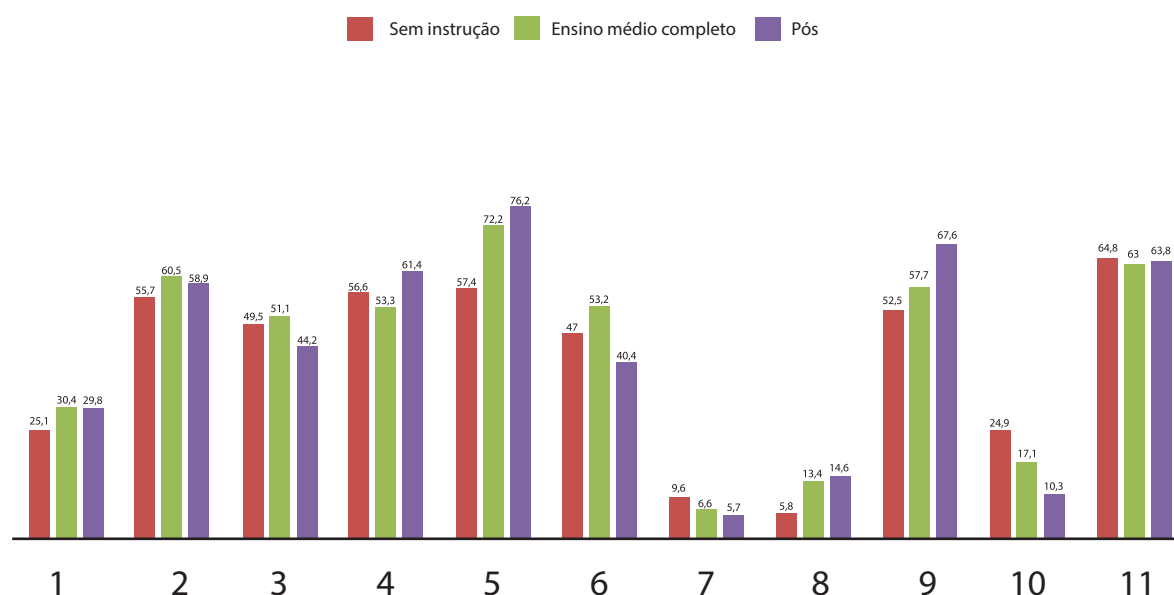
Tabela 11 – Indicadores de insegurança X escolaridade

Redação	categoria	% geral	sem instrução	médio completo	pós	% Geral com controle	Médio completo	Approx T	Resíduo (médio completo)	Gamma	X2	X2 controle
De ser sequestrado	sim	29,1	25,1	30,4	29,8	29,8	30,5	-7,148	4,9	-0,041	68,4	20
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro	sim	58,6	55,7	60,5	58,9	55,3	57,6	-5,262	5,7	-0,027	95,6	32,3
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	49,5	51,1	44,2	51,4	49,8	11,509	0,1	0,058	278,9	60,6
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	56,6	53,3	61,4	53,3	53,9	-2,682	-2,1	-0,013	89,3	23,9
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar	sim	70,5	57,4	72,2	76,2	66	68,2	-17,088	5,3	-0,122	328,2	32,4
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados	sim	51,5	47	53,2	40,4	58,5	56,1	9,825	5,9	0,049	573,6	53,9
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	9,6	6,6	5,7	9	8,4	-3,027	-5,2	-0,012	930,2	120,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA	muito seguro	11,9	5,8	13,4	14,6	18	18,5	-54,068	7,5	-0,096	4506	432,9
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	52,5	57,7	67,6	36,9	64,2	-17,258	-4,7	-0,076	543,9	170,9
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	24,9	17,4	10,3	20,6	18,3	25,62	-5,3	0,163	687,8	126,9
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumentou	60,3	64,8	63	63,8	53,2	53,6	-0,72	4,2	-0,003	170,5	52,2

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 3 – Indicadores de insegurança X escolaridade

Escolaridade - faixas selecionadas



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A hipótese de associação linear entre escolaridade e insegurança (quanto maior a escolaridade, maior a insegurança) não é confirmada pela análise, sendo válida apenas para alguns indicadores. Em muitos casos, as porcentagens de inseguros são novamente menores nos extremos - entre os sem instrução e os com pós - e maiores entre os indivíduos com escolaridade média. Esta não linearidade é confirmada por coeficientes Gamma baixos e não significativos. As diferenças entre os grupos não são muito acentuadas (resíduos baixos), mas são significativas na maioria dos casos.

Além disso, o X² permanece significativo mesmo quando controlamos por sexo, idade e renda, mostrando que escolaridade tem um efeito real e independente sobre sensação de insegurança.

Renda

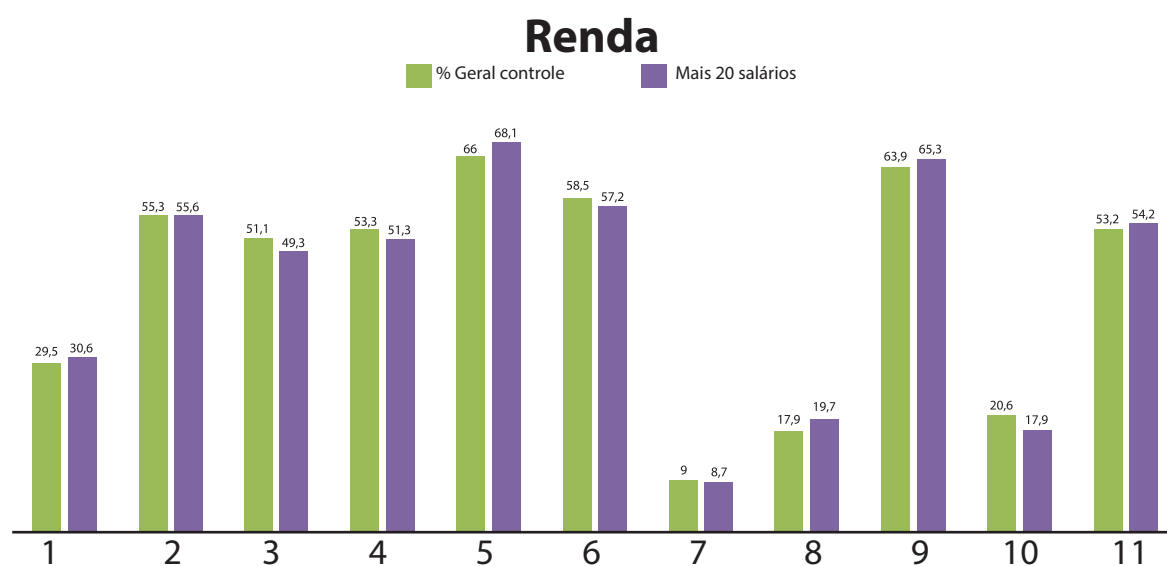
Hipótese: renda maior aumenta a probabilidade de vitimização patrimonial. Crime patrimonial é crime de oportunidade, portanto mais provável com renda elevada, pois quanto maior a renda, maior a disponibilidade de bens subtraíveis, como celulares, laptops, relógios, etc.

Tabela 12 – Indicadores de insegurança X renda

Redação	catego- ria	% geral	mais 20 salários	% Geral com con- trole	mais 20 salários	Approx T	Resí- duo	Gamma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	37,9	29,5	30,6	-5,307	4,9	-0,031	108,2	5,9
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	55,5	55,3	55,6	3,993	-1,6	0,02	81,5	0,4
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	36,6	51,4	49,3	19,765	-7,5	0,098	460,9	20,2
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	57,2	53,3	51,3	7,522	1,8	0,038	134,9	13,1
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	76,1	66	68,3	-11,784	3,2	-0,084	355,4	31,4
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	38,1	58,5	57,2	20,615	-7,1	0,102	513,9	5,5
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6	9	8,7	-34,597	-1,5	0,01	331,9	41,8
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	13,4	13,4	19,7	-28,275	1,2	-0,13	3468,1	352,9
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	75,8	75,8	65,3	-28,275	9,6	-0,124	1088,1	43,8
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	9,5	9,5	17,9	29,651	-6,1	0,192	934,7	46
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumen- tou	60,3	58,8	58,8	54,2	1,883	-1,6	0,009	73,1	9,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

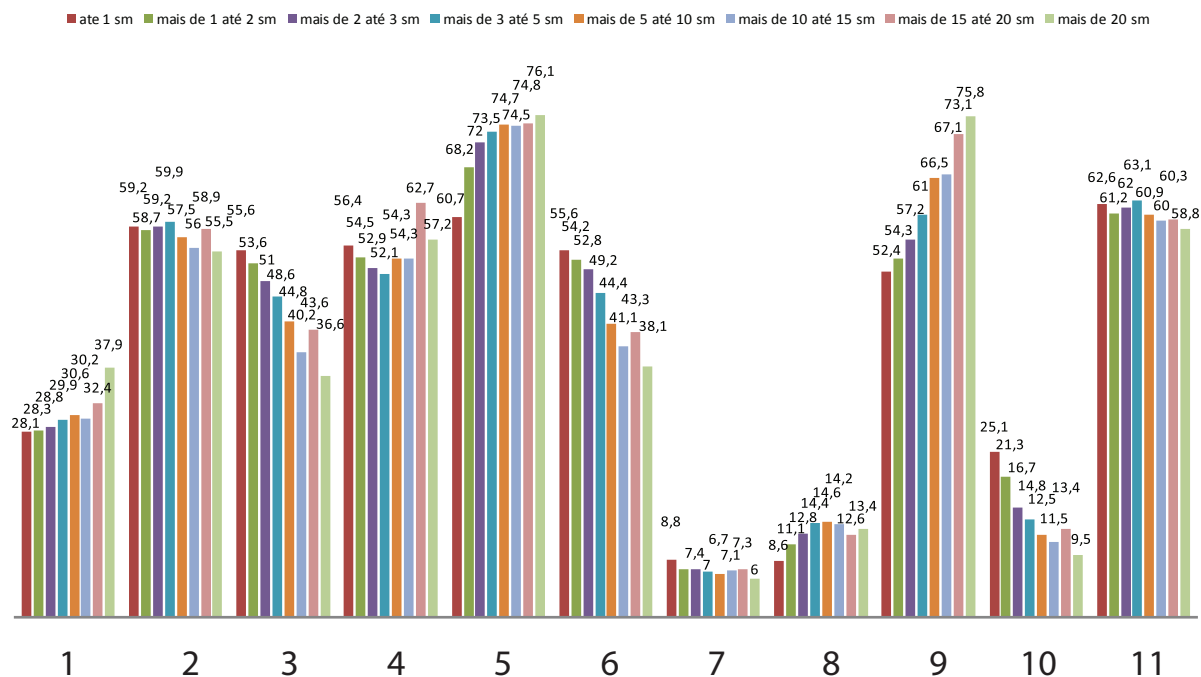
Gráfico 4 – Indicadores de insegurança X renda



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

Gráfico 5 – Indicadores de insegurança X faixa de renda

Faixa de renda



1- Sim: De ser sequestrado

2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro

3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança

4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade

5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo

6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo

7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite

8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite

9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa

10- Sim: Evita conviver com vizinhos

11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A relação entre renda e indicadores de insegurança é complexa e varia conforme o indicador selecionado. Este cruzamento sugere como pode ser frutífero desagregar os indicadores de insegurança em suas diferentes dimensões. Os mais ricos têm mais medo de sequestro e de perder o veículo. Mas têm menos medo de tiroteios na vizinhança ou de serem vitimados pela polícia, situações que tendem a afetar apenas os mais pobres. Os mais ricos não evitam os vizinhos e sentem-se seguros em casa e ao andar nas ruas por onde trabalham, mas temem andar nas ruas de outros bairros. As diferenças por faixa de renda não são muito intensas (resíduos baixos), mas são significativas, apresentando coeficientes de X^2 elevados. A maioria das associações é mantida mesmo quando controlamos pelo subgrupo de homens de menor idade e renda. Finalmente, assim como escolaridade e idade, a associação entre renda e insegurança não parece ser sempre linear (quanto maior a renda, maior a insegurança) como fica evidenciado pelos valores baixos e não significativos de Gamma. E quando se releva linear, o sentido pode inverter de sinal: medo de sequestro e de carro tomado em assalto cresce com a renda. Medo de tiroteio e da polícia cai com o aumento da renda. Pobres e ricos, em resumo, temem coisas diferentes.

Orientação sexual

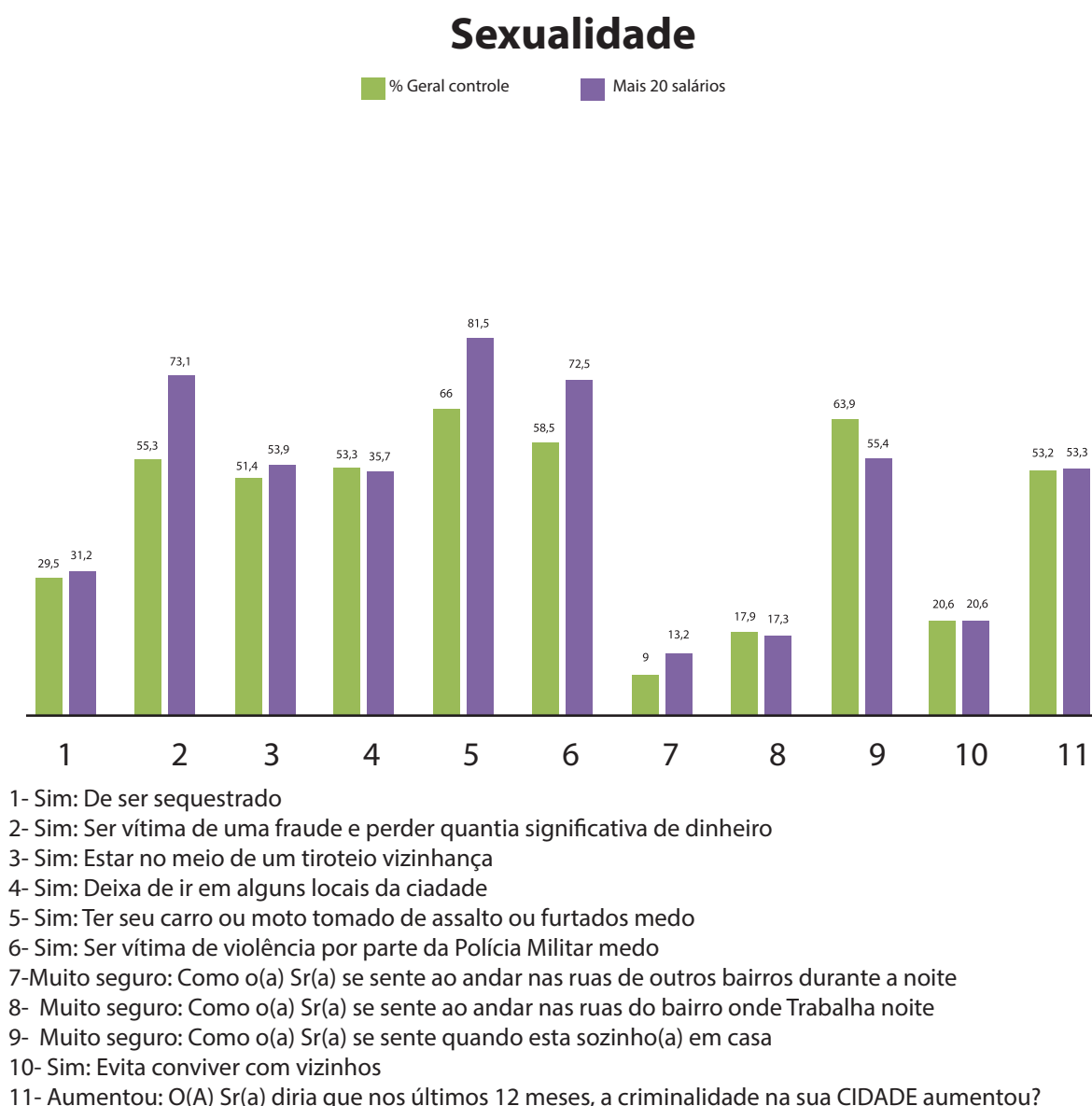
Hipótese: Homossexuais sentem-se mais inseguros. Mais expostos a agressões de natureza discriminatória.

Tabela 13 – Indicadores de insegurança X orientação sexual

Redação	catego- ria	% geral	homos- sexual	% Geral com con- trole	homos- sexual	Approx T	Resí- duo	Gamma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	32,9	29,5	31,2	0,782	2	0,018	41,8	10,1
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	66,2	55,3	73,1	-1,17	3,9	-0,023	31,6	29,4
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	53,2	51,4	53,9	-5,894	1,1	-0,115	52,1	12,2
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	54,1	53,3	52,7	-1,109	0,1	-0,022	2	7,2
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	74,5	66	81,5	4,691	1,6	0,15	56,9	30,9
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	60,2	58,5	72,5	1,349	4,3	0,026	91,2	16,8
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,9	9	13,2	2,222	1,2	0,035	142,4	31,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	16,3	17,9	17,3	16,539	3,3	0,257	917	77,7
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	58,7	63,9	55,4	1,405	0,5	0,025	93	37
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	20,2	20,6	20,6	-2,645	1	-0,066	16,6	10
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumen- tou	60,3	57,9	53,2	53,3	0,221	-2	0,004	20,7	14,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 6 – Indicadores de insegurança X orientação sexual



A análise das associações bivariadas sugere à primeira vista a ausência de associações significativas na tabela, não corroborando a noção de que os homossexuais, por serem parte de um grupo minoritário visado por ofensas e agressões, sentem-se mais inseguros. Uma exceção forte aparece em andar nas ruas do bairro onde trabalha à noite, onde a diferença é bastante significativa. Observe-se, contudo, as diferenças entre as associações bivariadas (X^2) quando são controladas: quatro associações que antes eram insignificantes aparecem agora como significativas quando analisamos apenas o subgrupo de homens, jovens e de menor renda. Aparentemente estas variáveis atuavam como variáveis

“supressivas”, escondendo algumas diferenças significativas entre os subgrupos. De modo que, no subgrupo de homens, jovens e de menor renda, há evidência empírica de maior temor entre os homossexuais.

6 CONTEXTO MACROAMBIENTAL

Região Metropolitana e porte de município.

Hipótese: Residentes em áreas metropolitanas ou municípios de grande porte sentem-se mais inseguros. Taxas criminais são maiores nas grandes cidades, assim como são maiores as degradações física e social.

Tabela 14 – Indicadores de insegurança X Região Metropolitana

Redação	catego- ria	% geral	metro- polita- na	% Geral com con- trole	metro- polita- na	Approx T	Resí- duo	Gamma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	31,4	29,5	32	13,08	9,9	0,091	185,2	25,6
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	59,5	55,3	54,3	5,46	3,8	0,034	34,7	18,8
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	59,1	51,4	58	41,134	31,4	0,244	1737,3	197,7
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	60	53,3	57,7	22,174	24	0,134	579,5	56
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,4	66	60,6	1,33	-0,4	0,012	13,3	42,9
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	53,9	58,5	59,7	12,379	9,2	0,075	165,7	30,5
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,3	9	6,1	8,636	-16,8	0,04	3633,6	301,3
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	9,7	17,9	14,6	1,562	-13,6	0,007	1825,9	442,1
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	57	63,9	59,4	-5,401	-2,9	-0,29	328,8	111,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	21,2	20,6	23,5	14,446	13,2	0,112	212,4	35,8
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumen- tou	60,3	63,1	53,2	55,5	-4,183	4,8	-0,24	430,2	89,6

Tabela 15 – Indicadores de insegurança X porte

Redação	catego- ria	% geral	metro- polita- na	% Geral com con- trole	metro- polita- na	Approx T	Resí- duo	Gamma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	32,5	29,5	33,4	-18,133	19	-0,123	377	105,1
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	61,1	55,3	57,7	-14,054	13,4	-0,083	201,2	34
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	57,6	51,4	57	-35,263	33,9	-0,212	1258,3	179,5
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	56,6	53,3	53,9	-16,33	14	-0,095	319	21,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	71,6	66	64,6	-7,124	4,3	-0,06	101,6	13,7
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	54,8	58,5	62,3	-16,307	17	-0,094	292,4	71,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,2	9	7,9	10,057	-13,7	0,045	4494,8	435,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	10,1	17,9	15,5	8,928	-14,6	0,04	1442,2	395,6
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	57,7	63,9	63,1	2,783	-0,2	0,014	289,8	21,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	20,2	20,6	22,6	-9,45	10,9	-0,072	120,9	30,6
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumen- tou	60,3	61,2	53,2	52,4	-4,495	-3,9	-0,025	459,9	73,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 7 – Indicadores de insegurança X Região Metropolitana

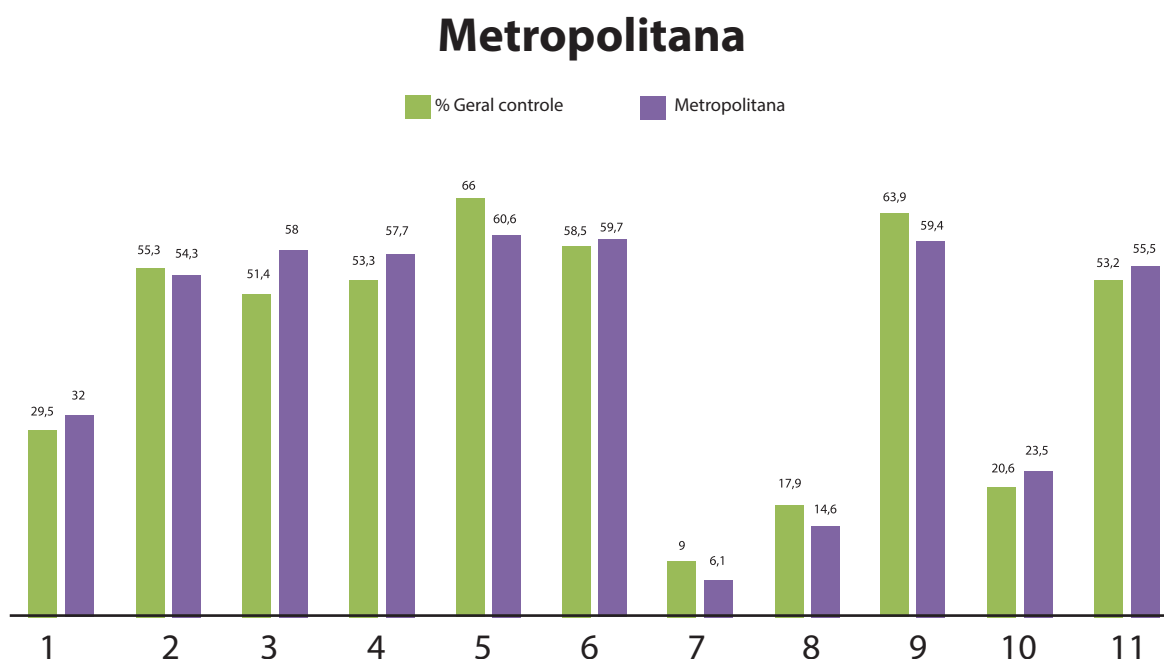
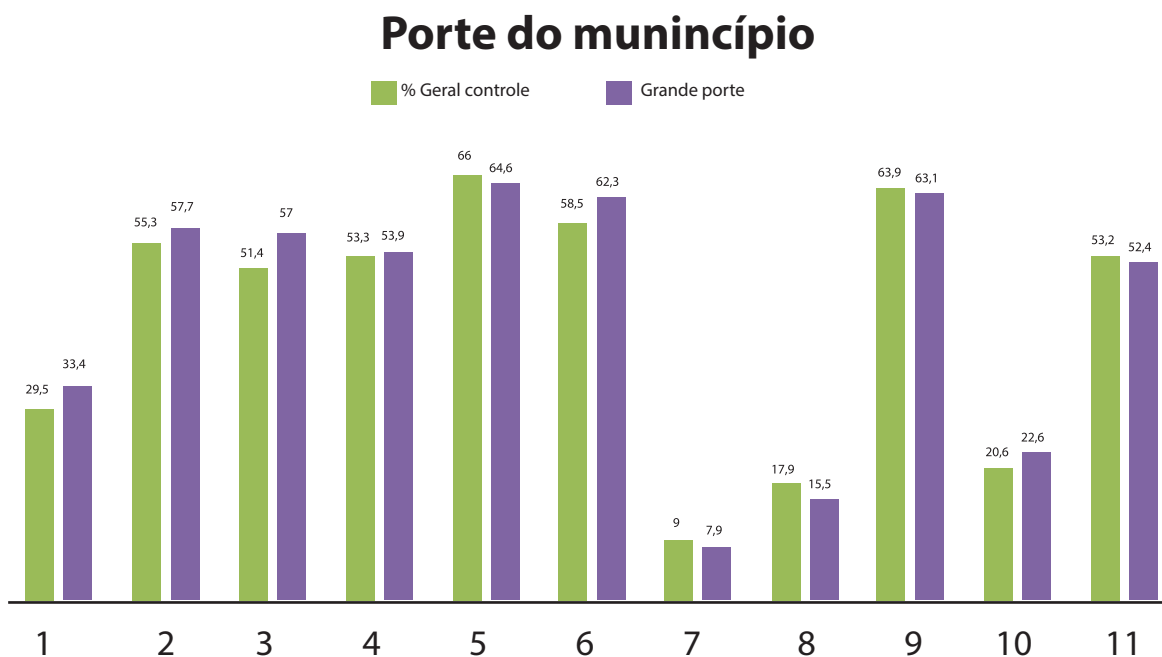


Gráfico 8 – Indicadores de insegurança X porte



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

Tanto o cruzamento com região metropolitana quanto por porte de município sugerem que o medo é maior entre os moradores das grandes cidades. A afirmação é válida para quase todas as dimensões de insegurança avaliadas: medo de ser vítima de crime, de andar pela cidade, da polícia, etc. Os resíduos são elevados sugerindo que as diferenças entre os grupos de cidade são grandes. Os coeficientes de associação são também elevados, tanto nas associações bivariadas, quanto nas controladas. Esta sensação maior de insegurança, regra geral, tem fundamento nas taxas criminais mais elevadas dos grandes centros urbanos e justifica que políticas públicas para a redução da insegurança sejam adotadas, em especial, nestes grandes centros. A falta de familiaridade com os espaços e pessoas pode acentuar esta sensação, além da degradação física e social das grandes cidades. A presença da polícia, em ambientes densamente povoados das grandes cidades, dilui sua presença, podendo contribuir também para este medo desproporcional.

Fato interessante é que, por alguma razão, o medo de ter seu carro subtraído aparentemente cai nas grandes cidades, ainda que as associações não sejam significativas. É provável que isto ocorra porque o bloco de questões de insegurança e medo é respondido por todos os entrevistados, mesmo os não proprietários de veículos, que certamente não temem esta modalidade criminal pela inexistência do objeto.

Região

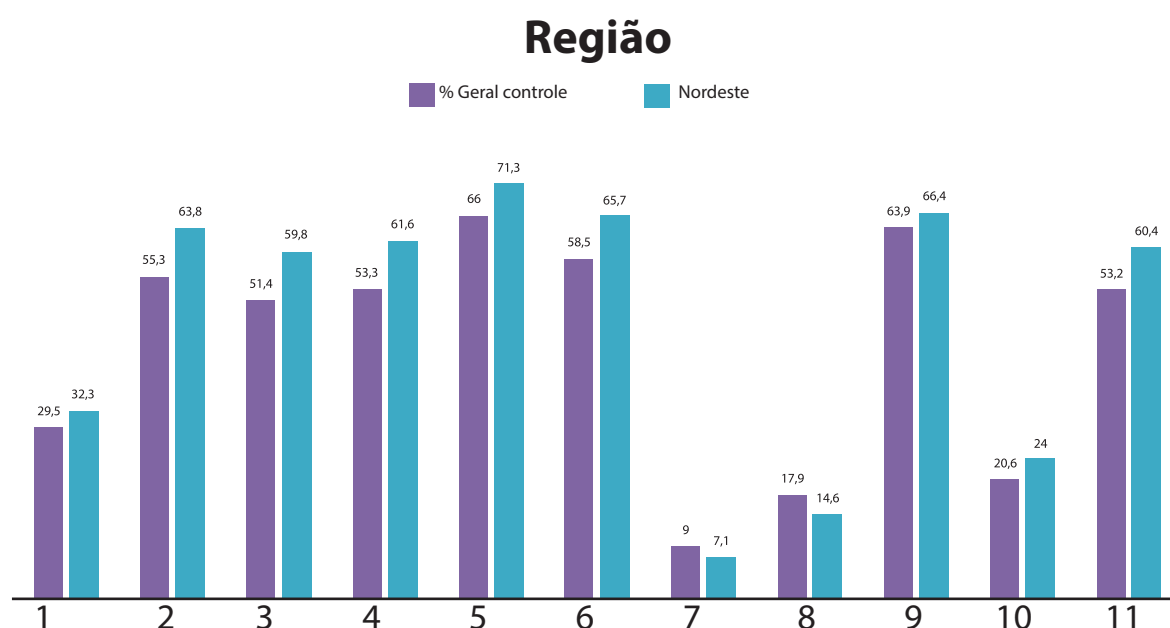
Hipótese: Habitantes do Nordeste mais inseguros que do Sudeste. Violência recente e crescente nesta região do país, ao contrário do Sudeste. A mudança abrupta interfere mais na sensação de insegurança do que o patamar de criminalidade.

Tabela 16 – Indicadores de insegurança X Região

Redação	cate- goria	% geral	Sudes- te	Nor- deste	% Geral com con- trole	nor- deste	Approx T	Resí- duo NE	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	30,4	31,4	29,5	32,3	2,142	7,1	0,014	511,8	139,1
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,5	59,4	67	55,3	63,8	-6,612	25	-0,038	1943,2	448,1
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	50,6	58,9	51,4	59,8	-9,124	23,1	-0,052	1010,4	295,4
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	49,8	62,9	53,3	61,6	-30,439	26,6	-0,171	1477,9	455,9
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,3	74,6	66	71,3	-4,798	8,7	-0,39	202,8	76
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	51,9	61,5	58,5	65,7	-9,752	29,2	-0,55	2314,7	457,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,9	6,8	9	7,1	0,942	-4,1	0,004	3275,5	1004,1
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	13,2	9,5	17,9	14,6	0,905	-11,3	0,004	1407,9	608,5
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	62	56,5	63,9	66,4	31,338	-3,8	0,156	1987,3	644,7
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	16,7	23,9	20,6	24	-21,64	20,3	-0,164	1504,4	387,5
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	57,2	67,5	53,2	60,4	-21,828	17,1	-0,119	873,8	236,7

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 9 – Indicadores de insegurança X Região



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

As estatísticas criminais mostram um crescimento elevado da criminalidade nos estados Nordestinos na última década. O aumento da atividade econômica e da renda na Região, provavelmente, fez crescer a oportunidade de ocorrência de crimes patrimoniais, cujos patamares eram baixos até recentemente. Esta mudança brusca e intensa afetou significativamente a sensação de insegurança dos habitantes destes estados. Todos os indicadores são maiores no Nordeste, em contraste com o Sudeste, onde vários estados tiveram queda dos homicídios e alguns outros delitos. Os resíduos são elevados, sugerindo que as diferenças entre Regiões são grandes. Todos os coeficientes de associação são elevados, tanto nos cruzamentos bivariados, quanto nos cruzamentos controlados, tomando apenas o subgrupo de homens, jovens de baixa renda. Trata-se de uma hipótese, mas o aumento da sensação de insegurança no Nordeste pode ter levado ao aumento

da procura por armas de fogo na região, o que por sua vez impactou nas taxas de homicídio, as maiores do país atualmente.

A tabela abaixo traz na primeira coluna a porcentagem de entrevistados que concordam que o crime aumentou na cidade nos últimos 12 meses, por UF, e nas outras colunas a variação na taxa de suicídios entre 2002 e 2012, tanto na população em geral quanto tomando apenas os jovens. Utilizamos os dados de suicídios aqui, pois a literatura sugere que o número de armas em circulação pode ser razoavelmente estimado pela taxa de suicídios, uma vez que há uma correlação conhecida entre armas em circulação e suicídios (sobre o ponto ver Daniel Cerqueira, *Causas e Consequências do Crime no Brasil*, 2010 e Martin Killias, *International Correlations Between Gun Ownership and Rates of Homicide and Suicide*. *Canadian Medical Association Journal*. Mai 1993;148 (10)).

Tabela 17 – Sensação de insegurança e variação nas taxas de suicídio de 2002 a 2012, por UF

UF	CRIME AUMENTOU	VAR TX SUICIDIO 2002-2012	VAR TX SUICIDIO JOVEM 2002-2012
RR	82,30%	47,80	11,40
BA	77,30%	92,00	66,30
AL	76,80%	17,60	0,40
PB	76,20%	122,50	109,70
AC	74,80%	51,20	83,00
CE	73,00%	-1,60	-12,70
RN	71,30%	43,40	-18,20
SC	71,20%	9,50	-13,80
MT	70,70%	1,10	7,50
PR	70,00%	0,70	-2,30
AP	69,20%	-55,60	-62,50
MS	69,00%	6,20	-2,70
AM	67,60%	90,70	100,60
MA	66,80%	55,00	43,20
SE	66,70%	13,80	33,70
GO	65,10%	-9,40	-4,80
PI	64,40%	69,70	32,90
RS	63,60%	10,20	-7,80
ES	63,50%	25,70	50,20
TO	63,30%	58,40	90,90
MG	62,50%	46,30	17,50
PA	61,70%	42,50	23,70
RO	59,40%	46,10	11,20
SP	57,90%	22,70	10,70
RJ	50,00%	-9,70	-25,50
DF	46,10%	4,60	-19,20
PE	44,30%	18,70	-6,30

Fonte: Pesquisa de vitimização Senasp 2012 e Mapa da Violência 2012

Existe uma correlação fraca, mas sugestiva, entre a percepção do aumento da criminalidade local e a variação de suicídios na década ($r=0.27$). Embora vários estados fujam a regra e a taxa de suicídios tenha problemas de mensuração, a tabela sugere que o aumento da insegurança no Norte/ Nordeste pode ter levado a um aumento do número de armas em circulação nestes estados (RR, BA, PB, AC), enquanto fenômeno inverso parece ter ocorrido em estados como PE, DF ou RJ.

Sendo correta a hipótese, teríamos uma explicação parcial para o crescimento dos homicídios no Norte e Nordeste. Trata-se de uma hipótese que precisa ser melhor investigada e deixamos aqui apenas a título de sugestão para futuras pesquisas, uma vez que o tema não é objeto desta pesquisa.

7 CONTEXTO MICROAMBIENTAL

Tempo de moradia na cidade e na vizinhança

Hipótese: Moradores mais novos sentem-se mais inseguros. Explicação: Desconhecimento da área, dos locais de risco, das pessoas, residências menos protegidas, volatilidade de moradores.

Tabela 18 – Indicadores de insegurança X anos de moradia na cidade

Redação	cate- goria	% geral	Mais de 30 anos de moradia	% Geral com con- trole	Mais de 30 anos de moradia	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	25,9	29,8	30,7	3,518	-5,4	0,033	161,4	3,8
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	54,5	56,5	60,1	5,973	-8,5	0,045	223,7	5,2
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	49,2	52,8	53,9	-0,75	-3,3	0,009	142,6	23,2
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	53,7	55,1	52,6	-1,224	-1,7	-0,001	152,1	4,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	68,1	67,8	70,3	3,006	-4,3	0,039	181,9	3,5
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	43	59,3	58,7	12,081	-15	0,083	460,5	15
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	7,6	8,9	5,9	8,229	0,6	0,039	1086,7	55,1
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	8,6	19,6	20,8	24,553	-10,7	0,0136	2502,9	60
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	61,7	63,1	70,1	-7,087	8	-0,039	853,5	46,4
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	15,1	21,1	16,3	7,777	-8,1	0,06	189	7,1
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	66,3	52,8	62,3	-16,755	10,2	-0,086	483	73,6

Tabela 19 – Indicadores de insegurança X anos de moradia na vizinhança

Redação	cate- goria	% geral	Mais de 20 anos vizinhan- ça	% Geral com con- trole	Mais de 20 anos vizinhan- ça	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	28,4	29,5	30	2,926	-2,5	0,019	162,4	5,9
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	57	55,3	55,3	7,71	-5,8	0,033	287,7	18,1
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	50,3	51,4	52,9	1,446	-2,6	0,01	235,1	16,4
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	53,1	53,3	51,4	3,697	-2,6	0,019	204,4	15,9
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	69	66	65,9	4,819	-4,4	0,04	244,8	16,1
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	47,8	58,5	58,5	12,862	-13,2	0,06	595,1	7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	7,7	9	8,7	3,721	1,1	0,009	1141,7	32,9
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	10,9	17,9	19,4	22,624	-5,9	0,085	2341,5	326,1
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	60,1	63,9	66,7	-8,841	8,4	-0,029	786,4	169,2
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	16,2	20,6	17,8	13,261	-10,3	0,066	256	57,9
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	64,4	53,2	54,7	-10,186	9,1	-0,031	374,8	21,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 10 – Indicadores de insegurança X anos de moradia

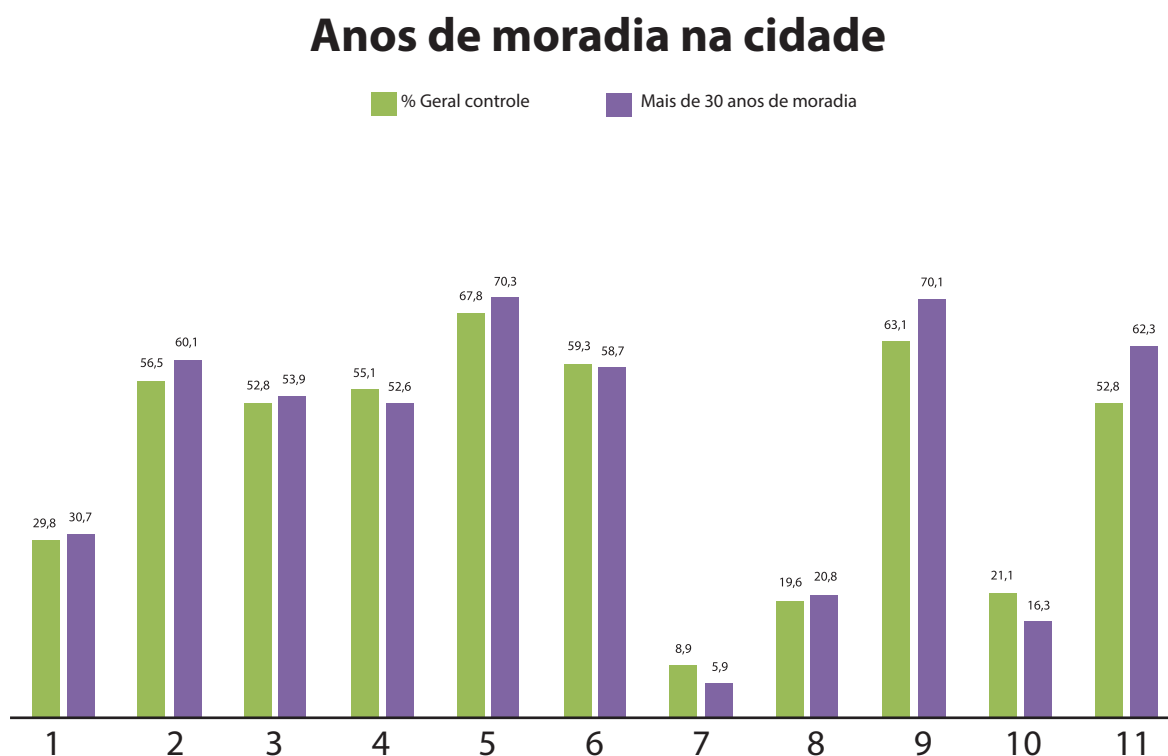
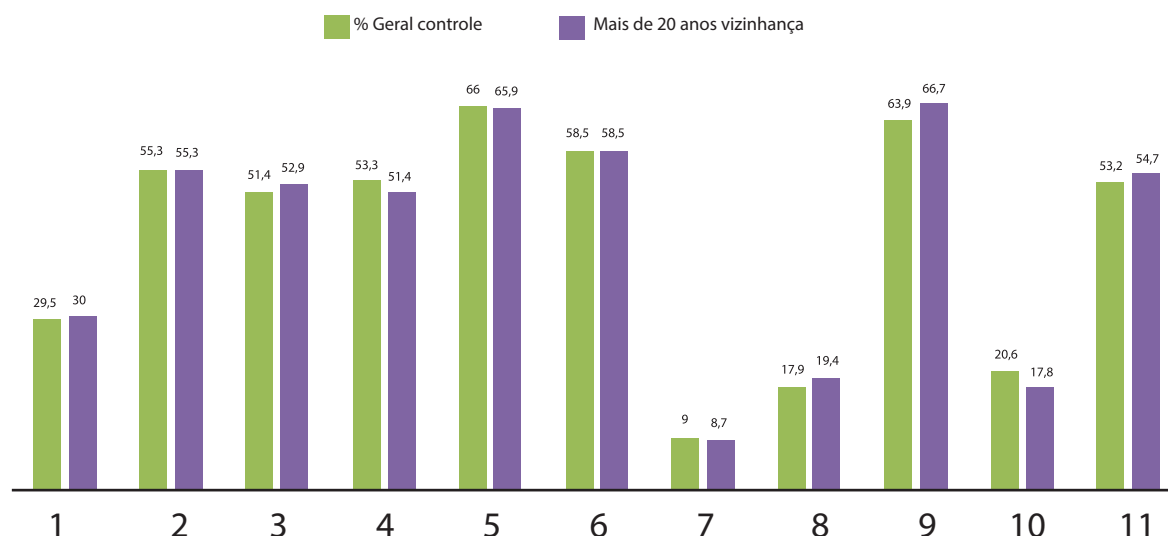


Gráfico 11 – Indicadores de insegurança X anos na vizinhança

Anos na vizinhança



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

Morar há mais tempo num local significa familiaridade, conhecer os locais de risco, os vizinhos, os policiais que rondam a área e mesmo os criminosos que porventura perambulam por ali. Pode significar também uma vizinhança mais homogênea, menos volátil e menor degradação física e social. Em resumo, morar há muito tempo num determinado local pode ser um indicador de fenômenos subjacentes diversos, em geral, associados e de menor temor. Por outro lado, significa moradores mais idosos, com estilo de vida menos exposto, de modo que é difícil isolar o que se deve especificamente ao tempo de moradia num local e o que se deve à idade do respondente. Lembre-se, além disso, que só é possível morar há mais de 20 anos em bairros antigos – que talvez contem com infraestrutura e serviços melhores do que bairros mais novos e periféricos.

O questionário perguntava pelo tempo de moradia na cidade e na vizinhança e as duas análises aparecem aqui juntas. Em ambas as tabelas, as diferenças

mais intensas aparecem nas questões relativas a andar nas ruas do bairro ou em outros bairros, bem como medo de ficar sozinho em casa. Só que o sinal se inverte, dependendo da questão: quem mora há mais tempo na área sente-se menos seguro de andar nas ruas de outros bairros à noite, mas mais seguro ao andar nas ruas do bairro onde trabalha ou de ficar em casa sozinho.

Observe-se que após seccionar a amostra e manter apenas o subgrupo dos homens mais jovens e de menor renda muitas das associações bivariadas desaparecem e quase todas enfraquecem substancialmente. Isto sugere que parte das associações se devia, de fato, à idade do entrevistado e não necessariamente ao tempo de moradia.

Não é possível comparar diretamente os coeficientes de X^2 bivariados e o X^2 com controle, pois o primeiro é calculado com a amostra total (cerca de 80 mil entrevistados) e o segundo com um subgrupo (cerca de 15 mil entrevistados) e, como vimos, X^2 varia com o tamanho da amostra. Para fazer esta comparação é preciso lançar mão de um coeficiente de associação que seja ponderado pelo tamanho da amostra, como, por exemplo, o Coeficiente de Contingência (CC). A tabela abaixo calcula CC a partir de X^2 e permite a comparação da força da associação nos dois casos.

Tabela 20 - Mora há mais de 30 anos na cidade X indicadores de insegurança: comparando a força da associação

Coeficiente de contingencia X^2	CC X^2 Controle	Diferença
0,04	0,02	-0,03
0,05	0,02	-0,03
0,04	0,04	0,00
0,04	0,02	-0,03
0,05	0,02	-0,03
0,08	0,03	-0,04
0,12	0,06	-0,06
0,17	0,06	-0,11
0,10	0,06	-0,05
0,05	0,02	-0,03
0,08	0,07	-0,01
Efeito total		-0,42

Como pode ser notada, a força das associações cai substancialmente quando trabalhamos apenas com o subgrupo de homens, jovens e de menor renda, corroborando a existência de uma interação entre tempo de residência e idade do entrevistado. Deste modo, a associação antes aventada entre insegurança e antiguidade de moradia aparentemente se deve, antes, à idade do entrevistado do que aos anos de moradia no local, como aventado inicialmente.

Localização trabalho

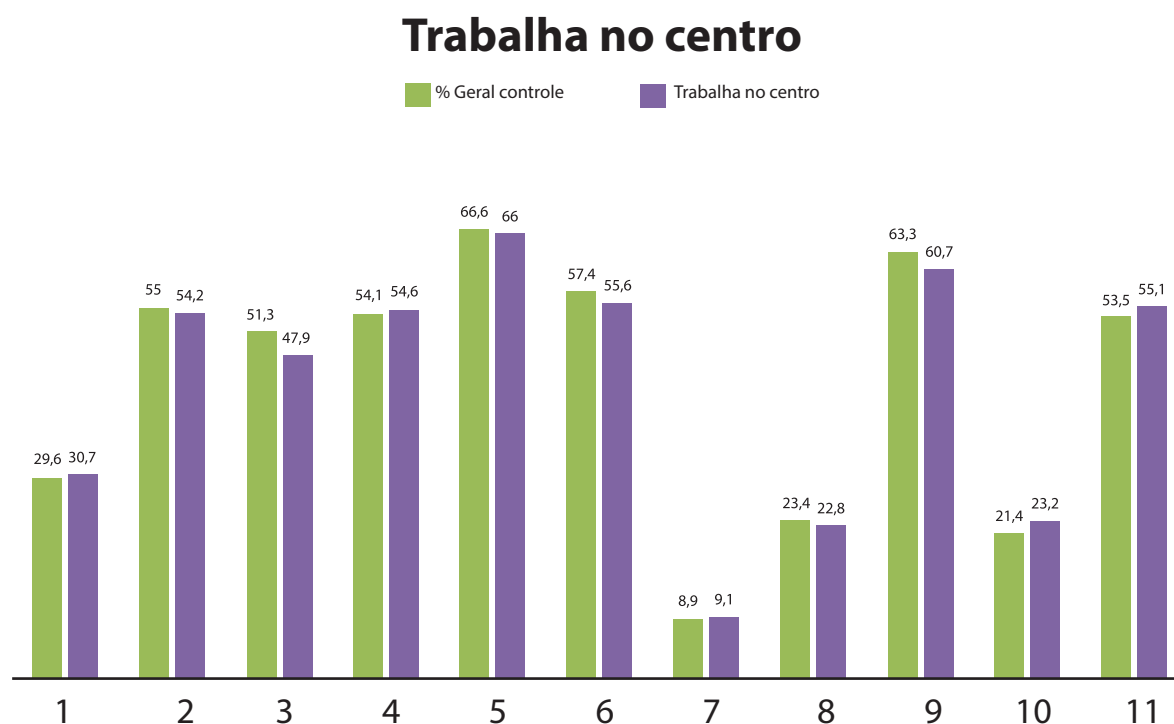
Hipótese: Áreas centrais geram maior insegurança. Deterioração física e social típica das áreas centrais (teoria das janelas quebradas).

Tabela 21 – Indicadores de insegurança X local de trabalho

Redação	cate- goria	% geral	Trabalha no centro	% Geral com con- trole	Trabalha no centro	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	30,4	26,9	30,2	1,959	1,7	0,019	12,6	9,2
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	59,1	55	54,2	3,25	2,6	0,031	30,3	19,3
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	49,5	51,3	47,9	-5,625	-6,8	-0,048	71,3	49,3
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	54,8	54,1	54,6	1,647	2,2	0,014	13,6	3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	71,5	66,6	66	0,985	0,5	0,012	11,6	1,2
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	52,5	57,4	55,6	-2,06	-1,6	-0,017	11	15,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,1	8,9	9,1	2,269	1,2	0,015	91,6	64,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	21,4	23,4	22,8	5,506	0,4	0,034	212,8	143,2
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	57,9	63,3	60,7	-9,722	-9,5	-0,074	133	70,8
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	19,1	21,4	23,2	2,394	3,3	0,026	19,2	20,5
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	61,4	53,5	55,1	2,784	3,2	0,022	39,3	39,7

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 12 – Indicadores de insegurança X local de trabalho



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

As áreas centrais das cidades oferecem maiores oportunidades para certos crimes como os furtos, devido à grande circulação de pessoas e objetos. Costumam concentrar também sinais de desordem física e social. Por outro lado, são bastante fiscalizadas e policiadas. À primeira vista, quando atentamos apenas para as associações bivariadas, não parecem existir grandes diferenças na sensação de segurança entre os entrevistados que trabalham no centro da cidade e os demais, com exceção do indicador andar nas ruas do bairro onde trabalha à noite, que já aparece como significativa. Note-se, contudo, que quando seccionamos a amostra e focamos no grupo masculino jovem e de renda menor, 4 associações antes insignificantes tornam-se significativas. Novamente aqui, sexo, idade e renda pareciam estar suprimindo algumas associações. Neste subgrupo, trabalhar no centro da

cidade, diminui o medo de tiroteios, aumenta a segurança ao andar nas ruas de outros bairros e a sensação de que a criminalidade aumentou. Mas diminui a sensação de segurança ao andar nas ruas onde trabalha (centro), e ao ficar em casa.

A tabela abaixo utiliza novamente o Coeficiente de Contingência para avaliar a força relativa das associações.

Tabela 22 - Trabalhar no Centro X indicadores de segurança: comparando a força das associações

Coeficiente de contingencia X2	CC X2 Controle	Diferença
0,01	0,02	0,01
0,02	0,04	0,02
0,03	0,06	0,03
0,01	0,01	0,00
0,01	0,01	0,00
0,01	0,03	0,02
0,03	0,07	0,03
0,05	0,10	0,05
0,04	0,07	0,03
0,02	0,04	0,02
0,02	0,05	0,03
Efeito total		0,23

As associações ficam mais fortes no grupo controle, sugerindo que há uma interação entre as variáveis. É provável que a população que trabalha no centro seja proporcionalmente mais masculina, jovem e de menor renda. Assim, associações significativas entre trabalhar no centro e indicadores de insegurança, que ficavam ocultas ao trabalhar com a amostra total, passam a ser significativas no subgrupo. Futuros trabalhos poderão especificar melhor se o efeito sobre o sentimento de insegurança decorre de características da região central ou de perfil específico dos frequentadores da área.

Desordem e violência

Hipótese: Percepção de desordem física e social e de violência no ambiente aumenta a insegurança. Desordem passa a impressão de menor vigilância e fiscalização da área (teoria das janelas quebradas).

Tabela 23 – Indicadores de insegurança X ambiente degradado

Redação	cate- goria	% geral	ambiente degrada- do	% Geral com con- trole	ambien- te degrada- do	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	37,1	29,6	38,4	23,3	19,3	0,148	575,8	163,2
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	66	55,4	64,4	29,514	17,1	0,164	878,2	256,3
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	69,5	51,4	69,2	61,34	42,5	0,322	3535	776,1
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	64,7	53,5	64,5	36,562	25	0,199	1306,9	327,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	78,1	66	75,1	22,846	13,3	0,181	541	119,2
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	63,4	58,4	71,3	39,647	27	0,214	1534,4	428,1
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	4,7	8,9	5,5	-15,366	-12,3	-0,067	1746	409,1
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	8,8	17,9	11,7	-4,191	-11,4	-0,017	1119,7	376,3
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	48,4	64	55,3	-30,425	-22	-0,147	1242,3	226,4
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	26,3	20,6	28,4	24,886	23,1	0,179	732,4	134
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	67,9	53,2	62,8	18,116	14,3	0,094	345,9	182,2

Tabela 24 – Indicadores de insegurança X desordem

Redação	cate- goria	% geral	desor- dem	% Geral com con- trole	desor- dem	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	38,6	29,7	38,6	29,358	23,8	0,194	878,9	197,2
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	68,4	55,3	64,6	35,822	24,3	0,207	1256,2	316,8
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	68,4	51,5	69	62,845	42,8	0,345	3627,6	914,7
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	67,9	53,6	66,9	43,476	34,4	0,248	1874,6	459,9
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	79,4	65,7	74,9	29,435	18,1	0,24	878,2	131,7
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	65,2	58,6	72,2	42,271	32,4	0,239	1744,8	588,8
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,1	9	5,8	-15,177	-12,4	-0,069	2126,4	548,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	9,6	17,9	12,5	5,222	-10,4	0,023	1471,7	326,5
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	52,1	64,3	58,1	-20,063	-15,3	-0,103	645,5	154,2
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	27,4	20,6	29,1	24,155	28	0,185	849,6	211,2
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	68,2	53,3	63,9	22,57	16,6	0,123	520	298,1

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 13 – Indicadores de insegurança X ambiente degradado

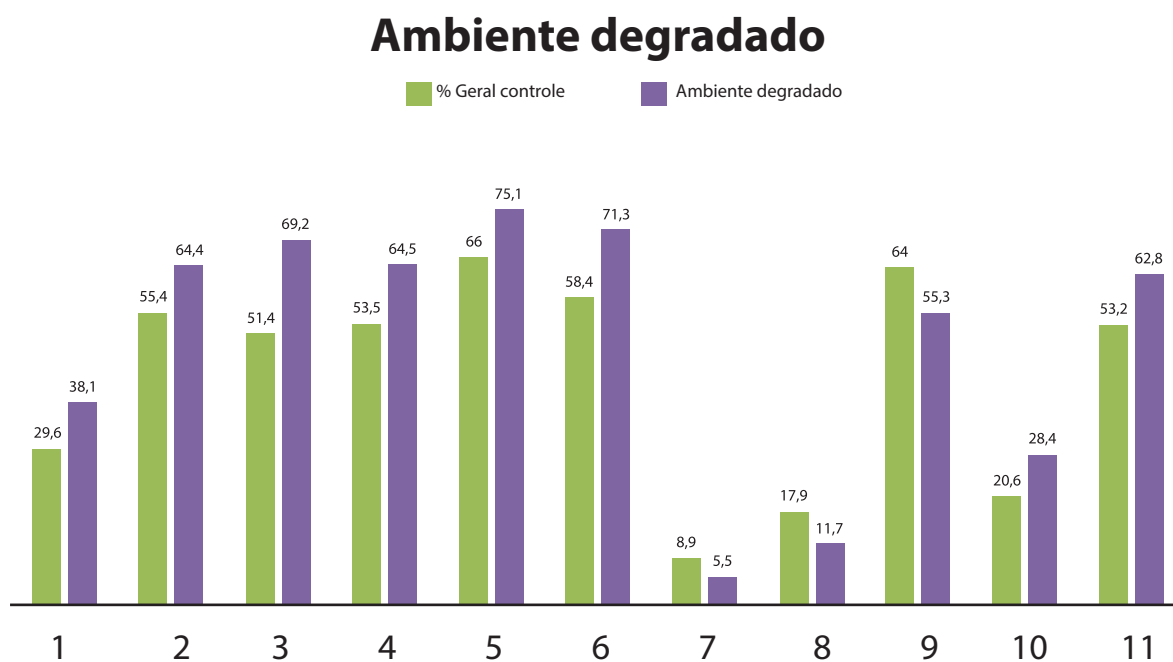
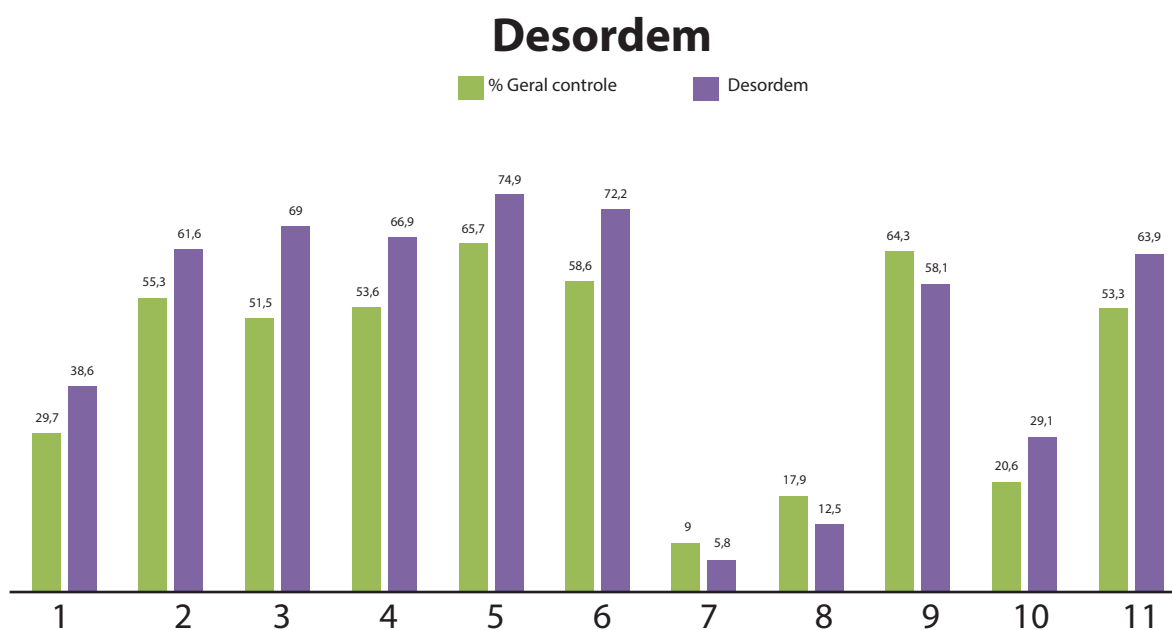
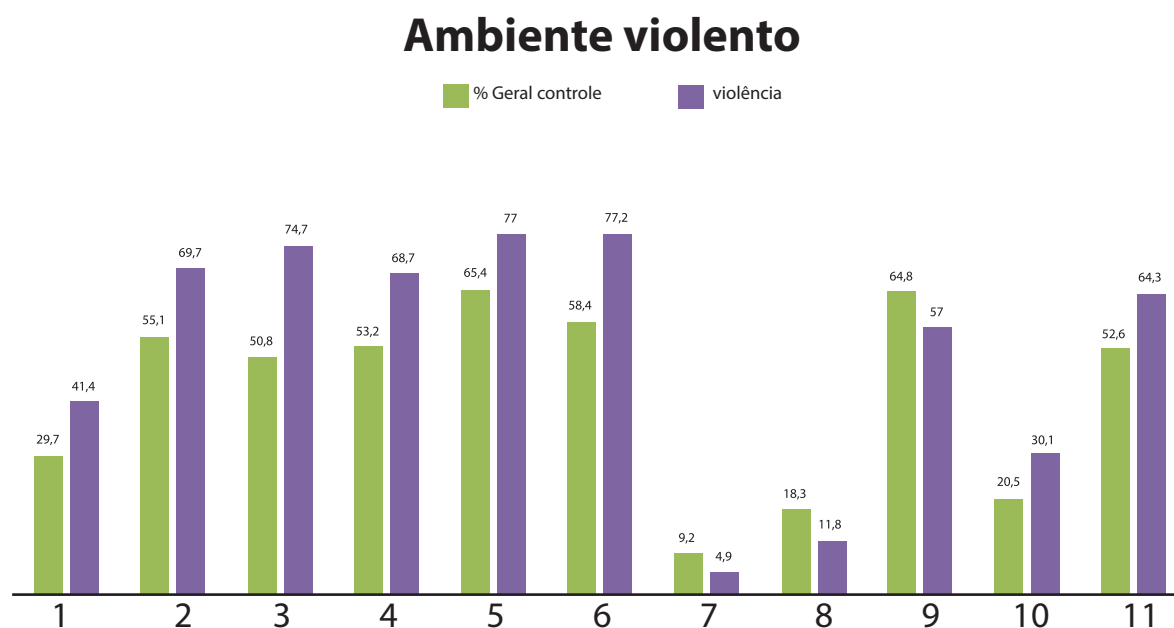


Gráfico 14 – Indicadores de insegurança X desordem



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

Gráfico 15 – Indicadores de insegurança X ambiente violento



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A teoria das janelas quebradas ficou famosa nos anos 80 ao mostrar como um ambiente degradado do ponto de vista físico e social atrai a criminalidade mais grave, dando indícios aos criminosos de que a área é pouco vigiada e de que ninguém se importa com o que se passa por ali. Um achado teórico igualmente relevante é o de que, mesmo que as taxas criminais sejam relativamente baixas, um ambiente sujo, pouco iluminado, pouco ou mal frequentado, pichado, mal conservado, etc. aumenta a sensação de insegurança dos moradores ou frequentadores. Ela parece perigosa, mesmo que não o seja ou que prevaleçam apenas as pequenas contravenções.

A Pesquisa de Vitimização da Senasp trazia inúmeras questões perguntando aos entrevistados sobre a presença de desordem, degradação ou violência na vizinhança. Com relação à degradação, pergunta sobre prédios ou carros abandonados, terrenos com lixo, barulhos de tiros, cheiros desagradáveis, barulho,

etc. Relacionados à desordem estão os aspectos como existência de camelôs, flanelinhas, moradores de rua, prostitutas, jogos de azar, mendicância, pichações, venda de drogas, etc. Finalmente, entre os itens ligados à percepção de violência no bairro estão, por exemplo, a existência de pessoas armadas nas ruas, mulheres sendo agredidas ou violentadas, brigas, assaltos, homicídios, corrupção e violência policial. Novamente, aqui, em vez de escolher arbitrariamente um dos indicadores de desordem, degradação ou violência na vizinhança, optamos por criar escalas aditivas simples para cada categoria, em que recebem maior pontuação os indivíduos que responderam afirmativamente ao maior número de questões.

Nos três aspectos avaliados – desordem, degradação e violência –, notamos um aumento forte da sensação de insegurança quando o entrevistado percebe estes sinais no ambiente, como esperado. Todos os coeficientes são significativos e elevados. Como construímos escalas ordinais de desordem, degradação e violência, a medida de associação linear Gamma aparece como significativo em diversas ocasiões, sugerindo que quanto maior a desordem, degradação e violência, maior a insegurança e o medo.

Do ponto de vista das políticas públicas, o achado revela a importância da atuação conjunta com os municípios e com outros setores da Administração Pública, para manter o ambiente iluminado, limpo, organizado, etc., pois quando percebido desta maneira, diminui a sensação de insegurança dos moradores e transeuntes.

8 ESTILO DE VIDA

Estilo de vida

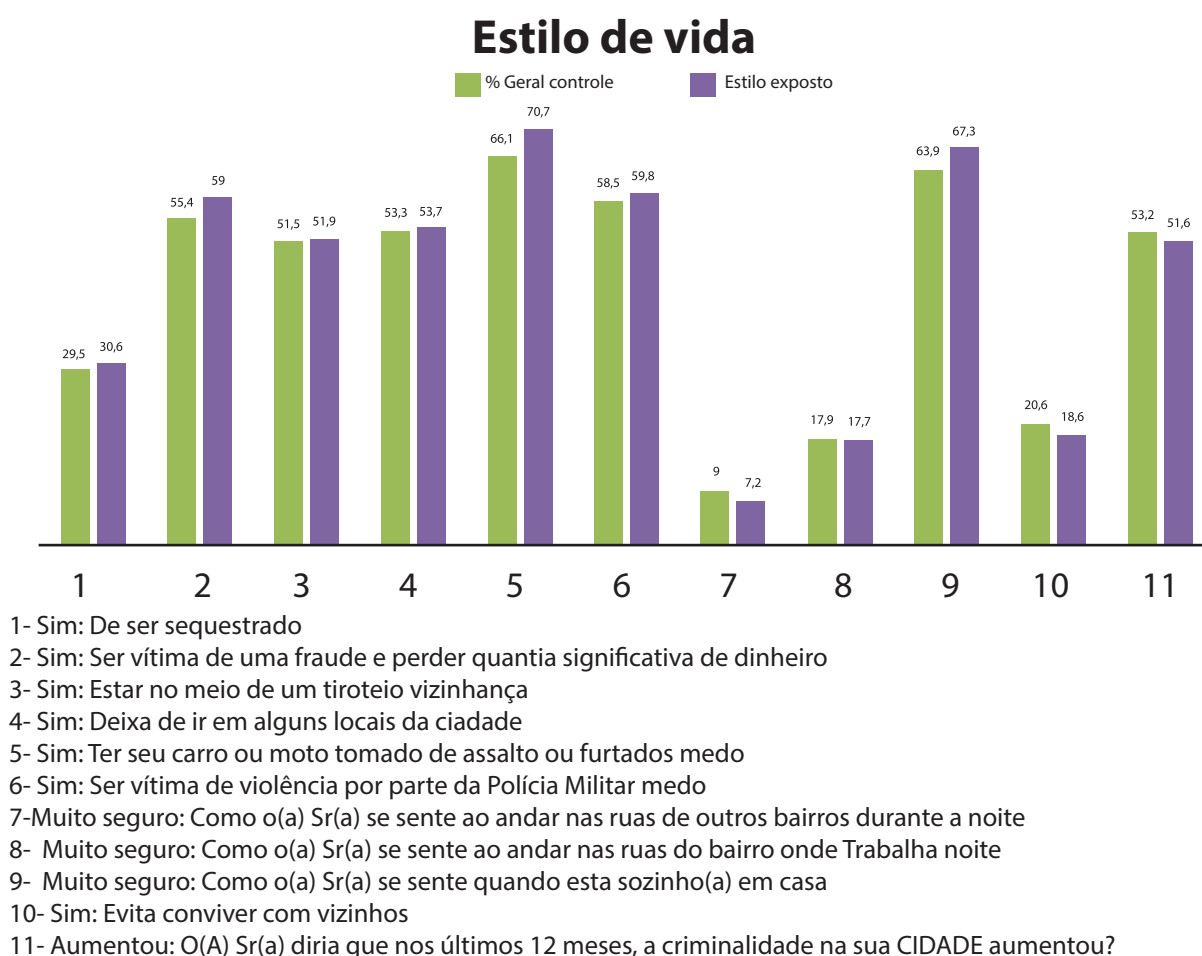
Hipótese: Mais atividades sociais e com maior frequência expõem a vitimização, aumentando a sensação de insegurança. Vitimização implica a presença simultânea de um agressor motivado e uma vítima no espaço (não vigiado) e no tempo. Estilo de vida intenso aumenta a probabilidade de encontros.

Tabela 26 – Indicadores de insegurança X estilo de vida

Redação	cate- goria	% geral	estilo exposto	% Geral com con- trole	estilo exposto	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	30,9	29,5	30,6	8,53	-6,9	0,053	73,4	9,6
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	60,7	55,4	59	16,266	-17,5	0,089	349,6	128,5
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	49,7	51,5	51,9	3,132	-9,5	0,017	140,2	27,1
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	54,8	53,3	53,7	8,294	-10,8	0,045	117,4	39,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	75,4	66,1	70,7	22,599	-21,9	0,175	598,2	86,6
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	51,1	58,5	59,8	5,796	-9	0,031	108,8	74,3
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,5	9	7,2	-1,706	12,9	-0,007	945,7	149
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	14,1	17,9	17,7	33,703	-2,8	0,135	1676,1	95,5
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	65,2	63,9	67,3	22,188	-11,8	0,103	712,2	50,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	14,6	20,6	18,6	-14,442	8,1	-0,099	241,5	12,1
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	61,9	60	53,2	51,6	-2,987	-0,1	-0,015	55,8	12,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 16 – Indicadores de insegurança X estilo de vida



O crime exige uma oportunidade para ser consumado e quanto mais ativo o estilo de vida do indivíduo, ou seja, quanto mais tempo ele passa fora de casa, interagindo com estranhos, consumindo bebida alcoólica, frequentando estabelecimentos noturnos, etc., maior a exposição ao risco. O questionário trazia onze questões a respeito do estilo de vida do entrevistado: frequência a cinema, praia ou parque, comer fora, visitar amigos ou parentes, assistir a eventos esportivos, cultos religiosos, compras, feiras populares, ida a shows, bares ou casas noturnas. Em vez de escolher arbitrariamente um dos indicadores de estilo de vida, optamos por criar uma escala aditiva simples de exposição, na qual recebem maior pontuação os indivíduos que responderam afirmativamente ao maior número de questões.

Os cruzamentos indicam que os indivíduos mais expostos, os que saem com maior frequência de casa, sentem mais medo de serem vítimas de sequestro, fraudes ou tiroteios, bem como de andar pela cidade, de ter seu veículo subtraído ou

de serem vitimados pela polícia. Sentem-se igualmente menos seguros ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite, contudo mais seguros quando estão sozinhos em casa. A maioria das associações bivariadas permanece significativa depois de controladas, conferindo robustez ao resultado encontrado. A melhor interpretação para o fenômeno é que os indivíduos com estilo de vida mais intenso sabem que estão mais expostos aos crimes de rua e por isso sentem mais medo. Eles sabem que estão mais seguros em casa do que na rua. Mas o medo, aparentemente, não provoca mudanças no estilo de vida.

Tipo de moradia

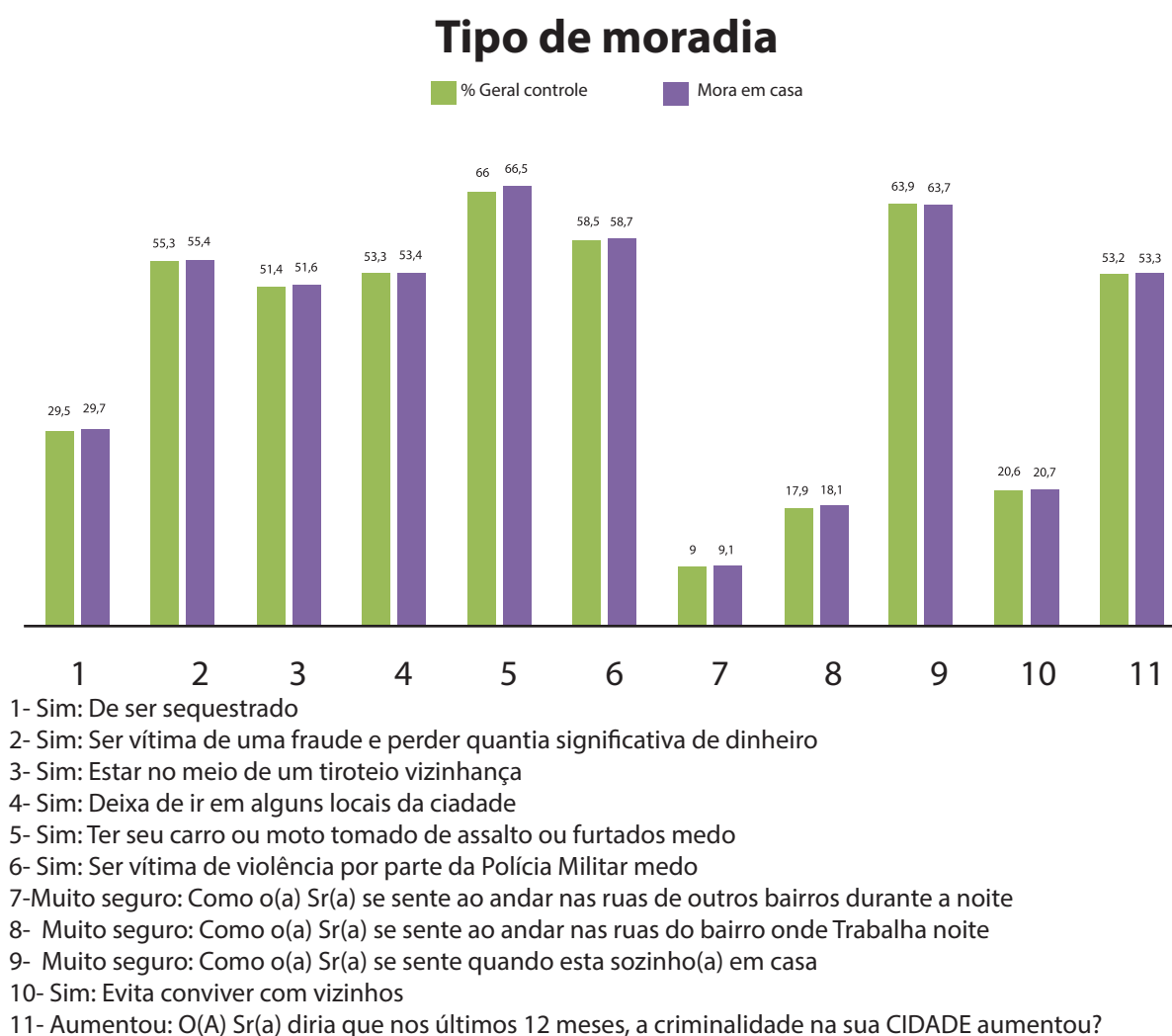
Hipótese: Moradores de casas sentem-se mais inseguros. Menor proteção arquitetônica contra crimes, ficam vazias mais frequentemente, menos vigiadas (CPTED)

Tabela 27 – Indicadores de insegurança X tipo de moradia

Redação	categoria	% geral	mora em casa	% Geral com controle	mora em casa	Approx T	Resíduo	Gama	X2	X2 controle
De ser sequestrado	sim	29,1	29,1	29,5	29,5	0,807	0,4	0,009	15,3	12,8
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	58,8	55,3	55,4	-0,888	3,2	-0,009	21,8	13,7
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	51	51,4	51,6	-4,998	-0,6	-0,049	61,5	37,2
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	53,3	53,3	53,4	8,121	-8,2	0,08	88,3	16,2
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,6	66	66,5	2,705	1	0,39	44	20,5
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	52,1	58,5	58,7	-9,788	7,1	-0,096	106,1	31,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	7,8	9	9,1	0,793	6	-0,006	221,2	43,6
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	12,2	17,9	18,1	4,44	4,9	0,032	255,2	90,3
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	56,4	63,9	63,7	27,306	-18,8	0,237	768,9	108,7
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	19	20,6	20,7	-14,758	7,4	-0,186	215,6	20,5
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	aumentou	60,3	62,2	53,2	53,3	-1,508	4,3	-0,014	53,1	29,5

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 17 – Indicadores de insegurança X tipo de moradia



Casas são geralmente mais vulneráveis a alguns tipos de crimes, como furto de residências. Muitas pessoas mudam para apartamentos ou condomínios nas grandes cidades por conta da insegurança das casas. As diferenças encontradas não são muito marcantes, mas assim mesmo parece existir uma ligeira tendência de os moradores de casas temerem mais os tiroteios (casas são mais comuns na periferia das cidades), a subtração de veículos, a violência policial, andar nas ruas de outros bairros e andar nas ruas de onde trabalha à noite. Como esperado, sentem-se um pouco menos seguros, sobretudo, quando estão sozinhos em casa. Esta é, com efeito, a associação mais plausível encontrada na tabela.

9 VITIMIZAÇÃO

Vitimização por roubo e furto

Hipótese: Quem foi vítima de crimes sente-se mais inseguro. Quem foi vítima uma vez tem maior probabilidade de ser vitimada novamente.

Tabela 28 – Indicadores de insegurança X vítima de roubo

Redação	cate- goria	% geral	vítima roubo	% Geral com con- trole	vítima roubo	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	34,6	29,5	34,1	10,769	11,3	0,142	127,3	21,4
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	66,8	55,3	65,8	16,453	16	0,192	261,2	98,7
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	60,2	51,4	61,3	17,638	17,6	0,203	314,7	86,7
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	64,7	53,3	62,9	21,316	21	0,245	439,8	82,3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	79,9	66	76	16,304	14,9	0,271	221,2	44,6
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	60	58,5	67,3	16,536	16,5	0,19	271,3	71,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,1	9	5,4	-7,266	-9	-0,061	616,6	206,6
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	9,4	17,9	13,9	5,041	-7,8	0,04	762,4	129,2
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	56,3	63,9	58,1	-4,278	-2,8	-0,044	75	48,2
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	21,2	20,6	25,5	6,266	6,5	0,093	43,8	33,5
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	64,5	53,2	55,9	6,118	5,2	0,066	54,9	6,8

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Tabela 29 – Indicadores de insegurança X vítima de furto

Redação	cate- goria	% geral	vítima roubo	% Geral com con- trole	vítima roubo	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	31,6	29,5	31,5	7,35	7,5	0,074	55,9	8,5
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	64,1	55,3	63,7	16,112	15,9	0,144	254,6	123,1
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	55,3	51,4	57,3	12,058	12,1	0,106	151,8	58,8
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	60,8	53,3	63,4	20,035	19,8	0,176	394,1	175,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	77,8	66	75,1	18,666	17,6	0,231	311,6	77,7
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	55,8	58,5	66,3	12,166	12,1	0,107	148,1	109,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,4	9	6,1	-13,448	-11,5	-0,09	480,2	188,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	11	17,9	16,5	7,411	-4,2	0,047	410,9	77,6
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	56,2	63,9	61,2	-6,393	-4,5	-0,05	107,2	28,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	20,5	20,6	24,7	6,968	7,2	0,079	52,4	44,1
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	65,2	53,2	54,9	10,437	9,9	0,087	116,6	10,5

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Agressões

Hipótese: Quem foi vítima de violência sente-se mais inseguro. Quem foi vítima uma vez tem maior probabilidade de ser vitimada novamente

Tabela 30 – Indicadores de insegurança X vítima de agressão

Redação	cate- goria	% geral	agredido	% Geral com con- trole	agredido	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	39	29,4	35	16,258	14,3	0,184	311,1	46,9
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	69,7	55,3	66,8	19,345	15,3	0,193	369	112,3
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	66,2	51,4	63,5	28,269	20,6	0,277	791,9	154,5
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	65,4	53,3	69,2	19,886	15,8	0,196	399,5	206,3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	78,1	66	74,8	11,837	8	0,175	126	40,4
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo	sim	51,5	67,2	58,5	75,2	25,896	21,4	0,254	691,9	205,6
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,3	9	5,8	-5,109	-5,9	-0,037	715,1	167
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	10,3	18	12,7	6,408	-3,5	0,045	585,6	151
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	50,1	63,9	54,2	-13,557	-10,6	-0,119	476,3	89
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	31	20,6	29,9	21,686	21,9	0,272	667,7	102,7
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	66,6	53,2	64,4	8,747	6,7	0,082	81,7	96,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 18 – Indicadores de insegurança X vítima de roubo

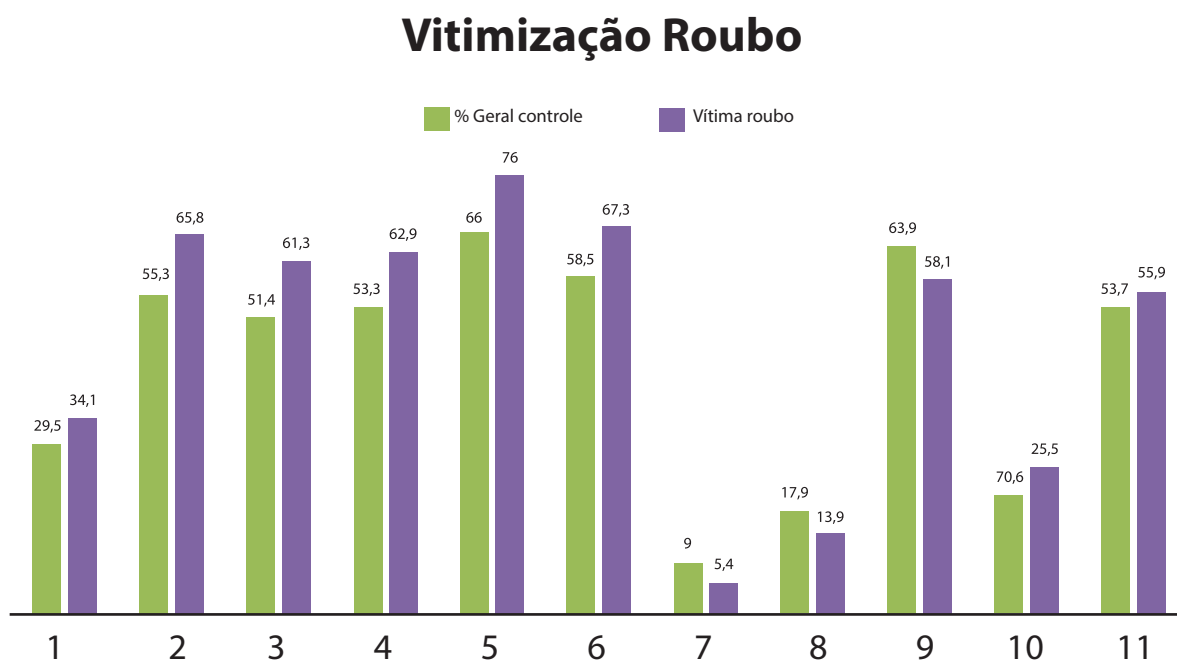


Gráfico 19 – Indicadores de insegurança X vítima de furto

Vitimização Furto

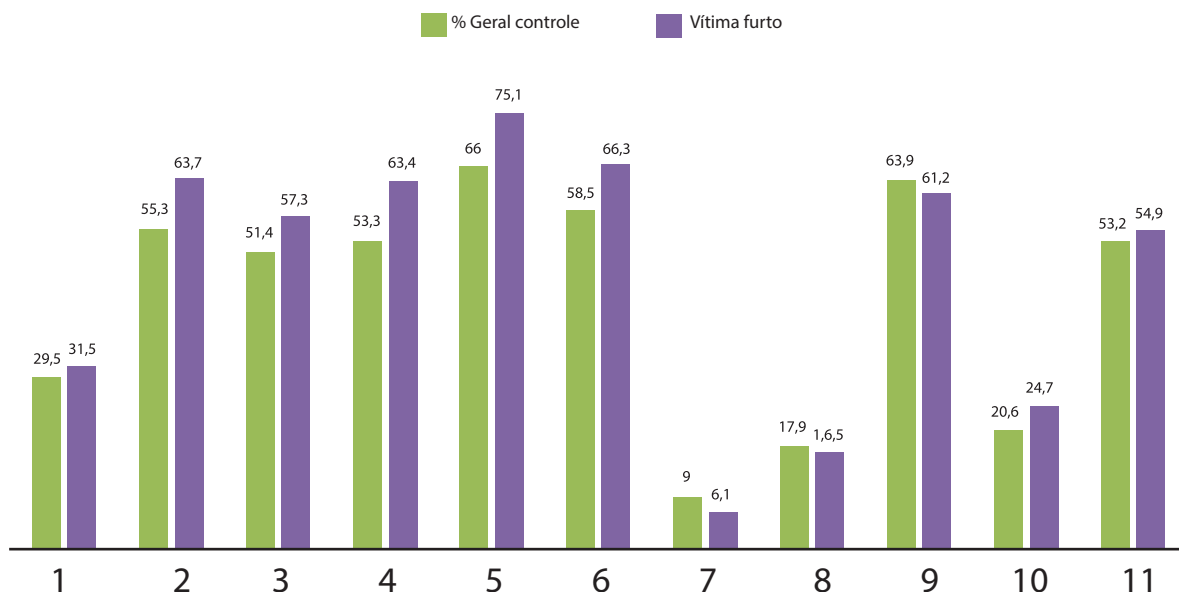
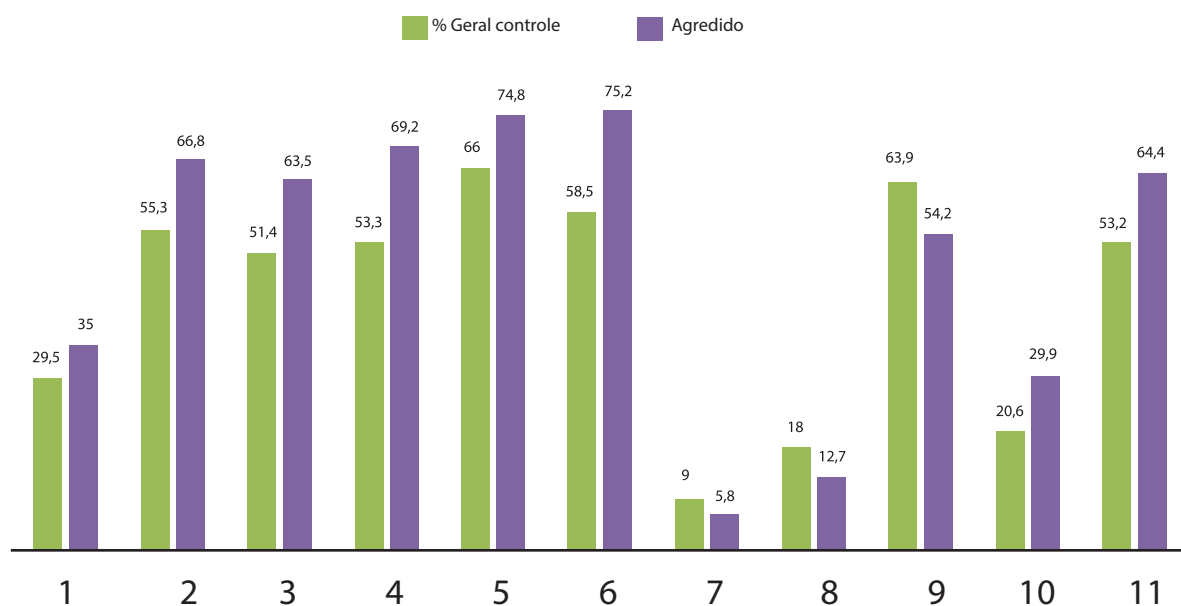


Gráfico 20 – Indicadores de insegurança X vítima de agressão

Vítima Agressão



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A série de cruzamentos acima mostra que a sensação de insegurança e de medo não são apenas subjetividades independentes do universo criminal. Ao contrário, elas atestam que o medo tem frequentemente um fundamento real na experiência individual com o crime. Os indivíduos que foram vítimas de roubos e furtos, nos últimos 12 meses, apresentam porcentagens significativamente maiores de medo e insegurança, nas suas diversas modalidades, se comparados as não vítimas. Os resíduos são elevados sugerindo que são grandes as diferenças entre vítimas e não vítimas. Os coeficientes de X^2 são igualmente elevados e continuam significantes após o controle.

O questionário trazia nove questões perscrutando sobre eventuais agressões ao entrevistado: insultos verbais, ameaça de apanhar, ameaça com armas, lesões, espancamentos, esfaqueamentos, entre outras ameaças e agressões. Em vez de escolher arbitrariamente um dos indicadores de agressão, optamos por criar uma escala aditiva simples de agressão, em que recebem maior pontuação os indivíduos que responderam afirmativamente ao maior número de questões. Assim como no caso da vitimização patrimonial (roubo ou furto), as vítimas de agressão manifestaram maiores níveis de medo e de insegurança comparadas as não vítimas.

Note-se que nas três tabelas mais associações significativas aparecem após o controle por gênero, idade e renda, sugerindo que as associações são ainda mais fortes neste subgrupo. Baixar os índices de criminalidade e a quantidade de vítimas ainda é a melhor política para diminuir a sensação de insegurança, que encontra um forte lastro na experiência pessoal de vitimização.

10 PREVENÇÃO SITUACIONAL

Equipamentos de proteção

Hipótese: Bidirecional: quem usa equipamentos de proteção é porque se sente mais inseguro; ou quem usa equipamentos de proteção sente-se mais seguro? Uso de equipamentos de proteção diminui a probabilidade de vitimização, pois são bloqueadores de oportunidades (*responsive securization*).

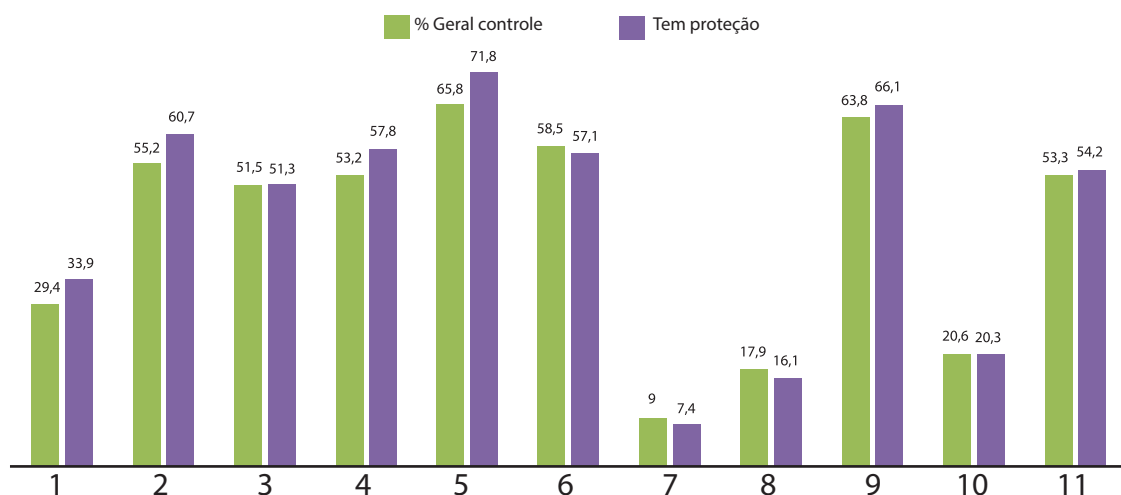
Tabela 31 – Indicadores de insegurança X uso de equipamentos de proteção

Redação	cate- goria	% geral	tem pro- teção	% Geral com con- trole	tem pro- teção	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	31,3	29,4	33,9	8,182	5,8	0,053	78,4	52,6
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	61,5	55,2	60,7	14,562	7,5	0,083	249,3	137,5
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	49,7	51,5	51,3	2,016	-3,5	0,011	64,3	46,5
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	59,4	53,2	57,8	21,129	13,6	0,119	450,3	113,3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	77	65,8	71,8	22,467	15,9	0,22	847,7	106,6
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	47,7	58,5	57,1	-5,097	-9,5	-0,029	135	37,4
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	5,6	9	7,4	-17,852	-9	-0,078	688,3	145,6
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	10,8	17,9	16,1	4,463	-4,3	0,019	432,8	102,6
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	64,7	63,8	66,1	16,211	17,4	0,08	403,2	25,5
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	14,9	20,6	20,3	-12,388	-11,4	-0,09	175,1	8,5
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	64,5	53,3	54,2	7,685	6,6	0,041	87	12,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 21 – Indicadores de insegurança X uso de equipamentos de proteção

Equipamentos de proteção



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

Para responder a este tipo de hipótese bidirecional precisaríamos de uma variável temporal, que permitisse a comparação da sensação de segurança antes e depois da aquisição dos equipamentos de segurança, pois é possível que ambas as afirmações sejam verdadeiras: adquiero equipamentos, porque me sinto inseguro, mas a sensação diminuiu após a aquisição. Em todo caso, a tabela parece favorecer a primeira hipótese: em geral, os indicadores de insegurança são maiores entre os que afirmaram ter equipamentos de proteção. Como o questionário exibía várias alternativas de equipamentos de proteção – grades, trancas, olho mágico, interfone, cão de guarda, alarme, câmeras, vigias, muros, cercas elétricas, etc. –, fizemos mais uma vez uma escala aditiva simples, classificando, posteriormente, a amostra entre os que não tinham, tinham alguns ou tinham muitos itens de proteção. Observem-se algumas curiosidades: os mais protegidos têm menos medo de tiroteios ou de violência policial e sentem-se mais seguros em casa, onde a maioria dos itens de proteção é colocada. Os resíduos são elevados e tanto as associações bivariadas, quanto as controladas sugerem a existência de diferenças significativas entre os grupos.

Este é um exemplo de como a sensação de insegurança, dentro de certo nível, pode ser salutar: ela aumenta a probabilidade de investir em proteção, que em longo prazo e ao nível agregado diminui os índices criminais. Uma hipótese sobre a queda da criminalidade na Europa, na última década, sugere que a disseminação dos equipamentos de proteção (*responsive securization*, Van Dijk, 2008) pode ter sido uma das causas da diminuição. Em alguns departamentos de polícia, residências ou estabelecimentos comerciais, frequentemente, os vitimados recebem uma consultoria da polícia e mesmo equipamentos para reforçar a proteção do local.

Posse de arma de fogo

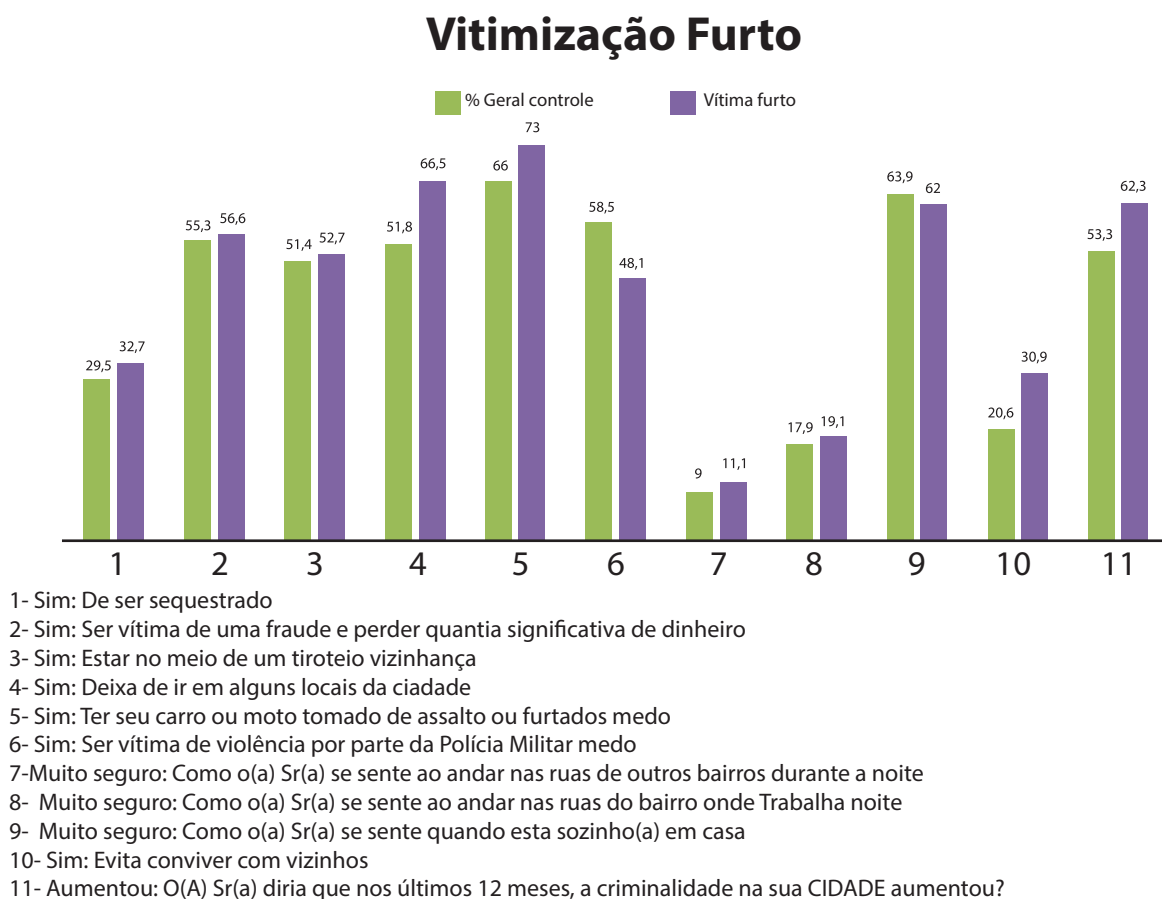
Hipótese: Bidirecional: armas são compradas por quem se sente inseguro. Mas porte da arma pode reduzir sensação de insegurança. Armas e sensação de insegurança estão associadas, uma vez que proteção pessoal contra crimes é a maior motivação para andar armado. Por outro lado, andar armado pode gerar falsa sensação de segurança, expondo o proprietário a maiores riscos.

Tabela 32 – Indicadores de insegurança X posse de arma

Redação	cate- goria	% geral	Possui arma	% Geral com con- trole	Possui arma	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	31,8	29,4	32,7	2,597	2,7	0,06	7,8	3,3
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	55,7	55,2	56,6	-1,832	-2,7	-0,038	12,5	9,3
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	43,7	51,5	52,7	-5,608	-6,9	-0,114	51,7	18,6
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	55,2	53,2	66,5	0,817	1,3	0,017	4	20
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	71,8	65,8	73	1,838	1,2	0,046	6	17,5
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	36,5	58,5	48,4	-12,676	-14,1	-0,256	198,7	16,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,1	9	11,1	0,553	0,9	0,009	25,9	20
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	15,3	17,9	19,1	5,525	4,7	0,084	65,9	30,3
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	64,6	63,8	62	7,316	6,5	0,13	71,4	11,7
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	18,1	20,6	30,9	-1,706	-0,6	-0,045	11,1	34,1
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	63,6	53,3	62,3	1,504	1,7	0,029	7,2	20,2

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 19 – Indicadores de insegurança X vítima de furto



O cruzamento de posse de arma com os indicadores de insegurança sugere que não existem muitas diferenças entre quem tem ou não tem arma de fogo, com exceção clara do indicador medo de ser vítima de violência pela polícia militar, que é menor entre os que andam armados. O motivo parece claro: imagina-se que muitos dos que têm armas fazem parte de alguma instituição ligada à segurança pública, como policiais, guardas, promotores, forças armadas, etc. É natural, portanto, expressarem menor temor de violência policial do que os demais. Há uma tendência ligeira de sentirem-se mais seguros andando nas ruas onde trabalham à noite, como mostram as porcentagens, depois de controladas. Quem tem arma evita conviver com vizinhos e tende a achar que a criminalidade na cidade aumentou. Embora a maioria das associações não seja significativa, as porcentagens sugerem que quem tem arma sente-se mais inseguro, seguindo a mesma lógica da compra dos equipamentos de proteção.

Sendo verdadeira esta associação, reduzir a sensação de insegurança da população pode implicar em reduzir a demanda por armas de fogo e, por consequência, diminuir os homicídios interpessoais, que estão relacionados à quantidade de armas em circulação.

11 VISIBILIDADE E CONTATO COM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA

Visibilidade policial civil e militar

Hipótese: Quanto maior a visibilidade policial na área, menor a insegurança. Presença rotineira da polícia transmite segurança, mas se a experiência for negativa pode aumentar a insegurança

Tabela 33 – Indicadores de insegurança X visibilidade Polícia Civil

Redação	cate- goria	% geral	vê PC na vizinhan- ça	% Geral com con- trole	vê PC na vizinhan- ça	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	29,8	29,5	30	2,786	2,9	0,024	9,4	3
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	60,3	55,3	57,3	7,406	6,7	0,056	76,9	32,2
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	53,2	51,4	53,6	8,239	8,3	0,062	75,3	17,7
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	53,4	53,3	53,7	-1,064	-1,7	-0,008	22,8	7,1
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,1	66	66	-0,643	-1,3	-0,007	23	12,3
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	54	58,5	61	10,048	9,6	0,075	108,1	29,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,1	9	9	3,67	4,1	0,021	165,9	12,6
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	13	17,9	18,8	2,473	6,4	0,014	91,4	77,5
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	59,2	63,9	65,4	5,691	5,7	0,037	201,4	19,3
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	19,1	20,6	20,1	2,896	3	0,028	9,2	1,6
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	59,2	53,2	51,5	-8,141	-10,6	-0,057	194,3	16,5

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Tabela 34 – Indicadores de insegurança X visibilidade Polícia Militar

Redação	cate- goria	% geral	vê PM na vizinhan- ça	% Geral com con- trole	vê PM na vizinhan- ça	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	29,1	29,5	29,4	0,375	0,3	0,003	2,1	1,5
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	59,2	55,3	55,9	5,617	5,4	0,043	53,9	21,7
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	51,6	51,4	52,3	4,689	4,5	0,036	35,8	15,8
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	53,4	53,3	53,2	-3,724	-4	-0,028	44	19
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	70,6	66	66,5	0,933	0,6	0,01	32,6	5,2
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	51,9	58,5	59,5	2,645	2,4	0,02	22,5	38,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	7,9	9	9,4	1,969	4,9	0,012	170,4	87,9
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	12,5	17,9	18,3	4,841	6,5	0,028	185,4	78,9
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	59,7	63,9	65,3	16,244	16,2	0,108	309,4	46,9
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	17,5	20,6	19,2	-10,654	-11	-0,104	123,2	52,9
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	60,6	53,2	52,3	-7,756	-10,1	-0,057	198,4	30

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 23 – Indicadores de insegurança X visibilidade Polícia Civil

Visibilidade PC

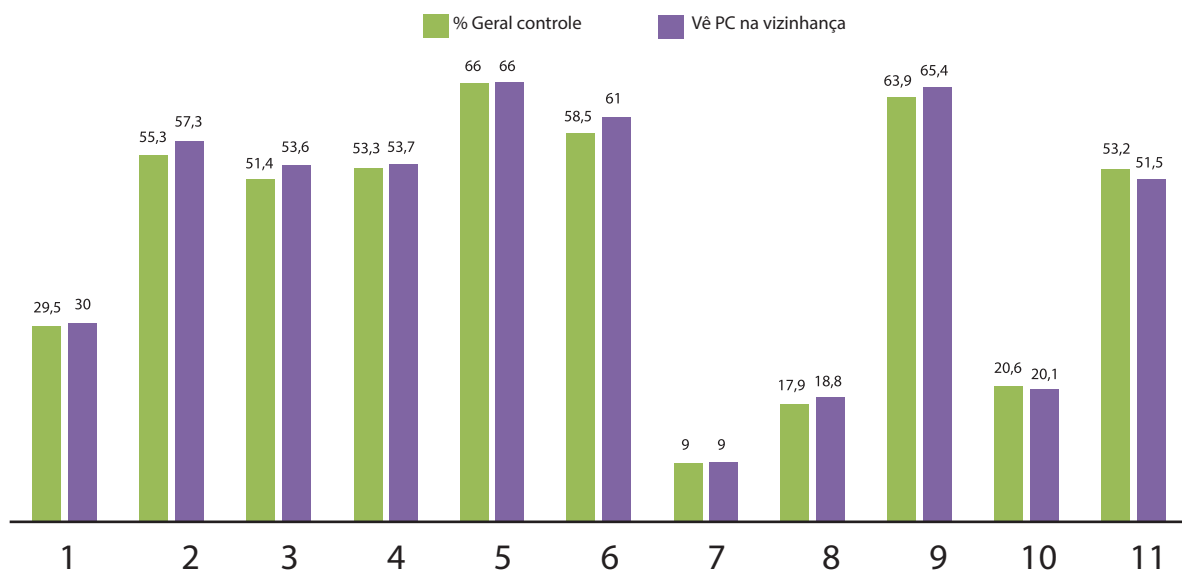
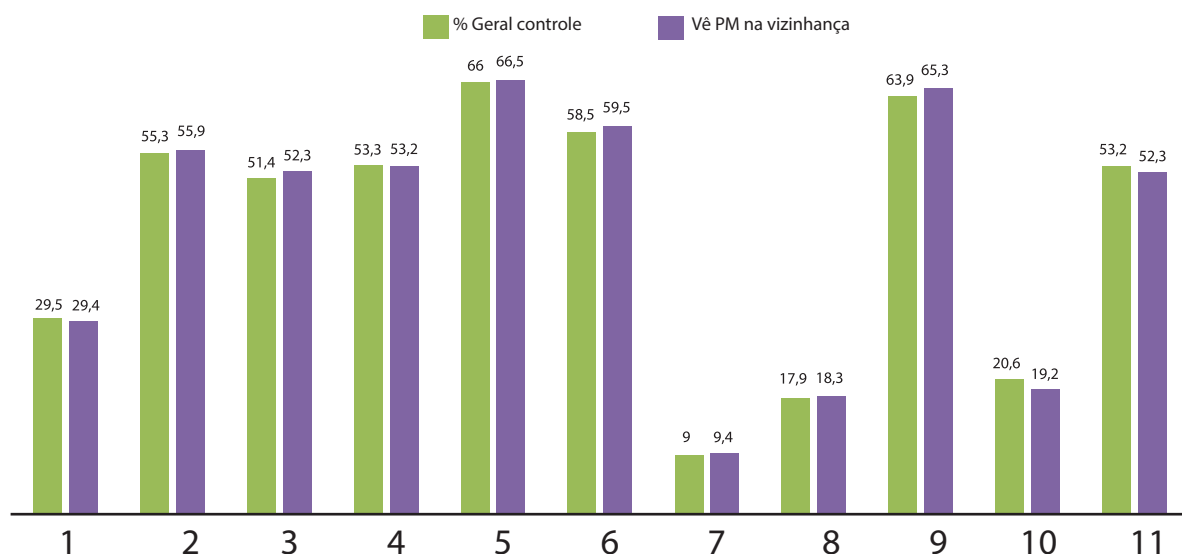


Gráfico 24 – Indicadores de insegurança X visibilidade Polícia Militar

Visibilidade PM



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

O esperado é que a população, quando vê a polícia presente e atuando na área, sinta-se mais segura. Existem exceções conhecidas à regra: morar perto de uma delegacia com cárcere lotado ou onde existam frequentes operações policiais com sirenes e viaturas passando a todo o momento pode eventualmente aumentar a sensação de insegurança, sugerindo aos moradores e transeuntes que o local é especialmente perigoso.

O questionário perguntava aos entrevistados se eles viam policiais civis e militares na vizinhança. A visibilidade das polícias não parece afetar muito os indicadores de medo de crimes, mas há uma tendência a se sentir mais seguro andando nas ruas ou em casa, especialmente no caso da visibilidade de policiais militares, quando controlada a amostra. Por outro lado, não existe evidência de que a visibilidade policial diminua o medo da criminalidade: ao contrário, entre os que vêem policiais na vizinhança, é ligeiramente maior o medo de crimes, embora as associações sejam insignificantes.

Esta relação entre visibilidade policial e insegurança precisa ser melhor explorada, pois é uma das noções generalizadas e incontestadas entre os gestores da segurança: mais policiais nas ruas diminuem a sensação de insegurança. A noção, que fundamenta o costumeiro pedido de contratação de mais policiais, parece ser verdadeira em algumas situações, mas esta longe de ser especialmente relevante, se a intenção é diminuir a sensação de insegurança. A pesquisa sugere, como veremos a seguir ao analisar as questões da arbitrariedade, descortesia e ilegalidade dos encontros, que a qualidade dos contatos mantidos com a polícia pode ser mais importante do que a mera visibilidade.

Arbitrariedade policial

Hipótese: Vítimas de arbitrariedade policial sentem-se mais inseguras. Presença rotineira da polícia transmite segurança, mas se a experiência for negativa pode aumentar a insegurança.

Tabela 35 – Indicadores de insegurança X vítima de insulto policial

Redação	cate- goria	% geral	insulto policial	% Geral com con- trole	insulto policial	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	37,7	29,5	35,5	12,623	13,6	0,206	184,5	44,3
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	62,2	55,3	60,2	5,55	5,5	0,81	30	26
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	61,5	51,4	61,8	15,722	15,6	0,225	244,3	115,7
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	57,7	53,3	59,3	5,789	5,8	0,083	33,1	39
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	75,5	66	73,8	6,502	6,2	0,133	38,4	34,7
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	76,4	58,5	79,1	38,005	37,1	0,531	1377,1	471,7
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	8,1	9	7,9	0,14	1,6	0,002	130,4	58
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	15,4	17,9	16,8	19,972	7,7	0,2	520	58,9
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	62,4	63,9	62,2	6,9	7	0,088	60	8,9
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	22,1	20,6	23,6	6,493	6,9	0,12	48	15
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	59,8	53,2	58,6	-2,744	-3,1	-0,037	12	33,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Tabela 36 – Indicadores de insegurança X descortesia policial

Redação	cate- goria	% geral	contato negativo: descorte- zes	% Geral com con- trole	contato negati- vo: descor- tezes	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	37,3	33	32,4	-4,532	4,6	-0,085	21,2	39
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	63,3	61	60,9	-0,519	0,5	-0,009	0,269	0,1
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	61,5	59,1	58,3	-6,795	6,7	-0,117	45,1	4,5
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	59,6	58,8	58,8	-1,454	1,4	-0,025	2,1	0,4
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	77,2	72,7	72,6	-1,145	1,1	-0,029	1,2	0,3
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	70,8	65,3	61,6	-20,944	20,1	-0,352	404,4	126,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,2	7,6	7,7	-0,707	-1,1	-0,01	31,3	26,3
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	13,7	17,6	18,4	-1,149	-0,3	-0,014	43,2	37,9
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	55,1	62,6	63,8	6,158	-5,9	0,093	53,6	30,7
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	23,2	21,7	21	-6,415	6,8	-0,139	45,9	5,7
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	66,1	56,4	55,1	-4,398	5,1	-0,073	33,4	30,5

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Tabela 37 – Indicadores de insegurança X desrespeito policial à lei

Redação	cate- goria	% geral	contato negativo: descorte- zes	% Geral com con- trole	contato negati- vo: descor- tezes	Approx T	Resí- duo	Gam- ma	X2	X2 con- trole
De ser sequestrado	sim	29,1	37,3	33	36,3	-3,776	4,2	-0,072	19,9	9,6
Ser vítima de uma fraude e perder quan- tia significativa de dinheiro medo	sim	58,6	64,2	60,9	65,7	-0,447	1,8	-0,008	14,3	13,6
Estar no meio de um tiroteio vizinhança	sim	51,1	60,1	59,2	61,1	-4,109	4,3	-0,072	23	3
Deixa de ir a alguns locais da cidade	sim	53,7	59,9	58,9	59,7	-1,564	1,8	-0,028	5,1	3
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo	sim	70,5	75,4	72,8	72,1	1,077	-1	0,028	4,7	2,5
Ter seu carro ou moto tomado de assal- to ou furtados medo	sim	51,5	69,7	65,3	77,8	-15,283	16,4	-0,265	270,6	94,5
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite	muito seguro	7,6	6,7	7,6	7,1	0,867	0,2	0,012	41,7	36,2
Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde TRABALHA noite	muito seguro	11,9	13,5	17,6	17	2,519	-0,5	0,031	47,7	38,7
Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa	muito seguro	57,7	54,8	62,6	59,5	7,396	-5,7	0,113	116,2	217,8
Evita conviver com vizinhos	sim	18,5	25,3	21,7	24,6	-7,256	9,2	-0,158	89,6	10,1
O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?	au- men- tou	60,3	67,4	56,4	61,1	-6,475	6	-0,107	46,1	24,7

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização, Senasp, 2012

Gráfico 25 – Indicadores de insegurança X vítima de insulto policial

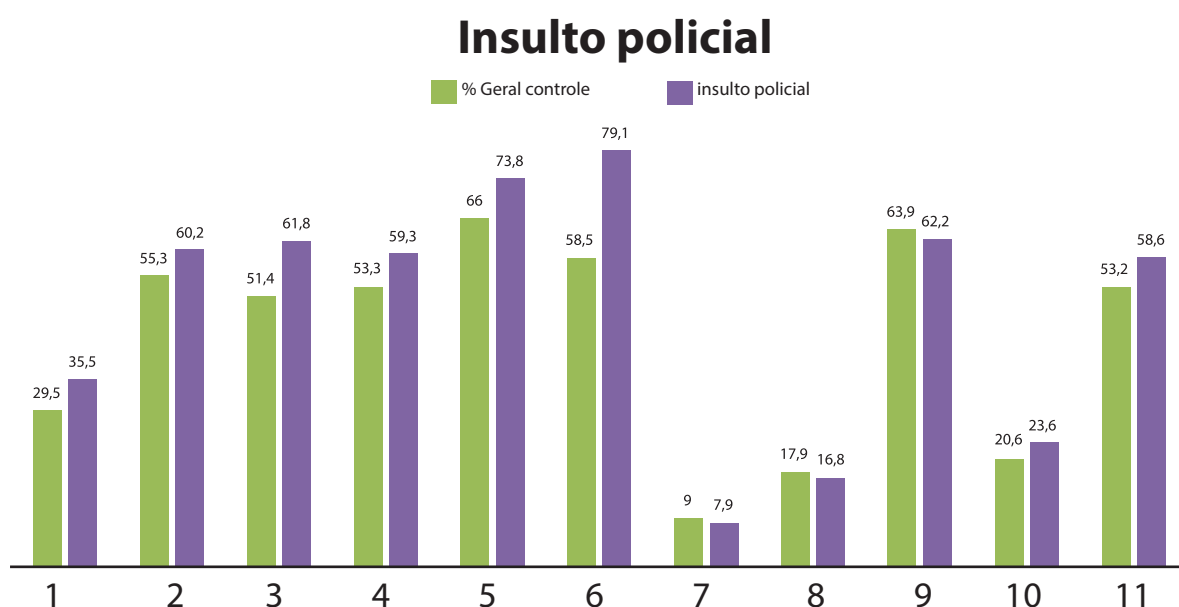


Gráfico 26 – Indicadores de insegurança X descortesia policial

Abordagem descortês

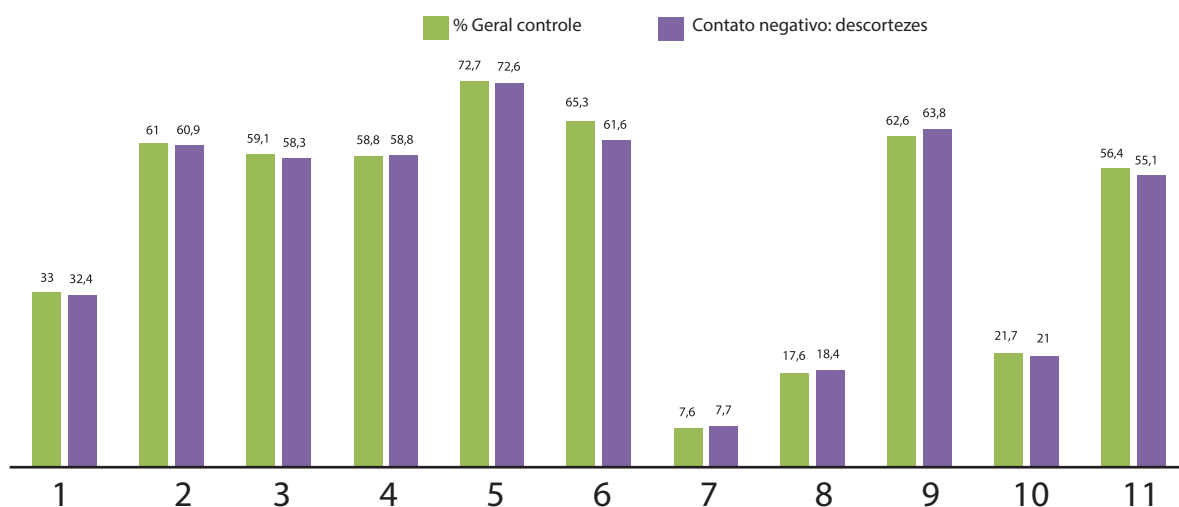
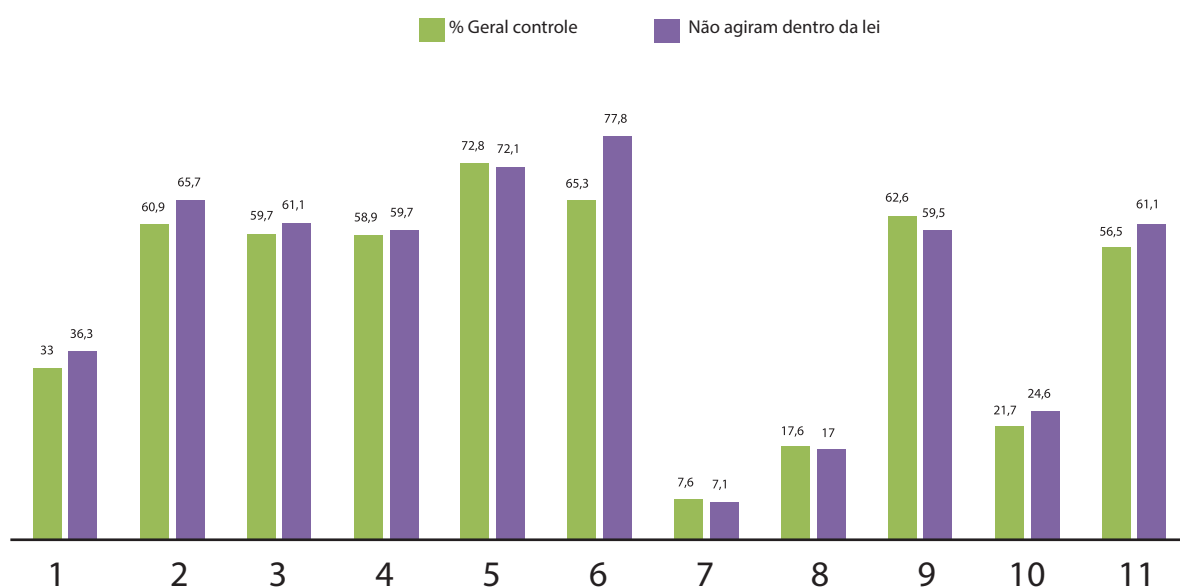


Gráfico 27 – Indicadores de insegurança X desrespeito policial à lei

Abordagem ilegal



- 1- Sim: De ser sequestrado
- 2- Sim: Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
- 3- Sim: Estar no meio de um tiroteio vizinhança
- 4- Sim: Deixa de ir em alguns locais da cidade
- 5- Sim: Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados medo
- 6- Sim: Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar medo
- 7- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante a noite
- 8- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde Trabalha noite
- 9- Muito seguro: Como o(a) Sr(a) se sente quando esta sozinho(a) em casa
- 10- Sim: Evita conviver com vizinhos
- 11- Aumentou: O(A) Sr(a) diria que nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou?

A hipótese inicial é a de que a sensação de insegurança e medo não apenas não melhora, como também tende a piorar se os contatos com a polícia deixaram uma marca negativa, ou seja, se na abordagem os policiais fizeram insultos, foram descorteses ou não agiram dentro da lei.

As pessoas que foram insultadas, durante a abordagem policial, como mostra a primeira tabela, tendem a se sentir mais inseguras, pois além dos criminosos passam a temer também a polícia. Observe-se, em especial, o aumento na porcentagem dos que dizem temer serem vítimas de violência policial. Quando o comportamento foi descortês ou ilegal, aumenta significativamente, em todas as tabelas, a porcentagem de entrevistados que afirma ter medo da violência por parte da polícia militar. Diminuem, também, as porcentagens dos que se dizem muito seguros andando nas ruas de outros bairros à noite ou quando sozinhos em casa.

A tabela abaixo compara os Coeficientes de Contingência das associações bivariadas (amostra total) com as associações controladas, no caso da questão “policiais não agiram dentro da lei”. Como pode ser observado, associações antes não significativas tornam-se significativas e mais fortes no subgrupo homens, jovens e de baixa renda.

Tabela 38 - Não agiram dentro da lei X indicadores de segurança: comparando a força das associações

Coeficiente de contingência X2	CC X2 Controle	Diferença
0,02	0,03	0,01
0,01	0,03	0,02
0,02	0,01	0,00
0,01	0,01	0,01
0,01	0,01	0,01
0,06	0,08	0,02
0,02	0,05	0,03
0,02	0,05	0,03
0,04	0,12	0,08
0,03	0,03	-0,01
0,02	0,04	0,02
Efeito total		0,20

Nas três situações analisadas – insultos, descortesia e ilegalidade –, as associações ficaram mais fortes no subgrupo, sugerindo que as arbitrariedades, em geral, aumentam a sensação de insegurança, especialmente, no grupo masculino, mais jovem e de menor renda.

Milhares de pessoas são abordadas pelas polícias cotidianamente e trata-se de um procedimento que pode ser aperfeiçoado por meio de treinamento, para que a abordagem seja conduzida de modo educado e profissional. A existência de contatos positivos com a polícia pode, portanto, ser uma das maneiras de aumentar a sensação de segurança da população, entre outras vantagens intrínsecas.

12 ANÁLISE MULTIVARIADA: MODELOS LOGIT

No tópico anterior, analisamos uma série de associações bivariadas (indicadores de insegurança X preditores), tanto tomando a amostra completa quanto um subgrupo (jovens do sexo masculino e menor renda), com o intuito de verificar se as associações se mantinham nesta condição. Trata-se, como vimos, de um procedimento exploratório clássico, mas rudimentar, de verificar a relação entre as variáveis.

Desde o final dos anos 60, com a introdução dos computadores e novas técnicas de análise desenvolvidas por Goodman (Goodman, 1978), é possível realizar análises multivariadas para variáveis nominais ou ordinais. As técnicas multivariadas, como se sabe, permitem examinar o efeito de diversas variáveis simultaneamente, verificando, por exemplo, se a inclusão de variáveis adicionais melhora nossa predição sobre a variável independente ou se a relação se modifica com o controle de outras variáveis (Reynolds, 1984). Detectar interações, medir associações parciais e especificar relações são, assim, o cerne das técnicas multivariadas.

O modelo logit é uma forma especial do modelo loglinear geral, geralmente, utilizado quando se sabe de antemão qual é a variável dependente e esta é dicotomizada. Este tipo de análise nos fornece um teste global de significância de um dado preditor, controlado por todos os outros preditores no modelo, bem como fornece um teste de significância de uma série de preditores, controlados por outros efeitos. (Demaris, 1992).

O nome deriva de log odds – logaritmo natural das chances – e a lógica é similar aos modelos de regressão lineares. Nos modelos logit, odds ratios (ou razão das chances) representam os efeitos parciais dos preditores, de forma análoga aos slopes numa regressão. Assim, ao invés de proporções – em que a frequência das células é dividida pela categoria total – as chances (odds) são a forma básica de variação a ser explicada (Knoke, 1980). Tomando o logaritmo natural de todos os termos (média geral, as variáveis e suas inter-relações), a equação pode ser transformada numa equação linear do tipo:

$$\text{Ln}(F_{ij}) = \text{Ln}(\mu + \beta_i^A + \beta_j^B + \beta_{ij}^{AB})$$

Onde o logaritmo natural da frequência esperada na célula $\text{Ln}(F_{ij})$ é uma função aditiva de uma constante μ mais os termos de cada variável β_i^A , β_j^B e suas inter-relações β_{ij}^{AB} .

Os parâmetros no modelo logit podem ser interpretados de forma similar aos coeficientes aditivos de uma regressão: valores positivos indicam que a variável independente ou as interações aumentam as chances da variável dependente, enquanto betas negativos indicam que as chances são reduzidas. (Knoke, 1980).

Não é caso de aprofundar a metodologia neste espaço e, para os interessados, sugiro a leitura da bibliografia citada. Neste tópico da pesquisa, a ideia é verificar se algumas associações reveladas na análise anterior continuam significativas, mesmo quando incluimos no modelo diversas variáveis independentes. Não estamos preocupados com o ajustamento do modelo global em si, mas apenas na estimação dos seus parâmetros, especificamente, em verificar se os parâmetros continuam significativos num modelo multivariado.

Tanto os modelos loglineares quanto os modelos logit são “hierárquicos”, isto é, supõem que para um efeito envolvendo algumas variáveis, todos os efeitos de ordem inferior envolvendo as mesmas variáveis estão presentes (Silva, 1990). Para efeitos de simplificação, como não estamos interessados em ajustes de modelos, apenas na estimativa de parâmetros padronizados, em nossas simulações utilizamos sempre o modelo conhecido como “main effects”, que despreza as interações de ordem superiores. Para se ter uma ideia, com apenas 3 variáveis,

teríamos que testar nada menos do que 18 modelos não saturados e o número de modelos cresce para casa dos milhares com a introdução de variáveis adicionais, complexidade que está fora dos limites deste trabalho.

Utilizamos como variável dependente no modelo logit, na primeira simulação, a questão “Evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa”, dicotomizada em “sim” e “não” e como variáveis preditoras um bloco fixo: porte do município (cinco categorias), sexo (duas categorias), idade (duas categorias) e renda (duas categorias). A este bloco fixo adicionamos, a cada vez, uma variável diferente, com o intuito de verificar se ela continua significativa quando vista em conjunto com as demais.

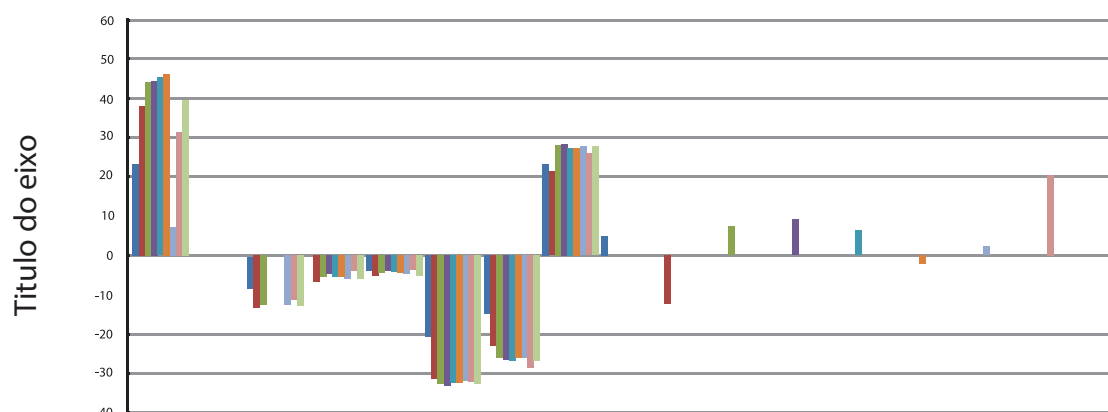
Todas as simulações tinham, portanto, 6 variáveis: 1 dependente, 4 independentes fixas e 1 independente rotativa. A tabela traz os logits estandardizados pelo score Z e em vermelho estão assinalados os parâmetros não significativos

Tabela 39 – Modelo logit 1 – evita sair à noite X variáveis preditoras

variável	categoria	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z
variável adicional		mora no centro	estilo exoisto	vitima de furto	vitima de roubo	vitima de agressão	tem arma	vê PM	ambiente degradado	tempo na vizinhança
evita sair a noite	sim	23,4	38	44,1	44,4	45,3	46,1	7,1	31,5	39,7
porte do município	pequeno	-3,4	-2,7	-2,6	-2,5	-2,6	-2,6	-2,6	-2,4	-2,7
porte do município	médio	-8,4	-13,3	-12,6	-12,1	-12,6	-12,6	-12,7	-11,5	-12,9
porte do município	grande	-5,9	-6,5	-5,5	-4,7	-5,3	-5,5	-5,8	-4,1	-6,0
porte do município	muito grande	-3,8	-5,1	-4,6	-3,9	-4,2	-4,6	-4,7	3,6	-4,8
sexo	masculino	-20,8	-31,3	-33	-33,3	-32,7	-32,6	-32	-32,5	-32,6
ideade	jovem	-14,7	-22,9	-26,5	-26,7	-26,9	-26,3	-26,4	-28,8	-26,8
renda	menor	23,1	21,4	28	28,1	27,6	27,4	27,8	25,9	27,8
mora no centro	sim	5,1								
estilo exposto	sim		-12,5							
vitima de furto	sim			6,9						
vitima de roubo	sim				9,1					
Vitima agressão	sim					6,3				
tem arma	sim						-1,9			
vê PM	sim							2,6		
ambiente degradado	sim								20,5	
tempo na vizinhança	pouco									5,9

Gráfico 28 – Modelo logit 1 – evita sair à noite X variáveis predictoras

Efeitos: evita sair a noite



	Sim evita sair a noite	peque- no porte do municí- pio	médio porte do municí- pio	grande porte do municí- pio	muito grande porte do municí- pio	mascu- lino sexo	jovem idade	menor renda	sim mora no centro	sim estilo expos- to	sim vitima de furto	sim vitima de roubo	sim vitima de agres- são	sim tem arma	sim vê PM	sim am- biente degra- dado	pouco tempo na vizi- nhan- ça
Z mora no centro	23,4	3,4	8,4	5,9	3,8	20,8	14,7	23,1	5,1								
Z estilo exposto	38	-2,7	-13,3	-6,5	-5,1	-31,3	-22,9	21,4		-12,5							
Z vitima de furto	44,1	-2,6	-12,6	-5,5	-4,6	-33	-26,5	28			6,9						
Z vitima de roubo	44,4	-2,5	-12,1	-4,7	-3,9	-33,3	-26,7	28,1				9,1					
Z vitima agressão	45,3	-2,6	12,6	5,3	4,2	32,7	26,9	27,6					6,3				
Z tem arma	46,1	-2,6	-12,6	-5,5	-4,6	-32,6	-26,3	27,4						-1,9			
Z vê PM	7,1	2,6	12,7	5,8	4,7	32	26,4	27,8							2,6		
Z ambiente degradado	31,5	-2,4	-11,5	-4,1	-3,6	-32,5	-28,8	25,9								20,5	
Z tempo na vizinhança	39,7	2,7	12,9	6,0	4,8	32,6	26,8	27,8									5,9

Com pequenas variações, todas as simulações sugerem que: relativamente às cidades de maior porte, morar nas cidades de menor porte diminui o comportamento de evitar sair à noite, com exceção das cidades de pequeno porte, onde o sinal está no sentido esperado, mas a magnitude de Z cai para níveis não significativos. Ser homem e mais jovem também diminui a insegurança (evitar sair), enquanto pertencer ao grupo de renda menor aumenta a chance de evitar sair à noite, relativamente ao grupo de maior renda. Os parâmetros se mantêm praticamente inalterados quando introduzimos a variável adicional.

Com relação à variável adicional, observamos que morar no centro aumenta o comportamento evitativo, assim como ter sido vítima de furto, roubo, agressão, perceber o ambiente como degradado e morar a pouco tempo na vizinhança. Aqueles que adotam um estilo de vida exposto, saindo frequentemente de casa, como esperado, têm menor chance de adotar um comportamento evitativo.

Finalmente, analisadas simultaneamente com as demais, tanto a variável “possuir arma de fogo”, quanto “ver policiais militares na vizinhança”, revelam efeitos reduzidos sobre a variável dependente e deixam de ser significativas. Em outras palavras, ao contrário dos demais preditores, elas não auxiliam muito na previsão do comportamento evitativo.

Para uma segunda bateria de testes usando modelos logit, modificamos nosso indicador de insegurança, utilizando agora como substituta a variável “medo de ser assaltado” como variável dependente. Novamente, porte do município, sexo, idade e renda compõem o bloco fixo, acrescido a cada vez por uma variável adicional.

Tabela 40 – Modelo logit 2 – medo de ser assaltado X variáveis preditoras

variável	categoria	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z	Z
variável adicional		homosse- xual	vê PC na proximi- dade	desordem	violência	proteção	insulto policial	foram educados	agiram dentro da lei
medo de ser assaltado	sim	-1,1	-5,7	-24,9	-14,7	-14,6	-5,8	6,1	6,1
porte do município	pequeno	-2,3	-2,4	-1,4	-1,8	-1,9	-2,3	-1,2	-1,1
porte do município	médio	-15,5	-15,7	-14,8	-12,9	-13,8	-15,7	-10,5	-10,5
porte do município	grande	-16,9	-16,8	-12,8	-12,4	-15,0	-16,8	-10,6	-10,6
porte do município	muito grande	-7,8	-7,6	-3,8	-5,7	-6,9	-7,7	-4,2	-4,1
sexo	masculino	-22,1	-22	-22,9	-21,1	-22	-22,3	-15,6	-15,2
idade	jovem	12,9	13,8	9,5	5,6	14,4	13,5	3,1	3,4
renda	menor	3,6	3,2	3,4	0,91	7,5	3	2,7	2,9
homossexual	sim	2							
vê pc na proximidade	sim		-0,16						
desordem	muita			40,7					
violência	muita				38,3				
proteção	tem					14,7			
insulto policial	sim						3,3		
foram educados	sim							-1,1	
agiram dentro da lei	sim								-1,8

Gráfico 29 – Modelo logit 2 – medo de ser assaltado X variáveis preditoras

Efeitos: medo de ser assaltado



Regra geral, as simulações sugerem que: relativamente às cidades de maior porte, morar nas cidades de menor porte diminui o medo de ser assaltado, com exceção das cidades de pequeno porte, onde o sinal está no sentido esperado, mas a magnitude de Z cai para níveis não significativos. Ser homem diminui o medo de assalto, enquanto pertencer ao grupo de renda menor e mais jovem aumenta o temor, relativamente aos grupos de maior renda e idade. A maioria dos parâmetros se mantém inalterados quando introduzimos a variável adicional, mas note-se que em algumas simulações o efeito da renda cai ao ponto de deixar de ser significativa.

Com relação à variável adicional, observamos que, analisadas simultaneamente com as demais, tanto a variável “homossexualidade”, quanto “ver policiais civis na vizinhança” revelam efeitos reduzidos sobre a variável dependente e deixam de ser significativas. Em outras palavras, elas não auxiliam muito na previsão do

medo de assalto. Ter sido insultado por policial aumenta o medo, enquanto um tratamento educado e dentro da lei diminuem o medo. Os sinais estão em conformidade com o esperado, mas apenas a primeira variável revelou-se significativa. A análise multivariada confirma que perceber o ambiente como desorganizado e violento aumenta fortemente o medo de ser assaltado. Confirma igualmente uma associação positiva e significativa entre ter equipamentos de proteção e medo. Medo, provavelmente, é uma variável antecedente, que explica a aquisição dos equipamentos de proteção.

13 CONCLUSÕES

Níveis de insegurança elevados, como vimos, podem trazer efeitos agregados benéficos, como aumentar a autoproteção, mas níveis de insegurança extremados trazem diversas consequências indesejadas: aumento de armas em circulação, redução do consumo, diminuição dos laços comunitários, sofrimento psicológico e fisiológico, perda da qualidade de vida em geral. Reduzir a insegurança a patamares congruentes com a criminalidade deve ser um alvo das políticas de segurança pública, tanto quanto reduzir a criminalidade.

Insegurança como vimos não é um conceito unívoco, envolve diversas dimensões. Embora na maioria das vezes estas dimensões variem em conjunto, a análise mostrou que em alguns cruzamentos, como renda, os medos são diferenciados entre os subgrupos.

As tabelas bivariadas apresentadas no estudo sugerem que, de maneira geral: Aumentam a sensação de insegurança e medo: ser mulher, estar na faixa etária intermediária (25 a 44 anos), ter escolaridade média, ter renda média, morar em cidades de grande porte, morar no Nordeste, perceber o entorno como desorganizado, degradado ou violento, ter um estilo de vida externo intenso, ter sido vítima de furto, roubo ou agressão nos últimos 12 meses e ter tido um contato negativo com a polícia. Quando controladas por outras variáveis, mostram efeitos reduzidos, porém significativos, sobre a sensação de insegurança: declarar-se

homossexual e trabalhar no centro da cidade.

Finalmente, não se mostraram relevantes as variáveis preditoras: tempo de residência na cidade ou na vizinhança, tipo de moradia (exceto no que tange ao indicador ficar sozinho em casa) e visibilidade policial (exceto em alguns casos).

Os modelos logit, por seu turno, confirmam a influência do porte do município, sexo, idade e renda sobre os indicadores de insegurança. Revelam também que, em conjunto com as demais variáveis, morar no centro, adotar estilo de vida mais intenso, ter sido vítima de crimes no último ano, perceber o entorno degradado, desorganizado e violento, ter sido insultado por policial e morar há mais tempo na vizinhança aumentam a insegurança, mantendo efeitos significativos mesmo quando controladas. Ter arma e ver Policiais Militares na vizinhança, por outro lado, deixam de ser significativos, assim como declarar-se homossexual, visibilidade de policiais civis na vizinhança e ter sido tratado com descortesia ou sofrido com abordagem ilegal da polícia.

Trata-se de uma análise inicial, que traz uma visão panorâmica sobre um grande conjunto de variáveis, cujas sutilezas foram frequentemente menosprezadas. Com efeito, cada uma das associações apresentadas deveria ser aprofundada em outros estudos e os resultados devem ser vistos como preliminares. Análises bivariadas são passíveis de falhas, mesmo tomando o cuidado de verificar a validade dos resultados encontrados nos subgrupos. Modelos logit, embora mais sofisticados, também podem ser influenciados pela forma como categorizamos nossas variáveis, pela omissão de variáveis importantes, pela ausência de outros parâmetros, com inteirações de ordens superiores entre as variáveis. Modelos explicativos mais sofisticados podem e devem ser tentados para aprofundar as associações sugeridas neste estudo.

Políticas Públicas:

Ainda que os resultados não possam ser vistos como definitivos, é possível avançar algumas conclusões e extrair deles algumas sugestões práticas para os responsáveis pela gestão da segurança.

Alguns atributos individuais não são alteráveis mediante políticas públicas e

seu conhecimento nos auxilia apenas na introdução de recortes que possibilitem focar nos grupos mais afetados pela insegurança. Outras situações que geram insegurança, contudo, são modificáveis e cabe ao poder público introduzir mudanças com o intuito de atenuar o medo e a insegurança, que afetam a qualidade de vida da população. Entre as principais sugestões, listamos as seguintes:

- Introduzir recorte de gênero nas políticas de segurança – campanhas de esclarecimento, preventivas, etc. -, pois as mulheres são as mais afetadas pela sensação de insegurança, mesmo não sendo as maiores vítimas dos crimes patrimoniais. Delegacias de Atendimento à Mulher, contratação e alocação de efetivos femininos no patrulhamento, atendimento humanizado de vítimas de violência sexual, etc. são alguns exemplos de políticas de segurança com recorte de gênero que têm sido adotadas pelas polícias brasileiras.

- Focar políticas públicas para a redução da insegurança nos grandes centros urbanos, nos estados nordestinos e outros lugares onde o crescimento da criminalidade foi mais intenso e recente. Viaturas circulando com giroflex ligado, construção de bases e supedâneos em locais de grande fluxo de pessoas, adoção do policiamento comunitário, etc. são exemplos de políticas adotadas para a redução da sensação de insegurança.

- Adotar políticas de recuperação e preservação do ambiente urbano, cuidando da limpeza, iluminação e organização dos ambientes degradados.

- Reduzir os índices de furto, roubo e agressões e a criminalidade de modo geral.

- Criar programas de visitação policial a residências e estabelecimentos frequentemente vitimados, fazendo análises de riscos, estimulando a instalação de equipamentos de proteção e desestimulando a aquisição de armas de fogo. Uma vez que a compra de arma de fogo está relacionada à sensação de insegurança, diminuir a primeira pode impactar na diminuição da segunda e, consequentemente, nas taxas de homicídios interpessoais.

- Aumentar a presença e visibilidade policial nas ruas, uma das políticas mais adotadas pelo Poder Público, demonstrou-se eficiente em alguns poucos casos para reduzir a insegurança, mas o efeito foi bem menor do que o geralmente esperado.

Como argumentamos, mais do que a quantidade de policiais, é preciso que os contatos da população com a polícia deixem marcas positivas, pois experiências negativas de contato com a polícia aumentam o medo da população, especialmente, o medo de violência policial. Aperfeiçoar as técnicas de abordagem ou adotar estilo de policiamento comunitário, reforçando as relações com a população, assim, parecem soluções alternativas mais econômicas e eficientes para a redução da insegurança.

14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aebi, Marcelo e Marguet, Yann. Council of Europe Annual Penal Statistics – SPACE II – 2011.

Alvazzi del Frate, A. (2010). Crime and criminal justice statistics challenges, in: Harrendorf, S.; Heiskanen, M.; and Malby, S (Eds.). International statistics on crime and justice, HEUNI Publication Series, Nº64, HEUNI-UNODC, Helsinki, Finland.

Carvalho, José Raimundo e Lavor, Sylvia Cristina. Repeat Property Criminal Victimization and Income Inequality in Brazil. Revista Economica, December, 2008.

Catalina Nino Guarnizo (Editora). Anuário 2013 de la Seguridad Regional em América Latina e el Caribe. Friedrich Ebert Stiftung, Programa de Cooperacion em Seguridad Regional.

Cohen, Lawrence E., Kluegel, James e Land, Kenneth C. Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: an exposition and test of a formal theory. American Sociological Review, vol. 46 No 5 (Oct 1981), pp 505-524.

Colak, Alexandra Abello e Canas, Paulo Emílio Angarita (Editores). Nuevo Pensamiento sobre seguridad em América Latina: hacia la seguridad com um valor democrático. CLACSO, 2013.

Dammert, L. y Salazar, F. (2009). ¿Duros con el delito?: populismo e inseguridad en América Latina. Reporte del Sector Seguridad en América Latina y el Caribe Nº7. Santiago, Chile: FLACSO-Chile.

Demaris, Alfred. Logit Modeling: practical applications. Sage University paper 86, 1992.

Dijk, Jan Van. The World of Crime. Breaking the Silence on Problems of Security, Justice and Development Across the World, Sage, 2008

EUROPEAN SOURCEBOOK OF CRIME AND CRIMINAL JUSTICE STATISTICS 5TH EDITION, Questionnaire covering the years 2007 – 2011.

Goodman, Leo A. Analyzing Qualitative / Categorical Data. Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

Kahn, Tulio. Estatísticas de Criminalidade. Manual de Interpretação, Coordenadoria de Análise e

Planejamento, São Paulo – 1 de fevereiro /2005.

Kelling, George L.; Coles, Catherine M. Fixing Broken Windows: Restoring Order And Reducing

Crime In Our Communities, 1998

Knoke, David e Burke, Peter J. Log-linear models. Sage University paper , 1980.

Laycock, Gloria. Hypothesis-based reasearch: the repeat victimization story. Criminology abd Criminal Justice 2011 1:59

Lynch, James P e Lynn, Addington. Understanding Crime Statistics. Cambridge University Press, 2007.

Manual for the Development of a System of Criminal Justice Statistics. Draft, UN, 2000.

MARCONDES FILHO, CIRO. VIOLÊNCIA FUNDADORA E VIOLÊNCIA REATIVA NA CULTURA BRASILEIRA. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2 [cited 2014-08-29], pp. 20-27

National Audit Office. Ministry of Justice. Comparing International Criminal Justice Systems, 2012.

NEWBURN, T. 2005. Policing – Key Readings, Cullompton, UK: Willan Publishing. Otamendi, Alejandra. Reações Sociais à Insegurança: análise de indicadores na América Latina. Anuário Criminal Latinoamericano CAF/FBSP, no prelo, 2014.

Otamendi, M.A. (2012a) Aclarando el panorama. Punitividad pública en el AMBA (2000-2010):

definiciones y precisiones, Ensemble, Revista electrónica de la Casa Argentina en París, Año 4, n°

7, ISSN 1852-5911, ver <http://ensemble.educ.ar/?p=2407>

Otamendi, M.A. (2012b) ¿Son las víctimas más punitivas? Un test a la paradoja de la victimización en los residentes del AMBA (2000-2010), Cuadernos de Estudios sobre Sistema Penal y Derechos Humanos (CESPyDH), AÑO 2 N°2, Enero-Junio 2012, pp. 97-107. ISSN 1853-287X. PNUD (2013) Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014. Seguridad Ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Nueva York: PNUD. En: <http://www.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf>

Reynolds, H.T. Analysys of nominal data. Sage University paper 7, 1984.

Roché, S. (1998) Expliquer le sentiment d'insécurité: pression, exposition, vulnérabilité et acceptabilité, Revue française de science politique, 48, 2, 274.

Secretaria Geral da OEA, 2008. La Seguridad Pública en las Américas: retos y oportunidades (OEA/ Ser.D/ XXV.2), Washington, D.C.

PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Luís Felipe Zilli do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto do debate público sobre o papel do Estado no Brasil, duas questões têm ganhado grande proeminência: por um lado, nota-se um gradual e considerável aumento da pressão popular pelo incremento dos níveis de eficiência e eficácia das políticas públicas; por outro lado, observa-se que tais exigências encontram-se cada vez mais atreladas à percepção de que este ganho precisa se fazer acompanhar de maiores níveis de transparência, pela implementação de mecanismos institucionais de *accountability* e maior legitimidade das ações de Governo. Mais do que a concepção e a implementação de políticas públicas eficientes e eficazes, exige-se do poder público uma atuação mais transparente, com maiores graus de governança e participação popular nos processos decisórios (BELLI, 2004; SOUZA, 2006; GONÇALVES, 2005; MOISÉS, 2005).

Especificamente na área da segurança pública, tais demandas têm encontrado cada vez mais ressonância dentro do conceito de “Segurança Cidadã” que, de modo geral, pode ser descrito como um conjunto de ações políticas, práticas e metodológicas que dizem respeito não apenas à consolidação do Estado democrático enquanto detentor do monopólio do uso da força e controle do crime e da violência, mas, principalmente, enquanto instância que potencializa o estabelecimento de regras de convivência entre os cidadãos e de garantia dos direitos civis fundamentais. Trata-se de uma agenda política e conceitual que, desde o final dos anos 1990, organizações internacionais (PNUD, BID, BIRD, entre outras) vêm tentando disseminar em toda a América Latina, por entender que tais práticas se encontram mais alinhadas a preceitos democráticos de transparência e controle social do Estado (COSTA & LIMA, 2014).

Para além da idéia de “segurança pública”, tradicionalmente atrelada aos princípios de manutenção da ordem sob a lei, a idéia de “Segurança Cidadã” trata, entre muitas outras questões, da compreensão social sobre as mais variadas modalidades de cooperação com as instituições democráticas e autoridades legítimas, do cumprimento dos deveres legais, da autorregulação e da mútua regulação

cultural compatível com a lei. Em termos institucionais, o conceito alia-se a práticas modernas como o controle externo da atividade policial, à transparência na gestão da segurança pública e ao respeito aos direitos humanos e liberdades individuais fundamentais (CANO, 2006; VELÁSQUEZ, 2006; COSTA & LIMA, 2014).

Dentro do paradigma de “Segurança Cidadã” (e também enquanto faceta mais visível da atuação estatal na área da segurança pública), as organizações policiais encontram-se cada vez mais pressionadas a oferecerem respostas mais eficientes e eficazes para o controle da violência e da criminalidade. Além disso, exige-se delas que executem tais tarefas de modo mais transparente, com maior legitimidade e permeabilidade às demandas sociais, e balizadas no respeito aos direitos civis (TYLER, 2001; LOPES, 2010).

É dentro deste contexto que, ao longo das últimas décadas, diversas instâncias de governo ao redor do mundo têm conduzido profundos processos de reformas de suas organizações policiais. Alguns dos casos mais conhecidos e já amplamente estudados se deram em grandes cidades norte-americanas como Nova York, Los Angeles e Boston, mas também em centros urbanos de países da América do Sul, como Colômbia e Chile. Em termos técnicos e gerenciais, todas estas experiências de reforma das polícias se fizeram notar pelo uso intensivo de bases de dados e modernas tecnologias de georreferenciamento. Já em termos políticos e sociais, se destacaram por promover maior aproximação com suas comunidades, bem como no investimento em mecanismos de ampliação de seus níveis de governança e *accountability* (VELOSO & FERREIRA, 2007; WEISBURD & BRAGA, 2009).

No Brasil, o debate sobre a necessidade de se promover reformas estruturais, legais e metodológicas das forças policiais tem se intensificado ao longo dos últimos anos e, de certo modo, já possui uma agenda consensual entre os *policymakers*. Mesmo entre os profissionais e operadores do Sistema de Justiça Criminal, a necessidade de mudanças no atual arranjo institucional e nas metodologias de trabalho

das forças policiais é amplamente aprovada e dada como prioritária². A discussão agora direciona-se mais às bases legais, políticas e institucionais adequadas à condução deste processo, do que propriamente à sua necessidade.

2 PESQUISAS SOBRE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONFIANÇA NAS POLÍCIAS

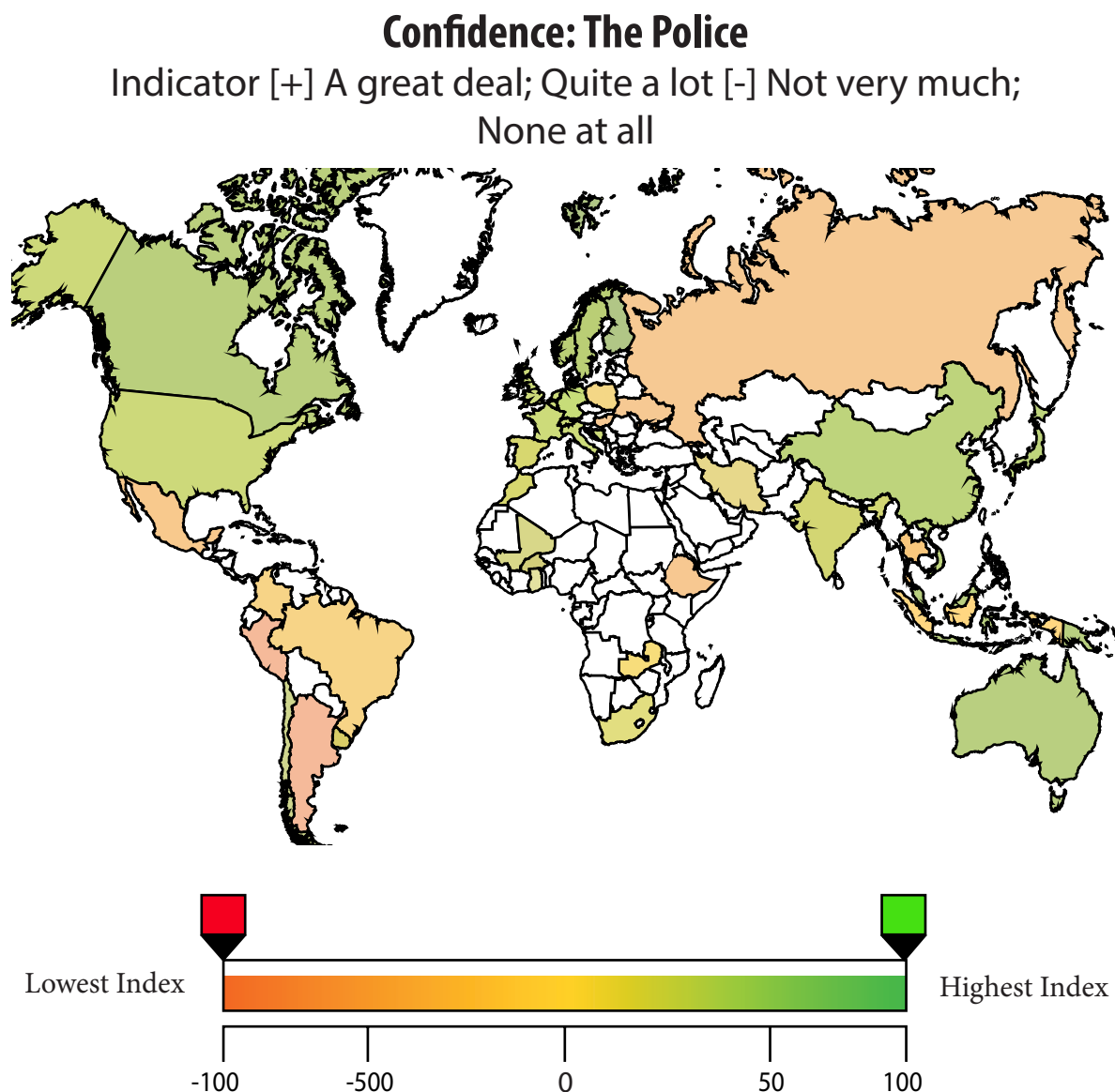
Em termos mais amplos, toda esta discussão refere-se não apenas a uma reformulação do paradigma de Segurança Pública vigente no país, mas, principalmente, a um processo ainda recente e gradativo de mudança das relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. Todas as questões pontuadas até aqui têm como fundamento o pressuposto de que, em sociedades com regimes democráticos consolidados, existe forte controle social dos serviços e instituições públicas. O próprio processo de planejamento de políticas públicas (e a consequente atuação dos órgãos públicos encarregados de implementá-las) depende, em grande medida, do grau de legitimidade que tais ações obtêm junto à população. Daí a grande importância de se compreender melhor diversas questões relacionadas à percepção e às avaliações que a população faz dos serviços de Segurança Pública, bem como os níveis de confiança que deposita nas instituições encarregadas de executá-los.

No Brasil, mas também em outros países da América Latina marcados por longos períodos recentes de autoritarismo, a desconfiança popular com relação às organizações policiais é bastante recorrente. Levantamento realizado entre 2005 e 2009 pelo *World Values Survey* (WVS, 2011) demonstrou que, entre 56 países pesquisados, o Brasil é o quadragésimo em níveis de confiança na polícia,

² Pesquisa recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), indicou que a grande maioria dos policiais brasileiros são favoráveis a reformas estruturais de suas instituições e do Sistema de Justiça Criminal. Entre as questões mais urgentes levantadas pelo estudo encontram-se temas como a integração ou unificação das polícias Civil e Militar (polícia de ciclo completo), reformulação dos planos de carreira, desmilitarização das PMs, controle externo da atividade policial, entre outros.

com aproximadamente 55% de sua população afirmando que “não confia nada” ou “confia pouco” na polícia. O mapa a seguir ilustra os níveis de confiança na polícia nos países pesquisados pelo WVS³.

Mapa 1: Confiança na Polícia



Fonte: World Values Survey, 2010

3 O mapa temático a seguir é uma representação gráfica dos resultados obtidos pelo World Values Survey, a respeito dos níveis de confiança que as populações de diversos países depositam em suas organizações policiais. Na pesquisa feita pelo WVS, uma escala com quatro opções de resposta era oferecida aos respondentes, quando perguntados sobre seu grau de confiança nas polícias de seu país: (1) “confia totalmente”, (2) “confia bastante”, (3) “não confia muito”, ou (4) “não confia nada”. No mapa, os países assinalados com tons de verde são aqueles cuja população manifestou maiores níveis de confiança nas polícias. Em contraposição, aqueles assinalados com tons avermelhados são aqueles onde os habitantes manifestaram menores níveis de confiança nas polícias.

Enquanto organizações compostas por servidores públicos, as polícias precisam necessariamente levar em consideração a avaliação que a sociedade faz sobre a qualidade de seus serviços. Pesquisas que tratam das percepções públicas sobre as instituições e o trabalho policial devem, inclusive, ser vistas como instrumentos de aprimoramento gerencial e de accountability destas organizações, ensejando o desenvolvimento de programas de atuação com maior suporte público e legitimidade (SOARES, 2000; VELOSO & FERREIRA, 2007; SHERMAN ET AL. 1998).

A realização e a análise de pesquisas de opinião sobre atuação policial são relevantes na medida em que podem ser utilizadas como proxy do desempenho de policiais e seus serviços e da qualidade de sua interação com as comunidades, além de auxiliarem os gestores na ordenação de prioridades, a partir das avaliações dos programas de policiamento. Cidadãos insatisfeitos com a polícia são menos tendenciosos a contatá-la ou fornecer informações sobre atividades criminosas. Percepções negativas da polícia contribuem para a redução da eficiência da própria atuação policial, o que eventualmente pode colaborar para o aumento das taxas de crimes. Como pesquisas demonstram que o medo do crime também tem o efeito de piorar as avaliações sobre as polícias, é razoável se pensar, então, na existência de um ciclo vicioso a ser quebrado: altas taxas de criminalidade alimentam e são alimentadas pela desconfiança em relação às polícias. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011)

Ao longo dos últimos anos, diversas instâncias de governo e órgãos de pesquisa acadêmica têm conduzido estudos sobre avaliação de desempenho e níveis de confiança da população nas instituições policiais. Além das medidas tradicionais de violência e criminalidade, aferidas a partir de indicadores oficiais (e invariavelmente tomadas como preditoras da eficiência e eficácia da ação policial), têm se destacado cada vez mais pesquisas que procuram mensurar a percepção pública sobre o trabalho das polícias e a confiança que a população deposita nestas instituições (BROWN & BENEDICT, 2002).

Alguns autores, no entanto, chamam a atenção para a importância de se diferenciar, por um lado, medidas de avaliação de desempenho e, por outro, indicadores de confiança. Sobretudo porque, em muitos casos, medidas de confiança mostram-se tributárias das avaliações de desempenho. No que diz respeito às

instituições policiais, pode-se dizer que a confiança é fortemente impactada pelas percepções que os cidadãos constroem a respeito de seus níveis de eficiência e eficácia, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de controle do crime e da violência (SILVA & BEATO, 2013).

Esse cenário adquire contornos ainda mais complexos, uma vez que o próprio aumento da eficiência e eficácia no controle da violência e do crime depende, em grande parte, da confiança e, por consequência, da colaboração dos cidadãos para com as organizações policiais. A construção de bons programas de policiamento preventivo e investigativo dificilmente se dá sem a construção de parcerias ou a colaboração das comunidades (BAYLEY & SKOLNICK, 2001). E é justamente por isso que torna-se cada vez mais importante compreender melhor como se dão os processos de avaliação pública de desempenho, de percepção dos modos de atuação e de confiança nas organizações policiais inseridas em contextos democráticos.

Apesar de ser um campo de estudos bastante consolidado no exterior, ainda não é possível dizer que existe no Brasil uma tradição de pesquisas a respeito das percepções sociais sobre os órgãos de segurança pública em geral ou, mais especificamente, sobre as organizações policiais. No entanto, a temática tem recebido cada vez mais atenção por parte de instituições acadêmicas e agências governamentais, justamente em função da recente emergência de um forte debate público sobre o tema. De modo geral, a maioria dos estudos que trata da questão ainda tem como foco principal as diferenças de percepção e de atitudes de grupos sociais específicos com relação à polícia. Mais recentemente é que algumas pesquisas têm procurado compreender melhor quais variáveis (demográficas, socioeconômicas, etc.) estariam prioritariamente associadas a tais diferenças de padrões atitudinais (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Em termos conceituais, é possível dividir os estudos que tratam das percepções públicas sobre as instituições de segurança pública em dois grandes campos: de um lado, aqueles que tratam das percepções e avaliações sobre o desempenho e a qualidade da atuação dos órgãos de segurança; de outro, estudos que discutem as diversas dimensões associadas à confiança que a população deposita nestas

instituições. Cada um destes campos, por sua vez, também pode ser dividido em diversos subcampos distintos, como, por exemplo, percepções e avaliação de desempenho no controle do crime e da violência; percepções e avaliação da qualidade dos serviços de atendimento, das respostas e do contato com os cidadãos; confiança nas organizações policiais como um todo; confiança em organizações policiais específicas, etc. (FRANK et al., 2005). Além disso, muitos são os estudos que correlacionam os maiores ou menores níveis de confiança nas instituições policiais às avaliações de desempenho e qualidade da atuação das corporações.

Já em termos analíticos, outra divisão possível para as pesquisas que tratam das percepções sociais sobre as instituições de segurança pública⁴ é aquela que, de um lado, compreende os estudos que procuram encontrar correlações entre variáveis socioeconômicas e demográficas e a manifestação de diferentes padrões de atitudes, percepções e avaliações sobre as organizações; de outro, encontram-se estudos que procuram explicar tais variações perceptivas a partir dos diferentes níveis de contato dos cidadãos com as organizações, bem como a partir das experiências de vitimização criminal ou institucional sofridas pela população (LARSEN & BLAIR, 2009).

3 DADOS E METODOLOGIA

Na tentativa de contribuir para esta discussão, o presente artigo utilizará dados da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) para apresentar um panorama descritivo de como se estruturam as percepções e avaliações da população sobre os serviços e instituições de segurança pública no Brasil. Desde já, faz-se necessário pontuar que, ao contrário do que tem sido a tendência recente da literatura científica especializada sobre o tema, não existe aqui o objetivo de realizar uma investigação aprofundada sobre os determinantes destas percepções e avaliações. Por se tratar de uma das primeiras publicações a trabalhar mais detalhadamente com os dados produzidos pela PNV, optou-se por adotar aqui uma abordagem

prioritariamente descritiva, visando apenas identificar os principais contornos que tais representações assumem nas diversas regiões do Brasil.

Tal trabalho será feito a partir dos dados produzidos por um módulo específico da pesquisa, cujas questões abordam da percepção da população sobre as instituições e os serviços de segurança pública. Trata-se de uma bateria de 12 (doze) perguntas que tem como objetivo mensurar o conhecimento dos entrevistados sobre serviços prestados pelas forças policiais (bem como uso e avaliação destes serviços), medidas de percepção sobre eficiência e eficácia das polícias, e confiança nas instituições. Além disso, algumas questões também tratam da vitimização da população por parte de cada uma das polícias (extorsão, agressões verbais e físicas).

Serão trabalhadas aqui não apenas as frequências percentuais simples destas variáveis, mas também seus padrões específicos de manifestação, a partir de cruzamentos com variáveis demográficas/socioeconômicas, de vitimização criminal e contato com as próprias instituições de segurança. Ou seja, buscar-se-á identificar quais são as percepções formuladas pela população brasileira sobre as instituições e serviços de segurança pública, e se existem diferenças significativas entre tais padrões quando manifestadas por homens e mulheres, brancos e não-brancos, jovens e mais velhos, pobres e ricos, pessoas com menores e maiores níveis de instrução formal, etc.

Além disso, também propõe-se aqui identificar tais perfis a partir dos diferentes graus de vitimização criminal, bem como da frequência de contato com as próprias instituições de segurança. A maioria das frequências será apresentada separadamente para cada estado da federação (e, sempre que possível, de modo individualizado para as polícias Civil e Militar), de modo a permitir uma avaliação comparativa entre os perfis de percepção observados nas diferentes regiões do país.

Também trabalhou-se aqui na construção de uma espécie de “índice de avaliação da qualidade do atendimento policial”, apresentado para o Brasil como

4 Cabe observar que as subdivisões conceituais e analíticas feitas aqui têm como objetivo apenas propiciar uma visão mais esquemática do campo de pesquisa em questão. Na prática, as fronteiras entre objetos de estudo e modos de abordagem não se verificam de maneira tão demarcada.

um todo e também para cada estado da federação, de modo individualizado para as polícias Civil e Militar. Tal indicador foi construído a partir de duas baterias de questões (uma para cada polícia) que pediam aos entrevistados para avaliar o atendimento das polícias, dentro de uma escala que previa as respostas “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Para a **Polícia Militar**, o questionário propunha os seguintes quesitos:

- a) Punição dos policiais com mau comportamento?
- b) Rapidez e qualidade no atendimento emergencial?
- c) Abordagem policial em Blitz, revista pessoal?
- d) Apresentação pessoal dos policiais como a maneira de se vestir e falar
- e) Proteção dos direitos das pessoas?
- f) Trabalho na organização, no ordenamento do trânsito?

Já para a **Polícia Civil**, foram propostos os seguintes quesitos:

- a) Investigação de crimes?
- b) Punição dos policiais com mau comportamento?
- c) Rapidez e qualidade no atendimento e na elaboração dos documentos como registro de ocorrências, nada consta?
- d) Apresentação pessoal dos policiais?
- e) Proteção dos direitos das pessoas?

Para criar indicadores de avaliação de qualidade do atendimento policial a partir destas variáveis, ambos os blocos tiveram que ser submetidos a uma análise fatorial (método de Rotação Ortogonal VARIMAX), técnica estatística que possibilita transformar um grande conjunto de variáveis inter-relacionadas em um número menor de fatores. Antes de realizar a análise fatorial propriamente dita, verificou-se se as variáveis contidas dentro de cada um dos blocos possuíam bom nível de consistência interna. Trata-se de procedimento necessário para avaliar o nível de correlação média entre um conjunto de itens e, portanto, seu potencial de gerar um fator consistente.

O teste aplicado foi o *Alpha de Cronbach*, que apontou alto nível de consistência interna dentro de cada bloco de variáveis e, portanto, a possibilidade de criar fatores a partir deles (Alpha de Cronbach PM = ,889 / Alpha de Cronbach PC = ,883). Submetidos à análise fatorial, cada bloco de variáveis produziu apenas um fator para cada polícia. Estes componentes foram padronizados em uma escala que varia entre zero e um (0 e 1), com os valores mais próximos de um representando uma melhor avaliação da qualidade de atendimento.

Por fim, já na última seção deste texto, serão abordadas algumas possíveis implicações dos padrões de percepção e avaliação identificados pela pesquisa para os processos de elaboração e implementação de políticas de segurança pública no Brasil.

4 PERCEPÇÕES SOBRE SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Dentre as muitas possibilidades de análise descritiva oferecidas pelo módulo da **PNV** que trata das percepções e avaliações da população sobre as instituições e serviços de segurança pública no Brasil, o presente texto dará destaque aos seguintes temas:

- 1) Conhecimento e uso dos serviços de segurança pública;
- 2) Contato da população com os serviços de segurança pública e avaliação da qualidade de sua atuação;
- 3) Avaliação da atuação, confiança, vitimização por parte das polícias e comparações internacionais;
- 4) Avaliação da atuação e confiança nas polícias, por perfis demográficos e socioeconômicos, por vitimização criminal e contato com instituições de segurança pública
- 5) Indicadores de avaliação de qualidade dos serviços policiais – Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC).

4.1. CONHECIMENTO E USO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Qualquer estudo que trate das avaliações que a população faz das instituições de segurança pública precisará, antes de mais nada, mensurar o nível de conhecimento que os entrevistados possuem sobre tais serviços. Em seu módulo sobre o tema, a **PNV** avaliou cinco (05) serviços prestados pelas organizações policiais: (1) “Central de Emergência 190”, (2) “Disque-Denúncia”, (3) “Corregedoria de Polícia”, (4) “Ouvidoria de Polícia” e (5) “Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)”.

Dentre estes, o “Central de Emergência 190”, foi o que obteve maior percentual de conhecimento da população, com 92,1% dos respondentes afirmando conhecer o serviço. Chama a atenção o baixo nível de conhecimento da população sobre serviços ligados à questão correicional e ao controle das atividades policiais, tais como as Corregedorias e Ouvidorias de Polícia, conhecidas por menos da metade dos entrevistados. Tal nível de desconhecimento sobre os canais institucionais disponíveis para a denúncia de possíveis desvios de conduta dos policiais certamente prejudica o desenvolvimento de um debate mais qualificado sobre o aprimoramento do controle de sua atividade. A tabela a seguir ilustra estes resultados para todo o território brasileiro.

Tabela 1 – Conhecimento dos serviços de Segurança Pública (Brasil)

Serviço	Conhece o serviço?	
	Sim	Não
Central de Emergência 190	92,1%	7,9%
Disque-Denúncia	78%	22%
Central de Atendimento à Mulher (ligue180)	56,5%	43,5%
Corregedoria de Polícia	46,7%	53,3%
Ouvidoria de Polícia	42,5%	57,5%

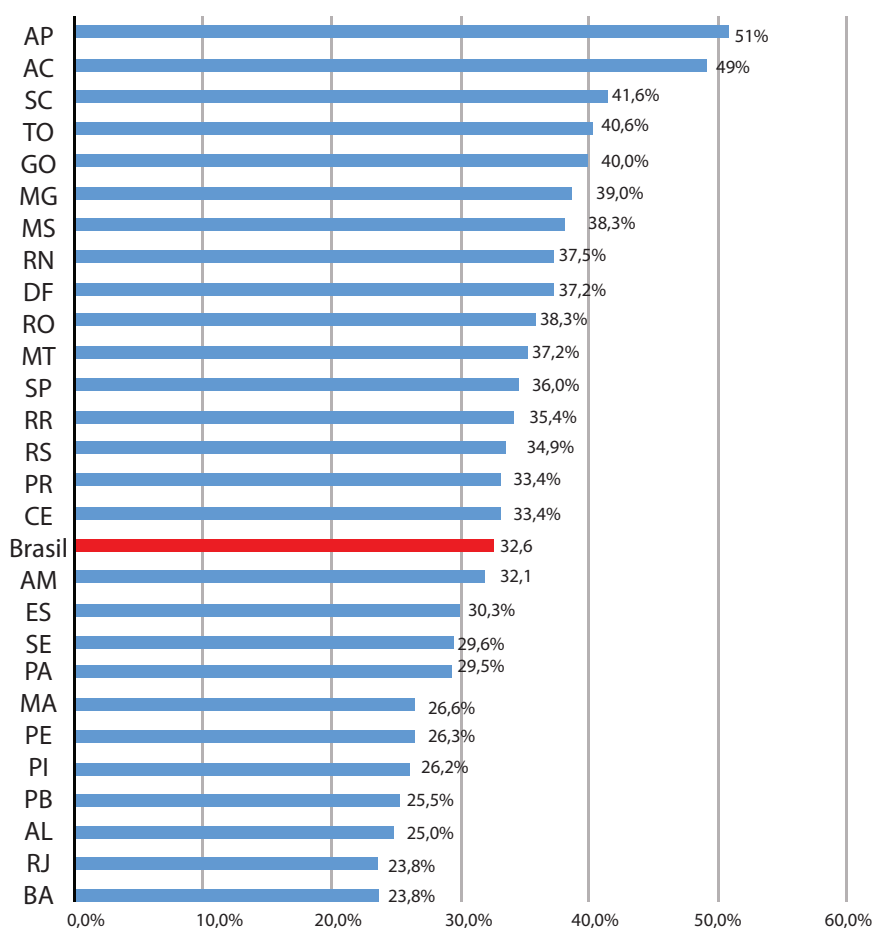
Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Outra questão explorada pela **PNV** foi o uso destes serviços de segurança pública. Trata-se de uma questão-chave para, em seguida, tentar mensurar a avaliação de qualidade que a população faz a respeito de tais serviços. Em todo

o país, 32,6% da população alega já ter feito uso de pelo menos um dos serviços de segurança pública avaliados pela pesquisa. De longe, o serviço mais utilizado pela população foi o “Central de Emergência 190”, com 29,8% dos respondentes afirmando já ter usado este canal. De certo modo, trata-se de um resultado esperado, uma vez que o 190 é, tradicionalmente, o mais conhecido canal de acionamento dos serviços policiais. Os demais serviços obtiveram baixo percentual de utilização, conforme indicam o gráfico e a tabela a seguir.

Gráfico 1 – Uso dos serviços de Segurança Pública – Brasil e Estados

Uso de algum serviço de Segurança Pública



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 2 – Uso dos serviços de Segurança Pública (Brasil)

Serviço	Já usou o seguinte serviço?	
	Sim	Nunca fez uso
Central de Emergência 190	29,8%	70,2%
Disque-Denúncia	7,1%	92,9%
Central de Atendimento à Mulher (ligue180)	2,1%	97,9%
Corregedoria de Polícia	2,1%	97,9%
Ouvidoria de Polícia	1,3%	98,7%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

A partir das respostas sobre a utilização dos serviços de segurança pública, a PNV tentou mensurar a avaliação de qualidade dos atendimentos prestados. Trata-se de um indicador de suma importância, uma vez que, especialmente no caso da segurança pública, a percepção (própria e alheia) sobre a qualidade dos serviços relaciona-se diretamente à maior ou menor propensão em acionar os devidos canais institucionais em caso de necessidade. Uma percepção ruim da qualidade dos serviços de segurança aumenta significativamente a descrença na eficiência e eficácia nas instituições, reduzindo potencialmente o número de registros policiais e gerando grandes dificuldades para o próprio aumento dos níveis de qualidade deste trabalho.

De modo geral, a pesquisa demonstra que apenas metade dos usuários avalia como “ótimo” e “bom” os serviços elencados pela pesquisa. A exceção fica por conta do “Central de atendimento à mulher”, que obteve 64,2% de avaliações positivas. As piores avaliações foram destinadas ao “Disque-Denúncia” e à “Central de Emergência 190”, com aproximadamente um quarto dos usuários avaliando como “ruim” ou “péssimo” o atendimento prestado. A tabela a seguir demonstra essa avaliação para todo o território nacional.

Tabela 3 – Avaliação dos serviços de Segurança Pública (Brasil)

Serviço	Já usou o seguinte serviço?					
	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não Respondeu	Não sabe/ Não lembra
Central de Emergência 190	14,0%	38,1%	23,4%	15,1%	0,2%	0,4%
Disque-Denúncia	15,5%	35,2%	22,4%	16,8%	0,3%	1,0%
Central de Atendimento à Mulher (ligue180)	20,9%	43,3%	17,6%	10,3%	0,8%	1,7%
Corregedoria de Polícia	17,6%	36,7%	21,7%	14,9%	0,2%	1,9%
Ouvidoria de Polícia	14,9%	41,0%	20,7%	13,5%	0,3%	3,1%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

De modo geral, este primeiro quadro avaliativo chama a atenção para duas questões: a primeira diz respeito à necessidade de investimentos na divulgação, no incremento da capilaridade e na facilidade de acesso da população aos serviços de segurança pública. Algumas instâncias como as Corregedorias e as Ouvidorias de Polícia não são sequer conhecidas por parte significativa da população brasileira. Outra questão a ser levada em conta é a necessidade de aumentar a qualidade destes serviços, considerada positiva por apenas metade de seus usuários.

4.2 CONTATO DA POPULAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE SUA ATUAÇÃO

Outro aspecto bastante importante a ser avaliado é a qualidade do contato entre a população e as próprias instituições de segurança pública. Experiências negativas de contato com as polícias, sejam pessoais ou de terceiros, tendem a fomentar percepções de baixa eficácia e eficiência destas corporações. Essa percepção negativa, por sua vez, gera na população sentimentos de desconfiança e resistência com relação às forças policiais, reduzindo a probabilidade de que se desenvolvam modalidades de cooperação com as instituições e, consequentemente, um ciclo virtuoso de implementação de intervenções e políticas de segurança pública.

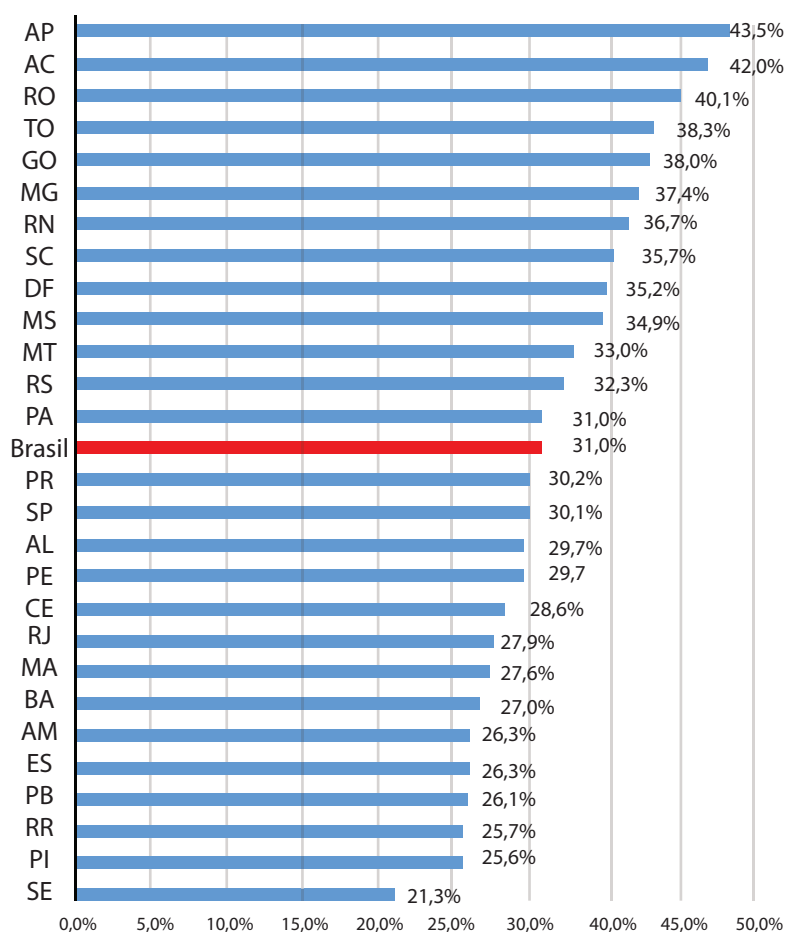
Na tentativa de avaliar a qualidade das interações entre sociedade civil e forças policiais, a PNV perguntou aos entrevistados sobre sete (07) tipos de contatos

possíveis: (1) “pedido de informação”; (2) “assistência ou primeiros socorros”; (3) “acidente de trânsito”; (4) “intervenção em crime em andamento”; (5) “comunicação de crime ou violência”; (6) “blitz”; (7) “revista pessoal”. De antemão, um dado chama bastante a atenção: 31% da população brasileira informou ter mantido pelo menos um destes tipos de contato com a polícia (Civil ou Militar) ao longo dos 12 meses anteriores à realização da pesquisa.

Este dado demonstra que a polícia talvez seja uma das instituições estatais mais demandadas pela população em seu cotidiano. No entanto, esta demanda não se refere necessariamente a questões estritamente relacionadas ao enfrentamento da criminalidade. Entre as categorias elencadas pela pesquisa, os “pedidos de informação” foram os mais citados pelos respondentes, com 13,1% dos entrevistados mencionando esta modalidade de contato. O gráfico e a tabela a seguir ilustram esses padrões de resposta.

Gráfico 2 – Contato com a polícia nos últimos 12 meses – Brasil e Estados

Contato com a polícia no últimos 12 meses



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 4 – Contato com a Polícia nos últimos 12 meses (Brasil)

Contato com a polícia nos últimos 12 meses		
Tipo de contato	Sim	Não
Pedido de informação	13,1%	86,9%
Assistência ou primeiro socorros	6%	94%
Acidente de trânsito	4,8%	95,25
Intervenção em crime ou violência	2,6%	97,4%
Comunicação de crime ou violência	7,7%	92,3%
Blitz	11%	89%
Revista pessoal	6,8%	93,2%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

De certa maneira, tal questão aponta para o vastíssimo leque de possibilidades de interações e de serviços inseridos naquilo que tradicionalmente se define, com boa dose de generalidade e imprecisão, como “atividade policial”. Trata-se de uma discussão extremamente complexa e que, no fundo, remete à questão sobre o que seria, de fato, a atividade policial (SKOLNICK, 1994; BAYLEY, 1985; BITTNER, 1974; BROUDEUR, 2010; MUNIZ & PROENÇA JÚNIOR, 2014). Pesquisas recentes realizadas a partir de análise rigorosa dos próprios registros de atividades das polícias brasileiras indicam que aquilo que se define como “atividade policial” abarca uma imensa gama de procedimentos e atuações em eventos não necessariamente relacionados ao enfrentamento de atividades criminosas (RENNÓ SANTOS, 2012). E se existe o objetivo de avaliar a qualidade das interações entre sociedade civil e organizações policiais, bem como a excelência dos serviços de segurança pública, tais questões precisam ser levadas em consideração.

Feita esta observação, resta dizer que, de modo geral, a **PNV** apontou que a população brasileira faz uma avaliação bastante positiva das interações mantidas com as forças de segurança. Na média, cerca de 80% dos respondentes avaliaram positivamente o último contato que tiveram com a polícia. A tabela a seguir mostra esse padrão de resposta para todo o território nacional.

Tabela 5 – Avaliação do último contato com a polícia (Brasil)

Último contato mantido com a polícia	Avaliação		
	Sim	Não	Não sabe/ Não respon- deu
Foram educados, corteses prestativos interessados e respeitaram seus direitos?	81,9%	17,0%	0,9%
Foram aproveitadores, oportunistas, relaxados, displicentes?	14,4%	84,5%	0,9%
Agiram dentro da lei?	84,4%	13,8%	1,6%
Foram preconceituosos?	10,2%	88,7%	1,0%
Foram rápidos?	73,2%	25,7%	0,9%
Foram violentos / agressivos?	8,1%	91,0%	0,7%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Chama atenção apenas o percentual relativamente alto dos respondentes (quase 26%) que avaliou negativamente a rapidez do atendimento prestado pela polícia em seu último contato. A percepção de lentidão ou de rapidez do atendimento encontra-se diretamente associada às noções de eficiência e eficácia do trabalho policial, medidas importantíssimas para determinar, entre outras questões, a predisposição dos cidadãos em acionar e colaborar com as instituições de segurança pública em seu cotidiano.

4.3 Avaliação da atuação, confiança e vitimização por parte das polícias e comparações internacionais

Conforme discutido anteriormente, parece haver uma relação dialética entre o modo como as instituições de segurança pública são percebidas pelos diferentes segmentos da sociedade civil e as formas pelas quais tais estratos se relacionam com estas organizações. De certo modo, é esta pressuposição que faz com que grande parte dos estudos sobre as relações entre sociedade civil e organizações policiais abordem, de maneira articulada, as muitas dimensões da percepção social sobre a atividade policial. Atenta a esta discussão, a **PNV** procurou mensurar a confiança da população brasileira em suas organizações policiais. E os resultados

obtidos confirmaram uma tendência que já vinha sendo apontada por estudos anteriores, ainda que em nível regional: no Brasil, o nível de confiança nas organizações policiais é extremamente baixo. No país como um todo, pouco mais de 18% dos entrevistados afirmaram “confiar muito” na Polícia Militar, enquanto 16,6% disseram isso da Polícia Civil. Para ambas as corporações, o percentual de pessoas que afirmou “não confiar” é maior do que aquelas que “confiam muito”: 22,3% não confiam na PM e 20,7% não confiam na PC.

Ainda dentro deste campo, os resultados obtidos em quatro estados chamam a atenção. No Amazonas (AM), Rio de Janeiro (RJ) e Pará (PA), por exemplo, cerca de um terço dos moradores declara “não confiar” na Polícia Militar. Já no que se refere à Polícia Civil, os maiores índices de desconfiança foram registrados no Amazonas (34,9%), Roraima (30,4%) e Pará (29,3%). As tabelas a seguir detalham estes resultados.

Tabela 6 – Confiança na Polícia Militar – Brasil e Estados

De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA MILITAR o(a) Sr(a)			
Estado	Confia muito	Confia um pouco	Não confia
AC	17,7%	65,4%	16,9%
AL	17,0%	58,3%	24,3%
AM	8,4%	53,4%	38,2%
AP	14,9%	64,1%	21,0%
BA	19,3%	58,5%	22,2%
CE	14,9%	58,5%	26,6
DF	18,7%	64,6%	16,4%
ES	18,0%	60,5%	21,4%
GO	15,2%	59,7%	24,8%
MA	13,4%	60,6%	26,0%
MG	26,1%	57,5%	16,2%
MS	18,9%	64,9%	16,2%
MT	16,3%	60,1%	23,4%
PA	8,9%	58,3%	32,7%
PB	22,1%	58,5%	19,4%
PE	18,1%	57,5%	24,3%
PI	15,2%	61,5%	19,0%
PR	20,0%	61,0%	19,0%
RJ	10,8%	56,2%	32,9%
RN	13,6%	57,5%	28,9%
RO	18,8%	67,3%	13,9%
RR	12,0%	61,4%	26,6%
RS	21,7%	64,2%	14,2%
SC	21,0%	63,3%	15,6%
SE	16,8%	58,5%	24,6%
SP	19,2%	60,5%	20,3%
TO	17,5%	66,9%	14,4%
Brasil	18,0%	59,6%	22,3%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 7 – Confiança na Polícia Civil – Brasil e Estados

De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA CIVIL o(a) Sr(a)			
Estado	Confia muito	Confia um pouco	Não confia
AC	13,2%	70,7%	16,1%
AL	15,8%	59,1%	24,5%
AM	7,4%	57,5%	34,9%
AP	19,0%	65,4%	15,6%
BA	19,2%	59,2%	21,3%
CE	15,3%	60,6%	24,0%
DF	24,2%	63,1%	11,8%
ES	16,2%	62,7%	20,8%
GO	17,1%	64,3%	18,2%
MA	12,5%	60,1%	27,3%
MG	23,0%	58,7%	18,0%
MS	18,8%	66,5%	14,4%
MT	16,7%	62,5%	20,5%
PA	9,0%	61,6%	29,3%
PB	20,2%	58,8%	21,0%
PE	17,6%	58,9%	23,2%
PI	12,3%	63,5%	24,1%
PR	17,3%	63,9%	18,6%
RJ	14,0%	61,8%	24,0%
RN	14,9%	63,2%	21,9%
RO	16,8%	67,9%	15,3%
RR	6,3%	63,3%	30,4%
RS	16,7%	70,7%	12,6%
SC	17,7%	67,7%	14,1%
SE	16,5%	56,9%	26,4%
SP	15,7%	63,4%	20,5%
TO	16,1%	65,3%	16,9%
Brasil	16,65	62,5%	20,7%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Mesmo quando comparados aos índices de confiança nas polícias observados em outros países da América Latina, os resultados obtidos pela PNV chamam a atenção. Comparando os dados da **Pesquisa Nacional de Vitimização** com estudo feito em outros onze países da região pela organização **Latinobarómetro**⁵, observa-se que o Brasil ocupa a quarta posição em nível de desconfiança nas instituições policiais. Apenas no México, no Paraguai e na Bolívia houve um percentual maior de pessoas que responderam “não confiar” nas polícias. As tabelas e o gráfico a seguir ilustram essa comparação.

Tabela 8 – Confiança na Polícia Militar – Brasil

Confiança na Polícia Militar (PM) - Brasil		%
De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA MILITAR o(a) Sr(a)	Confia muito	12,1
	Confia um pouco	56,8
	Não confia	31,1
Total		100,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 9 – Confiança na Polícia Civil – Brasil

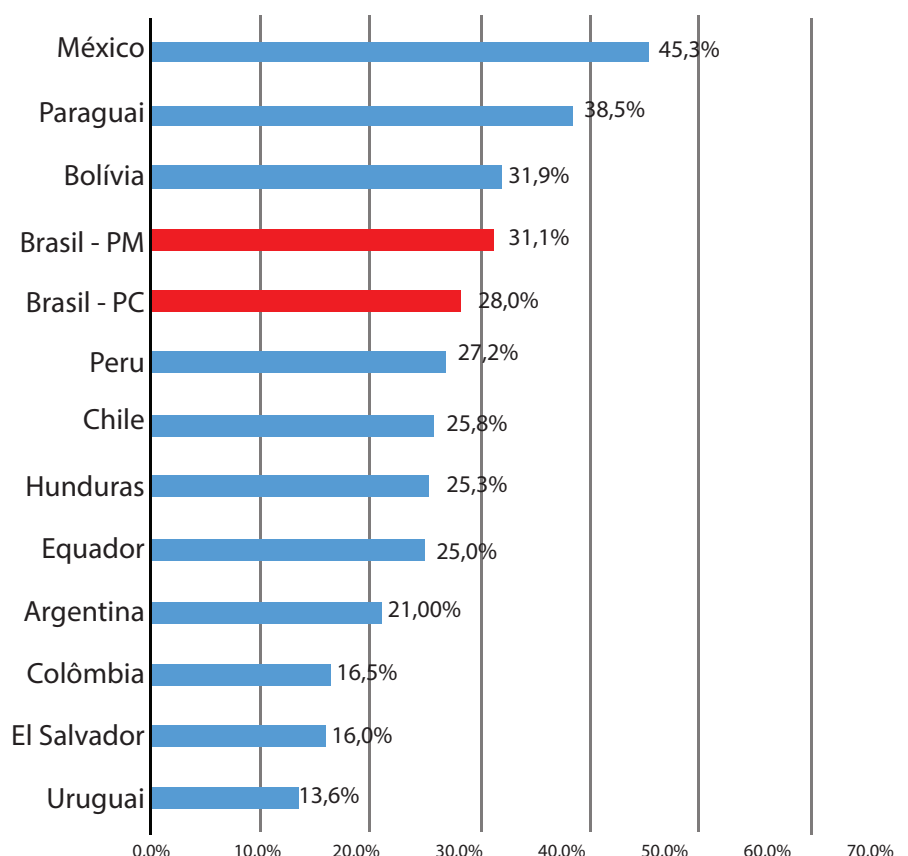
Confiança na Polícia Civil (PC) - Brasil		%
De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA CIVIL o(a) Sr(a)	Confia muito	14,8
	Confia um pouco	57,1
	Não confia	28,0
Total		100,0

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Gráfico 3 – Não confia nas Polícias – Brasil e países da América Latina

5 Latinobarómetro é uma Organização Não-Governamental de direito privado, sem fins lucrativos, sediada no Chile. O órgão atua como instituto de pesquisas comparadas de opinião pública em 18 países da América Latina.

Confiança nas Polícias na América Latina: não confia



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012 e Latinobarómetro, 2011

Conforme mencionado anteriormente, não existe aqui o objetivo de identificar quais são os determinantes desses níveis de confiança, ou mesmo mensurar seus impactos sobre a conformação deste indicador. Apesar disso, alguns caminhos para este tipo de investigação podem ser intuitivamente apontados. Um deles, por exemplo, diz respeito à relação entre avaliação de desempenho e confiança nas polícias. Melhores ou piores avaliações de desempenho das polícias (ainda que baseadas em uma grande diversidade de fatores como experiência pessoal, ou de terceiros, bem como de percepções socialmente difusas ou midiaticamente orientadas) certamente podem influenciar em maiores ou menores níveis de confiança nestas instituições.

Estimulada a manifestar sua opinião sobre alguns quesitos operacionais das polícias Militar e Civil, parte expressiva da amostra entrevistada pela PNV demonstrou não fazer uma boa avaliação sobre a atuação destas corporações. Mais da metade dos respondentes, 57,7% para ser mais exato, avaliou, por exemplo, que os PMs “abusam do uso da força e de sua autoridade”. Outro aspecto que

merece destaque diz respeito à temática do controle da atividade policial: 54,4% acham que os militares fazem “vista grossa à desonestidade de seus colegas”. No que se refere ao trato cotidiano direto dos militares com a população, metade da amostra avalia que os PMs “são preconceituosos quando abordam pessoas nas ruas”. A tabela a seguir demonstra esses resultados para todo o Brasil.

Tabela 10 – Avaliação da atuação da Polícia Militar (Brasil)

Atuação da Polícia Militar	Avaliação			
	Concorda	Discorda	Não concorda, nem discorda	Não sabe/Não se lembra
Os PMs sabem como agir em situações de risco e perigo	51,3%	27,8%	15,2%	5,7%
Os PMs atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança	35,8%	41,2%	17,6%	5,4%
Os PMs abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei	39,9%	36,8%	15,7%	7,6%
Os PMs não estão preparados para usar armas de fogo	35,2%	41,4%	16,7%	6,7%
Os PMs abusam do uso da força e de sua autoridade	57,7%	22,2%	13,8%	6,3%
Os PMs fazem “vista grossa” à desonestidade de seus colegas	54,4%	22,2%	12,2%	11,2%
Os PMS são preconceituosos quando abordam as pessoas nas ruas	49,9%	28,0%	13,3%	8,7%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Por outro lado, no que se refere à investigação de crimes por parte da Polícia Civil, os resultados são ligeiramente melhores, com cerca de 38% dos respondentes de todo o Brasil avaliando a atuação como “ótima” ou “boa”. Em termos regionais, as melhores percepções relacionadas a este quesito foram obtidas pelas Polícias Civis dos estados de Mato Grosso do Sul (MS), Amapá (AP) e Rondônia (RO), com 51,1%, 50,9% e 50,6% de avaliações “ótimo” e “bom”, respectivamente. Já os piores foram os estados de Alagoas (AL), Pará (PA) e Ceará (CE), com 22,5%, 20,4% e 19% de avaliações “ruim” e “péssimo”, respectivamente. A tabela a seguir ilustra esses resultados.

Tabela 11 – Avaliação da atuação da Polícia Civil: Investigação de Crimes - Brasil e Estados

Avaliação da atuação da Polícia Civil na Investigação de Crimes						
Estado	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sabe/ Não lembra
AC	11,2%	35,5%	35,1%	7,0%	6,2%	5,0%
AL	7,8%	27,2%	35,0%	10,0%	12,5%	7,4%
AM	4,9%	30,6%	40,1%	9,7%	8,6%	6,2%
AP	15,3%	35,6%	35,3%	5,8%	6,1%	2,0%
BA	8,5%	32,3%	36,3%	8,3%	7,0%	7,7%
CE	5,4%	33,0%	35,5%	9,9%	9,1%	7,0%
DF	7,9%	35,8%	32,5%	5,3%	2,7%	15,8%
ES	5,9%	32,8%	32,5%	8,3%	6,8%	14,8%
GO	6,8%	32,0%	34,8%	8,8%	6,3%	11,3%
MA	4,3%	27,8%	43,6%	11,0%	6,6%	6,7%
MG	7,5%	39,9%	28,3%	5,7%	4,8%	13,7%
MS	9,9%	41,2%	31,7%	4,1%	4,4v	8,7%
MT	3,4%	36,0%	39,1%	7,5%	5,3%	8,7%
PA	6,7%	25,8%	42,4%	9,7%	10,7%	4,6%
PB	6,4%	34,3%	34,5%	8,8%	6,9%	9,4%
PE	7,2%	31,0%	34,4%	7,1%	8,5%	11,8%
PI	4,7%	30,5%	43,0%	7,6%	6,0%	8,2%
PR	4,7%	32,9%	30,9%	9,6%	6,4%	15,4%
RJ	5,3%	28,7%	34,1%	9,5%	9,3%	13,1%
RN	7,6%	30,2%	37,1%	8,1%	9,3%	7,7%
RO	9,1%	41,5%	29,5%	6,6%	5,0%	8,3%
RR	5,1%	29,7%	44,3%	13,3%	5,7%	1,9%
RS	4,1%	30,6%	35,5%	6,8%	3,2%	19,8%
SC	6,0%	38,4%	32,1%	6,1%	3,8%	13,7%
SE	5,1%	28,6%	42,1%	3,1%	9,5%	5,6%
SP	6,6%	31,6%	31,3%	8,6%	5,5%	18,2%
TO	5,0%	26,7%	28,3%	3,6%	6,7%	29,7%
Brasil	5,8%	32,4%	33,6%	8,2%	6,5%	13,5%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

A despeito da importância de se conhecer as percepções e avaliações que a população como um todo faz das instituições e serviços de segurança pública, as opiniões mais qualificadas a respeito do tema talvez sejam provenientes daqueles que foram vítimas de crimes e recorreram às polícias. Ou seja, todos aqueles que, em situações mais extremas, se viram obrigados ou optaram por utilizar os serviços de segurança pública.

De modo geral, dentro deste estrato específico, as opiniões sobre a atuação policial se mostram ainda mais negativas. Em média, mais da metade das pessoas que foram vítimas de crimes contra o patrimônio nos últimos 12 meses e que recorreram às polícias alegam não terem ficado satisfeitas com a maneira como as instituições lidaram com o caso. As únicas exceções ficaram por conta das vítimas de furto e roubo de veículos, modalidades para as quais pouco menos da metade dos respondentes se declarou “insatisfeita” com o trabalho policial. Ainda assim, o grau de satisfação apurado foi bastante aquém do que seria desejável. A tabela a seguir apresenta tais avaliações.

Tabela 12 – Satisfação das vítimas de crime com o trabalho policial - Brasil

Crime do qual foi vítima nos últimos 12 meses	De um modo geral como a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a) satisfeito(a) ou não?		
	Sim ficou satisfeito(a)	Não ficou satisfeito(a)	Não sabe/ Não se lembra
Furto de veículo	49,8%	47,5%	2,7%
Roubo de veículo	59,5%	39,1%	1,4%
Furto de motocicleta	38,4%	57,7%	3,9%
Roubo de motocicleta	47,3%	52,7%	0,0%
Furto de objeto	41,8%	55,9%	2,3%
Roubo de objeto	45,3%	53,9%	0,8%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

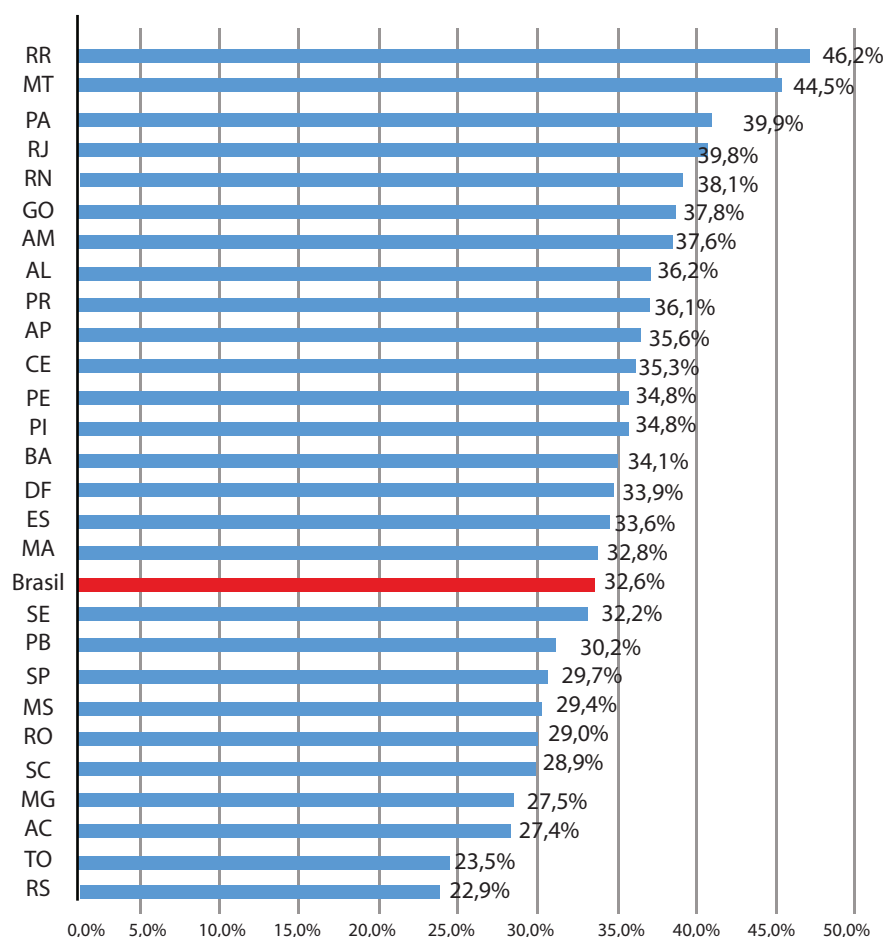
Outra dimensão importante para compreender os baixos níveis de confiança que a população brasileira deposita nas polícias é a avaliação de que as corporações não exercem de maneira adequada sua atividade correicional, incorrendo em baixos níveis de controle dos desvios de conduta praticados por seus agentes. Tal cenário fica claro a partir dos dados produzidos pela **PNV**, que demonstram que 32,6% da população brasileira avalia como “ruim” ou “péssima” a qualidade da punição aplicada aos policiais militares com mau comportamento, enquanto 27,9% também avalia negativamente as punições aplicadas aos policiais civis. Em todo o país, apenas 22,6% e 23,2% dos entrevistados avaliaram como “ótima” ou “boa” a qualidade das punições aplicadas, respectivamente a policiais militares e civis.

As piores avaliações foram obtidas nos estados de Roraima (RR), Mato Grosso (MT) e Pará (PA), onde o percentual médio de avaliações negativas sobre a qualidade das punições aplicadas a PMs e PCs com mau comportamento fica em torno de 40% das populações locais. Em contraposição, os estados que possuem as melhores percepções populares sobre a qualidade das punições aplicadas aos policiais são Minas Gerais (MG), Rondônia (RO), Acre (AC) e Bahia (BA), todos com aproximadamente 30% dos respondentes avaliando o quesito como “ótimo” ou “bom”. Os gráficos a seguir ilustram esses padrões.

Novamente, cabe ressaltar que tais resultados obviamente não refletem diretamente a realidade das atividades de controle correicional exercidas pelas polícias em cada estado, mas tão somente a percepção popular sobre esta questão. Sobretudo porque, como demonstrado anteriormente, um percentual relativamente pequeno da população conhece as instâncias institucionais de controle da atividade policial (corregedorias e ouvidorias de polícia). No entanto, trata-se de elemento extremamente importante para pensar a questão da confiança pública nas corporações e, conseqüentemente, as relações que se estabelecem entre sociedade civil e instituições de segurança pública.

**Gráfico 4 – Avaliação da população sobre a punição dos Policiais Militares com mau comportamento:
Ruim e Péssimo – Brasil e Estados**

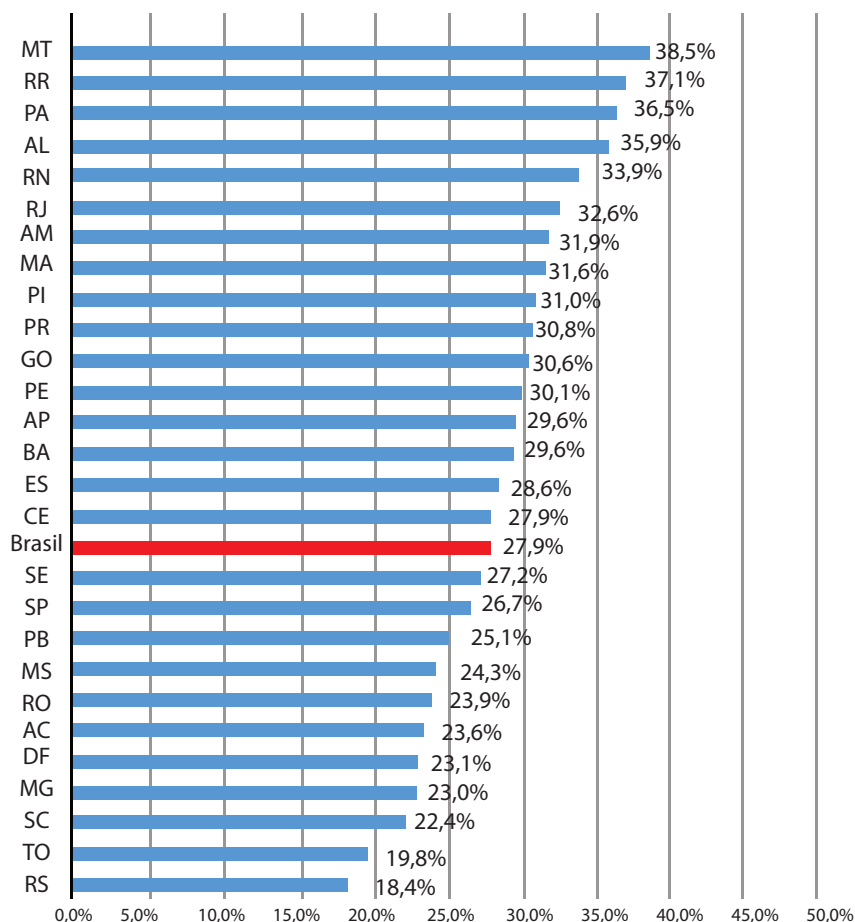
Punição dos Policiais Militares com mau comportamento - Ruim ou Péssimo



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Gráfico 5 – Avaliação da população sobre a punição dos Policiais Civis com mau comportamento: Ruim e Péssimo – Brasil e Estados

Punição dos Policiais Civis com mau comportamento - Ruim ou Péssimo



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Por fim, outra questão importante a ser levada em consideração quando se avaliam os baixos níveis de confiança da população brasileira nas instituições policiais é a experiência de vitimização dos cidadãos por parte das próprias polícias. Pessoas que já foram vítimas de agressão ou extorsão praticadas por policiais, por exemplo, certamente tenderão a manter uma percepção muito pior das corporações e de seu trabalho. Além disso, tais episódios de vitimização também podem influenciar o círculo direto de relações pessoais das vítimas, espalhando avaliações negativas por diversos segmentos sociais. Nesse sentido, cabe levar em consideração não apenas os indicadores de vitimização direta, mas também os que dizem respeito à vitimização de parentes ou pessoas conhecidas.

Questionados pela PNV sobre episódios de vitimização por parte da polícia, 4% da população brasileira afirmou já ter sido vítima de “violência física” por parte de policiais militares alguma vez na vida, enquanto 1,1% diz já ter sido fisicamente agredida por policiais civis. No que diz respeito a insultos ou agressões verbais, 6,7% dos entrevistados afirmaram já terem sido ofendidos por policiais militares, enquanto 2,1% relatam já terem sofrido esse tipo de agressão por parte de policiais civis. Por fim, questionados sobre extorsões ou pagamentos de propinas a policiais, 2,6% dos entrevistados afirmaram já terem sido vítimas deste tipo de prática por parte de policiais militares e 0,8% por parte de policiais civis. Quando as perguntas sobre vitimização por parte da polícia se direcionam a outros moradores do domicílio, os padrões seguem razoavelmente a mesma proporção, conforme indica a tabela a seguir.

Tabela 13 – Vitimização por parte das polícias – Pessoal e de morador do domicílio - Brasil

Vitimização por partes das Polícias - Violência Física		
	Polícia Militar	Polícia Civil
Pessoal	4,0%	1,1%
Morador do domicílio	3,0%	0,8%

Vitimização por parte das Polícias - Insulto ou Agressão Verbal		
	Polícia Militar	Polícia Civil
Pessoal	6,7%	2,1%
Morador do domicílio	4,0%	1,1%

Vitimização por parte das Polícias - Extorsão ou Pagamento de Propina		
	Polícia Militar	Polícia Civil
Pessoal	2,6%	0,8%
Morador do domicílio	2,0%	0,6%

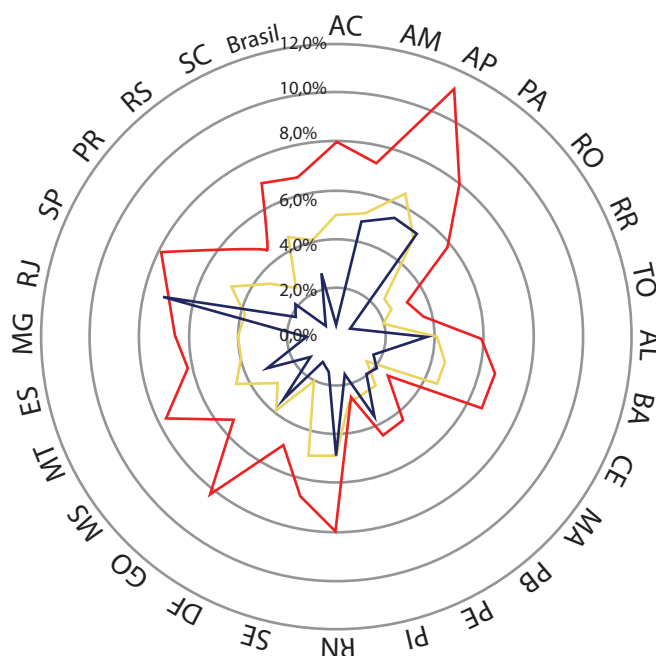
Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Dentro dos estados, os perfis de relatos de vitimização por parte das polícias variam de maneira expressiva. No entanto, algumas unidades da federação chamam a atenção. O Amapá (AP), por exemplo, é o estado onde o maior percentual de entrevistados afirmou ter sido vítima de agressão física e verbal por parte da Polícia Militar. O Rio de Janeiro (RJ), por outro lado, é o estado onde a maior parcela da população relata ter sido vítima de extorsão por parte da PM. No Pará (PA) é onde se encontra o maior percentual de entrevistados que afirmam ter sido vítimas de extorsão por parte da Polícia Civil. Os gráficos a seguir ilustram esses perfis para as polícias Civil e Militar.

Gráfico 6 – Vitimização por parte de Policial Civil – Brasil e Estados

VITIMIZAÇÃO POR PARTE DA POLICIA MILITAR (PM) - Brasil e Estados

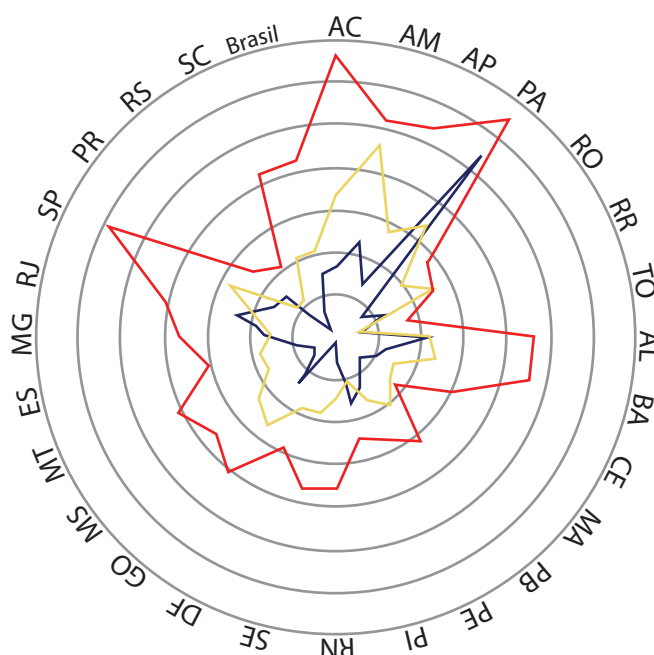
— Violência física — Insulto ou agressão verbal — Extorsão ou teve que pagar propina



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

VITIMIZAÇÃO POR PARTE DA POLICIA MILITAR (PM) - Brasil e Estados

— Violência física — Insulto ou agressão verbal — Extorsão ou teve que pagar propina



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

De certo modo, os percentuais elevados de relatos de vitimização por parte das polícias dialogam de maneira muito estreita com o cenário de baixa confiança nas instituições de segurança pública, apontado pela **PNV**. Episódios de agressões físicas ou verbais, bem como práticas de extorsão ou pagamento de propina praticados por policiais contribuem sensivelmente para a diminuição dos níveis de legitimidade das políticas de segurança pública, em geral, bem como das corporações policiais, em particular. Somada aos baixos níveis de conhecimento popular dos canais institucionais disponíveis ao controle da atividade policial, a vitimização por parte das polícias certamente constitui uma das mais importantes questões a serem observadas por *policymakers* da área de segurança no Brasil.

4.4 AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO E CONFIANÇA NAS POLÍCIAS, POR PERFIS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS, POR VITIMIZAÇÃO CRIMINAL E CONTATO COM INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Compreender de maneira precisa como se formam as percepções e representações sociais a respeito das instituições de segurança pública é tarefa extremamente complexa. O modo como as pessoas percebem e avaliam questões como a qualidade, a eficiência e a eficácia do trabalho policial, por exemplo, não decorre somente da oscilação positiva ou negativa das taxas de criminalidade, ou mesmo dos indicadores de produtividade obtidos pelas corporações. As percepções, avaliações e diferentes níveis de confiança nas instituições também são tributárias de um vasto leque de fatores sociodemográficos, econômicos, culturais, históricos e midiáticos, alguns dos quais, inclusive, com pouca relação *stricto sensu* com a temática da segurança pública.

Diferentes perfis demográficos e socioeconômicos ensejam hábitos cotidianos, estilos de vida e modos particulares de se relacionar com os espaços urbanos, bem como variadas percepções, atitudes e avaliações com relação às instituições de segurança pública. É nesse sentido que, ao longo dos últimos anos, diversos estudos têm tentado compreender de que modo e em que medida variáveis como faixa etária, grau de instrução, raça/cor, nível socioeconômico, entre outras, determinam diferenças nos perfis de avaliação e confiança nas organizações policiais, por exemplo (BROWN & BENEDICT, 2002; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011; SILVA & BEATO, 2013).

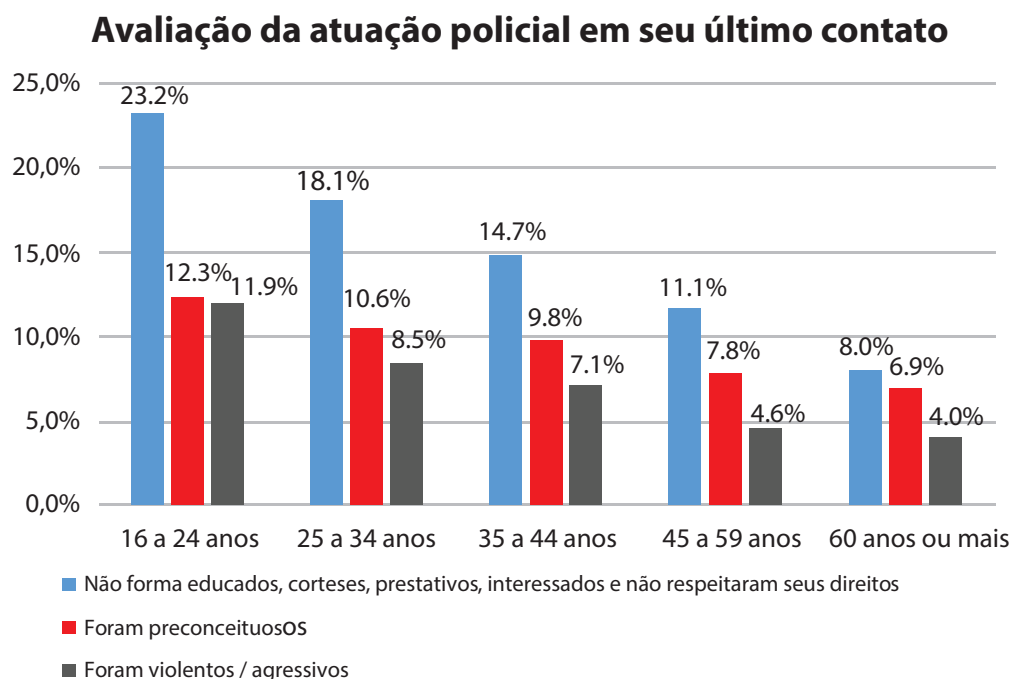
Conforme dito anteriormente, não existe aqui a pretensão de mensurar o poder e determinação destas variáveis sobre as avaliações ou os níveis de confiança que a população brasileira deposita nas instituições de segurança pública. Pretende-se apenas apresentar algumas das diferenças mais expressivas assumidas por estas percepções, quando a amostra pesquisada é dividida a partir

de variáveis como faixa etária, renda, raça/cor, etc. É claro que também não está sendo dito aqui que tais diferenças perceptivas podem ser direta ou exclusivamente atribuídas às variáveis selecionadas. Muito provavelmente, uma

infinidade de outros fatores atua de maneira direta ou interveniente sobre as percepções observadas, contribuindo para sua conformação específica. Ainda assim, os resultados obtidos pela **PNV** permitem identificar algumas possibilidades de análise a serem futuramente exploradas.

A dimensão da faixa etária, por exemplo, parece ser um fator importante a ser levado em consideração quando se procura compreender as avaliações e os níveis de confiança da população nas instituições de segurança pública. De acordo com a **PNV**, os estratos mais jovens da população tendem a avaliar o trabalho policial de maneira mais negativa. Questionados sobre a atuação dos policiais durante o último contato direto que tiveram com as forças de segurança, os jovens (16 a 24 anos) foram, proporcionalmente, aqueles que mais consideraram os agentes preconceituosos, violentos, agressivos, pouco educados e desrespeitosos com relação aos seus direitos. Por outro lado, quanto maior a faixa etária, melhor a avaliação do desempenho policial, conforme o gráfico a seguir.

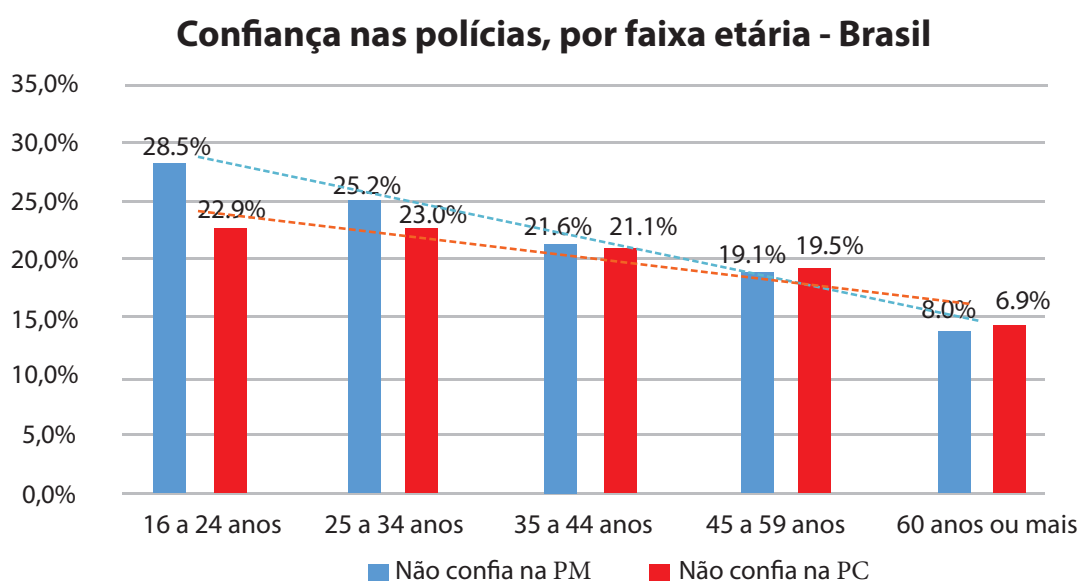
Gráfico 8 – Avaliação da atuação policial em seu último contato, por faixa etária – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

O mesmo padrão pode ser observado quando o assunto são os níveis de confiança nas organizações policiais. Em termos proporcionais, os mais jovens concentram os maiores percentuais de pessoas que afirmam “não confiar” nas instituições. Por oposição, a redução da desconfiança é praticamente linear à medida que a idade dos entrevistados aumenta. O gráfico a seguir demonstra esse padrão, que é basicamente o mesmo para ambas as polícias.

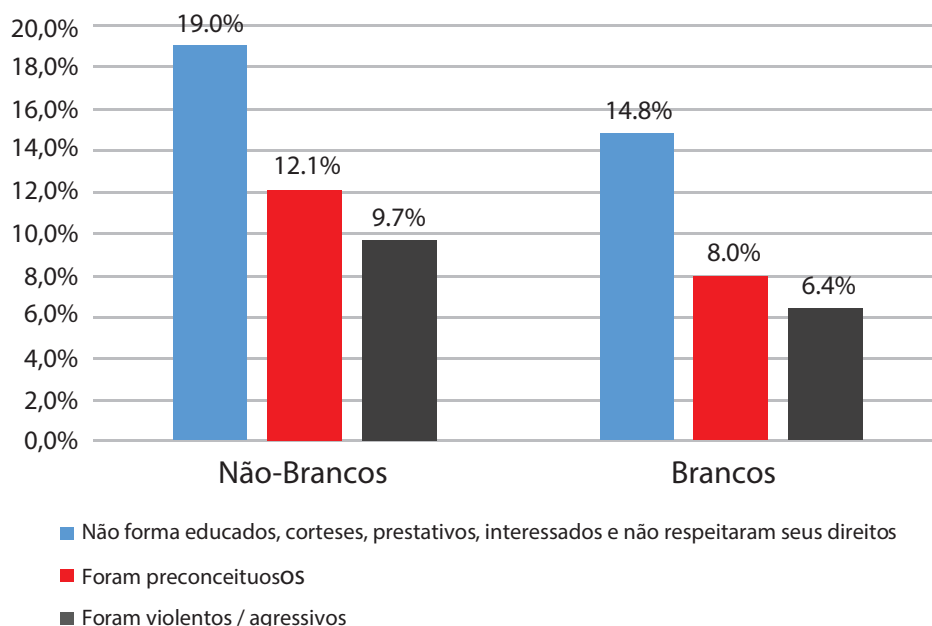
Gráfico 9 – Confiança nas Polícias, por faixa etária - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

A dimensão racial também parece ser outra dimensão potencialmente relacionada a melhores ou piores avaliações das instituições e serviços de segurança pública. Os dados obtidos pela PNV indicam a existência de um perfil de avaliação significativamente pior da atuação policial, entre os entrevistados que se auto-declararam “não-brancos” (pretos, pardos, indígenas, amarelos, morenos e outra cor). Incitados a avaliar a atuação dos policiais durante o último contato direto que tiveram com as forças de segurança, a proporção de “não-brancos” que classificaram os agentes como “preconceituosos” ou “violentos/agressivos” foi 51% maior do que os autodeclarados “brancos”. O gráfico a seguir mostra essa tendência.

Gráfico 10 – Avaliação da atuação policial em seu último contato, por raça/cor – Brasil

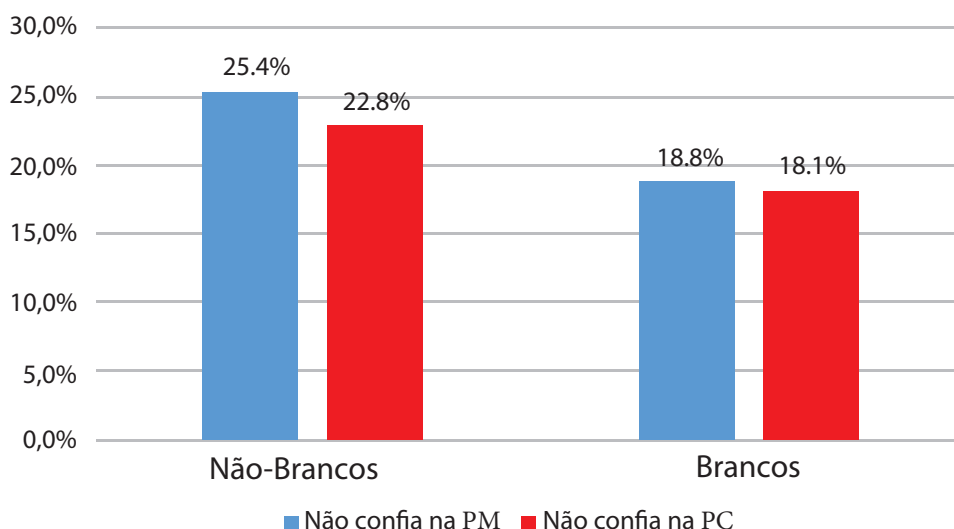


Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

O mesmo padrão de concentração de avaliações negativas entre “não-brancos” estende-se para os níveis de confiança nas polícias. Em termos proporcionais, o percentual de “não-brancos” que afirmam “não confiar” na Polícia Militar e na Polícia Civil é, respectivamente, 35% e 26% maior do que o de “brancos”. O gráfico a seguir ilustra essa tendência.

Gráfico 11 – Confiança nas Polícias, por raça/cor – Brasil

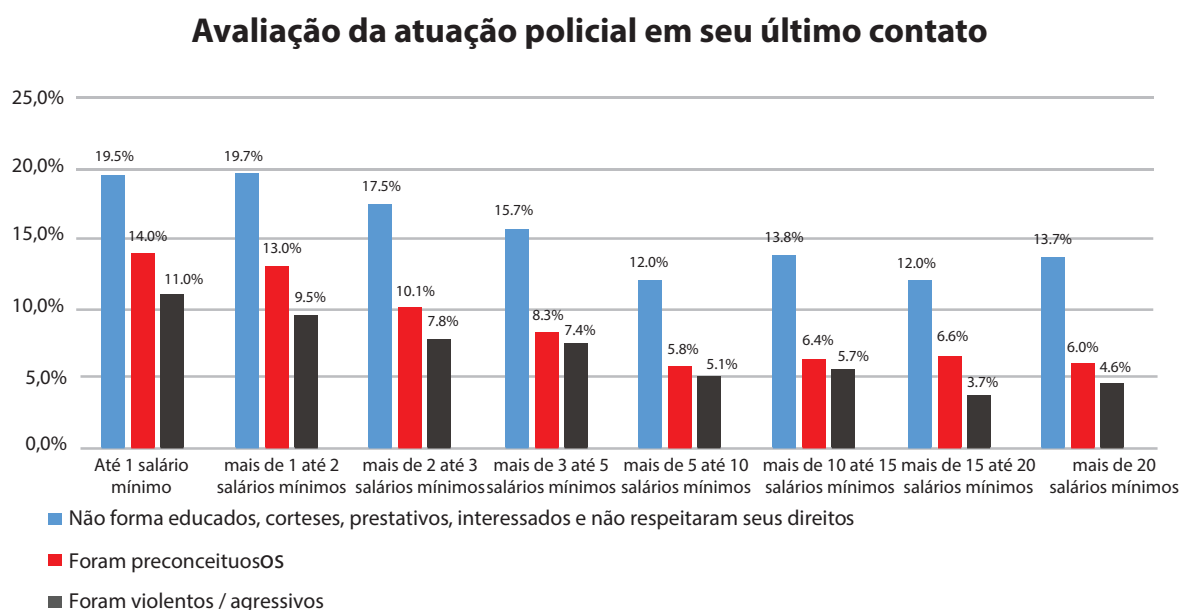
Confiança nas polícias, por raça/cor - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Por fim, um perfil semelhante de concentração de avaliações negativas e baixos níveis de confiança também pode ser observado entre famílias de baixa renda. Entre os dois extremos das faixas de renda mensuradas pela pesquisa, ou seja, entre entrevistados cuja renda familiar é de até um salário mínimo e aqueles cuja renda é de mais de 20 salários, a diferença entre os que avaliam os policiais como “preconceituosos” é de 133%. Também entre os mais pobres, o percentual de respondentes que avaliam os policiais como “violentos/agressivos” é 139% maior do que entre os mais ricos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

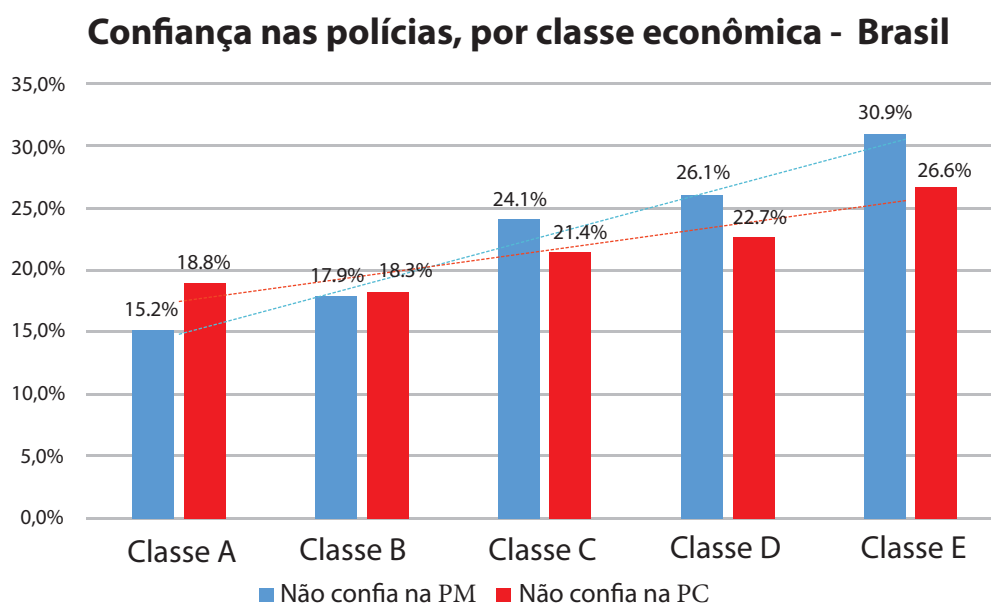
Gráfico 12 – Avaliação da atuação policial em seu último contato, por faixa de renda familiar – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Dividindo a amostra da PNV por classes econômicas⁶, observa-se que o maior percentual daqueles que dizem “não confiar” nas polícias encontra-se justamente entre aqueles com menor poder de consumo. Em termos proporcionais, o percentual de respondentes pertencentes à “classe E” que afirmam “não confiar” na Polícia Militar é 103% maior do que os entrevistados pertencentes à classe A. O mesmo padrão pode ser observado nos níveis de desconfiança dedicados à Polícia Civil, ainda que em proporção significativamente menor: o percentual dos mais pobres que afirmam “não confiar” na PC é 41% maior do que os mais ricos. O gráfico a seguir ilustra essa tendência.

Gráfico 13 – Confiança nas Polícias, por classe econômica - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

O que os dados da PNV indicam, portanto, é que parece haver no Brasil um padrão bastante definido de avaliação da atuação e de níveis de confiança nas polícias. Em média, as piores percepções com relação aos serviços e instituições de segurança pública concentram-se entre a população jovem, não-branca e com menores níveis de renda. Na literatura especializada sobre o tema, uma

⁶ Para dividir a amostra em classes econômicas, a PNV utilizou o “Critério de Classificação Econômica Brasil” do ano de 2008, classificação adotada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) e que leva em consideração não apenas a renda do respondente, mas também outros quesitos como, por exemplo, a posse de bens e seu grau de instrução formal. Os parâmetros do “CRBrasil 08”, utilizado pela PNV, encontram-se disponíveis para consulta em www.abep.org/new/Servicos/Download.aspx?id=05.

das possíveis explicações para tal padrão perceptivo é a existência de padrões diferenciados de atuação das forças de segurança, em função de diferenças demográficas e socioeconômicas da população.

No Brasil, assim como em outros países, já existe uma tradição bastante consolidada de estudos que discute a questão da seletividade do Sistema de Justiça Criminal. De modo geral, trata-se da sobrerrepresentação de determinados estratos sociais entre os alvos preferenciais das forças policiais e do Sistema de Justiça (geralmente pessoas oriundas de classes de baixo status socioeconômico), a despeito de evidências empíricas e criminais que justifiquem tal desproporção (ANDRADE & ANDRADE, 2014).

Misse (2008), por exemplo, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, discute o processo de construção social e institucional de “suspeitos potenciais” por parte do Sistema de Justiça Criminal e, conseqüentemente, no estabelecimento de modos diferenciados de agir, fundamentados em características demográficas e socioeconômicas, por parte das agências de controle social do Estado. O mesmo processo de atuação direcionada e seletiva por parte das organizações policiais foi verificado por Ghiringhelli (2010) e Adorno (1995), em estudos realizados, respectivamente em Porto Alegre e São Paulo, sobre a investigação criminal. Os próprios dados obtidos pela PNV apontam a existência de padrões bastante diferenciados de vitimização por parte da polícia, principalmente quando se divide a população entre “jovens” e “não-jovens”, “brancos” e “não-brancos” e classe econômica. Entre “jovens” (16 a 24 anos), por exemplo, o percentual de entrevistados que declararam já terem sido vítimas de agressão física por parte de policiais militares é 97% maior do que entre “não-jovens” (acima de 24 anos). As tabelas a seguir apresentam esses resultados para as polícias Militar e Civil.

Tabela 14 – Vitimização por parte da PM – Faixa Etária

Já foi vítima de Violência Física por parte de PM		
Faixa Etária	Sim	Não
Jovens	6,5%	93,5%
Não-Jovens	3,3%	96,7%
Total	4,0%	96,0%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 15 – Vitimização por parte da PC – Faixa Etária

Já foi vítima de Violência Física por parte de PC		
Faixa Etária	Sim	Não
Jovens	1,4%	98,6%
Não-Jovens	1,0%	99,0%
Total	1,0%	99,0%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Um padrão razoavelmente semelhante pode ser observado quando a questão da vitimização por parte das polícias é observada pelo prisma da raça/cor da população. Entre aqueles autodeclarados “não-brancos” (pretos, pardos, indígenas e amarelos), o percentual de respondentes que informaram já terem sido vítimas de agressão física por parte de PMs é 47% maior do que aqueles classificados como “brancos”. As tabelas a seguir apresentam esses resultados para as polícias Militar e Civil.

Tabela 16 – Vitimização por parte da PM – Raça/Cor

Já foi vítima de Violência Física por parte de PM		
Raça/Cor	Sim	Não
Branços	3,2%	96,8%
Não Brancos	4,7%	95,3%
Total	4,0%	96,0%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

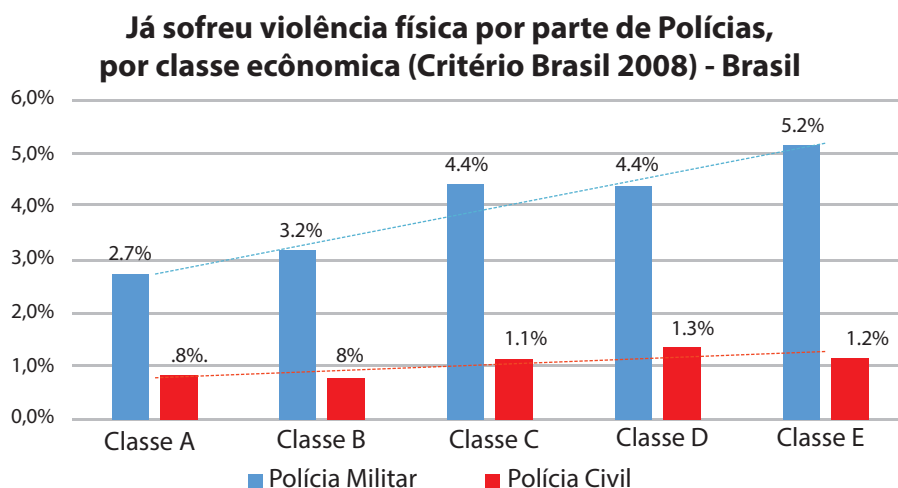
Tabela 17 – Vitimização por parte da PC – Raça/Cor

Já foi vítima de Violência Física por parte de PC		
Raça/Cor	Sim	Não
Branços	0,9%	99,1%
Não-Brancos	1,2%	98,8%
Total	1,0%	99,0%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

No Brasil, os perfis de vitimização por parte das polícias também variam sensivelmente em função da classe econômica. Os dados produzidos pela PNV indicam que, em termos proporcionais, pessoas pertencentes às classes econômicas C, D e E são mais vítimas de violência física por parte das polícias Militar e Civil do que aquelas pertencentes às classes A e B. Na classe E, por exemplo, o percentual de vitimização por agressão de PM é 92% maior do que na classe A. O gráfico a seguir mostra esses padrões.

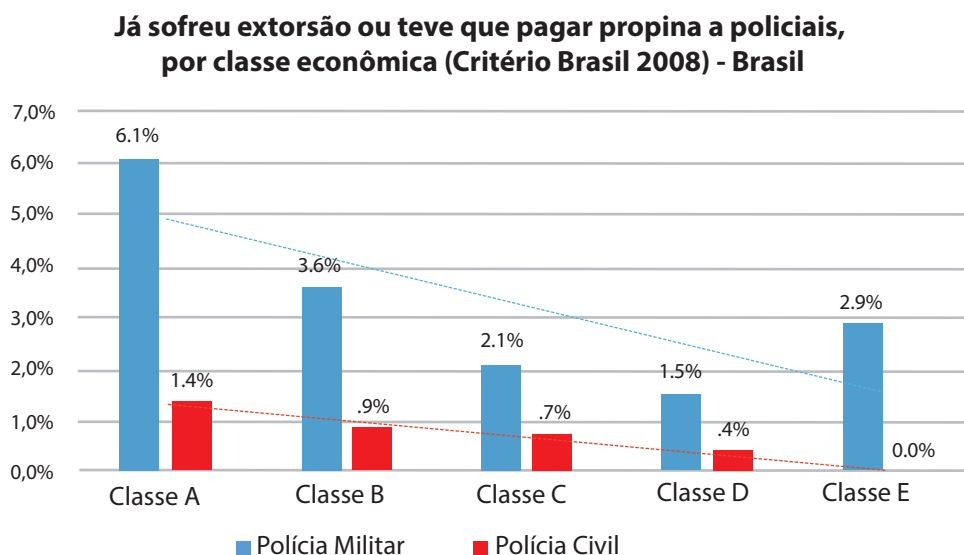
Gráfico 14 – Vitimização por parte de policiais: Violência Física, Classificação Econômica - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Por oposição, os maiores percentuais de relatos de “extorsão” ou “pagamento de propina” a policiais encontram-se concentrados entre pessoas das classes A e B. O único dado a contrariar essa tendência fica por conta do percentual proporcionalmente alto de pessoas da classe E que relataram terem sido vítimas de extorsão ou tiveram que pagar propina a policiais militares. O gráfico a seguir mostra esses padrões.

Gráfico 15 – Vitimização por parte de policiais: Extorsão ou Pagamento de Propina - Classificação Econômica - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Aliás, a questão da vitimização por parte das polícias parece ser um dos elementos-chave para compreender os níveis relativamente baixos de confiança que a população brasileira deposita nas organizações policiais. Cruzando as in-

formações de vitimização por parte das polícias com os indicadores de confiança nas instituições, observa-se que, entre as pessoas já vitimadas por policiais, seja por violência física, agressão verbal ou extorsão, os percentuais de respondentes que afirmam “não confiar” nas polícias é, em média, mais do que o dobro daqueles que nunca foram vítimas.

Mesmo o percentual daqueles que expressam confiança nas polícias apresenta uma diferença expressiva entre os perfis: em média, o percentual de pessoas que dizem “confiar muito” nas polícias é quase quatro vezes maior entre pessoas que nunca sofreram agressões por parte dos policiais. E estes perfis de confiança/desconfiança apresentam características semelhantes tanto para a Polícia Militar, quanto para a Polícia Civil. As tabelas a seguir apresentam os resultados obtidos pela PNV.

Tabela 18 – Confiança na PM, por modalidade de vitimização policial - Brasil

Modalidade de Vitimização por parte de Policial Militar		Confiança na Polícia Militar (PM)		
		Confia muito	Confia um pouco	não confia
Já foi Vítima de “Violência Física” praticada por Policial Militar?	Sim	4,9%	39,9%	55,2%
	Não	18,5%	60,5%	20,9%
Já foi vítima de “Insulto ou agressão verbal praticada por Policial Militar?”	Sim	4,0%	42,7%	53,3%
	Não	19,0%	60,8%	20,1%
Já foi vítima de “Extorsão” ou teve que “pagar propina” a Policial Militar?	Sim	4,5%	42,7%	52,8%
	Não	18,3%	60,1%	21,5%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 19 – Confiança na PC, por modalidade de vitimização policial - Brasil

Modalidade de Vitimização por parte de Policial Militar		Confiança na Polícia Civil (PC)		
		Confia muito	Confia um pouco	não confia
Já foi Vítima de “Violência Física” praticada por Policial Civil?	Sim	3,4%	38,8%	57,8%
	Não	16,7%	62,8%	20,3%
Já foi vítima de “Insulto ou agressão verbal praticada por Policial Civil?”	Sim	3,9%	38,5%	57,5%
	Não	16,8%	63,0%	19,9%
Já foi vítima de “Extorsão” ou teve que “pagar propina” a Policial Civil?	Sim	4,2%	35,4%	60,4%
	Não	16,7%	62,7%	20,4%

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

De modo geral, o que todos os dados apresentados até aqui indicam é que é virtualmente impossível pensar o problema das políticas de segurança pública sem levar em consideração o impacto que características demográficas e socio-econômicas (e mesmo de vitimização por parte das polícias) projetam sobre seus processos de formulação e implementação. Isso porque são justamente tais orientações cognitivas, formuladas por meio de percepções, avaliações de eficiência e eficácia, bem como níveis de confiança nas instituições e os serviços de segurança pública, que determinarão, em grande medida, os diferentes graus de legitimidade e de colaboração popular para com tais políticas.

4.5. AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DA ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NO BRASIL

Uma última possibilidade de análise a ser explorada por este texto diz respeito à questão da avaliação da qualidade de atuação das polícias no Brasil. Conforme explicado anteriormente, o questionário da PNV apresentou aos entrevistados uma bateria de questões, nas quais os entrevistados eram instados a avaliar alguns quesitos operacionais da atuação das polícias Civil e Militar.

As respostas deveriam ser apresentadas em escala, com as avaliações “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”.

Tais baterias de questões foram submetidas a testes estatísticos, na tentativa de avaliar se elas apresentavam bom nível de consistência interna e, consequentemente, poderiam ser reduzidas a apenas um fator. Comprovada essa possibilidade, as variáveis foram submetidas à análise fatorial e padronizadas para que, em uma escala que varia de 0 a 1, com 0 representando a pior avaliação possível e 1 a melhor, fosse possível quantificar tais avaliações e criar uma espécie de indicador de qualidade da atuação das polícias no Brasil. Tal procedimento serve não apenas para mensurar tais avaliações, mas também para estabelecer bases para comparação entre os resultados obtidos pelos estados e o *score* da média nacional.

De antemão, cabe observar que todas as forças policiais brasileiras obtiveram resultados relativamente baixos na avaliação da qualidade de seu trabalho. Nenhuma corporação, seja Civil ou Militar, obteve um valor superior a 0,6. No Brasil como um todo, a média do indicador de qualidade da atuação das PMs ficou em 0,5293, enquanto para as PCs o *score* da avaliação foi de 0,5328. Obviamente, não está sendo dito aqui que tais resultados constituem um retrato fiel dos níveis de eficiência, eficácia, ou mesmo da qualidade das ações e do trabalho policial. Trata-se de um indicador construído única e exclusivamente a partir de avaliações populares sobre determinados quesitos operacionais. Ou seja, o índice fala sobre a forma como o trabalho das polícias é percebido e avaliado pela sociedade civil, em todas as regiões do país.

O indicador demonstra que as Polícias Militares melhor avaliadas do país são as de Santa Catarina, Minas Gerais e Rondônia. Já as Polícias Civis com as melhores avaliações foram as de Mato Grosso do Sul, Rondônia e Minas Gerais. Na ponta oposta da tabela, encontram-se as Polícias Militares de Amazonas, Pará e Roraima, bem como as Polícias Civis dos estados de Amazonas, Maranhão e Pará. As tabelas a seguir apresentam os resultados do indicador.

Tabela 20 – Indicador de Avaliação da Qualidade de Atuação da PM – Brasil e Estado

Indicador de Avaliação de Atuação da Polícia Militar (PM) - Brasil e Estados (0 a 1) Avaliação da atuação da Polícia Militar (Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo) A) Punição dos policiais com mau comportamento? B) Rapidez e qualidade no atendimento emergencial? C) Abordagem policial no atendimento emergencial? D) Apresentação pessoal dos policiais como a a maneira de se vestir e falar? E) Proteção dos direiros das pessoas? F) Trabalho na organização, no ordenamento do trânsito?	
Estado	Indicador de Avaliação da Qualidade da Atuação - PM
SC	,5827
MG	,5813
RO	,5807
RS	,5787
MS	,5745
AC	,5643
SP	,5526
TO	,5466
PB	,5379
PR	,5357
GO	,5294
Brasil	,5293
ES	,5234
DF	,5224
BA	,5181
CE	,5175
AP	,5090
MT	,5029
AL	,5010
PE	,5001
RN	,4974
PI	,4921
MA	,4784
SE	,4770
RJ	,4673
AM	,4611
PA	,4576
RR	,4498

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Tabela 21 – Indicador de Avaliação da Qualidade de Atuação da PC – Brasil e Estado

Indicador de Avaliação de Atuação da Polícia Civil (PC) - Brasil e Estados (0 a 1) Avaliação da atuação da Polícia Civil (Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo) A) Investigação de crime? B) Punição dos policiais com mal comportamento? C) Rapidez e qualidade no atendimento e na elaboração dos documentos como registro de ocorrências, nada consta? D) Apresentação pessoal dos policiais? E) Proteção dos direitos das pessoas?	
Estado	Indicador de Avaliação da Qualidade da Atuação - PM
MS	,5854
RO	,5826
MG	,5782
RS	,5747
SC	,5727
DF	,5727
AP	,5606
AC	,5532
TO	,5457
PB	,5409
GO	,5380
BA	,5348
ES	,5337
Brasil	,5328
SP	,5318
CE	,5244
PR	,5228
PE	,5198
MT	,5185
RJ	,5090
SE	,5063
RN	,5063
PI	,4983
AL	,4959
RR	,4926
AM	,4916
MA	,4901
PA	,4770

Fonte: Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), 2012

Além de tornar possível a sistematização e a mensuração de percepções sociais aparentemente difusas sobre quesitos operacionais do trabalho policial no Brasil, a construção deste tipo de indicador oferece aos gestores públicos a possibilidade de acompanhar a evolução de tais representações ao longo do tempo, bem como sua reação a políticas públicas de melhoria dos serviços de segurança.

5 IMPLICAÇÕES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Conforme discutido anteriormente, o Brasil tem vivenciado, ao longo das últimas décadas, um contexto de grande pressão social pelo aumento dos níveis de eficiência e eficácia das ações de Governo em geral e das políticas públicas, em particular. Especificamente na área da Segurança Pública, cobra-se do poder público não somente a redução dos indicadores objetivos de criminalidade e de vitimização, mas também a redução da sensação de medo e insegurança que tem afetado principalmente as populações que vivem em grandes centros urbanos.

Paralelamente a todas estas questões, tem havido também um intenso debate a respeito da necessidade de se promover o incremento dos níveis de transparência e *accountability* das instituições e serviços de segurança pública, bem como a implementação de mecanismos efetivos de controle externo e governança. O que se observa, portanto, é que, no Brasil, grande parte da discussão pública a respeito da temática da segurança tem focado não apenas questões referentes ao impacto das políticas públicas, mas, principalmente, o aumento da participação popular em seus processos de definição de agendas prioritárias e tomadas de decisão.

Dentro desse contexto, a **Pesquisa Nacional de Vitimização** constitui instrumento de grande valor estratégico e gerencial, uma vez que oferece aos gestores públicos e *policymakers* da área da Segurança Pública a possibilidade de identificar quais são os problemas prioritários a serem enfrentados. Mais do que isso, permitem a instrumentalização mais eficiente de todo o ciclo de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como a construção de

agendas mais efetivas para a área da Segurança Pública.

Os dados da **PNV** tratados aqui, por exemplo, demonstram claramente estas possibilidades. A partir da análise das percepções e avaliações que a população brasileira faz sobre as instituições e serviços de segurança pública, quatro grandes linhas de intervenção podem ser destacadas:

- 1) Incremento da qualidade dos serviços de Segurança Pública;
- 2) Melhoria da qualidade da atuação e das relações junto a segmentos sociais específicos;
- 3) Redução dos níveis de vitimização da população por parte das organizações policiais;
- 4) Fortalecimento e divulgação ampla das instituições e mecanismos de controle das organizações e do trabalho policial;

5.1. INCREMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das primeiras questões destacadas pela pesquisa é o baixo grau de satisfação da população brasileira com a qualidade dos serviços de segurança pública. Não se trata apenas de um descontentamento com a eficácia destes serviços, dimensão que, por si só, já afeta sensivelmente o cálculo de custo-benefício de se recorrer ou não a eles. Trata-se também de uma avaliação bastante negativa a respeito da eficiência das instituições e da própria qualidade dos serviços de segurança.

A falta de preparo dos agentes públicos para realizar o acolhimento e o atendimento adequado do público, a demora dos procedimentos policiais e os baixos percentuais de resolutividade dos casos são, hoje, de acordo com a **PNV**, algumas das principais questões a serem enfrentadas pelas instituições de segurança pública. A parcela expressiva da população que avaliou os policiais como “despreparados para uso de armas de fogo”, “preconceituosos em suas abordagens”, “descorteses”, “abusadores do uso da força e da autoridade” e “lenientes com a corrupção praticada pelos colegas de profissão”, evidencia a forte demanda

social por um incremento da qualidade dos serviços de segurança.

Prova disso são os altos índices de insatisfação com o trabalho policial manifestado pelas vítimas de crimes contra o patrimônio que recorreram às corporações (na média, apenas a metade dos entrevistados se disseram satisfeitos com a forma como a polícia lidou com seus casos), bem como os baixos scores obtidos pelas polícias de todos os estados em um indicador construído a partir das avaliações que a população faz da qualidade de sua atuação.

Em termos específicos, tal questão dialoga diretamente com a temática do treinamento e da capacitação dos policiais para atuarem de maneira mais próxima de seu público, com programas de ação que preveem, inclusive, maior participação popular nos processos de definição de prioridades e modos de intervenção (aumento dos níveis de governança). Em sentido mais amplo, a demanda pelo incremento da qualidade dos serviços de segurança também diz respeito à recente e gradativa consolidação, no debate público brasileiro, de questões que, em termos conceituais, têm encontrado forte respaldo em novos paradigmas de segurança pública, entre eles o conceito de “Segurança Cidadã”.

O que a **PNV** indica, portanto, é que mais do que assegurar que a população conheça e tenha acesso aos serviços de segurança pública, coloca-se para os gestores da área o desafio de aumentar os níveis de satisfação com tais serviços por meio do aumento de sua qualidade.

5.2. MELHORIA DA QUALIDADE DA ATUAÇÃO E DAS RELAÇÕES JUNTO A SEGMENTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS;

A temática da qualidade da atuação das instituições de segurança pública adquire ainda mais relevância quando observada sob o prisma de segmentos sociais específicos. Os resultados obtidos pela **PNV** evidenciam a existência de padrões bastante heterogêneos de avaliação das instituições e serviços de segurança pública, quando mensurados junto a diferentes estratos da população. Em termos proporcionais, as piores percepções sobre as polícias são verificadas junto a pessoas jovens, não-brancas e de baixa renda.

A pesquisa de vitimização também indica que as próprias organizações policiais parecem adotar modos mais violentos e autoritários de atuação junto a estes públicos específicos. Prova disso são os percentuais proporcionalmente maiores de vitimização de pessoas pertencentes a estes estratos sociodemográficos (para agressões verbais e violência física), por parte de agentes policiais. Consequentemente, os níveis de confiança nas organizações policiais mostram-se expressivamente menores entre esse público específico, aspecto que prejudica sensivelmente o estabelecimento de boas relações entre instituições de segurança pública e a sociedade civil como um todo.

Estes dados evidenciam um dos mais importantes desafios a serem enfrentados pelas políticas de segurança pública no Brasil: tentar acabar com os vieses de seletividade que historicamente sempre caracterizaram o Sistema de Justiça Criminal no país, anulando a tendência a sobrerrepresentar determinados estratos sociais (justamente os mais jovens, não-brancos e pobres) entre os alvos preferenciais das forças policiais, a despeito de evidências empíricas e criminais que sustentem esse direcionamento.

Os resultados trazidos pela **PNV** indicam que a padronização dos modos de atuação das polícias junto a todos os segmentos populacionais parece ser hoje condição básica para o aumento dos níveis de legitimidade das instituições de segurança pública junto à sociedade civil. Além disso, políticas públicas de aproximação entre as organizações policiais e suas comunidades, com estratégias de comunicação direcionadas aos públicos mais vulneráveis identificados pela pesquisa também poderiam ser pensadas.

5.3. REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR PARTE DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS

Os altos percentuais de vitimização da população brasileira por parte de agentes policiais constituem um dos aspectos mais preocupantes revelados pela **Pesquisa Nacional de Vitimização**. A prática de extorsões, de agressões físicas e insultos por parte de representantes das polícias Militar e Civil foi a variável que

pareceu possuir uma relação mais forte com os níveis relativamente baixos de confiança que a população deposita nas corporações.

A prática de agressões e atos de corrupção por parte de profissionais de segurança pública não corroem a legitimidade e a confiabilidade das instituições somente junto a quem é vítima direta desses atos, mas também junto ao seu núcleo familiar e círculos de relações sociais. Pessoas agredidas pela polícia transmitem tal experiência para suas redes de relacionamento, disseminando socialmente percepções e avaliações extremamente negativas sobre as corporações. Tais representações, por sua vez, diminuem a predisposição das pessoas em colaborar com as polícias, reduzindo potencialmente os níveis de eficiência e eficácia de seu trabalho (o que também contribui para um novo ciclo vicioso de baixos níveis de confiança e legitimidade).

Inclusive, o que a **PNV** revela é que a violência policial (física e moral) atinge justamente os estratos socioeconomicamente mais vulneráveis da população: jovens, não-brancos e pobres. Exatamente o segmento com piores condições estruturais de acesso às instituições de controle da atividade policial e dos serviços de justiça. Mesmo do ponto de vista da violência institucional, replicam-se os padrões de sobre-representação de determinados segmentos sociais, historicamente já observados no Brasil, por ocasião das práticas de vigilância e controle levadas a cabo pelas polícias.

5.4. FORTALECIMENTO E DIVULGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E MECANISMOS DE CONTROLE DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO POLICIAL

Em termos mais amplos, os problemas da violência e da corrupção policial relatados pela população à **PNV** inserem-se na discussão sobre o controle da atividade policial no Brasil. Os dados da pesquisa indicam que, aos altos percentuais de relatos de vitimização por parte dos agentes públicos, somam-se percepções bastante consolidadas de que as próprias organizações policiais não conseguem exercer suas atividades correicionais com a devida eficácia.

As corregedorias e ouvidorias, instituições dedicadas ao controle da atividade policial, não apenas são pouco conhecidas pela população em geral (pouco menos da metade dos entrevistados afirmaram conhecer tais órgãos), como também tiveram seu trabalho relativamente mal avaliado pelas pessoas que a elas recorreram (apenas pouco mais da metade dos respondentes avaliaram o atendimento das entidades como “ótimo” ou “bom”). A pesquisa revelou ainda uma percepção social bastante difundida de que as instituições de segurança pública não punem adequadamente os desvios de conduta praticados por seus agentes.

O desconhecimento sobre a existência de meios institucionais dedicados a coibir desvios de conduta praticados por agentes públicos desestimula a participação popular no controle do trabalho policial, enfraquece a própria atividade correicional e dificulta a ampliação dos níveis de transparência, bem como o próprio processo de depuração das organizações. O primeiro desafio que se coloca para o poder público, portanto, é o de aumentar os níveis de conhecimento da população sobre as instituições e mecanismos de controle da atividade policial.

Por fim, a pesquisa também permite inferir que a importância de melhorar o acesso da população a esses serviços, aumentando sua capilaridade e capacidade de captação de informações. A questão da melhoria da qualidade do atendimento prestado pelas corregedorias e ouvidorias também aparece de maneira bastante evidente nos resultados apurados pela **PNV**, dialogando com o recente contexto de forte pressão social pelo aumento dos níveis de *accountability* e transparência das instituições de segurança pública no Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 43, nov, 1995.

ANDRADE, Francisco Jatobá de; ANDRADE, Rayane. Raça, crime e justiça. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Editora Contexto. São Paulo, 2014.

BAYLEY, D. H.. Patterns of Policing. New Haven: Rutgers University Press, 1985.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas. São Paulo. Editora da USP, 2001.

BELLI, B. Violência Policial e Segurança Pública: democracia e continuidade autoritária no Brasil contemporâneo” Impulso. Piracicaba, 15(37), 2004.

BITTNER, E.. Florence Nightingale in pursuit of Willie Sutton: a theory of the police. In: JACOBS, Herbert. The potential for reform of Criminal Justice. Michigan: SAGE Publications, v. 3, 1974.

BROUDEUR, J.P.. The Policing Web. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BROWN, B.; BENEDICT, W. R. Perceptions of the police: past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. Policing: an International Journal of Police Strategies and Management, v. 25, n. 3, p. 543-580, 2002.

CANO, I. Controle de Polícia no Brasil. Instituto sou da Paz. Disponível em: http://www.altus.org/pdf/b_ic_pt.pdf. Acessado em 28/05/2014.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio. Segurança Pública. Em Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Editora Contexto. São Paulo, 2014.

FRANK, J.; SMITH, B.; NOVAK, K. Exploring the basis of citizens' attitudes toward the police. *Police Quarterly*, v. 8, nº 2, jun, 2005.

GHIRINGHELLI, Rodrigo. O Inquérito Policial na cidade de Porto Alegre. In: MISSE, Michel (org.). *O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro, NECVU/IFCS/UFRJ, Booklink, 2010.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – Fortaleza, 2005.

LARSEN, J. E.; BLAIR, J. P. The importance of police performance as a determinant of satisfaction with the police. *American Journal of Economics and Business Administration*, vol 1, nº 1, 2009.

LOPES, C. S. Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. Texto apresentado no 7º Encontro da ABCP. Recife, agosto de 2010.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In:

MISSE, Michel (Org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2008.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p.33-63, 2005.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Mandato Policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Editora Contexto. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir. Dá pra confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, ano 5, edição 9, ago/set, 2011.

RENNÓ SANTOS, Mateus. O trabalho policial e a lei: um estudo de caso da Polícia Militar em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Geélison; BEATO, Cláudio. Confiança na Polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. Opinião Pública. Campinas, vol. 19, nº1, junho, 2013.

SHERMAN, Lawrence W.; GOTTFREDSON, Denise C.; MCKENZIE, Doris L.; ECK, John; REUTER, Peter; BUSHWAY, Shawn D.. Preventing Crime: what works, what doesn't, and what promising. National Institute of Justice (NIJ). Washington, 1998.

SKOLNICK, J. H.. Justice without trial. 3ª Ed. New York. Macmillan College Publishing Company, 1994.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006.

TYLER, T. R. Public trust and confidence in legal authorities: what do majority